

UNESP – UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA MENTE,  
EPISTEMOLOGIA E LÓGICA

Giovanni José Signorelli Guidi

**IDENTIDADE PESSOAL EM FREUD**

MARÍLIA

2011

Giovanni José Signorelli Guidi

## **IDENTIDADE PESSOAL EM FREUD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – *Campus* de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Filosofia da Mente, Epistemologia e Lógica.

Orientador: Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho.

MARÍLIA

2011

Guidi, Giovanni José Signorelli.  
G947i      Identidade pessoal em Freud / Giovanni José Signorelli  
Guidi. – Marília, 2011.  
222 f.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de  
Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2011.  
Bibliografia: f. 216-222.  
Orientador: Jonas Gonçalves Coelho.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Filosofia da mente. 3.  
Identidade pessoal. 4. Corpo. 5. Subjetividade. I. Autor.  
II. Título.

CDD 128.2

Giovanni José Signorelli Guidi

## **IDENTIDADE PESSOAL EM FREUD**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP – *Campus* de Marília, para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

### **BANCA EXAMINADORA**

Orientador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Jonas Gonçalves Coelho (UNESP/Marília)

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Profª. Drª. Carmen Beatriz Milidoni (UNESP/Marília)

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. André Luiz Gellis (UNESP/Bauru)

Marília, 14 de dezembro de 2011.

*Aos meus pais*

## **AGRADECIMENTOS**

Acredito que agradecer envolva reconhecimento: reconhecer as pessoas que foram importantes para que este trabalho pudesse ser concluído. Agradecer também envolve memória – assunto tão presente nesta pesquisa - pois procuramos relembrar os momentos de consecução desta dissertação, evocando as pessoas que caminharam comigo nesta longa e árdua travessia. Quando eu estava prestes a voar com devaneios que me levavam ao longe, muitas delas me puxavam de volta para a realidade, a fim de que eu pudesse terminar aquilo que julguei, muitas vezes, interminável. Quando muitas vezes eu não via uma solução simples para os temas e problemas que eu estava lendo, estudando e escrevendo, eu questionava os propósitos de continuar caminhando, e com estas dúvidas eu perdia o rumo. Muitas destas pessoas me incentivavam, mesmo não sabendo que o faziam, a retomar o destino que eu julgava perdido.

Avalio ser necessário, ainda, agradecer e reconhecer aquelas pessoas que estiveram comigo no início da minha vida acadêmica, quando elas, ao transmitirem os saberes psicanalíticos, despertavam em mim os desejos de me aventurar na Psicanálise. A transmissão deste saber me gerava dúvidas, angústias e questionamentos que sempre me faziam pesquisá-lo e estudá-lo ainda mais. Acredito que sem este pontapé inicial a pesquisa que apresento aos leitores não teria sido desenvolvida. Ditas estas palavras, creio que seria interessante desenvolver, de forma mais detalhada, os meus agradecimentos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Mauro e Maria Elisa, pelo incentivo, desde o início, para que eu realizasse mais esta etapa em minha vida. Por inúmeras vezes eles motivaram os estudos e permitiram que eu realizasse os meus desejos, mesmo que estes estivessem em dissonância com aquilo que eles tinham planejado para mim. Sem o apoio de ambos, acredito que a execução deste trabalho teria sido bastante prejudicada.

Gostaria de agradecer também ao meu irmão pelas palavras incentivadoras que me mantinham firme na execução desta pesquisa. Além disso, por ter perguntado inúmeras vezes o que eu estava pesquisando, ele me permitiu elaborar mais minuciosamente os reais objetivos deste trabalho.

Agradeço também a minha avó materna que, apesar das dificuldades pelas quais ela está passando, sempre me mostrou o quanto devemos lutar contra as adversidades impostas pela vida.

Gostaria de agradecer aos meus tios e primos da *famiglia* Signorelli pelas inúmeras palavras de incentivo que me fizeram continuar nesta jornada. Como o meu tio Carlos também estava desenvolvendo o seu mestrado, sempre discutíamos as nossas pesquisas, os nossos autores prediletos, o que deve ter gerado inúmeras interrogações nos familiares que estavam presentes nas nossas discussões.

Agradeço aos meus tios e primos da *famiglia* Guidi, porque, mesmo eu estando ausente de seus convívios por tantos anos, se mostraram extremamente receptivos quando eu voltei ao seio familiar, me devotando calorosos abraços e palavras acolhedoras. Nunca me esquecerei deste momento. Ainda, gostaria de agradecer aos meus avós paternos (*in memorian*) por terem construído este ambiente familiar extremamente afável, que nada mais é que o ambiente de uma típica família italiana.

Gostaria de agradecer ao meu orientador Jonas por ter me aceitado como seu orientando, e por ter inúmeras vezes me orientado para a execução desta pesquisa. Sem as suas valiosas orientações, tanto acadêmicas quanto pessoais, acredito que eu não teria conseguido desenvolver este trabalho. Além disso, estas orientações sempre me mantiveram focado nos objetivos principais da pesquisa e, caso eu me desviasse deles, ele sempre me trazia de volta.

Agradeço aos membros titulares da banca de qualificação e defesa, André e Carmen, pelas imprescindíveis sugestões que procurei incluir na versão final do presente trabalho. Estas enriqueceram ainda mais a minha pesquisa e a forma como eu enxergo a teoria psicanalítica. Além disso, como também fui aluno deles, acredito que eles contribuíram bastante na minha formação com os seus saberes, incentivando em mim esta incansável busca em conhecer mais sobre Psicanálise.

À Christiane Carrijo, por sua imensa paixão pela Psicanálise, paixão esta transmitida inúmeras vezes aos alunos. Ainda, a sua vasta compreensão do assunto sempre me ajudou a entender ainda mais o que os autores psicanalíticos estavam querendo dizer.

Ainda falando a respeito dos meus professores, gostaria de agradecer àqueles que deram aula para mim na pós-graduação, mostrando-me a árdua tarefa dos debates filosóficos, e ensinando-me a argumentar. Também, eles me mostraram que é preciso respeitar os autores, mesmo que as suas principais teses destoem daquilo que eu estudo.

Ao pessoal do Instituto de estudos psicanalíticos de Bauru, em especial à Elza e Guilherme, pelas valiosas transmissões de Psicanálise, os meus agradecimentos.

À psicanalista Silvia Franco por sempre me mostrar o quanto a teoria psicanalítica está associada à clínica, e por inúmeras vezes me ensinar a ouvir as derrapadas do meu discurso.

Agradeço a minha grande amiga Patrícia e ao seu marido Felipe, por estarem presentes quando eu mais precisei.

Aos amigos e amigas da UNESP de Bauru, pelas palavras de carinho, pelos incentivos, e pelas infindáveis discussões “filosóficas” que, mesmo muitas não terem chegado a lugar algum, contribuíram para o enriquecimento das minhas argumentações.

Agradeço também aos novos amigos que fiz na UNESP de Marília no decorrer do mestrado, em especial à Ana Cláudia, Diogo, Gustavo, Kleidson e Juliana. As nossas discussões e brincadeiras possibilitaram que deixássemos as angústias de lado e que pudéssemos realizar o trabalho de forma mais amena.

Ao amigo Diego Zilio por ter me ajudado neste novo campo denominado Filosofia da Mente, explicando algumas das principais teorias que abarcam este saber.

Aos amigos que sempre se preocuparam com o desenrolar desta pesquisa, perguntando sobre ela e transmitindo-me palavras de incentivo.

Gostaria de agradecer à Beatriz pelo incentivo a esta pesquisa, pela ajuda, pelas palavras transmitidas e por ter feito parte deste processo. Solange e João também têm os meus agradecimentos.

Agradeço a CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Por fim e, não menos importante, agradeço ao pessoal da seção técnica de pós-graduação, em especial ao Paulo e à Aline, por estarem sempre dispostos a explicar os trâmites burocráticos da universidade, e me ajudarem quando preciso.

A todos, muito obrigado!

*Como decifrar pictogramas de há dez mil anos  
se nem sei decifrar  
minha escrita interior?*

*Interrogo signos dúbios  
e suas variações calidoscópicas  
a cada segundo de observação.*

*A verdade essencial  
é o desconhecido que me habita  
e a cada amanhecer me dá um soco.*

*Por ele sou também observado  
com ironia, desprezo, incompreensão.  
E assim vivemos, se ao confronto se chama viver,  
unidos, impossibilitados de desligamento,  
acomodados, adversos,  
roídos de infernal curiosidade.*

“O Outro” - Carlos Drummond de Andrade  
(poema extraído do livro “Corpo”)

## **RESUMO**

O objetivo deste presente trabalho é compreender o problema da identidade pessoal na perspectiva da obra freudiana, procurando salientar como para o psicanalista vienense uma pessoa se constitui, e o que permanece nela ao longo do tempo que lhe permite estabelecer uma identidade. Para realizar tal tarefa, procuramos, em primeiro lugar, apresentar esta problemática articulada pela Filosofia da Mente, buscando explicitar os aspectos sincrônicos e diacrônicos da identidade pessoal. Isto quer dizer que, num primeiro momento, pretendemos responder o questionamento acerca da constituição de uma pessoa e, também, explicitar o que permanece nessa pessoa em dois tempos distintos que a faz ser a mesma. Partindo da noção de que uma pessoa é constituída por uma subjetividade e um corpo, procuramos entender como as construções teóricas freudianas a respeito destes dois temas nos permitem realizar uma articulação da sua teoria psicanalítica com estes dois problemas centrais da identidade pessoal. Para tanto, em primeiro lugar, apresentamos como as concepções freudianas de corpo, pulsão, sexualidade infantil, aparelho psíquico e psicopatologia são importantes para se compreender a constituição de uma pessoa e, em segundo lugar, procuramos desenvolver quais os elementos dessa constituição permanecem ao longo do tempo que nos permite estabelecer a mesmidade da identidade pessoal.

**Palavras-chave:** Freud; Filosofia da Mente; Identidade Pessoal; Corpo; Subjetividade.

## **ABSTRACT**

The purpose of this study is to understand the question of personal identity in view of Freud's work, seeking to highlight how a person establishes themselves and what remains in them over time that allows for the establishment of an identity. To accomplish this task, we first sought to present this issue articulated by the Philosophy of Mind, pursuing to explain the synchronic and diachronic aspects of personal identity. This means that, at first, we intended to answer the question around the constitution of a person and also to explain what remains in this person over two distinct periods that still makes him or her the same. Starting from the notion that a person consists of subjectivity and body, we aimed to understand how the Freudian theoretical basis concerning both topics allow the articulation of his psychoanalytic theory around the core issues of personal identity. We thus presented how the Freudian notions of body, instinct [*trieb*], infantile sexuality, psychic apparatus and psychopathology are important in understanding the constitution of a person. Lastly, we sought to investigate which time-lasting elements of personal constitution allow for establishing the sameness of personal identity

**Keywords:** Freud; Philosophy of Mind; Personal identity; Body; Subjectivity.

## SUMÁRIO

|                                                                                   |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>Introdução.....</b>                                                            | <b>13</b>  |
| <b>Capítulo 1 – Identidade Pessoal.....</b>                                       | <b>22</b>  |
| 1.1. O Problema mente-corpo.....                                                  | 25         |
| 1.2. Identidade pessoal no contexto diacrônico.....                               | 30         |
| 1.2.1. Abordagem psicológica.....                                                 | 32         |
| 1.2.2. Abordagem somática.....                                                    | 34         |
| <b>Capítulo 2 – Pulsão, corpo, sexualidade infantil e identidade pessoal.....</b> | <b>39</b>  |
| 2.1. A sexualidade.....                                                           | 39         |
| 2.2. Pulsão: a relação entre o corpo e a mente.....                               | 43         |
| 2.3. O corpo erógeno.....                                                         | 58         |
| 2.4. O desenvolvimento sexual infantil na constituição da identidade pessoal..... | 61         |
| 2.5. O Complexo de Édipo.....                                                     | 71         |
| 2.6. A Demolição do Complexo de Édipo.....                                        | 74         |
| <b>Capítulo 3 – O aparelho psíquico e a identidade pessoal.....</b>               | <b>79</b>  |
| 3.1. O aparelho psíquico.....                                                     | 79         |
| 3.2. Primeira tópica e a identidade pessoal.....                                  | 82         |
| 3.3. O além do princípio de prazer.....                                           | 117        |
| 3.4. A segunda tópica e a identidade pessoal.....                                 | 124        |
| <b>Capítulo 4 – A psicopatologia e a identidade pessoal.....</b>                  | <b>151</b> |
| 4.1. A etiologia.....                                                             | 151        |
| 4.2. As histerias – a histeria de angústia e a histeria de conversão.....         | 173        |
| 4.3. A neurose obsessiva.....                                                     | 180        |
| 4.4. A perversão.....                                                             | 188        |
| 4.5. A psicose.....                                                               | 191        |
| <b>Capítulo 5 – A diacronia da identidade pessoal em Freud.....</b>               | <b>194</b> |
| 5.1. A identidade pessoal sob o ponto de vista sincrônico.....                    | 194        |

|                                                                    |            |
|--------------------------------------------------------------------|------------|
| 5.2. A identidade pessoal sob o ponto de vista diacrônico.....     | 201        |
| 5.3. Diacronia da identidade pessoal e o tratamento analítico..... | 206        |
| <b>Considerações finais.....</b>                                   | <b>209</b> |
| <b>Referências.....</b>                                            | <b>216</b> |

## **INTRODUÇÃO**

Comumente observamos uma pessoa adulta mostrando a foto de uma criança aos amigos e dizendo: “Este sou eu com cinco anos”. As pessoas que contemplam a fotografia, normalmente, não se mostram incrédulas, e ainda fazem brincadeiras sobre as mudanças que o adulto sofreu desde a infância, ou comentam sobre as semelhanças existentes nele e na criança.

Diante desse acontecimento, poderíamos formular os seguintes questionamentos: o que permite a esse adulto dizer que é a mesma pessoa da fotografia? O que constitui mais fundamentalmente uma pessoa?

Ambas perguntas fazem parte de uma discussão recorrente no âmbito da Filosofia da Mente, cujo debate é batizado de o problema da identidade pessoal. Essa discussão busca compreender este problema sob dois aspectos: o sincrônico e o diacrônico.

No aspecto sincrônico, procura-se entender o que constitui fundamentalmente uma pessoa, analisando quais elementos são fundamentais para essa constituição. Diante disso, alguns teóricos, como Descartes (1641/2004) e Baker (2000), afirmam que uma pessoa é constituída por um corpo e dotada de uma subjetividade. Nesse sentido, existe um importante debate na Filosofia da Mente que pensará a respeito da natureza da subjetividade, procurando compreender de que matéria ela é feita, e qual a sua relação com o corpo.

Se o aspecto sincrônico pensa a identidade pessoal a partir daquilo que constitui essencialmente a identidade de uma pessoa, o aspecto diacrônico procura compreender o que faz com que uma pessoa seja a mesma em dois tempos distintos, ou seja, quais elementos permanecem nesses dois tempos que permitem inferir que ela seja a mesma?

Para poder responder a esse questionamento é necessário falar a respeito da distinção existente entre a identidade numérica e a identidade qualitativa. A primeira, a identidade numérica, diz respeito a alguma coisa que é numericamente idêntica a si mesma, ou seja, que ela é a única e a mesma. Uma cadeira de madeira é numericamente idêntica a si própria, mesmo quando existem outras cadeiras similares a ela. Nesse sentido, uma coisa é qualitativamente idêntica à outra quando elas são similares - possuem as mesmas qualidades. Uma lata de refrigerante de uma determinada marca é numericamente idêntica apenas a si mesma, porém, possui uma identidade qualitativa com as demais latas da determinada marca.

Ao invés de pensarmos apenas em objetos, podemos utilizar as pessoas como parâmetro para se pensar o problema da identidade qualitativa e numérica. Uma pessoa, ao longo do tempo, muda qualitativamente, mas permanece a mesma em termos numéricos. Nesse sentido, o problema diacrônico da identidade pessoal postula o seguinte: “o que leva a um ser do passado ou futuro ser ele em oposição a alguém ou a algo diferente dele?” (OLSON, 2008). Esta indagação nos permite pensar quais aspectos de uma pessoa permanecem ao longo do tempo que estabelecem a identidade dela em dois tempos distintos.

De acordo com Olson (2008), as respostas a esse tipo de questionamento podem ser agrupadas em duas abordagens principais: a abordagem somática, que acredita ser o corpo o aspecto mais fundamental da diacronia da identidade pessoal, e a abordagem psicológica, que acredita nos aspectos psíquicos como os essenciais para a permanência da identidade ao longo do tempo.

A abordagem psicológica leva em consideração a memória como a condição mais fundamental para a permanência da identidade pessoal ao longo do tempo. A mesmidade de uma pessoa corresponde à identidade da memória. Exemplificando com o apontamento trazido no começo desta introdução, uma pessoa sabe que é a criança na foto porque ela se lembra do dia em que foi tirada a fotografia. Nesse sentido, ela evoca as lembranças existentes em sua memória para poder fazer o elo entre a criança da foto e a pessoa adulta que a segura.

Algumas objeções foram apresentadas a esse argumento da continuidade da memória para que haja a permanência da identidade pessoal em dois tempos distintos. Se uma pessoa que segura uma fotografia de quando ela era criança não se recordar do momento em que foi tirada, ela pode ser considerada a mesma que está estampada na foto? Para os teóricos que defendem a abordagem psicológica, ela pode ser considerada a mesma da fotografia, mesmo não recordando, na medida em que outras pessoas, utilizando suas próprias reminiscências, podem estabelecer, para a pessoa, a identidade entre a criança e o adulto. Além disso, existiriam outras fotos do mesmo período no qual o adulto pode estabelecer a ligação entre a sua infância e a sua fase adulta.

Os defensores da abordagem psicológica diriam ainda que, mesmo uma pessoa não recordando um período da sua vida, ela pode estabelecer elos mnêmicos com essa etapa. O adulto que segura a foto de uma criança pode não se recordar da sua infância, mas na adolescência ele se recordava desse período infantil, e quando adulto ele se recorda do tempo em que foi um adolescente. Ao se recordar de um determinado período, ele automaticamente estabelece uma ligação com um momento anterior por haver uma ligação entre essas duas épocas.

Ao acreditarmos que as atividades mentais são fruto do corpo biológico humano, não pensando essas atividades a partir da existência de outra substância, temos que a permanência deste corpo é a condição mais fundamental para que haja a continuidade da identidade pessoal. Nesse sentido, para o dualista de propriedade, o materialista reducionista e o materialista eliminacionista, a mesmidade corresponde à identidade corporal, por levar em consideração que as faculdades mentais sejam atributos do cérebro.

Apesar de haver essa questão importante, a abordagem somática não leva em consideração apenas a continuidade do cérebro como fator primordial para a permanência da identidade, mas, sobretudo, alguns acreditam que o corpo como um todo é condição para a mesmidade. Pensando assim, uma pessoa seria a mesma porque existe a permanência, em dois tempos distintos, da organização celular do corpo, mesmo as células corporais morrendo. Os que argumentam a favor dessa hipótese acreditam que as células cerebrais são as mais resistentes, o que comprova a supremacia dessa abordagem frente à psicológica.

As objeções apresentadas a esse argumento dizem respeito à perda de uma determinada parte do corpo ou a substituição paulatina das células que constituem esse organismo. A experiência cotidiana demonstra que, mesmo quando uma pessoa perde alguma parte não vital do seu corpo, ele continua sendo a mesma pessoa. O argumento de que essa perda acarreta em distúrbios mentais apenas corrobora para o estabelecimento de que a pessoa é a mesma, na medida em que o sofrimento pode ser considerado como resultado da comparação entre o que essa pessoa era antes de perder uma parte de seu corpo.

Os argumentos a favor do corpo como condição fundamental para a permanência da identidade pessoal também consideram o cérebro como a parte corporal principal para a mesmidade. Mesmo que todas as partes de um corpo sejam substituídas, o cérebro é o único que tem que permanecer intacto para que haja a continuidade da identidade de uma pessoa. As pessoas que argumentam a favor da permanência desse órgão acreditam que ele seja o responsável pelas faculdades mentais do ser humano.

Diante da exposição acerca do problema da diacronia e da sincronia da identidade pessoal, o presente trabalho compreenderá o problema da identidade pessoal na perspectiva da obra freudiana, procurando entender como, na visão do autor, uma pessoa se constitui e o que permanece nela ao longo do tempo que permite estabelecer a identidade. Além disso, pesquisar o que vem a ser fundamentalmente uma pessoa para Freud se mostra uma tarefa profícua, não apenas porque ele tem uma vasta obra que procura explicar os componentes constituintes do ser humano, como também por conta de sua visão ser oposta às presentes na tradição clássica.

Na obra do psicanalista vienense não existe uma definição precisa de pessoa, na medida em que o autor não tratou especificamente sobre o tema. Partindo da noção apresentada por Baker (2000) de que uma pessoa é constituída por uma subjetividade e um corpo, procuraremos compreender como as construções teóricas freudianas a respeito destes dois temas nos permitem realizar uma articulação com os dois problemas centrais da identidade pessoal. A necessidade de buscar uma compreensão a respeito do que seria essencialmente uma pessoa decorre da experiência clínica desempenhada por Freud, na medida em que, para conseguir realizar um tratamento bem sucedido com seus pacientes, o psicanalista precisava compreender a etiologia das afecções psíquicas. Assim, para dar conta de explicar os fenômenos que ele observava em sua clínica, o psicanalista vienense construiu um amplo saber, alicerçado muitas vezes na ideia de metapsicologia. Esta apresentava os principais conceitos da teoria que procuravam explicar o funcionamento normal e patológico da subjetividade humana.

A concepção de pessoa apresentada pelo psicanalista vienense desvirtuou duas tradições enraizadas no cenário intelectual de sua época, como a crença em uma subjetividade unitária e sinônima da consciência, ideia esta alicerçada na filosofia cartesiana, e a crença de que a sexualidade apresentaria um padrão fixado hereditariamente. A concepção cartesiana acreditava que o Eu de uma pessoa seria totalmente consciente, estabelecendo uma identidade entre o pensamento e a existência. Se uma pessoa existe enquanto um ser pensante, temos que todos os seus conteúdos mentais são passíveis de conhecimento e, por ser a alma o palco onde acontecem os processos psíquicos e por ser esta uma substância indivisível, a mente constituinte de uma pessoa estava associada à consciência e a uma unidade. Em contraposição a este pensamento, a noção freudiana de aparelho mental justamente apresenta a proposta de uma mente dividida em diversas partes que constantemente estão em conflito. Além disso, como a parcela mais importante desse aparato é inconsciente, a subjetividade de uma pessoa não poderia mais ser considerada como sinônima de consciência, sendo necessário explicá-la a partir destas novas construções teóricas. Assim, tomando como exemplo o ato falho, uma pessoa pronuncia algo que não era para ser dito, e isto extrapola os domínios da consciência, fazendo com que os elementos latentes do aparelho psíquico ganhem uma importância ainda maior que os manifestos.

Por conta disso, existe uma cisão na subjetividade da pessoa pensada por Freud, compreendendo que a mente não é apenas consciente, mas dividida em diversas partes, e com um elemento constitutivo latente que é o inconsciente. Estes elementos inconscientes do aparelho psíquico entram em constante conflito com as outras partes constituintes, mostrando

que os conteúdos revelados pela consciência nada mais são do que as manifestações de alguns acontecimentos ocultos. Dessa forma, o Eu consciente nada mais é do que um engodo, na medida em que ele oculta os engendramentos inconscientes existentes no aparelho psíquico. Assim, a mente constituinte de uma pessoa não apresenta apenas uma clivagem subjetiva, como também, as suas partes estão em constante conflito.

Se a clivagem da subjetividade em consciente e inconsciente desvirtuou a concepção cartesiana de pessoa, a noção de que a sexualidade apresentaria padrões fixados hereditariamente também foi alterada pelo pensamento freudiano, o que nos possibilita compreender uma nova forma de entendimento da constituição de uma pessoa. Como a concepção de sexualidade no período do psicanalista estava alicerçada na noção de instinto, a biologia e psiquiatria da época acreditavam que as manifestações sexuais apresentavam um padrão fixo e determinado biologicamente, descartando a hipótese de que elas poderiam estar associadas à história de vida de uma pessoa. Ao introduzir o conceito de pulsão em seu campo teórico, Freud distancia-se do pensamento da hereditariedade-degenerescência, compreendendo que a sexualidade estava mais associada com os prazeres obtidos no decorrer da história, do que com padrões fixados hereditariamente. Este conceito, fundamental para se pensar a relação entre o corporal e o mental, possibilitou uma nova forma de compreensão de pessoa, na medida em que o seu corpo constituinte não poderia ser pensado como o era pela medicina anatômica. O soma das históricas revelava que ele era erógeno, perpassado pela sexualidade, e que esta, em contato com o corporal, desvirtuava determinadas partes que poderiam ter suas funções orgânicas prejudicadas e, o contato deste corpo com o aparelho psíquico o faz ser representado psicologicamente. Além disso, como uma pessoa está inserida num contexto cultural, temos que a relação intersubjetiva estabelecida por ela e as demais pessoas será de fundamental importância para a constituição da sua subjetividade e do seu corpo.

Estas duas rupturas existentes no pensamento freudiano são interessantes para pensarmos a constituição de uma pessoa, na medida em que a subjetividade dela não pode ser restrita à consciência, e o seu corpo também não pode ser limitado ao soma biológico da anatomia. Por conta disso, a articulação deste interessante debate existente na Filosofia da Mente com as concepções do psicanalista vienense não se mostra importante apenas para uma melhor compreensão a respeito das teses freudianas, pois existe um enriquecimento na própria discussão sobre o problema da identidade pessoal. Este trabalho procura justamente realizar estas duas árduas tarefas; procurar os elementos na obra freudiana que nos possibilitam compreender o problema da identidade pessoal, ao mesmo tempo em que trazemos para o

debate da Filosofia da Mente as importantes teses do psicanalista vienense que podem locupletar ainda mais as discussões filosóficas.

Quando pensamos a respeito do problema da identidade pessoal em Freud, não podemos deixar de lado a discussão sobre a diacronia da mesma, procurando salientar quais os aspectos que permanecem em uma pessoa ao longo do tempo que lhe permite estabelecer a identidade. Nesse sentido, ao considerarmos essa discussão a partir da obra freudiana, temos que levar em conta não apenas a sua concepção sobre a constituição de uma pessoa, mas também a sua construção teórica a respeito da clínica psicanalítica, na medida em que, ao pensarmos na permanência da identidade pessoal dentro trabalho analítico que pressupõe mudanças, temos que compreender quais elementos permanecem e quais mudam no decorrer do processo. Assim, podemos formular o seguinte questionamento: como fica a identidade de uma pessoa quando ela conclui a análise?

Para conseguirmos responder dois questionamentos centrais do presente trabalho, ou seja, o que o psicanalista vienense compreendia por pessoa, e como alguns elementos centrais desta composição permitem estabelecer a sensação de identidade, procuramos na obra de Freud os principais elementos que nos permitissem responder e enriquecer a discussão. Ler os textos do psicanalista vienense não é uma tarefa das mais simples, na medida em que o autor modificou no decorrer de sua intensa produção intelectual o seu pensamento e a definição dos seus conceitos. Por conta disso, nos atemos às últimas definições apresentadas pelo autor, procurando ainda salientar as modificações empreendidas por ele no próprio texto ou em notas de rodapé. Além disso, procuramos não trazer para o debate as concepções psicanalíticas pós-freudianas, como as de Lacan, Melanie Klein, Winnicott e Bion, pois as suas contribuições poderiam nos desvirtuar do pensamento estritamente freudiano, e elas tornariam a pesquisa ainda mais extensa. Contudo, temos plena consciência de que as teses destes autores poderiam enriquecer o debate aqui proposto, e algumas delas foram amalgamadas à discussão mesmo que não intencionalmente; como estes pensamentos estão enraizados na discussão psicanalítica, alguns se tornam difíceis de serem dissociados da construção teórica freudiana.

Assim, para compreendermos a identidade pessoal em Freud, precisamos levar em consideração a construção teórica acerca da sexualidade infantil, pois o psiquismo e o corpo são perpassados pelo desenvolvimento sexual infantil. Quando pensamos a respeito da perspectiva freudiana de sexualidade, é necessário definir o conceito de pulsão, articulando-o com a mente e com o corpo. Além disso, durante o desenvolvimento do infante temos o

complexo de Édipo como um dos acontecimentos mais marcantes na existência de uma pessoa, na medida em que ele é bastante importante para a constituição de sua subjetividade.

Como a constituição de uma pessoa leva em consideração os aspectos subjetivos, procuramos salientar as duas concepções freudianas acerca do aparelho mental, levando em conta a primeira e a segunda tópica. De acordo com isso, explicitamos como é estruturada cada uma das principais partes constituintes deste aparelho, procurando compreender como elas interagem entre si, dentro do aspecto tópico, dinâmico e econômico, e como esta interação resulta na importante sensação de identidade. Achamos necessário apresentar as duas concepções psicanalíticas de aparelho psíquico, pois a construção do segundo modelo não anula o primeiro, acrescentando uma importante contribuição metapsicológica para a concepção dos processos mentais.

A psicopatologia pensada pelo psicanalista vienense nos permite compreender a existência de diferentes tipos de pessoas, que se assemelham a partir da presença de sintomas comuns. Por conta disso, procuramos salientar o quanto a psicopatologia é importante para entendermos a constituição de uma pessoa, apresentando a diferença existente em cada uma das afecções psíquicas, expondo a etiologia, pensada a partir da metapsicologia freudiana, da neurose, da psicose e da perversão, além de diferencia-las a partir dos sintomas próprios de cada uma delas. Esta discussão se tornou necessária, porque não é possível falar de identidade pessoal sem levar em consideração as construções teóricas sobre a psicopatologia que abarcam as concepções freudianas de pulsão, corpo, sexualidade infantil e aparelho psíquico.

Por fim, e não menos importante, procuramos entender o aspecto diacrônico da identidade pessoal a partir da perspectiva freudiana, tentando encontrar elementos em sua teoria que pudessem explicar a permanência da identidade. Ressaltamos, sobretudo, a concepção do psicanalista vienense sobre o corpo e a memória. Além disso, ao pensarmos essa questão em Freud, precisamos compreendê-la a partir da clínica, na medida em que o trabalho analítico pressupõe importantes mudanças no analisando. Por conta disso, trouxemos para o debate a concepção freudiana de clínica que estava alicerçada na primeira tópica, salientando, em primeiro, o funcionamento da mesma; em segundo, quais mudanças são esperadas na pessoa analisada; e, em terceiro, como fica a mesmidade da identidade pessoal.

Para conseguirmos efetuar as exposições propostas, estruturamos os capítulos do presente trabalho do seguinte modo:

*Capítulo 1* – Procuraremos analisar o aspecto sincrônico e diacrônico da identidade pessoal dentro do debate existente na Filosofia da Mente, levando em consideração a

discussão sobre o problema mente-corpo na constituição de uma pessoa, e o debate sobre a abordagem psicológica e somática na permanência da identidade em dois tempos distintos.

*Capítulo 2* – Analisaremos a concepção freudiana de pulsão a partir da sua relação com o somático e o psíquico, pois ela nos permite compreender de outra forma a sexualidade inerente a uma pessoa. Além disso, procuraremos entender como o desenvolvimento sexual infantil, dividido em estádios, é importante para a constituição de uma pessoa, salientando ainda o quanto a sexualidade desvirtua a concepção de corpo apresentada pela anatomia. Assim, buscaremos também apresentar a noção freudiana de corpo erógeno.

*Capítulo 3* – Pensando na perspectiva psicológica da constituição de uma pessoa, analisaremos neste terceiro capítulo a construção teórica freudiana acerca do aparelho psíquico, apresentando os dois modelos considerados psicanalíticos e articulando-os com o problema da identidade pessoal. A partir disso, evidenciaremos a concepção do psicanalista vienense sobre memória, consciência e percepção, além de tratarmos da importante questão da divisão do aparelho em diferentes partes e das relações conflituosas estabelecidas entre elas. Ainda, ressaltaremos a importância do inconsciente para se pensar a subjetividade, procurando compreender como a sua existência nos permite compreender a sensação de identidade.

*Capítulo 4* – Procuraremos compreender como a psicopatologia está intimamente associada ao problema sincrônico da identidade pessoal. Dessa forma, apresentaremos uma concepção etiológica universal, inerente a todas as afecções anímicas, para depois compreendermos como é a estruturação da neurose, psicose e perversão. Para isso, desenvolveremos no texto os sintomas peculiares a cada uma, e salientaremos a etiologia específica delas, levando em consideração as discussões antecedentes sobre a sexualidade infantil, o Complexo de Édipo, o complexo de castração, e os conflitos existentes entre as instâncias do aparelho psíquico. Assim, poderemos compreender como se constituem as pessoas diagnosticadas como neuróticas ou perversas ou psicóticas.

*Capítulo 5* – Discutiremos como podemos pensar a diacronia da identidade pessoal a partir da perspectiva freudiana, procurando salientar, em um primeiro momento, a discussão desenvolvida até então sobre o problema sincrônico da identidade e, em segundo lugar, o que permanece, em dois tempos distintos, na pessoa pensada por Freud que lhe permite estabelecer a identidade consigo mesma. Além disso, como a análise pressupõe importantes mudanças subjetivas em uma pessoa, procuraremos compreender quais são estas mudanças, e quais elementos permanecem nela que permite a existência da mesmidade da identidade

pessoal. Para efetuarmos isso, traremos para a discussão as concepções freudianas sobre o tratamento analítico presentes no primeiro modelo de aparelho psíquico.

## CAPÍTULO 1

### IDENTIDADE PESSOAL

*Que sei eu do que serei, eu que não sei o que sou?  
Ser o que penso? Mas penso ser tanta coisa!  
E há tantos que pensam ser a mesma coisa que não pode  
haver tantos!*

Fernando Pessoa

Imaginemos a seguinte situação. Certa manhã, o despertador toca, e você estica os braços para poder desligar o alarme. Ao esticá-los, você percebe que existe algo de diferente neles, mas isso não o surpreende, afinal, você ainda está sonolento. Ao se levantar da cama, você tem a impressão de que a distância dos seus pés à cabeça está um pouco diferente, mas a sonolência ainda o impede de fazer maiores reflexões. Ao abrir a porta do banheiro, você para diante do espelho, e nota que alguma coisa está errada; a imagem refletida no espelho não é aquela que você está acostumado a ver, mas sim, a do seu vizinho de apartamento. Você procura olhar em outras partes do corpo, e percebe que nenhuma delas corresponde ao que você entendia como sendo seu corpo. Você sai do banheiro, e ao voltar ao quarto, depara-se com um sujeito que lhe relata a seguinte experiência: “enquanto você estava dormindo, nós transplantamos o seu cérebro no corpo do seu vizinho”.

Teixeira (1994) sugeriu a situação imaginária supracitada que parece ter saído de um filme de ficção científica ou de uma obra literária kafkiana, devido ao seu aspecto que beira o absurdo. Contudo, é importante ressaltarmos que a situação apresentada permite ilustrar um dos problemas apresentados nos debates de filosofia da mente que é conhecido como o problema da identidade pessoal.

O problema da identidade pessoal sugere as seguintes reflexões: o que faz com que eu seja eu? Dizendo de outro modo: o que eu sou mais fundamentalmente? Ou, o que faz com que eu seja diferente de outra pessoa?

Esses dois questionamentos estão relacionados ao problema da identidade pessoal, pois procuram compreender o que vem a ser uma pessoa, buscando os aspectos mais fundamentais que tornam uma pessoa diferente de qualquer outra coisa. Ainda, é importante

ressaltarmos que essas questões estão inseridas dentro de um contexto sincrônico da identidade pessoal, já que buscam entender a identidade em um determinado tempo.

Além do contexto sincrônico da identidade pessoal, existe um outro aspecto que se situa numa perspectiva diacrônica, e busca analisar a identidade pessoal em dois tempos distintos. Diante dessa perspectiva, a questão pode ser formulada dos seguintes modos: o que seria uma pessoa em dois tempos distintos? Ou, existe algo numa pessoa que permanece nesses dois tempos que lhe permita estabelecer uma identidade?

A importância de uma indagação sobre a identidade pessoal não se restringe apenas ao campo filosófico, pois pensá-la reflete questões sobre outros saberes. Podemos pensar, no âmbito religioso, se uma pessoa continua existindo após morrer e, no campo judicial, se podemos condenar uma pessoa pelo crime que ela cometeu.

Por conta dessa vastidão de questões a respeito da identidade pessoal, Teixeira sustenta que

Sem [a questão da identidade pessoal] não haveria subjetividade nem tampouco esperança de vida após a morte. Se não existe um princípio que unifica os pensamentos e sensações como sendo *meus* pensamentos e *minhas* sensações, não há como falar em subjetividade. E se sabemos que o corpo se desintegra após a morte, como poderíamos supor, sem esse princípio unificador, que *pessoas* sobrevivem após a morte? (TEIXEIRA, 1994, pg. 53).

Esta passagem de Teixeira é bastante interessante porque ela nos mostra que a identidade pessoal sob o ponto de vista diacrônico revela a existência de uma unificação de conteúdos como sendo inerentes à pessoa, permitindo o estabelecimento da identidade. Além disso, temos que este debate existente na filosofia da mente é bastante pertinente para a compreensão do que vem a ser fundamentalmente uma pessoa. Desse modo, podemos compreender que ela é formada por uma subjetividade e por um corpo. Ao pensarmos que uma pessoa seja constituída por estas duas propriedades essenciais, queremos dizer que ela apresenta determinados conteúdos mentais, como autoconsciência, memória, desejos, pensamentos e intensões, e que ela também tem um corpo que comumente interage com o psíquico.

Existe um amplo debate dentro da filosofia da mente que procura definir o que se entende por pessoa. Por conta da tamanha vastidão, pensamos em adotar a perspectiva de Lynne Baker sobre o assunto, na medida em que a sua concepção é bastante interessante para se pensar a questão da identidade pessoal na obra freudiana. Para Baker (2000), uma pessoa humana é alguém capaz de ter perspectiva de primeira pessoa (autoconsciência), e ser dotada de um corpo biológico humano.

Quando pensamos a respeito da perspectiva de primeira pessoa, temos que uma pessoa apresenta processos mentais que lhe permitem ter autoconsciência, o que acarreta na possibilidade de ela construir indagações sobre a questão da identidade pessoal. Por conta disso, podemos estabelecer que temos um paradoxo quando a pessoa nega a existência de sua própria subjetividade, pois formular uma negação é um tipo de pensamento que está intimamente associado com os processos mentais. Assim, quando uma pessoa pergunta para si mesma sobre o que a constitui fundamentalmente podemos concluir a existência de uma subjetividade atrelada a determinados processos mentais.

No decorrer do debate filosófico acerca do problema da identidade pessoal, temos que, em inúmeras vezes, a definição de pessoa adotada não é a mesma de Baker, mas, comumente, as definições são bastante parecidas. Nesse sentido, os filósofos acreditam que uma pessoa seja dotada de um corpo, e que esta parte constituinte da pessoa apresenta os estados mentais compreendidos como desejos, pensamentos e intenções. Esta visão é usualmente a preferida, pois, como salientamos no parágrafo anterior, pensar no que eu sou pressupõe a existência de um pensamento, o que tornaria paradoxal a negação desse processo mental. O que podem diferir, nesse caso, são as posições adotadas em relação à natureza desse fenômeno, existindo diversas abordagens na Filosofia da Mente que tratam dessa questão, procurando ainda compreender a relação entre o mental e o corporal.

Antes de adentrarmos no debate sobre a relação entre a mente e o corpo, é importante ressaltarmos que a diacronia da identidade pessoal leva em consideração um ou ambos os aspectos constituintes de uma pessoa. Isto quer dizer que os aspectos mentais e/ou corporais são as condições essenciais para que uma pessoa permaneça a mesma em dois tempos distintos, estabelecendo assim a sensação de mesmidade da identidade pessoal. Nesse caso e antecipando brevemente uma discussão que será melhor trabalhada, uma abordagem que acredita ser a memória a condição mais fundamental para a permanência da identidade precisa compreender qual é a natureza substancial desse processo mental, na medida em que, se a substância não for similar à do corpo, a sua continuidade independe da permanência somática. Por conta dessa importante questão, é necessário compreendermos a discussão que as diferentes abordagens da Filosofia da Mente fazem sobre a relação entre a mente e o corpo.

### 1.1. O Problema mente-corpo

Dentro da tradição filosófica, o debate acerca da relação mente-corpo perpassa pela concepção dualista apresentada por René Descartes. Nessa perspectiva, o autor francês acreditava que uma pessoa seria um ser pensante, e a única certeza que ela poderia ter é que estava pensando. Segundo ele:

Verifico aqui que o pensamento é um atributo que me pertence; só ele não pode ser separado de mim. Eu sou, eu existo: isto é certo; mas por quanto tempo? A saber, por todo o tempo que eu penso; pois poderia, talvez, ocorrer que, se eu deixasse de pensar, deixaria ao mesmo tempo de ser ou de existir (DESCARTES, 1641/2004, p. 260/261).

Esse ser pensante concebido por Descartes existe durante o tempo em que existir seus pensamentos, ou seja, enquanto ele estiver pensando, ele existe. Por uma coisa que pensa ele entende que seja “uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina e que sente” (DESCARTES, 1641/2004, p. 261).

Para que essa coisa chamada pensamento exista, é necessário que ele seja feito de alguma substância, e Descartes atribui às faculdades mentais uma substância-pensante, que é compreendida pelo autor como sendo não-física, imaterial, inextensa e que não possui uma localidade no espaço. Essa substância não pode ser medida, dividida ou pesada.

Segundo Descartes (1637/2004), a substância pensante, compreendida como alma ou espírito, está alojada em um corpo biológico humano, que, diferentemente da alma, é composto por uma substância-material, que pode ocupar um lugar no espaço, e que possui determinadas propriedades, como extensão, peso e volume.

Por ser o corpo uma substância material, ele, diferentemente da alma, é passível de ser destruído, o que lhe confere um atributo de mortalidade que a substância pensante não possui. Se o corpo vier a falecer, é interessante notar que a alma, por ser imortal, continua a existir independentemente do corpo. Nas palavras de Descartes,

[a alma] é de uma natureza inteiramente independente do corpo e, conseqüentemente, que não está de maneira alguma sujeita a morrer com ele; depois, como não se notam outras causas que a destruam, somos naturalmente impelidos a supor por isso que ela é imortal (DESCARTES, 1637/2004, p. 84).

Essa questão acerca da imortalidade da alma é bastante interessante para a identidade pessoal, na medida em que, se tomarmos como ponto de partida o pensamento cartesiano de que as pessoas existem enquanto seres pensantes, e o pensamento tem como substância a

alma, é bastante provável que essa pessoa continue a existir ao perecimento de seu corpo. Esse tipo de argumento é bastante utilizado nas religiões que pregam a existência de uma vida após a morte<sup>1</sup>.

Se o dualismo cartesiano pressupõe a existência de uma substância imaterial responsável pelos fenômenos mentais, uma outra vertente dualista, denominada dualismo de propriedade, acredita na existência apenas da substância material, e tem como postulado de que a mente é um produto do cérebro. Ele é “dotado de um conjunto especial de propriedades das quais nenhum outro tipo de objeto físico dispõe” (CHURCHLAND, 1988/2004, pg. 30). Essa característica do cérebro pode ter sido desenvolvida no decorrer de milhares de anos de evolução, e por ser uma característica intrínseca a esse órgão, não seria possível replicá-la em um organismo feito de silício.

As propriedades especiais existentes no cérebro são consideradas não físicas, no sentido de que elas não podem ser explicadas ou reduzidas aos conceitos das ciências físicas habituais. Desse modo, apesar de as sensações de dor, de medo, de enxergar um objeto vermelho serem propriedades do cérebro, elas não se restringem ao funcionamento cerebral, não podendo ser reduzidas a meros aspectos neurofisiológicos. Essa irreducibilidade acarreta em uma desnecessária abolição do vocabulário mentalista para explicar os fenômenos mentais.

Ao se adotar uma postura dualista para explicar a relação mente e corpo, existe a necessidade de explicar qual o tipo de relacionamento que existe entre as duas substâncias distintas. Nesse sentido, procura-se descobrir se a mente tem poderes causais sobre o corpo, e se ele, o corpo, tem poderes causais sobre a mente. Diante desse quadro é possível adotar uma postura epifenomenalista ou uma postura interacionista.

De acordo com o epifenomenalista,

os fenômenos mentais não constituem uma parte dos fenômenos físicos do cérebro, determinando, em última análise, nossas ações são comportamentos, mas, ao contrário, eles ocorrem, por assim dizer, “acima do embate”. Os fenômenos mentais são, dessa forma, epifenômenos (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 31)

O surgimento da sensação de dor, um fenômeno mental, somente aparece quando existem determinados fenômenos físicos em meu cérebro. Mas, e o contrário, o fenômeno mental teria poder causal sobre o cérebro?

---

<sup>1</sup> A permanência da identidade pessoal por conta da imortalidade da alma será melhor discutida quando tratarmos acerca do problema da identidade pessoal no âmbito da diacronia. Por enquanto, o debate se restringe à visão dualista da relação entre mente e corpo.

Segundo Churchland (1988/2004), o epifenomenalista acredita que os fenômenos mentais não têm quaisquer efeitos causais no cérebro, na medida em que eles são os resultados, e não as causas dos processos cerebrais. Ao sustentar tal posição, temos que abandonar a ideia de que as ações humanas são determinadas por desejos, medo, intenção ou qualquer outro tipo de estado mental. Pensar que uma pessoa foi ao supermercado comprar um refrigerante porque estava com vontade de tomá-lo é um equívoco, pois a ação de ir ao supermercado foi causada por eventos físicos do cérebro. Nesse sentido, é ilusório o estabelecimento de que uma volição causou a ação.

Essa crença de que as atividades mentais não causam eventos comportamentais não é sustentada pelos interacionistas, que acreditam no poder causal dos fenômenos mentais. A ida de uma pessoa ao supermercado para comprar um refrigerante foi causada pela vontade que ela tem em tomar esse refrigerante. Nesse caso, “as propriedades mentais têm efeitos causais sobre o cérebro, e dessa forma, sobre o comportamento” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 33).

Para o dualista de substância, uma pessoa seria constituída por um corpo biológico humano e uma outra substância diferente da material que seria responsável pelos fenômenos mentais. Vale ressaltar que a parte não material da constituição dessa pessoa é o seu aspecto mais importante, na medida em que ela é a responsável pela consciência de que essa pessoa é um ser pensante. Para um dualista de propriedade, uma pessoa seria constituída por um corpo biológico humano e os seus processos mentais seriam fruto de propriedades do cérebro humano.

O materialismo reducionista, em contraposição ao pensamento dualista, acredita que “os estados mentais são estados físicos do cérebro” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 52). Isso quer dizer que um estado mental é numericamente idêntico a um estado físico cerebral. Por exemplo, a minha sensação de dor é um evento mental que é numericamente idêntico a um determinado estado físico de meu cérebro, sendo, portanto, reduzida a ele. Diferentemente do dualista de propriedade que acredita na existência de duas substâncias, uma material (cérebro) e outra imaterial (mente), o reducionista acredita na existência de apenas uma matéria, e o estudo mais aprofundado sobre o funcionamento dessa matéria possibilitará fazer as reduções e estabelecer as identidades entre os eventos mentais e os cerebrais.

De acordo com o materialista reducionista, a possibilidade de haver um mapeamento cerebral tão sofisticado que lhe permita estabelecer as identidades está condicionada ao avanço da ciência, e a sua história mostra que o estudo de outras áreas possibilitou estabelecer identidades entre o que era descrito popularmente e a descoberta da ciência. Sabemos que é

muito comum utilizar o vocabulário popular para explicar determinados fenômenos, como a existência de calor ou frio em um dado objeto. Uma pessoa não habituada ao vocabulário da física dirá que um objeto com a temperatura elevada está quente, mas um físico poderá revelar outra propriedade de ser quente, como a questão da energia do movimento das moléculas que constituem esse objeto. Nesse caso, o físico diria que “o calor é idêntico à alta energia cinética molecular média” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 53).

Paralelamente a esse caso da física, o materialista reducionista diria que a sensação de dor corresponde a determinados eventos do cérebro, reduzindo-os a isso. Não haveria algo além de estados cerebrais, e a utilização do vocabulário mentalista para falar sobre eventos cerebrais não precisaria ser abandonado, da mesma forma que a física ainda utiliza as noções de calor e frio para designar a qualidade da temperatura dos objetos.

Na perspectiva materialista reducionista, uma pessoa seria concebida como tendo um corpo biológico humano e a mente seria idêntica ao cérebro. Nesse sentido, a memória, os desejos, as intenções, as vontades e a consciência nada mais são que idênticas a uma forma de funcionamento do cérebro. Se hoje em dia não é possível estabelecer com precisão os seus lugares nesse órgão, futuramente, com o avanço da neurociência, para os teóricos desta abordagem, será possível determinar com exatidão, por exemplo, o funcionamento cerebral responsável pela consciência.

Uma outra vertente da visão materialista da relação mente-corpo é denominada de funcionalismo. Segundo o funcionalismo, a definição possível para os estados mentais tem que ser dada a partir da relação causal que esses estados estabelecem, ou seja, “os efeitos do meio ambiente sobre o corpo; com outros estados mentais e com o comportamento corporal” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 67). Uma dor, por exemplo, seria compreendida a partir da relação que ela estabelece com o órgão lesionado, com a causa mental (sofrimento e irritação) que essa lesão pode ocasionar e com os efeitos comportamentais que essa dor causa, como a procura de um tratamento para a região lesionada. Nesse sentido, o funcionalismo acredita que “todo estado que desempenha exatamente esse papel funcional é uma dor” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 68).

Outros estados mentais também poderiam ser definidos do mesmo modo que a dor, levando-se em consideração os aspectos funcionais desses estados, partindo do pressuposto de que eles tenham uma origem determinada por fatores internos únicos e que esses fatores irão causar um determinado comportamento.

Apesar de essa teoria ser materialista, ela apresenta uma diferença bastante importante em relação ao materialismo reducionista. Para a compreensão dessa diferença, imaginemos

uma situação que envolve um alienígena feito de silício, e que apresenta uma constituição fisiológica diferente da humana. A composição química e a estrutura cerebral desse ser é diferente da encontrada em um ser humano. Mesmo havendo essa diferença importante, é possível estabelecer que esse cérebro androide possa manter “uma economia funcional de estados internos, cujas relações recíprocas estão em perfeito paralelo com as relações recíprocas que definem nossos próprios estados mentais” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 68). Ao lesionar uma determinada parte do corpo desse androide, ele pode ter uma experiência de dor muito parecida com a humana, mesmo que ele não tenha em sua constituição um corpo biológico humano. Se esse estado fosse considerado apenas de um ponto de vista físico, a sua constituição seria muito diferente de um estado análogo humano, mas ele guarda semelhanças com a dor humana em seu aspecto funcional.

Esse exemplo é bastante interessante para ilustrar que, para o funcionalismo, “o importante para a existência de uma mente não é a matéria da qual a criatura é feita, mas a estrutura das atividades internas mantidas por essa matéria” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 68). Essa visão leva à tentativa de conseguir criar, em corpos artificiais, máquinas que simulem determinados aspectos do comportamento humano, como sentimentos, pensamentos e consciência.

Embora o funcionalismo guarde semelhanças com o materialismo reducionista na concepção de que um evento mental corresponde a um evento físico, existe uma diferença bastante profunda na correspondência dessa identidade numérica, na medida em que, para o reducionista, o aspecto físico que se leva em consideração é o cérebro, e não qualquer outra entidade física.

Para o funcionalista, uma pessoa seria constituída por um corpo, não necessariamente biológico, que possui uma mente idêntica ao corpo que a constitui. Os processos mentais seriam analisados a partir de seu aspecto funcional, e não apenas em sua natureza física.

Uma outra abordagem que estuda a relação existente entre a mente e o corpo denomina-se materialismo eliminacionista, e ela pode ser considerada a vertente materialista mais radical. À primeira vista, essa abordagem pode ser confundida com o materialismo reducionista, na medida em que ela acredita na identidade entre um estado mental e um estado cerebral. Contudo, é bastante importante ressaltarmos que ela não acredita numa redução da psicologia popular à neurociência, “porque a estrutura psicológica de nosso senso comum é uma concepção falsa e radicalmente enganosa das causas do comportamento humano e da natureza da atividade cognitiva” (CHURCHLAND, 1988/2004, p. 79). Nesse sentido, o materialista eliminacionista acredita que a concepção da psicologia popular sobre crença,

desejo, medo, sensação, dor e alegria será eliminada quando a neurociência estiver avançada, e conseguir provar que essa forma de se expressar estava equivocada. Essa eliminação irá ocorrer, porque, na ciência, quando uma teoria nova é postulada e a antecedente se mostra falha na explicação de determinados fenômenos, a nova teoria se sobrepõe à outra, substituindo-a.

A História da ciência é o argumento principal para sustentar a tese do eliminacionismo. Tomando como exemplo a própria história de determinados fenômenos psicológicos, a psicose era compreendida, na Idade Média, como um caso de possessão demoníaca, como se um espírito maléfico tivesse possuído o corpo do psicótico, podendo ser encontrada a influência demoníaca olhando os olhos dele. Com o passar do tempo, essa concepção de psicose foi eliminada da ciência, e a eliminação possibilitou que hoje se tenha uma explicação ontológica baseada na neurociência ou nas abordagens ditas psicodinâmicas.

De acordo com o materialista eliminacionista, dizer, futuramente, que eu fui ao supermercado porque estava com vontade de tomar um refrigerante se mostrará tão equivocado quanto dizer que uma psicose foi causada por influências demoníacas. O que haverá no futuro será o abandono do vocabulário mentalista que hoje impregna a fala popular. Ao se abandonar esse vocabulário, quando uma pessoa se referir àquilo que anteriormente era considerado uma vontade, ela o fará utilizando um vocabulário neurofisiológico. Assim, podemos imaginar que uma pessoa dirá que foi ao supermercado porque os seus neurônios se conectaram de uma determinada maneira, ou que uma região do cérebro foi ativada.

Após essa explanação acerca do materialismo eliminacionista, podemos considerar que uma pessoa nessa concepção seria compreendida como alguém dotado de um corpo biológico, com processos mentais inexistentes, na medida em que eles são nada mais que processos cerebrais.

## **1.2. Identidade pessoal no contexto diacrônico**

Para pensarmos a perspectiva diacrônica da identidade pessoal, ou seja, o que permanece numa pessoa em dois tempos distintos é necessário levarmos em consideração a questão sobre a identidade numérica e a identidade qualitativa. Segundo Olson,

Dizer que isso e aquilo são numericamente idênticos quer dizer que eles são únicos e os mesmos: uma coisa ao invés de duas. Isso é diferente de identidade qualitativa. As coisas são qualitativamente idênticas quando elas são similares (OLSON, 2008)

De acordo com o trecho, suponhamos a existência de dois gêmeos univitelinos chamados João e José. Ambos não são numericamente idênticos, pois João é apenas numericamente idêntico a si mesmo, e José é numericamente idêntico a si próprio. Por outro lado, ambos possuem uma identidade qualitativa, na medida em que eles possuem similaridades em comum: possuem os mesmos genitores, rostos similares, alturas similares, etc.

Pensando em termos qualitativos, uma pessoa muda ao longo do tempo, e a sua identidade qualitativa não permanece a mesma. Existem mudanças na altura dessa pessoa, em seu peso, aparência, em seus desejos e em seus pensamentos. Para exemplificar essa exposição, suponhamos a existência de uma pessoa adulta, executiva, que, um dia, foi um adolescente *grunge*. Dentro do aspecto qualitativo, por exemplo, essa pessoa mudou a sua maneira de se vestir, mas ela continua sendo a mesma pessoa no sentido da identidade numérica. Desse modo, Olson postula a seguinte argumentação a respeito da identidade pessoal:

Então a questão não é o que leva um ser do passado ou futuro ser qualitativamente como ele, mas o que leva a um ser do passado ou futuro ser ele em oposição a alguém ou a algo diferente dele (OLSON, 2008).

Essa argumentação é interessante, e apresenta que existe um problema delicado na questão da identidade pessoal. Como eu posso estabelecer que o executivo adulto seja o mesmo que o adolescente *grunge* do passado? O problema nesse caso é conseguir encontrar quais traços do adolescente que permaneceram nesse executivo. Nesse caso, quais aspectos nessa pessoa permaneceram ao longo do tempo para que eu possa estabelecer uma identidade entre o adolescente de ontem e o executivo de hoje?

De acordo com Olson (2008), essa questão pode ser formulada da seguinte forma: sob quais possíveis circunstâncias uma pessoa que existe em um tempo é idêntica a uma pessoa que existe em outro tempo? Pensando essa questão de outra maneira: se eu sou a mesma pessoa em dois tempos distintos, o que permanece em mim que me permite estabelecer essa identidade?

As respostas a esses questionamentos são vastas, e de acordo com Olson (2008), elas podem ser agrupadas em duas abordagens principais: a abordagem psicológica, que acredita serem os aspectos psíquicos os mais importantes para a permanência da identidade, e a

abordagem somática, que acredita ser o corpo o requisito fundamental para a identidade pessoal.

No presente trabalho, serão apresentados os principais argumentos de cada uma das abordagens e as principais objeções que são feitos a eles.

### 1.2.1. Abordagem psicológica

Para início da discussão acerca da abordagem psicológica da identidade pessoal, apresentaremos a análise feita por John Locke. Segundo ele,

o conceito de pessoa é o conceito de um ser consciente, que tem acesso aos seus próprios pensamentos e percepções no modo da primeira pessoa ou do Eu, de maneira reflexiva, e a condição necessária e suficiente – o critério – da identidade pessoal é a consciência (COSTA, 2002, pg. 165)

De acordo com o argumento apresentado por Locke, basta que uma pessoa tenha consciência de si ou do que ela foi no passado para que exista a identidade pessoal. Nesse sentido, como a consciência de fatos passados envolve lembranças do que aconteceu com a pessoa, para Locke, o critério da identidade pessoal é a memória.

Locke (*apud* COSTA, 2002) tem um experimento de pensamento muito interessante acerca da memória como critério fundamental para a permanência da identidade de uma pessoa. Ele propõe que imaginemos uma situação em que a alma de um príncipe, acompanhada de todas as lembranças que ele tem da sua vida de nobreza, se aloje no corpo de um sapateiro, ao mesmo tempo em que a alma desse plebeu abandonasse o seu corpo. Diante de tal hipótese, o autor acredita que o príncipe permanece o mesmo, apesar de ter o seu corpo trocado, pois as lembranças, de sua experiência como um membro da realeza, ainda estão intactas.

Adotando o critério de que a memória é o ponto fundamental para a identidade pessoal, temos que a mesmidade corresponde à identidade da memória. Ilustrando essa afirmação com o exemplo do executivo, podemos inferir que ele seja o mesmo adolescente, porque ele guarda aspectos psicológicos do tempo de sua adolescência. Ao estar consciente de que ele foi *grunge* um dia, então é possível constatar que a sua identidade permanece a mesma.

Algumas objeções foram levantadas aos argumentos de Locke. Pensando que a memória seja o critério fundamental para a identidade de uma pessoa, suponhamos que o

executivo tenha sofrido um acidente, e que ele tenha perdido toda a sua memória. Não se recorda do fato de ter sido criança e adolescente um dia, e quando as pessoas lhe contam que é natural do ser humano passar por estes estágios, ele se sente surpreso. Quando se adota o critério da memória como sendo o fundamental, podemos dizer que o executivo seja a mesma pessoa que ele foi anteriormente? Ele é o mesmo adolescente *grunge* de outrora?

Alguns contra-argumentariam tal hipótese pensando que a perda da memória não implica perda de identidade, na medida em que esse executivo pode recorrer a alguns fatos que estabelecem a sua mesmidade. Ele pode recorrer a fotografias da época em que era *grunge*; ele pode recorrer à ajuda de terceiros que lhe comprovem o fato de ele ter sido esse adolescente. Percebemos que os terceiros usarão as próprias memórias para poder afirmar que o executivo é aquele mesmo *grunge* de outrora. Porém, podemos problematizar novamente. E se todas as fotografias ou coisas que comprovassem o fato de ele ter sido aquele adolescente (como discos ou um diário) fossem destruídos, assim como as memórias desses terceiros, seria possível estabelecer a identidade do executivo com o adolescente?

Esse executivo existe como tal e é a mesma pessoa que um dia foi adolescente, mas segundo o critério da memória que leva em questão seus aspectos subjetivos, não teria como estabelecer a identidade entre ele e o adolescente. Ele poderia compreender que o adolescente não era ele, estabelecendo que fossem duas pessoas distintas.

Podemos pensar que essa objeção seja extremamente radical, pois, comumente, a linguagem<sup>2</sup> nos permite estabelecer uma vinculação com o passado, mesmo que a sua memória seja perdida. Nesse caso poderiam argumentar: e em relação às pessoas que estão continuamente perdendo as suas lembranças, pois é bastante raro encontrarmos alguém que se lembre de tudo, como ficaria a questão da identidade pessoal?

Os defensores do critério da memória, não tão radicais quanto Locke, postulariam que, mesmo ocorrendo lacunas nas lembranças de uma pessoa, ela seria a mesma, porque haveria elos mnêmicos. Pensando numa pessoa senil que não se recorda de sua infância, ela seria a mesma pessoa, mas idosa, porque ela possui lembranças de sua adolescência, e quando ela era adolescente, ela se lembrava de sua infância. Nesse sentido, existe um elo entre a memória que ele tem da sua adolescência, com a memória que ele tinha, enquanto um adolescente, de sua infância.

---

<sup>2</sup> Na língua pirarrã (pirahã) não há o tempo passado e nem o futuro. As pessoas que se comunicam através dessa língua falam tudo no tempo presente. Este apontamento é bastante interessante porque nos permite fazer o seguinte questionamento: se a manutenção da identidade pessoal pressupõe o estabelecimento da mesmidade daquilo que eu fui com o que eu sou, como ficaria essa questão para o pessoal pertencente à tribo Pirahã, já que a língua falada por eles não faz referências ao passado?

O critério da memória se mostra bastante delicado quando se supõe a existência de uma pessoa que acredite ser alguma coisa que ela não foi, como se ela vivesse na fantasia. Uma determinada pessoa acredita ter sido Napoleão Bonaparte, mesmo que haja um intervalo de séculos entre a existência dela e do general francês. Essa pessoa, de acordo com o critério da memória, teria que ser considerada a mesma pessoa.

Agora, pensando no lugar onde estão alojados esses fenômenos mentais, podemos trazer para a discussão algumas abordagens que tratam da relação mente e corpo. Para o dualista de substância, como a memória é uma faculdade mental e a mente faz parte da alma, podemos supor que, na morte do corpo biológico, haveria a continuidade da pessoa por causa da imortalidade da alma. Para citarmos um exemplo, a religião grega acreditava na permanência das faculdades mentais depois da morte, e a memória era algo que poderia ser utilizado contra o morto no além-túmulo. De acordo com o crime cometido em vida, esse morto poderia se lembrar eternamente da barbaridade que ele cometera.

Ainda em relação a essa abordagem dualista, caso haja uma metempsicose, o corpo que recebesse a alma passaria a ter a identidade desse espírito. Desse modo, se a alma de um jogador de futebol migrar para o corpo de um psicólogo, e a alma do psicológico sair de seu corpo, essa pessoa passará a ser idêntica ao jogador de futebol, tal como vimos no exercício de pensamento feito por Locke.

### **1.2.2. Abordagem somática**

Em contraposição ao pensamento de que as faculdades mentais sejam atributos da alma, podemos utilizar o argumento daqueles que defendem ser a mente um produto da atividade cerebral, ou, em outro caso, a mente seria igual aos processos cerebrais. Essas duas perspectivas entrariam em acordo com a abordagem somática da persistência da identidade pessoal.

A abordagem somática da identidade pessoal acredita que a persistência do corpo é a condição fundamental para que exista a continuidade da identidade de uma pessoa, privilegiando o biológico em detrimento do psicológico. Um dos argumentos utilizados por essa abordagem é sobre a possibilidade de o corpo ser o mesmo em dois tempos distintos. Isso quer dizer que, o corpo do executivo é o mesmo corpo do adolescente, e o único aspecto que mudou foi o seu envelhecimento. Mas, o que pode sustentar tal hipótese?

Segundo Baker (2000) os defensores desse argumento dizem que o corpo é o mesmo em dois tempos distintos por que a sua constituição corporal permanece a mesma, no sentido de que a organização celular continua a mesma. Essa argumentação apresenta problemas, pois as células, além de estarem em constante mudança, morrem no decorrer do tempo. Alguns diriam que esse contra-argumento não é válido, pois as células cerebrais permanecem as mesmas. Mesmo que algumas dessas células cerebrais morram, daria para se pensar na identidade pessoal dessa pessoa?

Outro caso bastante interessante sobre a questão somática envolve a perda de algum membro do corpo. Se uma pessoa perder um braço, ele continua sendo a mesma pessoa? Se essa pergunta fosse feita para um público não acostumado com essas discussões, ele diria que seria um absurdo pensar que a identidade dessa pessoa mudou, mesmo com a perda do braço. Poderiam acreditar que alguns aspectos psicológicos seus mudaram, mas que seria impossível dizer que ela não é a mesma pessoa. Mas, trazendo a questão de Teixeira (1994) e pensando na questão celular: e se todas as partes ou células desse corpo fossem substituídas, essa pessoa continuaria sendo a mesma?

Essa pergunta traz para a discussão o paradoxo do barco de Teseu. Esse objeto foi utilizado na guerra de Tróia, e o povo ateniense resolveu conservá-lo como se fosse um monumento da vitória sobre os troianos. Para que o barco pudesse ser preservado, algumas peças envelhecidas foram substituídas com o passar dos anos, até que todo o barco tivesse apenas partes novas. A questão que fica é a seguinte: esse barco, mesmo tendo todas as partes substituídas, continua sendo o mesmo barco?

Uma hipótese possível a esse questionamento e que pode ser utilizada para a questão corporal é que, se todas as peças fossem substituídas de uma única vez, o barco como era conhecido não seria o mesmo, na medida em que ele teria sido destruído para que houvesse a construção de um novo. Em contrapartida, como as peças foram substituídas uma de cada vez, podemos estabelecer uma certa identidade entre a peça nova que entra e as peças antigas que fazem parte do barco. Nesse sentido, o barco continua sendo o mesmo, porque, como um todo, ele não sofreu modificações; a sua modificação aconteceu em apenas uma parte. Mas, e quando a última parte for substituída, o barco permanecerá o mesmo?

Trazendo a discussão para o campo da abordagem somática, alguns diriam que, como a transformação celular ocorre paulatinamente, poderia haver a existência da mesma pessoa, mesmo que algumas células sejam substituídas. Porém, e se alguém argumentasse que todas as células fossem substituídas de uma vez, haveria a permanência da identidade?

Alguns diriam que a continuidade do corpo seria fruto da permanência intacta do cérebro. Podemos trocar todas as partes do corpo, mas o cérebro é o único que tem que ser preservado. Essa forma de pensamento resulta no entendimento de que o cérebro é o responsável pelas faculdades mentais, como, por exemplo, a memória, as crenças, as intenções e os desejos. Sendo o corpo o palco desses acontecimentos, a única parte que não pode ser substituída ou danificada seria o cérebro.

Essa hipótese do cérebro levanta algumas objeções, tais como o seguinte argumento utilizando o funcionalismo como embasamento. A abordagem funcionalista não privilegia a natureza física dos fenômenos mentais, levando em consideração apenas os aspectos funcionais desses fenômenos. Então, suponhamos o caso de uma pessoa que tenha todas as partes do seu corpo substituídas, inclusive o seu cérebro. Em seu lugar, foi colocado um *chip* que contém todas as informações que o seu cérebro possuía, como, por exemplo, os seus desejos, os seus medos e as suas memórias. Nesse caso, existe a permanência da identidade pessoal, mesmo que as faculdades do cérebro tenham sido preservadas nesse *chip*? E, levando em consideração os aspectos subjetivos existentes no *chip*, podemos dizer que ele é a pessoa?

Agora, utilizando uma argumentação realizada por Teixeira (1994) embasada na teoria da mente conhecida como materialismo reducionista, imaginemos uma situação em que envolve uma pessoa  $\alpha$  pensando a respeito de quem ela seja. Enquanto ela pensa sobre isso, estão sendo feitos alguns mapeamentos em seu cérebro, e descobrem que, quando ela pensa ser ela, algumas reações neurofisiológicas ocorrem. Agora, imaginemos que uma pessoa  $\beta$  também tenha as mesmas reações quando ela responde ser a pessoa  $\alpha$ . Nesse caso, quem pode ser considerada a pessoa  $\alpha$ ? A própria ou a  $\beta$  também pode ser considerada?

Segundo Teixeira (1994), essas hipóteses envolvem a existência de um novo paradoxo, caso seja levada em consideração, única e exclusivamente, o caso da permanência do cérebro. Nesse sentido, “se defendemos o materialismo, torna-se impossível definir a identidade pessoal” (TEIXEIRA, 1994, p. 78).

Do mesmo modo que foi pensada a questão da metempsicose, suponhamos a mudança do cérebro de um corpo a outro, como a apresentada no começo desse capítulo. Assim, suponhamos a transferência do cérebro da pessoa  $x$  para o corpo de uma pessoa  $y$ . Nesse caso, a transferência cerebral faz com que a pessoa  $y$  permaneça a mesma ou que ela é uma outra pessoa? Ainda, a pessoa  $x$  acredita que é a mesma, mesmo estando em outro corpo?

A argumentação acima para os defensores da continuidade psicológica não traria abalos para a sua teoria, na medida em que a importância da permanência da identidade pessoal reside nos fatores psicológicos e não corporais. Mesmo com a mudança de corpo, essa

pessoa ainda se acha a mesma porque tem alguns fenômenos mentais preservados, como as memórias, por exemplo.

Podemos ilustrar essa questão com um exemplo retirado da literatura. Kafka (1915/2000) escreveu uma história em que Gregor Samsa acorda no corpo de um inseto monstruoso. Apesar de haver essa mudança corporal, ele ainda tinha todas as suas faculdades mentais intactas, e os membros de sua família ainda o tratavam como se fosse um Samsa. Alguns poderiam admitir que, nesse caso, houve a permanência da identidade pessoal porque, além de as faculdades mentais estarem intactas, o corpo do inseto nada mais era que seu corpo humano metamorfoseado, o que manteria uma conexão corpórea entre o novo e o antigo corpo.

Pensando na admissão de um materialismo, ou seja, que as faculdades mentais sejam frutos de atividades cerebrais, existe mais um problema que precisa ser investigado. Suponhamos que uma pessoa tenha o seu corpo clonado, e a sua cópia apresenta uma aparência idêntica ao original, preservando até mesmo os seus aspectos psicológicos. O clone possui as mesmas memórias, crenças e desejos. Nesse sentido, como fica a questão da identidade numérica, sendo que há duas pessoas iguais? Pensando num caso extremo, por serem as duas pessoas consideradas as mesmas, você mataria a original, e deixaria viver a cópia?

Uma resposta plausível a esse questionamento é dada pensando que, mesmo sendo uma cópia fiel ao original, o clone é compreendido como uma pessoa, distinta do original. Isso acontece porque, no momento posterior ao seu aparecimento, a sua interação ambiental diferente do original faz com que a cópia e o original sejam distintos. Nesse caso, o clone nasce com a história do original, mas se torna diferente a partir do momento em que essa história continua. Além desse aspecto importante, Baker (2000) ressalta a questão de que, como uma pessoa pode ser definida como alguém que tem uma perspectiva de primeira pessoa em relação ao próprio corpo, ou seja, introspecção, por haver duas perspectivas, uma do original e outra da cópia, então haveria duas pessoas distintas, que guardam semelhanças apenas em suas histórias.

A questão da permanência da identidade pessoal é um assunto bastante interessante, e que gera diversos questionamentos que vão além da intenção de se compreender o que permanece ao longo do tempo que faz uma pessoa ser ela mesma e não outra. Um ponto interessante para se pensar é nos aspectos éticos que envolvem a permanência de algo no decorrer do tempo. Pensar que um criminoso é culpado por um crime cometido, é compreender que as ações que ele empreendeu foram feitas por ele mesmo, e não por uma

outra pessoa. Nesse sentido, existe uma identidade entre a pessoa que cometeu o crime e a pessoa que está sendo julgada.

Parece paradoxal admitir a existência da permanência de uma identidade pessoal, na medida em que, de acordo com os argumentos citados, ambas as abordagens apresentam críticas que mostram as suas falhas. A abordagem psicológica institui que os aspectos psicológicos são os necessários para que haja a permanência da identidade, ao passo que a abordagem somática acredita ser o corpo, mas ambas apresentam problemas em sua forma de abordar o tema. Apesar da ocorrência desses problemas, é bastante importante observar que as pessoas, comumente, mantêm uma identidade consigo próprias ao longo de dois tempos distintos, e a evocação dessa identidade engloba, normalmente, os dois, ou um, dos aspectos abordados.

## CAPÍTULO 2

### PULSÃO, CORPO, SEXUALIDADE INFANTIL E IDENTIDADE

#### PESSOAL

*Meu corpo não é meu corpo,  
É ilusão de outro ser.*  
Carlos Drummond de Andrade

### 2.1. A sexualidade

A indagação do aspecto sincrônico da identidade pessoal a partir de uma perspectiva freudiana nos remete a pensar nos aspectos que são fundamentais, para o autor, na constituição de uma pessoa em um determinado tempo. Nesse sentido, se a constituição de uma pessoa leva em consideração suas propriedades psicológicas e biológicas, no sentido de que uma pessoa humana é dotada de atividades mentais e um corpo, temos que pensar como essas duas questões se articulam com o problema da identidade, procurando ainda compreender como o biológico e o psicológico se articulam entre si. Além dessa questão crucial, esses dois aspectos também tem um componente cultural bastante importante, pois ambos estão atrelados a um contexto social, que são os outros seres humanos com quem uma pessoa se relaciona. Serão esses os três componentes principais para se pensar a questão da identidade.

Para compreendermos essa relação e a sua contribuição para o problema da identidade, é importante retomamos o contexto em que a conceituação de Freud acerca da relação entre o mental e o corporal surgiu, na medida em que o seu discurso pode ser encarado como uma subversão da concepção vigente em sua época. Dessa forma, essa postura adotada por Freud permite que o entendimento sobre o que vem a ser uma pessoa também sofreu mudanças drásticas com o advento de suas ideias.

Quando Freud fala acerca da relação existente entre a mente e o corpo, ele não adota a concepção que a psiquiatria de sua época tinha. A concepção da psiquiatria vigente no final do século XIX e começo do século XX tinha como embasamento teórico a noção de hereditariedade-degenerescência. Essa noção sustentava a existência de um ideal humano,

concebido como a imagem semelhante de Deus, e os desvios desse ideal eram causados pela transmissão, de geração para geração, das degenerações. Para Morel, um dos principais idealizadores dessa noção, “uma linhagem acometida pela degeneração tenderia a acumular e acentuar seus desvios, o que, em seu extremo, acarretaria na sua esterilidade e extinção” (PEREIRA, 2008, p. 492).

A hereditariedade-degenerescência não sustentava apenas o modo de se compreender a patologia psíquica, mas também embasava o campo da criminologia da época. Por conta disso, a degenerescência não era apenas um problema médico cuja medida profilática seria buscar as razões do adoecimento psíquico, mas, acima de tudo, esse problema passou a ser entendido como sendo de ordem judicial; cabia ao poder judicial manter a sociedade livre dos degenerados, preservando aqueles que eram considerados normais.

A sexologia da época também se sustentava por meio das ideias defendidas pela hereditariedade-degenerescência. Dentro dessa concepção existia a noção de que as crianças não apresentavam qualquer tipo de sexualidade, sendo a puberdade o primeiro período em que ela se manifestava. Também, a manifestação normal da sexualidade era apenas o ato sexual, para fins reprodutivos, executado entre um homem e uma mulher adultos. Quaisquer atividades sexuais que fugissem a esta norma, como as preliminares existentes antes do intercurso, o ato sexual existente entre pessoas do mesmo sexo, a manifestação da sexualidade infantil, eram da ordem da perversão e, mais precisamente, da patologia. Para sustentar tais concepções de uma forma científica, a sexologia emprestava algumas contribuições da biologia, tais como uma leitura errônea das teses de Charles Darwin e da noção de instinto.

A leitura errada das teses darwinianas, principalmente a de que os mais fortes sobrevivem, sustentava a crença de que a degenerescência era transmitida de geração em geração, e que a única forma de barrar isso era não permitir que as pessoas pervertidas ou anormais, consideradas como as mais fracas, se reproduzissem. Caso isso acontecesse, a nação e a raça tida como pura (os mais fortes) estariam fadadas ao fracasso, e consequentemente, a desaparecerem.

Para explicar tal sustentação, podemos utilizar a homossexualidade como exemplo. Naquela época, acreditava-se que a homossexualidade era uma aberração, um desvio da sexualidade, porque a finalidade última do intercurso entre duas pessoas do mesmo sexo não era a reprodução. Este desvio era considerado um problema para a sociedade, pois uma nação de homossexuais não geraria descendentes, e isso acarretaria na extinção dessa sociedade. Ainda, mesmo que uma pessoa homossexual tivesse relações sexuais com uma pessoa heterossexual, e esse intercurso gerasse descendente, essa relação resultaria em pessoas

homossexuais, porque a degenerescência seria transmitida para a geração seguinte. Assim, a transmissão hereditária da homossexualidade resultaria no fim da sociedade e, conseqüentemente, no fim dos mais fortes.

Para que esta tese pudesse ser sustentada, a sexologia de então tomava emprestada da biologia a noção de instinto. De acordo com Garcia-Roza (1990/2004), ao se pensar em instinto, pressupõe-se um mundo natural onde os seres vivos animais mantêm relações entre si. Neste mundo, o corpo animal é marcado pela falta, na medida em que este corpo não é auto-suficiente, necessitando de algo externo a ele, um outro corpo, para que ele possa se manter vivo. Esta falta é chamada pelas ciências naturais de necessidade. A fim de poder preencher a falta, os corpos tendem a uma ação a outro objeto (corpo) e, feito isso, o corpo necessitado se adequa aos corpos do mundo. Esta adequação se chama adaptação e ela impõe que a ação se faça segundo caminhos pré-formados. Esses caminhos são os instintos.

Trazendo a noção de instinto para o campo da sexologia, temos que para haver o ato sexual e a conseqüente geração de descendentes para que a espécie continue a existir, um corpo necessita de outro corpo diferente do seu para poder realizar a procriação. O intercuro acarretaria na união da genitália masculina com a genitália feminina. Desse modo, a finalidade última do instinto sexual é a reprodutiva para gerar descendentes para a espécie, assim como ocorre (ou deveria ocorrer) com os outros animais, não levando a espécie à extinção. Qualquer manifestação contrária a esta, e por colocar em risco a espécie humana, os psiquiatras e sexólogos classificavam como perversão ou aberração sexual.

Essa concepção de sexologia sustentada pelas teses da hereditariedade-degenerescência nos faz pensar que uma pessoa poderia ser compreendida como alguém dotado de uma subjetividade, cuja substância poderia ser considerada imaterial, devido ao caráter religioso contido nas teses da hereditariedade-degenerescência. Além disso, ela seria possuidora, também, de um corpo que teria que atender aos anseios considerados normais, na medida em que a sua não obediência à ordem faria com que a pessoa fosse considerada anormal, e passível de sofrer no campo judicial e religioso. Esse corpo seria regido pelas leis instintivas, determinadas por um padrão fixo de objeto e finalidade. Dessa forma, uma pessoa somente poderia manifestar a sua sexualidade se ela estivesse em acordo com o intercuro executado para fins reprodutivos por um homem e uma mulher e, caso a pessoa levasse a cabo os intentos de uma sexualidade “anormal”, ela poderia padecer de alguma doença.

Em direção contrária a esse discurso, Freud, a partir da sua experiência de tratamento com neuróticos, pode ampliar a concepção vigente de sexualidade. Além da importância clínica para esse fator, os estudos que ele fez a respeito das perversões e os referentes à

sexualidade infantil permitiram que a sexualidade não fosse apenas vista como tendo a finalidade no intercuro sexual. Dentro dessa nova contribuição, Freud atentou para o fato de que a sexualidade não começava a se manifestar apenas na puberdade, mas que ela já estava presente nos primórdios da infância. Além disso, a proposta freudiana trouxe uma nova concepção daquilo que é considerado normal e patológico, por conta da sua forma de analisar as chamadas perversões e aberrações sexuais. A sexualidade, a partir dos escritos de Freud, não passará apenas a ser uma manifestação para gerar descendentes, mas ela servirá como pilar para o psiquismo humano. Por conta disso, ela é de extrema importância para compreendermos a constituição de uma pessoa, na medida em que a sexualidade estabelece-se a partir de uma relação entre o corporal, o psicológico e o social.

Segundo Garcia-Roza (1994/2005), Freud desvirtuou o discurso existente da sexualidade de seu tempo a partir da análise de seus conceitos e princípios. Dentro desse seu novo discurso, Freud substituiu o conceito que assentava todas as teorias da sexualidade, a saber, o instinto, e passou a usar o conceito de pulsão (*Trieb*). Esta mudança acarretou na perversão do entendimento de sexualidade, já que, como observa Garcia-Roza, “se podemos apontar desvios ou perversões do instinto, por se tratar de uma conduta cujos padrões são fixados hereditariamente, isso se torna extremamente complexo em se tratando da pulsão, ela mesma, um desvio do instinto” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 96).

A pulsão seria considerada um desvio do instinto porque ela não contém em si um comportamento hereditariamente fixado e um objeto previamente estabelecido. Se no instinto sexual é possível estabelecer o objetivo como sendo a reprodução da espécie e o objeto a genitália do sexo oposto, para a pulsão esta determinação é bastante complicada, pois “é exatamente a variação quanto ao objetivo e ao objeto que se vai constituir num dos pontos centrais da teoria pulsional” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 116).

Essa noção de que a pulsão não apresenta um objeto estabelecido biologicamente, como no caso do instinto, nos faz pensar que o objeto é indiferente em si mesmo, mas que é “subjetivamente e historicamente determinado, que satisfaz (parcialmente) ao fim de gozo da pulsão sexual” (DEPARTS-PEQUIGNOT, 1993/1996, p. 468). Ao invés de haver um padrão biologicamente determinado para a finalidade e a escolha do objeto, a pulsão está estritamente relacionada com a história de vida de uma pessoa, podendo ser ela mesma direcionada para outros objetos a fim de obter a finalidade que é a satisfação. De acordo com isso e com a passagem do psicanalista francês, a noção de pulsão é bastante importante para a compreensão de uma pessoa, na medida em que este conceito está atrelado aos fatores

fundamentais para se pensar a questão da identidade, e nos permite compreender como ela se relaciona com o mental e o corporal.

A ampliação da concepção de sexualidade empreendida por Freud permitiu que a mesma pudesse ter não apenas um atributo estritamente biológico, sustentado no conceito de instinto, mas permitiu repensar o quanto a sexualidade está atrelada ao psicológico e ao social. A respeito disso, Desparts-Pequignot diz que

Por sua definição “ampliada” da sexualidade e a concepção do polimorfismo desta, Freud mostra que o campo do psicosexual é irreduzível a dados biológicos, tomando uma distância essencial de um instinto sexual entendido como função vital. Dessa irreduzibilidade, desse afastamento essencial são prova as elaborações teóricas e metapsicológicas da teoria das pulsões sexuais e a da libido (DESPARTS-PEQUIGNOT, 1993/1996, p. 468).

Esse trecho revela-se importante na medida em que ele atesta na obra freudiana a construção de uma metapsicologia que possibilita explicar a questão da psicosexualidade não restritiva ao biológico, cujo padrão, alicerçado no conceito de instinto, reduziria a gama de possibilidades de se pensar o sexual.

A discussão subsequente nos revelou que a pulsão se diferencia do instinto porque não apresenta um objeto e uma finalidade determinados biologicamente; que esse conceito psicanalítico guarda uma relação bastante estrita entre o corpo, a constituição biológica de um ser humano; o psíquico, pensado aqui como o aparelho mental proposto por Freud; e a cultura, entendido como contexto social, na medida em que os primeiros objetos da pulsão poderão estar presentes na realidade externa. Por conta dessas relações, é bastante relevante nos atentarmos para esse conceito a fim de que possamos compreender a sua importância na constituição de uma pessoa.

## **2.2. Pulsão: a relação entre o corpo e a mente**

A pulsão é um dos conceitos mais fundamentais da teoria psicanalítica freudiana, cuja definição é um dos principais problemas que o autor vienense encontrou no decorrer de sua obra. A clareza e a definição do conceito sempre foram questões que preocuparam Freud, e em inúmeras passagens ele apresentou a sua inquietação. Como forma de ilustrar esse descontentamento, podemos citar os trechos nos quais o autor escreve que a pulsão é o “elemento mais importante e obscuro da pesquisa psicológica” (FREUD, 1920/1996, p. 73) e

que “a teoria das pulsões é, por assim dizer, nossa mitologia” (FREUD, 1933/1966, p. 213). Apesar de os trechos supracitados mostrarem a preocupação de Freud quanto ao termo, é importante ressaltarmos que ele nunca deixou de ser utilizado, e até mesmo definido.

Dentro do cânone freudiano, de acordo com Gomes (2001), podemos estabelecer dois momentos cruciais acerca da definição de Freud sobre o conceito de pulsão, cujo desdobramento acarreta em uma nova possibilidade de se pensar a questão do que vem a ser uma pessoa. As duas definições conceituadas pelo autor não são excludentes, na medida em que a segunda engloba a primeira, não a substituindo.

A primeira teoria da pulsão pode ser considerada aquela estruturada pelo autor antes do advento das reformulações teóricas da década de 20. Dentro desse contexto, a pulsão poderia ser definida como

o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação que flui continuamente, para diferenciá-la do “estímulo”, que é produzido por excitações isoladas vindas de fora. Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico. (FREUD, 1905a/1996, p. 159).

Esse trecho é bastante interessante por conta de dois pontos. Em primeiro lugar, quando Freud fala acerca da fonte ser endossomática, ele quer dizer que sua origem encontra-se no interior do corpo, no interior de algo material e biológico, o que a diferencia do estímulo, que vem de fora. Se em relação ao estímulo a pessoa pode empreender um movimento de fuga, ou uma simples ação que faça com que a estimulação não seja percebida, a pulsão é uma força constante que age no interior do aparelho psíquico, fazendo com que o mesmo precise lidar com isso de uma forma diferente da fuga. Dessa forma, o aparelho age com os mecanismos que lhe são próprios para conter os avanços desenfreados da pulsão, como empreender destinos distintos a ela.

Um segundo ponto importante a respeito desse trecho é que a presente definição do conceito de pulsão se mostrará problemática, não por apresentá-la como uma possível relação entre o somático e o psicológico, mas ao defini-la como “o representante psíquico de uma fonte endossomática de estimulação” (FREUD, 1905a/1996, p. 158). Existe a ocorrência de um problema nessa forma de definição, pois Freud, em seus textos subsequentes, não pensará a pulsão mais como um representante psíquico do corpo, mas como algo associado a um representante psíquico. Percebemos nesse caso que a pulsão deixará de ser um representante e passará a estar associada a uma ideia ou afeto. Para ilustrar tal concepção, Freud diz que “se a pulsão não se prendeu a uma ideia ou não se manifestou como um estado afetivo, nada poderemos conhecer sobre ela” (FREUD, 1915a/1996, p. 182). Nesse caso, a pulsão por si só

não é capaz de ser conhecida, porque ela, sozinha, não representa nada no psiquismo, sendo apenas algo que flui continuamente. O seu conhecimento somente é possível mediante a junção dela com algo psicológico, mesmo que ela, sendo algo biológico, acesse o aparelho psíquico.

Embora haja contradições a respeito da definição do conceito de pulsão, Freud (1915a/1996) postula que a pulsão seria uma força constante que se origina em fontes de estimulação no interior do organismo. Nesse sentido, a pulsão teria um estatuto biológico, por ser algo interno ao organismo, algo que flui constantemente, ao mesmo tempo em que tem um estatuto psicológico, por se vincular a um representante que está no interior do aparelho psíquico. Ainda, é importante ressaltarmos que a pulsão só encontra expressão ao se associar a um componente psicológico, como uma ideia, por exemplo.

As pulsões encontram expressão no aparelho psíquico quando elas se associam a um representante psíquico ou a um afeto. De acordo com esse fato, percebemos que existe um conflito pulsional que resulta na existência de uma oposição entre os conteúdos mentais. Sobre isso, Freud escreve que

Descobrimos que cada pulsão procura tornar-se afetivo por meio de ideias ativantes que estejam em harmonia com os seus objetivos. Estas pulsões nem sempre são compatíveis entre si; seus interesses, amiúde, entram em conflito. A oposição entre as ideias é apenas uma expressão das lutas entre as várias pulsões. (FREUD, 1910/1996, p. 223).

Esse trecho revela dois apontamentos bastante interessantes a respeito da pulsão. Em um primeiro momento, existe a possibilidade de se pensar na existência de diversas pulsões, e não apenas uma. Essa concepção está atrelada à primeira concepção dualista de pulsão apresentada por Freud. Em um segundo momento, o final do trecho revela um ponto bastante interessante acerca da relação entre o mental e o corporal, na medida em que a oposição de representantes psíquicos é causada pela luta entre as diversas pulsões.

Antes de falarmos a respeito da primeira concepção dualista apresentada por Freud, é necessário apresentarmos os quatro termos fundamentais que estão relacionados nesse primeiro momento da teoria freudiana sobre a pulsão. A compreensão dos termos fonte, pressão, finalidade (objetivo) e objeto nos possibilita entender melhor a relação existente entre a pulsão, o aparelho psíquico e o mundo externo. Além disso, o esclarecimento desses termos nos permite um maior embasamento acerca da concepção de sexualidade adotada por Freud, e também, a diferença que ele estabelece, num primeiro momento da sua obra, entre as duas classes de pulsões.

A fonte [*Quelle*] de uma pulsão, segundo Freud, é “o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão” (FREUD, 1915a/1996, p. 128). Quando Freud fala em um estímulo que é representado no aparelho psíquico por uma pulsão, ele está falando a respeito da “pulsão enquanto representando algo físico” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 119), o que é diferente dos representantes psíquicos da pulsão, que são as ideias e os afetos.

Podemos compreender como fonte de uma pulsão a excitação de uma zona erógena; a excitação mecânica provocada por uma atividade física ou um movimento repetitivo; a atividade muscular; os processos afetivos; e a concentração da atenção numa tarefa intelectual. Analisando mais detalhadamente os exemplos, podemos perceber que a fonte de uma pulsão não é apenas interna ao organismo, mas também externa a ele. Isso não significa pensar que a fonte de uma pulsão estará fora do corpo da pessoa, mas que ela pode ser encontrada nos limites somáticos.

Além desse fator importante acerca da fonte da pulsão, podemos compreender que ela ainda pode ser estimulada pela ação de outra pessoa, demonstrando a relação da mesma com o mundo externo ao indivíduo. Exemplificando tal colocação, será a partir do contato da região bucal do lactente com o seio materno que ele descobrirá ser essa região passível de obter satisfação, e não apenas utilizada para uma finalidade somática vital.

Compreender a questão sobre o que Freud realmente entendia por fonte de uma pulsão, segundo Garcia-Roza (1994/2005), envolve a apreensão do primeiro modelo de dualismo pulsional e a diferença entre a pulsão e o instinto.

Antecipando um pouco a discussão da sexualidade infantil, compreendemos que a atividade sexual do infante começa a partir de uma atividade somática vital, e por haver essa ligação, a pulsão sexual estaria ligada à pulsão de auto-conservação. Essa ligação é evidenciada por Freud quando ele escreve que “logo que as pulsões sexuais surgem, elas estão ligadas às pulsões de auto-conservação, dos quais só gradativamente se separam” (FREUD, 1915a/1996, p. 130).

As pulsões de auto-conservação são responsáveis pela manutenção da vida de uma pessoa, e elas procuram encontrar satisfação na realização das atividades somáticas vitais. Agora, pensando no modelo da biologia, a pulsão de auto-conservação, segundo Garcia-Roza (1994/2005), poderia ser compreendida como um instinto, já que ela contém um objeto e um objetivo já determinados. Pensando nesse caso, uma pulsão de auto-conservação como a fome só pode procurar objetos que sirvam de alimento, e que sejam capazes de alimentar a pessoa.

Ainda pensando nessa relação entre a pulsão sexual e o instinto, se ela, num primeiro momento se apoia nele, percebemos que futuramente existe uma ruptura no apoio. Para ilustrar, pensemos numa criança que acabou de ser amamentada, e esse ato estimulou algumas partes de sua boca, permitindo que o infante encontrasse prazer na ingestão do leite. Num momento posterior, essa mesma criança buscará repetir a experiência prazerosa, não ingerindo o leite, mas trazendo a mão à boca, para que ela estimule a região bucal. Pensando desse modo, “a pulsão é o instinto que se desnaturaliza, que se desvia de suas fontes e de seus objetos específicos; ela é o efeito marginal desse apoio-desvio. A fonte da pulsão é, pois, o instinto” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 119).

Esse trecho de Garcia-Roza revela dois aspectos bastante importantes em relação à pulsão. Em primeiro lugar, que o fato de ela se apoiar no instinto não é condição para que ela seja redutível a ele, pois existe um momento de ruptura entre ambos. Em segundo lugar, o instinto pensado como fonte da pulsão quer dizer que ele será o primeiro elemento responsável por seu aparecimento.

Pensando essa questão do apoio no problema do que vem a ser uma pessoa, podemos estabelecer que nesse primeiro momento da obra freudiana a pulsão sexual está atrelada à pulsão de auto-conservação, o que evidencia a possibilidade de pensarmos que a pessoa age de acordo com essas duas forças que andam em conjunto, e que posteriormente se rompem, na medida em que a pulsão sexual não precisa mais se apoiar na outra.

Depois dessa explanação que tomou como ponto de partida o apontamento realizado por Garcia-Roza (1994/2005) a respeito da fonte da pulsão ser o instinto, é necessário retomarmos os termos que envolvem o conceito de pulsão.

Um segundo termo que abarca esse conceito é pressão [*Drang*], compreendida como o “fator motor, a quantidade de força ou medida da exigência de trabalho que ela representa” (FREUD, 1915a/1996, p. 127). Por ser a pressão uma característica exercida por todas as pulsões e até mesmo a sua essência, o que revela o caráter dinâmico da pulsão, Freud (1915a/1996) diz que toda pulsão é ativa, mesmo quando parece que a sua finalidade seja passiva, como no caso do masoquismo ou exibicionismo.

Essa característica fundamental da pulsão nos mostra o quanto de exigência ela empreende no aparelho psíquico. Constantemente ela está em busca de obter a sua finalidade, fazendo com que o aparelho precise encontrar modos de lidar com essas pulsões, seja na forma de investi-las em um objeto, seja na contenção delas.

A finalidade [*Ziel*] ou o objetivo de uma pulsão é sempre encontrar a satisfação, cuja ocorrência é dada por “uma diminuição na tensão provocada pela pressão” (GARCIA-ROZA,

1994/2005, p. 121). Adotando a postura da sexologia da época de Freud, a compreensão da finalidade última da pulsão sexual seria análoga à busca de comida no caso da fome. Nesse sentido, a finalidade dessa pulsão seria o ato sexual genital adulto. Contudo, com as descobertas freudianas acerca da sexualidade infantil, da sexualidade dos perversos, foi possível estabelecer que a finalidade última da pulsão sexual seja a satisfação, que é obtida mediante a eliminação do “estado de estimulação na fonte da pulsão” (FREUD, 1915a/1996, p. 128).

O objeto [*objekt*] de uma pulsão é definido por Freud como

A coisa em relação à qual ou através da qual a pulsão é capaz de atingir sua finalidade. É o que há de mais variável numa pulsão e, originalmente, não está ligado a ele, só lhe sendo destinado por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação (FREUD, 1915a/1996, p. 128).

A partir da definição utilizada por Freud a respeito do objeto da pulsão, é possível corroborar a diferença existente entre pulsão e instinto, já que, a primeira tem um objeto variável e a segunda possui um objeto fixo, que foi estabelecido biologicamente. Ainda, existe um aspecto bastante interessante acerca da distinção entre os dois objetos. No caso do instinto, a sua satisfação somente acontece quando o objeto é real. Pensando no caso da alimentação, uma pessoa se sente satisfeita apenas quando ela come um objeto existente no mundo. Quando se trata da pulsão, cujo objeto pode ser variável, percebemos que a existência de um objeto real não é condição necessária para haver a satisfação, podendo a pulsão se satisfazer apenas com a fantasia do objeto. Nesse sentido, isso revela a questão que envolve o aspecto corporal, social e mental da pulsão, no que diz respeito a sua satisfação. Podendo ela apenas ser satisfeita com um objeto fantasioso, ela pode negar a realidade externa que envolve uma pessoa, fazendo com que ela apenas obtenha satisfação, mesmo que incompleta, com as suas fantasias.

Quando se pensa o objeto como um meio para se atingir a satisfação, ele pode ser compreendido “como uma pessoa, uma parte de uma pessoa, pode ser real ou pode ser fantasmático” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 122). Pensando que o objeto escolhido seja um ser humano, percebemos que não existe a necessidade de ele, como um todo, ser o objeto da satisfação. Além disso, para Freud, a própria pessoa pode tomar a si como objeto<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Exemplificando tal constatação, a pessoa toma a si como objeto no narcisismo, na medida em que as pulsões sexuais que antes eram investidas no mundo externo passam a ser investidas no próprio Eu da pessoa. Além disso, ela pode utilizar qualquer parte de seu corpo como uma fonte capaz de produzir satisfação.

De acordo com esses apontamentos acerca dos quatro termos fundamentais da pulsão, podemos estabelecer que a sua introdução no campo da sexologia e psicologia possibilitaram pensar o que vem a ser uma pessoa de forma diferente, na medida em que a finalidade e o objeto da pulsão subvertem aquelas encontradas no instinto, cuja definição assentava a noção de pessoa na hereditariedade-degenerescência. Ainda, podemos levantar que esses termos da pulsão englobam os componentes fundamentais para a constituição de uma pessoa.

Dentro de uma perspectiva psicológica, a pulsão exerce uma pressão constante em direção ao aparelho psíquico, fazendo com que este precise encontrar um modo de satisfazer ou conter a pulsão. Além disso, a pulsão se associa a um representante psíquico para poder encontrar expressão nesse aparelho, além de poder haver a satisfação da mesma quando ela é investida nos objetos fantasmáticos.

Do ponto de vista biológico, a pulsão pode ser compreendida como tendo a sua origem em fontes no interior do organismo, constatação esta que leva Freud a acreditar que “o estudo das fontes das pulsões está fora do âmbito da psicologia” (FREUD, 1915a/1996, p. 129). Apenas sabemos a respeito das pulsões quando elas encontram expressão no interior do aparelho psíquico e, muitas vezes, quando se opõe, segundo o autor, às exigências do Eu.

Após uma análise sobre essa questão dos possíveis destinos da pulsão, será necessário retomarmos a questão que ficou em aberto sobre quantas e quais pulsões existem nesse primeiro momento da teoria freudiana. Em trechos antecedentes, falamos a respeito da distinção entre as pulsões de auto-conservação, conhecidas também por pulsões do Eu, e as pulsões sexuais, conhecidas como libido.

No primeiro momento de sua obra, são essas as duas classes de pulsões a que Freud se refere, sempre problematizando a respeito do conflito que existe entre ambas. Vale ressaltar que, apesar de haver essa distinção, Freud claramente escreve que ela deve “ser conservada apenas enquanto se mostrar útil, e pouca diferença fará aos resultados do nosso trabalho de descrição e classificação se for substituída por outra” (FREUD, 1915a/1996, p. 129). Essa questão está atrelada à crença freudiana da existência de limites na psicologia para uma compreensão mais aprofundada e detalhada acerca das pulsões, pois ela apresenta um componente biológico que extrapola o campo psicológico. Nesse caso, ele escreve que tem “maiores dúvidas de que se possa chegar a indicadores decisivos para a diferenciação e classificação das pulsões a partir da elaboração do material psicológico” (FREUD, 1915a/1996, p. 130).

A ideia de uma pulsão de auto-conservação em contraposição à pulsão sexual ganha um delineamento importante na teoria freudiana quando ele procura analisar os distúrbios

psicogênicos da visão. Nesse sentido, Freud (1910/1996) se depara com algumas cegueiras que nada tem a ver com um distúrbio orgânico, já que o olho não apresenta nenhuma lesão fisiológica que pudesse provocar a cegueira. Assim, o autor constata que houve um problema no aspecto funcional da visão, na medida em que, quando a pulsão sexual a toma como uma fonte, os olhos não serão mais utilizados apenas para ver, mas também para a obtenção de prazer. Isso quer dizer que, não haverá apenas o olhar para um objeto, mas a contemplação dele envolverá uma procura por aspectos atraentes, que sejam capazes de satisfazer quem olha.

Sobre essa questão Freud fala o seguinte

Suponhamos que a pulsão sexual componente que se utiliza do olhar – o prazer sexual em olhar [escotofilia] – atraiu para si a ação defensiva das pulsões do Eu [pulsões de auto-conservação], em consequência de suas exigências excessivas, de maneira que as ideias através das quais seus desejos se expressam sucumbam ao recalque e sejam impedidas de se tornar conscientes; nesse caso haverá uma perturbação geral da relação do olho e do ato de ver com o Eu e a consciência (FREUD, 1910/1996. p. 225/226).

Esse trecho de Freud revela que, por conta da existência de um conflito entre as duas pulsões e o conseqüente distúrbio gerado por esse conflito, o corpo não se limita apenas a ser um corpo biológico, pois está marcado também por aspectos psicológicos e sociais. Nesse sentido, e tomando como exemplo o caso da visão, se houvesse apenas um aspecto biológico no corpo, uma perda na função da visão seria resultado apenas de uma lesão nas partes somáticas responsáveis pela percepção visual. Porém, ao acreditar que uma simples visão extrapola o campo biológico, um distúrbio em sua função pode ser causado por componentes psicológicos que impeçam o olho de enxergar alguma coisa.

A existência dessas duas classes de pulsões que estão constantemente se contrapondo uma à outra revela que uma pessoa é um ser em constante conflito, seja ele de natureza pulsional, seja ele entre os componentes psicológicos, biológicos e sociais da sua constituição, seja ele entre a sua própria constituição psicológica. O exemplo da visão ilustra muito bem isso, na medida em que, por conta de algumas questões sociais vinculadas a alguns fatores psicológicos, como o recalque, a função de ver perde o seu componente biológico essencial, e passa a ser articulada e encarada do ponto de vista psicológico. Nesse sentido, se uma criança for recriminada por um adulto (componente social) porque estava olhando determinadas coisas que são proibidas, essa criança poderá recalcar a função prazerosa do olhar (psicológico), o que pode refletir na função biológica do ver. Assim, o olhar como função

apenas perceptiva de um objeto, sem procurar satisfação com esse ato, será perdido, porque o prazer não é permitido.

Esse primeiro modelo de dualismo pulsional apresentou alguns problemas de definição a partir do avanço teórico da psicanálise. Quando foi introduzido o conceito de narcisismo na obra freudiana, o dualismo pulsional passou a ser pensado entre a libido objetal e libido do Eu, “constituindo a oposição por referência não à natureza da energia, mas por referência ao objeto de investimento” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 125). Nesse sentido, a libido objetal seria a pulsão sexual investida nos objetos externos, enquanto que a libido do Eu seria a pulsão sexual investida no Eu. Por conta dessa nova distinção, “a auto-conservação nada mais seria do que um amor a si mesmo, o que tornaria caduca a oposição entre pulsões sexuais e pulsões do Eu: toda pulsão é, em última instância, sexual” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 126).

Após a explanação acerca do primeiro modelo pulsional efetuado por Freud, seria interessante pensarmos acerca dos destinos possíveis de uma pulsão, na medida em que ela está atrelada ao desenvolvimento sexual infantil e à existência de uma pessoa.

Por ser a pulsão algo que tem uma pressão constante, algo que não pode ser destruído e nem inibido, e que sempre busca a satisfação a qualquer custo, é necessário haver na mente mecanismos que impeçam a “pulsão de ser elevada até o fim de forma não modificada” (FREUD, 1915a/1996, p. 132). Dessa forma, existe uma modificação no destino da pulsão, que pode ser considerada como uma modalidade de defesa executada pelo aparelho psíquico.

Segundo Freud (1915a/1996), esses destinos podem ser a reversão em seu oposto, o retorno em direção ao próprio eu (self), o recalamento e a sublimação. Vale ressaltar que, como o objetivo de toda a pulsão é a satisfação, cuja pressão para que isso se realize é constante, e essa obtenção não é simples, exigindo que alguns requisitos sejam levados em consideração, “os destinos da pulsão são também apresentados por Freud como modalidades de defesa” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 126) contra a possível consequência da satisfação.

O primeiro destino apresentado por Freud, a reversão ao seu oposto, pode ser manifesto como a reversão do objetivo da pulsão, ou seja, uma mudança da atividade para a passividade; e também pode ser manifesta como uma mudança de conteúdo do representante ideativo, como, por exemplo, na transformação de amor em ódio. No segundo caso, o retorno da pulsão em direção ao próprio eu (self), acarreta numa mudança de objeto, mantendo o mesmo objetivo.

A fim de que possamos explicar melhor os possíveis destinos da pulsão, atentaremos pela análise que Freud (1915a/1996) fez no par de opostos sadismo-masochismo. Nessa ocorrência, o sádico sente prazer em fazer outra pessoa sofrer, ao passo que, o masochista sente prazer quando alguém lhe causa dor. Quando ocorre a mudança na finalidade da pulsão, a finalidade ativa do sádico (torturar) é substituída pela finalidade passiva (ser torturado). Nesse caso, o ato de fazer com que o outro sinta dor é revertido para ele, fazendo com que a sinta.

A respeito do retorno da pulsão ao próprio eu (self), Freud (1915a/1996) fala que o masochismo é, na verdade, o sadismo que retorna ao próprio Eu da pessoa. Nesse contexto, houve uma modificação no objeto da pulsão, ou seja, do objeto externo para o Eu, ao mesmo tempo em que a finalidade ativa de fazer com que o outro sofra permaneceu a mesma.

Nesse caso, o processo sobre o sadismo-masochismo pode ser pensado da seguinte maneira:

Em primeiro lugar, temos que o sadismo consiste em fazer com que o agente do ato sádico tome outra pessoa como objeto para lhe causar dor. Em um segundo momento, “o objeto é abandonado e substituído pelo eu do indivíduo” (FREUD, 1915a/1996, p. 133), fazendo com que haja uma mudança na finalidade pulsional. Em um terceiro momento, outra pessoa é procurada como objeto, tendo que fazer o papel do agente que executa o sadismo, por conta da modificação efetuada pelo objetivo da pulsão. Esse último momento é o masochismo propriamente dito.

De acordo com essa constatação, podemos perceber que no masochismo há um resquício de sadismo, na medida em que ele opera como sendo um retorno a um estado inicial sádico. Nesse ponto, o masochismo transforma a outra pessoa em agente da ação, da mesma forma que o masochista o foi enquanto um sádico.

Segundo aponta Garcia-Roza,

um aspecto importante da dinâmica dessas transformações é que nunca ocorre um esgotamento total de um dos opostos. Dessa maneira, na reversão da atividade para a passividade, persiste uma quota de atividade ao lado da passividade, o mesmo ocorrendo com o retorno em direção ao próprio eu (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 128).

Essa passagem se mostra bastante interessante, na medida em que nos possibilita pensar que “um sádico é sempre ao mesmo tempo um masochista” (FREUD, 1905a/1996, p. 150), da mesma forma que o voyeur sempre será um exibicionista. De acordo com isso temos que a vida de uma pessoa será marcada pela alternância de cada um desses pares de opostos,

que não se anulam, coexistindo em seu interior. Essa ambivalência será importante para compreendermos algumas fases do desenvolvimento sexual, como o estágio anal-sádico, além de nos possibilitar a compreensão de algumas doenças psíquicas, como a neurose obsessiva.

As considerações de Freud acerca do fenômeno sadismo-masiquismo sofreram algumas modificações com o advento do segundo modelo pulsional, e será sobre esse modelo que nos atentaremos adiante.

De acordo com Gomes (2001), podemos compreender que o modelo pulsional apresentado por Freud na década de 20 vem acrescentar às constatações anteriores do primeiro modelo, e não a substituí-lo.

As mudanças teóricas de Freud sobre a questão do funcionamento do aparelho psíquico e sobre o modelo do dualismo pulsional aconteceram em seu livro denominado “Além do princípio do prazer”, publicado em 1920. Antes de adentrarmos na questão do novo modelo de dualismo, é interessante contarmos um pouco a respeito das motivações que levaram o autor a redigir essa importante obra.

As principais razões que levaram o autor a redigir esse livro foram levantadas a partir das observações que Freud teve sobre o seu trabalho clínico e sobre a observação de uma brincadeira infantil. Essas constatações pareciam não obedecer ao princípio regulador do aparelho psíquico – princípio de prazer - na medida em que, as resistências encontradas no contexto analítico, a brincadeira infantil e os sonhos traumáticos não entravam em acordo com esse tipo de funcionamento mental. Por conta disso, se os sonhos são considerados a realização de desejos, como ficaria a existência de sonhos traumáticos que causam enorme sofrimento ao sonhador? Além disso, por que nesses sonhos os sonhadores sempre voltam ao momento do trauma?

Freud (1920/1996) trabalha no decorrer dessa sua obra para tentar responder a esses questionamentos referentes aos fenômenos que parecem não obedecer ao princípio de prazer. Por conta de sua extensão, não adentraremos detalhadamente nas razões que levaram o autor a essa resposta, já que ela se mostra muito extensa para o presente propósito. Podemos salientar que ele constata existir outro modo de funcionamento do aparelho psíquico denominado de compulsão à repetição<sup>4</sup>. De acordo com isso, a pessoa não tende apenas a procurar satisfação das suas pulsões sexuais, mas tende também a repetir situações traumatizantes, sem saber ao certo porque está fazendo isso.

---

<sup>4</sup> Esta questão será melhor elaborada na terceira seção do capítulo seguinte.

Para poder sustentar tal hipótese referente à compulsão à repetição, Freud (1920/1996) recorre a inúmeros exemplos da biologia. Para não nos alongarmos muito, traremos para a discussão aquilo que nos interessa no momento, que é o segundo modelo de dualismo pulsional.

Ao pensarmos nas pulsões, temos que a compulsão à repetição deve ser derivada delas. Nesse momento de sua obra, Freud apresenta que as pulsões regem não apenas o funcionamento da vida psíquica, mas como o funcionamento “de toda vida orgânica, presentes nos animais e nos organismos unicelulares” (GOMES, 2001). Essa constatação nos permite estabelecer a existência de uma universalidade das pulsões, sendo este conceito muito mais amplo que o apresentado no começo de sua obra.

Para ilustrarmos essa questão, temos a seguinte definição de Freud sobre o que vem a ser uma pulsão:

[a pulsão é] um impulso, inerente à vida orgânica, a restaurar um estado anterior de coisas, impulso que a entidade viva foi obrigada a abandonar sob a pressão de forças perturbadoras externas, ou seja, é uma espécie de elasticidade orgânica, ou, para dizê-lo de outro modo, a expressão da inércia inerente à vida orgânica. (FREUD, 1920/1996, p. 47).

Essa definição de Freud sobre o que vem a ser uma pulsão parece ser contrária à definição apresentada pelo autor em seu artigo metapsicológico dedicado às pulsões. Nesta obra, Freud (1915a/1996) enfatiza que a pulsão age no aparelho psíquico para que o mesmo possa encontrar uma maneira de satisfazê-la, o que acarreta numa ação que tende à mudança. No presente trecho, a característica da pulsão se evidencia como sendo conservadora, na medida em que ela procura restabelecer um estado anterior às pressões vindas de fora do organismo. Apesar disso, a pulsão apresenta um componente conservador, na medida em que existe uma fixação no interior do aparelho anímico, fazendo com que a pessoa busque repetir novamente a experiência de satisfação previamente encontrada.

Restabelecer esse estado anterior de inércia é, segundo Freud, fazer com que o orgânico retorne ao seu estado inorgânico, que nada mais é do que uma tendência do organismo à morte. De acordo com isso, ele postula que, como as coisas inanimadas surgiram antes das vivas, e a partir dessas coisas inorgânicas surge a vida, podemos estabelecer que “o objetivo de toda vida é a morte” (FREUD, 1920/1996, p. 49).

A possibilidade de se pensar que todo organismo tende à morte entra em conflito com a noção de pulsão de auto-conservação, na medida em que esta procura conservar a vida de uma pessoa. Para Freud, essas pulsões não impossibilitam a existência dessa concepção, pois “trata-se de pulsões componentes cuja função é garantir que o organismo seguirá seu próprio

caminho para a morte” (FREUD, 1920/1996, p. 50), desde que esse caminho seja percorrido por ele.

Essas pulsões que tendem à morte, ou, melhor dizendo, buscam o retorno ao estado inanimado, foram denominadas por Freud (1920/1996) de pulsões de morte. Estas são “voltadas inicialmente para o interior e tendendo à autodestruição” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 407) e também podem ser dirigidas para o exterior, cuja manifestação se realiza sob “a forma da pulsão de agressão ou pulsão de destruição” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 407).

A introdução do conceito de pulsão de morte na obra freudiana possibilitou uma nova forma de se compreender uma pessoa, na medida em que ela não apenas é regida pelo princípio de prazer, cuja pulsão procura satisfação, mas tem um componente destrutivo inerente à sua condição. Dessa forma, a constituição de uma pessoa está marcada numa tendência à destruição, a tentar fazer com que as coisas voltem ao inorgânico. Essa tendência não é apenas dirigida aos objetos existentes no mundo, mas também para o próprio interior de seu aparelho psíquico.

Como enfatizado anteriormente, a introdução da pulsão de morte em sua obra fez com que ele repensasse algumas questões acerca do seu antigo dualismo pulsional. A primeira grande ruptura está no modo de se diferenciar a pulsão do Eu e a pulsão sexual. De acordo com isso, Freud enfatiza que ambas as pulsões possuem um caráter libidinal, e isto pode ser evidenciado nessa passagem

[é] necessário enfatizar o caráter libidinal das pulsões de auto-conservação, agora que nos estamos aventurando ao novo passo de reconhecer a pulsão sexual como Eros, o conservador de todas as coisas, e de derivar a libido narcisista do Eu dos estoques de libido por meio da qual as células do soma estão ligadas umas às outras de início (FREUD, 1920/1996, p. 63)

Esse trecho revela que as pulsões de auto-conservação e as pulsões sexuais serão englobadas dentro do conceito de pulsão de vida [Eros]. Nesse sentido, temos que uma pessoa será guiada por duas forças antagônicas; enquanto a pulsão de vida “tende a constituir unidades cada vez maiores, e a mantê-las” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 414), a pulsão de morte tende “à separação, à destruição e, em última análise, à volta ao estado inorgânico” (GOMES, 2001).

Ainda sobre a questão da pulsão de morte, é importante salientar que o reconhecimento de sua ação no interior do organismo é “um tanto complicada, na medida em que ela permanece silenciosa; [chamando] a atenção quando é desviada para fora, como

pulsão de destruição” (FREUD, 1938/1996, p. 162/163). Desse modo, ao contrário da pulsão de vida que apresenta uma expressão interna no psiquismo mediante a sua associação com um representante psíquico, a pulsão de morte age de maneira silenciosa, não se associando a nada.

Trazendo a discussão desse novo dualismo pulsional para o problema da identidade pessoal, podemos conceber que a existência dessas duas forças antagônicas no interior de uma pessoa faz com que ela possa padecer de determinados sofrimentos psíquicos, na medida em que ambas podem atuar se contrapondo uma à outra. Nesse caso, ao contrário do primeiro dualismo que pressupunha a existência da pulsão de auto-conservação e a pulsão sexual, essa nova proposta nos faz pensar na possibilidade de se estabelecer na obra freudiana que uma pessoa é constituída por um antagonismo pulsional, uma relação conflitante entre as pulsões, por duas forças que podem agir contrariamente. Além disso, uma pessoa apresenta uma tendência à destruição, tanto voltado para dentro, quanto voltada para o exterior – para os objetos do mundo. Por conta da possibilidade de haver essa ocorrência, a cultura, de maneira coercitiva ou introjetada no aparelho psíquico, tem um papel importante em conter as tentativas de uma pessoa em destruir outras pessoas ou coisas.

O estudo acerca do problema econômico do masoquismo contribuiu para o debate acerca da relação entre as duas pulsões. A respeito disso, Freud recorre à hipótese de que, nos seres vivos,

A libido enfrenta a pulsão de morte ou destruição neles dominante e procura desintegrar o organismo celular e conduzir cada organismo unicelular separado para um estado de estabilidade orgânica (por mais relativa que isso possa ser) (FREUD, 1924d/1996, p. 181).

Essa passagem demonstra que a libido tem a incumbência de tornar a pulsão de morte inofensiva, e para realizar isso, ela a desvia para fora, ou seja, nos objetos do mundo externo. Pensando ainda mais sobre isso, o sadismo é uma parte dessa pulsão colocada para fora que se vincula à função sexual, ao mesmo tempo em que uma parte permanece no organismo, o que resulta no aparecimento do masoquismo. De acordo com Freud, a “outra porção não compartilha dessa transposição para fora; permanece dentro do organismo e, com o auxílio da excitação sexual acompanhante acima descrita, lá fica libidinalmente presa” (FREUD, 1924d/1996, p. 183). É nessa porção que fica no interior do organismo que podemos identificar o masoquismo original, ou seja, o erógeno.

De acordo com Freud (1924d/1996), quando a pulsão de morte se dirige para os objetos do mundo externo, uma parte dela permanece como “um resíduo seu masoquismo

erógeno propriamente dito que, por um lado, se tornou componente da libido e, por outro, ainda tem o eu (self) como seu objeto” (FREUD, 1924d/1996, p. 182). Essa forma de masoquismo seria o remanescente da fase de desenvolvimento em que a aderência entre a pulsão de morte e a pulsão de vida se efetuou.

Essa apresentação de Freud (1924d/1996) é bastante importante para compreendermos a sua nova classe de pulsões, na medida em que podemos pensar a respeito da ocorrência do amansamento da pulsão de morte efetuada pela pulsão de vida. De acordo com isso, o autor apresenta a hipótese de que ambas estão fusionadas, amalgamadas<sup>5</sup>, dando a possibilidade de se pensar que elas não se apresentam em seus estados puros, mas apenas misturadas. Dessa forma, se existe a fusão das pulsões, é possível pressupor que haveria uma desfusão de ambas, o que possibilita compreender o fato de haver o amansamento.

Essas considerações acerca da teoria da pulsão na obra freudiana nos leva a pensar sobre a sua importância para se compreender a questão sincrônica da identidade pessoal. Nesse caso, temos que, a introdução desse conceito subverte a ideia de uma pessoa regida por padrões fixados hereditariamente e com um objeto específico, na medida em que os objetos da pulsão são variáveis, e a sua meta, a satisfação. Por conta disso, podemos compreender que esses dois termos relacionados à pulsão serão determinados pela história de uma pessoa, pelo seu contato com o desenvolvimento sexual infantil, e não mais a partir de uma herança filogenética da espécie humana.

Além dessa importante contribuição para o debate da identidade pessoal, temos que uma pessoa apresenta em sua constituição duas forças que podem atuar de modo antagônico. No caso do primeiro modelo pulsional, a pulsão de auto-conservação e a pulsão sexual, e no caso do segundo modelo pulsional, as pulsões de vida e de morte, fazendo com que ela seja marcada por um conflito de ordem dinâmica. Estas duas pulsões atuam no aparelho psíquico impelindo a pessoa a agir para que elas obtenham satisfação, e fazendo com que ela tenha que lidar de alguma forma com as pressões vindas dessas duas pulsões.

Ainda, é importante ressaltarmos que o conceito de pulsão delimita a fronteira entre o somático e o psíquico, permitindo estabelecer uma relação entre ambos. Dessa forma, o corpo erógeno, o corpo perpassado pela pulsão, subverte o soma pensado pela medicina anatômica, aquele mesmo postulado pela hereditariedade-degenerescência, a partir da relação que ele estabelece com o mental. Desse modo, podemos estabelecer que a introdução desse conceito,

---

<sup>5</sup> Essa questão sobre a fusão e desfusão da pulsão de morte e pulsão de vida será importante para se compreender a proposta freudiana efetuada nas suas novas concepções da década de 20 sobre a etiologia da neurose obsessiva.

a diferenciação do mesmo em relação ao instinto, nos faz pensar que subverteu o modo de se pensar sobre o que vem a ser uma pessoa.

Dialogando esse problema com a teoria pulsional de Freud, poderíamos supor que a resposta para o problema “o que eu sou fundamentalmente?” nos remeteria a pensar: sou dotado de um corpo erógeno, distinto do corpo biológico anatômico da medicina, e esse meu corpo mantém uma relação estrita com o mental, influenciando-o e sendo influenciado, a partir do conceito de pulsão. Meu corpo apresenta representação psíquica, e se associa com os representantes psíquicos da pulsão. Além disso, temos que essas forças que emanam de meu corpo para o interior do aparelho psíquico são antagônicas, fazendo com que eu tenha que lidar com esse antagonismo, gerando o constante conflito no qual está inserido a pessoa pensada por Freud.

Após essa explanação a respeito do conceito de pulsão, da importância do mesmo para se pensar a constituição de uma pessoa, podemos refletir ainda mais sobre a questão do corpo na obra freudiana, pensando de que modo as suas constatações clínicas e conceituações permitiram subverter o corpo como era pensado em seu tempo.

### **2.3. O corpo erógeno**

O caso do distúrbio psicogênico da visão apresentado na seção anterior é bastante interessante para adentrarmos na questão do corpo na psicanálise freudiana, e em que medida pensa-lo contribui para a questão sincrônica da identidade pessoal, já que, como discutimos no capítulo anterior, uma pessoa é dotada de uma subjetividade e um corpo.

Pensar o corpo na psicanálise freudiana é remeter o pensamento aos estudos iniciais que Freud fez com as suas pacientes histéricas. Diante de mulheres e homens que se queixavam de determinado sintoma de ordem corporal, como dores nas pernas e dificuldade de andar, como no caso de Elisabeth, ou um problema olfativo, como no caso de Miss Lucy, Freud (1895/1996) se deparou com a constatação de que esses sintomas não eram da ordem estritamente biológica, na medida em que o órgão onde aparecia o sintoma não estava biologicamente lesionado. Por conta dessa questão, o autor constatou a existência de um componente psicológico muito forte no surgimento desses sintomas, o que acarretou na possível elaboração de uma articulação existente entre o corpo e o psicológico.

Como apresentamos no decorrer deste capítulo, o conceito que relaciona o corpo com o psiquismo é denominado por Freud de pulsão, que abre uma possibilidade ampla de se

pensar a questão do corpo na constituição de uma pessoa. Nesse caso, o corpo não é apenas de ordem biológica, o corpo da medicina anatômica, mas ele está além desse tipo de corpo, por conta da sua estrita relação com o psíquico. Mediante esse quadro, determinados componentes psicológicos podem causar sérios distúrbios no organismo, fazendo com que, no caso da cegueira histérica, um olho aparentemente sem lesões que pudesse prejudicar o ato de ver, impossibilite a pessoa de enxergar.

A explicação dessa ocorrência foi apresentada por Freud no trecho do autor que citamos na primeira seção. É por conta da oposição existente entre as duas classes de pulsão, pensando essas duas classes em acordo com o primeiro modelo pulsional, que ocorre uma ruptura na função de ver. Os olhos erotizados impossibilitam que a pessoa possa ver, na medida em que a função orgânica desses órgãos foi quebrada pela presença da erotização. O olho passou a ser considerado uma zona erógena, ou seja, fonte de excitação pulsional, passível de ser sexualizado.

Antecedendo uma discussão que será feita posteriormente, a saber, sobre o desenvolvimento sexual infantil, temos que o corpo de uma pessoa em seu estado infante é tido como um corpo fragmentado em diversas zonas erógenas, não havendo nesse ponto, uma unidade corporal. Essa fragmentação ocorre por conta das pulsões parciais e por conta da sexualidade infantil ser considerada polimorfa.

Pensando a emergência desse corpo para o debate do presente trabalho, temos que o corpo presente na constituição de uma pessoa, embora não possamos restringir esse corpo ao seu substrato orgânico, é importante salientar que ele é biológico, tem uma materialidade biológica, mas não está restrito a isso. Com o advento do conceito de pulsão, foi possível pensar na importante relação existente entre o corpo e o psiquismo, acarretando numa nova forma de se pensar o corpo como sendo da ordem erógena. Esse corpo é um corpo sexualizado, um “corpo que está imerso no universo das representações” (FROCHTENGARTEN, 2005), ou seja, um corpo construído a partir da relação que a pessoa estabelece com as demais, com a cultura, e instituído de acordo com a história de vida de uma pessoa.

Se Freud pensasse o corpo como sendo apenas de ordem orgânica, como poderíamos explicar os sintomas histéricos? Esses sintomas ainda estariam evidentes, por ser uma manifestação visível para o expectante, mas não se conseguiria encontrar uma resposta para um possível tratamento, já que o corpo anatômico do histérico não apresenta uma lesão biológica.

De acordo com isso, temos que se houvesse apenas o corpo orgânico, a histeria poderia ser compreendida apenas como uma patologia aparente, e o que “Freud pôde perceber é que na histeria o corpo orgânico em sua funcionalidade é subvertido” (LIONÇO, 2008), como podemos atestar no caso da cegueira histérica. Por conta desse fator, a nova visão que Freud possibilitou para essa questão “não se trata de um abandono da consideração do corpo, mas da postulação de um novo estatuto para o corpo, que deixa de restringi-lo à sua condição somática” (LIONÇO, 2008).

Se o corpo de uma pessoa aparece de início fragmentado em diversas zonas erógenas, por conta das pulsões parciais existentes no desenvolvimento sexual infantil, como se esse corpo fosse o representado por uma pintura cubista, depois é possível salientar que haverá uma unidade corporal, um momento em que o corpo poderá ser pensado como unidade. A respeito dessa questão, Lionço diz que “inicialmente, as zonas erógenas estão num registro dispersivo no corpo que posteriormente será unificado, constituindo um corpo totalizado” (LIONÇO, 2008).

Pensar a respeito de uma unidade corporal é salientar uma questão referente à imagem que a pessoa tem de seu próprio corpo, que é denominada de imagem corporal. Essa possibilidade está atrelada ao fato de haver a passagem entre um período em que as zonas erógenas são todas dispersas para um momento em que elas se voltam para o Eu do aparelho psíquico. De acordo com isso, haveria uma distinção entre o corpo erógeno, o corpo pulsional, corpo despedaçado em diversas zonas erógenas, com o corpo narcísico, o corpo unificado.

Segundo Birman (1998) a possibilidade de se pensar o questionamento crucial da identidade, ou seja, “o que eu sou?”, perpassa para essa questão corporal, na medida em que “a experiência de ser eu e ter um eu implica para ele habitar um corpo unificado” (BIRMAN, 1998, p. 23). A imagem que a criança tem de seu corpo unificado remete ao relacionamento que ela estabelece com os seus pais, na medida em que se vê refletida na revivescência narcísica dos progenitores. Esse momento faz com que a criança se sinta numa grande onipotência ficcional, pois essa condição de ser poderosa não se mostra verdadeira. Quando há a ruptura desse relacionamento existente entre a criança e os pais, ela a experiencia através de uma sensação de angústia.

O advento da segunda tópica dentro da obra freudiana possibilitou pensar o Eu como uma projeção da superfície corporal, o que nos possibilita compreender uma outra relação entre o corpo e o mental. É interessante notar que essa instância surge no aparelho psíquico a partir de uma porção do Isso modificada pelo contato que o corpo da pessoa estabelece com o

mundo externo. Por conta disso, a instância responsável pela subjetividade é considerada a projeção de uma superfície, ou seja, o Eu é uma projeção mental da superfície do corpo.

Antes de adentrarmos melhor nessa questão do Eu como uma projeção da superfície do corpo<sup>6</sup>, ou seja, como uma imagem que a pessoa tem de seu próprio corpo, e pensar o quanto essa constatação é importante para a questão da identidade pessoal, é necessário discutirmos um assunto na obra freudiana que é de extrema importância para compreendermos o que é uma pessoa. Então, para compreendermos essa questão, é necessário entendermos a proposta freudiana de sexualidade infantil, e como o desenvolvimento dessa sexualidade influenciará nos aspectos somáticos e psíquicos de uma pessoa.

## **2.4. O desenvolvimento sexual infantil na constituição da identidade pessoal**

Na seção anterior conferimos que o corpo dito pela psicanálise freudiana não é o mesmo daquele pensado pela medicina, pois o corpo proposto por Freud é constituído por pulsões sexuais que subvertem a ordem biológica e anatômica. Essa subversão está atrelada ao fato de o corpo ser constituído por diversas zonas erógenas que procuram a satisfação mediante uma exigência imposta, pelas pulsões, ao aparelho psíquico. Essas zonas são determinadas pela história de vida da pessoa, a partir do contato que o seu corpo tem com os objetos existentes no mundo externo, ou, em um momento posterior, com os objetos fantasmáticos existentes no interior da mente.

Trazendo esse apontamento para a questão da sexualidade infantil, temos que o desenvolvimento libidinal tem um papel preponderante não apenas na constituição do corpo erógeno de uma pessoa, mas também de seu psiquismo. Essa importância reside no fato de que as ocorrências envolvidas nesse desenvolvimento deixam marcas indeléveis na estrutura corporal e, também, no interior do aparelho psíquico, além de ele trazer um componente cultural bastante forte. Assim, é a partir do contato do infante com outra pessoa que o seu corpo biológico vai se tornando um corpo erógeno, fazendo com que essa relação possa deixar traços permanentes no aparelho psíquico, por conta das estimulações que o primeiro corpo sofre ao contato com o outro.

Se Freud subverteu o discurso da sexualidade de sua época ao introduzir o conceito de pulsão, e pensa-lo diferentemente do instinto, podemos afirmar que o autor trouxe uma nova

---

<sup>6</sup> Essa questão do Eu como uma projeção da superfície do corpo será melhor abordada na última seção do capítulo seguinte.

subversão ao afirmar que poderia ser considerada normal a manifestação sexual das crianças. A constatação desse fenômeno existente nos infantes foi possível graças às análises que Freud fez em relação ao discurso de seus pacientes, além de ele, comumente, ter observado essas manifestações em crianças, como o deleite experimentado pelo lactente no ato de mamar.

A sexualidade infantil se manifesta, segundo Freud (1905a/1996), em atividades vinculadas à pulsão sexual, que nascem ligadas às funções vitais básicas; não conhecem nenhum objeto sexual (são autoerógenas); e seu alvo sexual acha-se sob o domínio de uma zona erógena. O autor descreve essa zona como “uma parte da pele ou da mucosa que em certos tipos de estimulação provocam uma sensação prazerosa de determinada qualidade” (FREUD, 1905a/1996, p. 172). Articulando o conceito de zona erógena ao conceito de pulsão, ela seria a fonte de uma pulsão.

Embora algumas das zonas erógenas possam ser predestinadas, como é o caso da boca, outras partes do corpo podem desempenhar o papel erógeno, desde que sejam aptas para isso. A qualidade do estímulo é mais determinante para a produção da sensação de prazer do que a natureza das partes do corpo.

De acordo com a história de vida da pessoa, uma determinada parte do corpo pode se transformar em uma zona erógena, desde que esta parte somática tenha em algum momento proporcionado uma sensação prazerosa. Isso acontece porque, quando uma pessoa experimenta uma sensação de prazer, ela procura repetir essa experiência a fim de conseguir obter novamente a satisfação. No decorrer do desenvolvimento infantil, certas partes do corpo são transformadas em zonas erógenas, se sobressaindo frente a outras partes para a obtenção de prazer.

Observa-se em Freud uma preocupação em dividir as etapas do desenvolvimento sexual infantil em estádios, cuja nomenclatura obedece à região erógena principal. Nesse caso, existe uma tentativa de teorizar as fases do desenvolvimento libidinal, mesmo que Freud (1917c/1996) nunca tivesse capacidade de observar diretamente os fenômenos realizados nelas, por conta da rapidez com que se realizam. De acordo com ele, “foi apenas com a ajuda da investigação psicanalítica das neuroses que se tornou possível descobrir as fases ainda mais precoces do desenvolvimento da libido” (FREUD, 1917c/1996, p. 331).

Dentro do quadro de explicação da etiologia da psicopatologia, as fases do desenvolvimento psicosssexual pelas quais passam uma pessoa serão determinantes para se compreender a razão de ela adoecer psiquicamente de uma forma e não de outra. Nesse sentido, temos que a passagem por essas fases é importante para se compreender a constituição de uma pessoa, além de elas demonstrarem uma relação bastante importante entre

os componentes psíquicos e corporais da mesma. Isso quer dizer que, a zona erógena preponderante de um determinado estágio pode ser nunca abandonada como uma fonte de obtenção de prazer, deixando o corpo erógeno marcado por essa condição.

De acordo com Freud, organizações da sexualidade infantil que antecedem a preponderância da zona genital são chamadas de organizações pré-genitais, e são divididas em estágio oral, estágio sádico-anal e estágio fálico. É importante ressaltar que a ocorrência dessas organizações não se efetua de forma que, ao término de uma começa a outra, na medida em que resquícios de uma organização sexual anterior podem permanecer na fase seguinte.

É interessante perceber que o contato do corpo particionado em zonas erógenas com o mundo, ou seja, com a realidade externa, fará com que a criança comece a se diferenciar das demais e dos objetos que estão à sua volta. Além dessa questão importante, podemos dizer que o que constitui essencialmente uma pessoa começará a ser delineada a partir do contato desse corpo com o mundo, ao mesmo tempo em que há uma articulação com os representantes psíquicos.

Em cada etapa do desenvolvimento sexual existe uma possibilidade de se pensar a respeito da relação de objeto estabelecida, fazendo com que ela se efetue da mesma forma em tempos futuros, na vida de uma pessoa. Ainda, pensando a respeito dessas etapas do desenvolvimento sexual infantil, começaremos a tratá-las de acordo com a ordem cronológica estabelecida por Freud, e adotamos essa medida para fins de uma melhor compreensão sobre o tema.

O estágio oral, ou canibalesco, tem como zona erógena a boca, e as atividades sexuais relacionadas a ela ainda estão vinculadas com a nutrição. O objeto sexual escolhido é o mesmo que nutre a criança, e “o alvo sexual consiste na incorporação do objeto” (FREUD, 1905a/1996, p. 187). O fato de a boca se tornar a primeira zona erógena tem como causa as condições iniciais de um ser humano, cuja hipótese apresentaremos adiante.

Quando um ser humano nasce, por ele não ser um organismo auto-suficiente, ele necessita de um corpo externo a ele que possa alimentá-lo. Este corpo é o materno, e a alimentação ocorre através do contato do seio da mãe com a boca da criança. Os movimentos de sucção que a criança faz são capazes de extrair o leite do seio, e o líquido lácteo é capaz de estimular as diversas regiões por onde passa na boca. Quando a alimentação se encerra, “existe um apaziguamento de uma tensão interna criada pela necessidade” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 530) de alimentar-se, e este apaziguamento é compreendido como uma vivência de satisfação. Esta experiência prazerosa é capaz de inscrever traços mnêmicos

no inconsciente, que poderão ser reinvestidos em caso de uma nova tensão causada pela necessidade, por conta do processo primário. Este reinvestimento acontece por causa de uma moção psíquica chamada desejo, cujo mecanismo atua em “restabelecer a situação da primeira satisfação” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 114). A realização do desejo está na “reprodução alucinatória das percepções que se tornaram sinais” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 114) da satisfação.

Desse modo, quando a criança passar novamente por um estado de tensão interna causado pela necessidade de alimentar-se, antes de ela procurar um objeto no mundo externo que a satisfaça, ela alucinará com os traços inconscientes da experiência de satisfação. Isto ocorre por causa do modo de funcionamento do aparelho psíquico conhecido como processo primário, que tenta eliminar a tensão buscando traços no psiquismo que consigam satisfazer a necessidade. Por conta desse método não ser totalmente eficaz na eliminação da tensão, a criança precisa encontrar um objeto real no mundo externo capaz de alimentá-la<sup>7</sup>.

Diante desse quadro, percebe-se o quanto a presença da mãe é importante para conter as necessidades da criança, aliviando a tensão interna no corpo do infante. Segundo Fernandes (2003), como o bebê se encontra diante de um mundo no qual existe uma quantidade enorme de excitações chegando de diversas fontes, tanto do exterior quanto do interior de seu corpo, a mãe tem a função de controlar essas quantidades, e segundo Fernandes (2003), o outro maternal exerce a função de pára-excitação. Será essa mãe, ao investir o corpo da criança libidinalmente, que permitirá ao infante “ter acesso ao próprio prazer através da promoção da sexualidade” (FERNANDES, 2003).

A transformação da boca em zona erógena acontece por causa da estimulação proveniente do contato desta região com o seio materno e com o alimento que sai dele. O ato de alimentar-se se torna, não apenas uma atividade de sobrevivência, mas uma atividade capaz de produzir prazer sexual. A ocorrência da produção de prazer na criança, vinculada a uma função somática vital, permite que a pulsão sexual se dissocie da fome, possibilitando à criança realizar atividades autoeróticas, cuja manifestação não requer a presença de objetos reais.

Segundo Pontalis e Laplanche:

a ‘origem’ do auto-erotismo seria portanto esse momento, sempre renovado mais do que localizável em um tempo determinado da evolução, em que a sexualidade se separa do objeto natural, se vê entregue à fantasia e por isso mesmo se cria como sexualidade (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 48)

<sup>7</sup> Esta questão será melhor abordada na segunda seção do capítulo seguinte quando falarmos a respeito do modelo de aparelho psíquico conhecido como primeira tópica.

No autoerotismo, uma parte do corpo da criança substitui um objeto sexual real externo a ela, que no caso, era o seio materno. Essa substituição está vinculada a uma fantasia que remete à experiência de satisfação, associando a parte do corpo com o objeto real externo. Por exemplo, diante da ausência do seio materno, a criança busca satisfação através do chuchar o próprio dedo, imitando os mesmos movimentos mandibulares e bucais que fazia enquanto estava em posse da mama. Essa atividade permite compreender a associação que a criança faz entre seu próprio dedo e a parte do corpo da mãe, buscando a obtenção de prazer através dos mesmos movimentos.

A importância do autoerotismo reside no fato de que as pulsões sexuais não foram unificadas em uma só, estando presentes como pulsões parciais, que procuram o prazer em uma determinada zona erógena. De acordo com isso, Laplanche e Pontalis escrevem que “a noção que o termo ‘autoerotismo’ procura conotar pode ser definida com uma certa coerência a partir da noção de um estado originário de fragmentação da pulsão sexual” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 49). Existe, nesse caso, uma ausência de objeto total, como a mãe por inteiro, mas permanece um objeto parcial fantasístico.

O autoerotismo tem uma importância bastante grande para se compreender o corpo erógeno, aquele fragmentado em diversas zonas erógenas que estão sempre procurando satisfação. Ainda, é importante ressaltar que o autoerotismo “não é apanágio de uma atividade pulsional determinada (oral, anal, etc), mas encontra-se em todas essas atividades, simultaneamente como fase precoce e, numa evolução ulterior, como componente: o prazer do órgão” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 49).

Após essa breve explanação acerca do que vem a ser o autoerotismo para Freud, nos propomos em explicar mais alguns pontos referentes ao estágio oral. Nesse caso, é importante ressaltarmos que, de acordo com uma sugestão apresentada por Abraham, Freud (1933c/1996) distingue duas fases dentro desse estágio. De acordo com ele, no primeiro subestádio existe apenas a incorporação oral, não havendo ambivalência em relação ao objeto, que no caso é o seio materno. O segundo momento deste estágio se configura pelo “surgimento da atividade de morder” (FREUD, 1933c/1996, p. 102), fazendo com que esse período possa ser descrito como oral-sádico. Além disso, nesse momento mostram-se, pela primeira vez, fenômenos da ambivalência, que também marcam a estágio posterior, denominado, anal-sádico.

O segundo estágio do desenvolvimento da sexualidade infantil proposto por Freud é conhecido como sádico-anal, cuja principal zona erógena é a região anal. Ela guarda proporções de equivalência com a zona oral, na medida em que as atividades sexuais ainda

estão vinculadas com a função somática excretora. De acordo com Freud (1905a/1996), a zona anal é uma fonte de excitações intensas, presenciadas por crianças que tem o hábito de reter as fezes até que a acumulação provoque contrações musculares violentas. Quando as fezes passam pelo ânus, esta passagem exerce uma estimulação intensa na mucosa anal. Essas crianças sentem uma sensação dolorosa misturada a um deleite, fazendo com que sintam prazer na evacuação.

Nessa fase, existe “um modo de relação de objeto denominado por Freud de ativo e passivo” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 105). “A atividade é produzida pela pulsão de domínio através da musculatura do corpo” (FREUD, 1905a/1996, p. 187), o que permite estabelecer um controle sobre a evacuação das fezes. A passividade está relacionada à mucosa erógena do intestino. Esse modo de relação de objeto estabelecido por um par de opostos, ativo e passivo, acontece porque no inconsciente há moções pulsionais ambivalentes, como o sadismo e o masoquismo, sem que uma moção anule a outra.

No estágio sádico-anal, o sadismo está vinculado à atividade de controle que a criança exerce sobre a musculatura intestinal, para que as fezes não saiam do seu corpo. O masoquismo está relacionado com a passividade da mucosa erógena em receber a estimulação proveniente do intestino. Para Freud (1905a/1996), a importância desse movimento controlador exercido pela criança não está relacionado apenas à estimulação da zona anal e a consequente obtenção de prazer, mas está imbricado com um controle que a criança pode exercer sobre o mundo. Assim, a criança evacuariá apenas quando estivesse com vontade, e não quando um adulto a colocasse sobre o troninho.

Adotando novamente uma sugestão mostrada por Abraham, Freud (FREUD, 1933c/1996, p. 102) distingue dois momentos importantes nesse estágio. Em um primeiro momento, existem tendências destrutivas de aniquilar e de perder, ao passo que, no segundo, existem tendências afetuosas com os objetos, ou seja, de mantê-los e possui-los. De acordo com o autor, será no meio dessa fase “que a consideração pelo objeto aparece, pela primeira vez, como precursora de um investimento erótico ulterior” (FREUD, 1933c/1996, p. 102).

Encontra-se nesse estágio do desenvolvimento crianças que tratam as fezes como uma criação de seu corpo, admirando estas substâncias quando expelidas, tocando-as, colocando-as na boca e cheirando-as. Elas acreditam que aquilo que saiu de seu corpo pode ser dado para outra pessoa, o que posteriormente pode ser transferido para objetos que sejam doados como dádivas. Em um momento ulterior, de acordo com Freud (1933c/1996), o antigo interesse pelas fezes pode ser transformado no grande valor concedido ao dinheiro, mostrando assim

que o excremento que sai do corpo pode apresentar um valor simbólico inconsciente importante na vida de uma pessoa.

Em seu artigo de 1908, “Caráter e erotismo anal”, Freud apresenta uma interessante hipótese acerca da relação entre o erotismo existente nesse estágio do desenvolvimento sexual e alguns traços de caráter apresentados por alguns pacientes seus. Essa relação pode ser interessante para se pensar a importância dos estádios para a constituição de uma pessoa, na medida em que eles podem determinar o seu caráter. A importância disso pode ser encontrada no argumento do autor quando ele escreve que pode ser encontrada na constatação do autor quando ele fala que “durante nossos estudos das fases pré-genitais da libido, também adquirimos novas compreensões internas da formação do caráter” (FREUD, 1933c/1996, p. 102).

Antes de adentrarmos mais especificamente nessa questão do caráter, apresentaremos a hipótese de Freud concernente ao fato de o erotismo anal poder produzir a formação de um tipo de caráter tão encontrado por ele em seus pacientes, que, comumente, eram os neuróticos obsessivos.

Essas pessoas que apresentam esse tipo de caráter normalmente são ordeiras, econômicas e obstinadas, sendo que estas três características estão relacionadas, de acordo com Freud, com o erotismo anal, e podem ter surgido como uma formação reativa frente às intenções de levar a cabo os prazeres desse estágio. De acordo com Mezan, “a responsabilidade pela transformação do erotismo anal de fonte de prazer em motivo de vergonha é atribuída à educação, que introduz ‘anticorpos’ do pudor, da repugnância e da moral” (MEZAN, 2006/1992, p. 165). Nesse sentido, temos a importância da relação social estabelecida, principalmente pela função da educação, em conter os impulsos desenfreados da sexualidade infantil.

Essa citação do Mezan se mostra interessante, pois corrobora a tese de que a educação proveniente dos pais e da cultura tem um importante papel em delimitar uma pessoa, acarretando até mesmo na formação de seu caráter. De acordo com isso, a ordem existente no caráter supracitado está relacionada à formação reativa contra “um interesse pela imundície perturbadora que não deveria pertencer ao corpo” (FREUD, 1908b/1996, p. 162).

A rebeldia presente nesse tipo de caráter estaria associada, de acordo com Freud (1908b/1996), com a capacidade que a criança tem em controlar a musculatura intestinal, e decidir sobre o que fazer com as suas fezes. E, no caso da avareza, ela está atrelada ao valor simbólico que existe entre o dinheiro e as fezes.

A breve explanação acima sobre a relevância de um dos estádios do desenvolvimento sexual e a constituição do caráter de uma pessoa nos mostra quão importantes são, para Freud, para se compreender a constituição de uma pessoa. Retomaremos agora uma discussão a respeito da proibição dos adultos em relação aos prazeres infantis, e a importância disso na constituição de uma pessoa.

Anteriormente, falamos a respeito da admiração que as crianças podem ter em relação às suas fezes. Nesse sentido, os adultos, horrorizados com tais atitudes, recriminam estes comportamentos infantis, produzindo no psiquismo destas crianças uma atitude que impeça a ocorrência destas atividades. Através da formação reativa, as atitudes antes normais e prazerosas, serão sentidas como vergonhosas e desprazerosas, por causa da assimilação que a criança fez da recriminação adulta. O infante, ao invés de querer pegar as fezes, começará a sentir asco em relação a estes objetos.

A influência dos adultos no desenvolvimento sexual infantil será um fator determinante para impor limites à sexualidade perversa polimorfa das crianças. Percebe-se, nesse caso, que a sexualidade nasce a partir da estimulação que a mãe faz no corpo da criança, mas ela toma rumos que parece não obedecer às imposições da realidade externa, procurando a satisfação sexual mediante qualquer custo. Nesse sentido, revela-se uma sexualidade perversa que as relações sociais precisam conter, para que a pessoa não se torne uma perversa, já que não existe uma forma interna, nesse período, de conter essa insaciável procura por prazer.

Essa constatação nos permite compreender que a pessoa pensada por Freud apresenta uma relação de conflito e a formação de compromisso entre as expectativas sociais e as suas moções plenas de desejo que buscam satisfação. De acordo com isso, temos um constante antagonismo entre a cultura e a vida pulsional de uma pessoa, tanto as pulsões de vida quanto as de morte, o que caracteriza a marca do permanente conflito inerente a ela.

Trazendo para a discussão o que escrevemos na seção sobre a pulsão, podemos dizer que, não apenas há um conflito interno entre as forças antagônicas das pulsões de vida e pulsões de morte, mas há o conflito entre a tentativa de satisfazê-las e a cultura. Por conta desse fato, diversas restrições impostas pela cultura são impostas a uma pessoa, e ela lida com a impossibilidade de satisfazer essas moções de desejo mediante alguns recursos existentes no aparelho psíquico. Posteriormente, durante uma etapa do desenvolvimento sexual infantil que apresentaremos adiante, os valores dessa cultura serão instaurados no aparelho psíquico por conta da introjeção de uma nova instância no mesmo. Antes de escrevermos sobre o momento

em que ocorre essa importante formação, é necessário discorrermos mais a respeito do desenvolvimento sexual infantil.

Concomitante a esse desenvolvimento, existem atividades relacionadas às pulsões parciais. Se a pulsão de dominação tem um papel importante no controle das contrações musculares do intestino, ela é ainda responsável pelas atividades cruéis realizadas por algumas crianças que ainda não desenvolveram os mecanismos psíquicos capazes de barrar suas crueldades. Segundo Freud, existiria

a suspeita de uma atividade sexual intensa e precoce advindas das zonas erógenas, e mesmo no amadurecimento precoce e simultâneo de todas as pulsões sexuais, a atividade erógena parece ser primária (FREUD, 1905a/1996, p. 187).

Como não existe a censura, o possível vínculo entre a pulsão de dominação e a pulsão sexual é capaz de tornar indissolúvel a ligação da criança com a crueldade.

A atividade que as crianças realizam em investigar o mundo a fim de compreender como as coisas funcionam é possível graças à pulsão de saber. Para Freud (1905a/1996), a atividade de investigação está relacionada a uma forma sublimada de dominação e ao trabalho da pulsão escópica. Dentro destas atividades estão a procura em entender algumas questões vinculadas à sexualidade, como a origem dos bebês e a diferença anatômica entre os sexos. Segundo Freud (1905a/1996), as crianças não têm interesse em saber sobre o mundo a partir de uma vontade teórica, mas a partir de um interesse prático advindo de uma angústia. Por conta disso, a chegada, conhecida ou suspeitada, de uma nova criança no seio familiar, faz com que o infante comece a confabular acerca da origem desta criança, por causa do medo de que esse acontecimento o retire do centro das atenções, e desvie o amor que antes era dirigido a ele, para o novo bebê.

Com relação à origem dos bebês, as crianças percebem as mudanças corporais que a gravidez traz ao corpo da mulher, como o aumento da barriga e os enjoos, mas elas não conseguem explicar as razões deste fato, por ainda não conhecerem o orifício sexual feminino e o sêmen. A única forma de conseguir solucionar o enigma do nascimento é recorrendo a criativas teorias, cuja construção se baseia na percepção que as crianças têm do mundo. Segundo Freud (1908a/1996), elas acreditam que os bebês viriam do seio materno ou seriam trazidos pela cegonha. Além destas teorias, por causa do aumento da barriga, as crianças acreditam que a mãe ingeriu algum alimento que causou este crescimento, e o nascimento do bebê passaria pelo intestino, até ser eliminado pelas fezes.

A investigação sobre a diferença anatômica entre os sexos traz consequências importantes para o desenvolvimento sexual infantil. Esta atividade investigativa, além de estar relacionada com a pulsão de saber, tem vínculo com a pulsão escópica, na medida em que a criança procura desnudar as outras pessoas, a fim de olhar seus órgãos sexuais. Segundo Freud (FREUD, 1923b/1996, p. 158), os meninos presumem que outros seres vivos possuem um órgão genital análogo ao seu, e para comprovar tal fato, eles procuram encontrar um pênis nas meninas e mulheres nuas. Quando constatarem a ausência deste órgão nas mulheres, eles acreditam que o pênis delas ainda é pequeno e que um dia crescerá. Depois, os meninos concluem que as meninas e mulheres tiveram um pênis e que a ausência deles é fruto de uma castração.

Concomitante a esta investigação está o predomínio dos órgãos genitais como zonas erógenas, na medida em que a criança busca encontrar prazer através da estimulação de seus órgãos genitais. Os genitais tornam-se zonas erógenas por conta da estimulação que essa região recebe no ato de urinar, e também podem receber estímulos dos cuidadores, enquanto as crianças tomam banho.

O estágio do desenvolvimento infantil que sucede o estágio anal é conhecido como fálico, porque, apesar de existirem órgãos sexuais diferentes nos meninos e nas meninas, o único órgão reconhecido pela criança é o masculino, o que resulta na primazia do falo. Ele, o falo, é compreendido pela psicanálise como “a função simbólica desempenhada pelo pênis na dialética intra e intersubjetiva” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 166). Desse modo, o falo não representa uma cópia fiel do órgão genital masculino, não sendo, portanto, um componente biológico. Como função simbólica, o falo é um aspecto psicológico do órgão sexual masculino que está vinculado com o “preenchimento da falta” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 220). Assim, quando a menina reconhece que o único órgão sexual existente é o pênis, ela acredita que está em falta com o seu órgão genital.

O estágio fálico é marcado pelo Complexo de Édipo que “desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade e na orientação do desejo humano” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 77). Dessa forma, podemos compreender que esse complexo será de fundamental importância para a constituição de uma pessoa, na medida em que ele é responsável por determinar uma personalidade masculina ou feminina; por determinar as escolhas objetais; por formar uma nova instância no aparelho psíquico, que marcará uma nova forma de conflito psíquico; por haver a identificação da criança com as figuras parentais; e por determinar o desenvolvimento de uma personalidade normal ou patológica.

## 2.5. O Complexo de Édipo

O acontecimento, denominado por Freud de Complexo de Édipo, é compreendido como um “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança sente em relação aos pais” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 77). Esse complexo, além de ser importante por conta das características supracitadas, será determinante em inserir a criança como membro de uma cultura, na medida em que ele marcará a interdição da vontade desenfreada de satisfazer as suas pulsões.

Apesar de normalmente se tomar como modelo o complexo de Édipo que acontece nos meninos, é importante ressaltar que ele será diferente na menina, cuja diferença é dada desde o seu surgimento, até mesmo na sua dissolução. É por causa dessa dissolução que a pessoa constrói uma nova instância no aparelho psíquico que será responsável por limitar a sua presença dentro do contexto social. Aqui, o limite diz respeito à impossibilidade de a pessoa poder fazer tudo o que ela deseja.

Pensando na cronologia dos acontecimentos do Complexo de Édipo no menino, tem-se que, num primeiro momento, por ser o corpo materno fonte de alimentação para a criança, o seio materno será o primeiro objeto do mundo no qual o infante investirá a sua libido. Esse investimento está associado à função somática de alimentar-se, estabelecido pelo apoio da pulsão sexual na pulsão de auto-conservação. Apesar de o pai não ser o protagonista na alimentação da criança, neste primeiro momento, ele é visto pelo infante de uma forma amorosa, por conta de suas atitudes acolhedoras. Além disso, por ser do mesmo sexo que o menino, este se identifica com o pai.

Enquanto o menino nutre desejos incestuosos para com a genitora do sexo oposto, ele estimula seu órgão genital a fim de obter satisfação sexual. No mesmo instante em que nutre o desejo incestuoso para com a mãe, o menino sente que o pai lhe é uma ameaça, devotando-lhe desejos hostis. Nesse sentido, ele pensa em ter a mãe para si, ao passo que, deseja eliminar o pai dessa relação.

Quando os adultos vivenciam o ato masturbatório do menino, logo o recriminam, dizendo que o pai ou o médico irão lhe arrancar o pênis. Se não for arrancado o pênis, a ameaça parte em dizer que a mão ou qualquer outro membro do corpo será decepado. A ameaça é sentida apenas quando ele constata a ausência de pênis nas meninas, compreendendo que ele também pode não ter o seu órgão genital, caso seja castrado.

Percebe-se nesse caso que a ameaça da castração somente é sentida quando ele se depara com a falta no outro, ou seja, com a ausência do pênis nas meninas e mulheres. Essa

ausência é apenas uma imaginação das crianças, afinal, as mulheres também possuem um órgão genital.

Diante da ameaça de castração, o menino encontra um conflito entre os investimentos pulsionais nos pais e a possível perda de uma parte do seu corpo, caso esses investimentos sejam levados adiante. A resolução deste impasse permite que “o Eu do infante volte as costas ao complexo de Édipo” (FREUD, 1924a/1996, p. 196). Essa escolha acarreta em diversas mudanças no psiquismo do ser humano e, conseqüentemente, na constituição de uma pessoa, como nos casos da identificação e das escolhas objetais.

Como uma parte da pulsão sexual estava investida na mãe, e com a demolição do Complexo de Édipo esta pulsão precisa ser investida em outro lugar, ela pode ter dois destinos: o menino pode investir numa identificação com a mãe, ou, ele pode investir a pulsão numa identificação com o pai. Caso aconteça a primeira identificação, o menino desenvolverá um caráter feminino em sua personalidade, na medida em que ele assimilará os traços femininos existentes na mãe. Além disso, a pessoa poderá se tornar homossexual, por conta das escolhas objetais futuras; ele escolherá objetos sexuais que se assemelham ao seu pai. O segundo caso de identificação, ou seja, uma identificação com o pai permite que o menino desenvolva a masculinidade em seu caráter. Essa identificação com o pai admite que o menino preserve a sua relação objetal com a mãe, possibilitando que ele estabeleça uma escolha objetal heterossexual futura.

A configuração do Complexo de Édipo das meninas é diferente do modelo existente nos meninos. Assim como no infante, o primeiro objeto com quem a menina tem uma ligação afetiva é a mãe, devido à função materna de alimentá-la. Posteriormente, a menina constata a diferença anatômica entre o seu órgão genital e o do menino. Os infantes possuem um pênis, ou seja, um órgão sexual mais visível, enquanto as meninas acreditam que lhes falta esse órgão sexual, e por conta disso, desejam tê-lo. É importante ressaltar que elas não levam em consideração a existência da vagina como uma possível região sexual. A constatação da ausência de um pênis leva as meninas a invejarem o órgão sexual masculino. Isso desenvolve uma ferida narcísica causada pela crença de que lhes falta uma parte do corpo. Quando a menina se dá conta da ferida em seu narcisismo, ela “desenvolve como cicatriz um sentimento de inferioridade” (FREUD, 1925/1996, p. 282). A partir deste sentimento, a menina se martiriza por causa da ausência de um pênis e, quando constata que a falta deste órgão é condição universal feminina, ela começa a compartilhar um desprezo pelas mulheres, acreditando que elas são inferiores.

No decorrer do desenvolvimento sexual infantil, a inveja do pênis<sup>8</sup> é deslocada para a sensação de ciúmes em relação a não ter pênis. Concomitante a esse período, existe um afrouxamento na relação afetiva da menina com sua mãe. A infante acredita que a mãe lhe trouxe ao mundo sem o órgão genital masculino e, portanto, ela é a responsável pela falta de pênis. Por causa desta falta, a menina desconfia que a mãe a trate diferente das outras pessoas, pois a genitora ama somente aqueles que possuem pênis.

Se a demolição do Complexo de Édipo masculino é causada pelo complexo de castração, o complexo nas meninas só “se faz possível e é introduzido através do complexo de castração” (FREUD, 1925/1996, p. 282). Nos meninos, a existência da possibilidade de uma castração é apenas sentida como ameaça, enquanto nas meninas a castração foi imaginada como uma coisa realizada. Essa distinção acontece porque o complexo de castração permite inibir e limitar a masculinidade, ao mesmo tempo em que desenvolve a feminilidade.

Segundo Mezan,

o trauma de se perceber castrada pode dar origem a um afastamento completo da sexualidade; a uma reafirmação completa da masculinidade, com a produção de fantasias correspondentes e mesmo uma escolha objetal masculina” (MEZAN, 1982/2006, p. 303-304)

O desenvolvimento da feminilidade na menina acontece por causa da inveja do pênis e da proibição materna em relação à masturbação. A crença de que possui um órgão inferior ao dos meninos e a constante repressão da mãe fazem com que a menina comece a achar desagradável o prazer obtido através da masturbação clitoridiana, e isto acarreta numa necessidade de abandoná-la. O abandono permite à menina renunciar a uma parcela da masculinidade, podendo então desenvolver sua feminilidade, além da troca do objeto sexual. A menina abandona o desejo de ter um pênis e passa a desejar um substituto simbólico deste órgão sexual. Este substituto é um filho, e por causa desse desejo, ela passa a investir no pai a sua pulsão sexual, tomando-o como objeto de amor. Depois desse desejo de ter um filho do pai o complexo de Édipo feminino entra em declínio, até a sua demolição. Para Freud (1933b/1996), essa demolição nas meninas acontece tardiamente, permitindo que elas permaneçam nele por tempo indeterminado.

---

<sup>8</sup> A expressão ‘inveja do pênis’ pode ser utilizada em seu sentido literal ou metafórico, pois ambos os sentidos foram utilizados por Freud. Pensando a expressão em sua forma literal, ao expressarmos que a menina sente inveja do pênis, queremos dizer que ela sente inveja do órgão sexual masculino, querendo tê-lo para si. Por outro lado, o sentido metafórico da sentença nos remete ao fato de a menina ter o desejo de possuir algo que o outro tem, possuir um algo a mais, podendo ser isto o órgão sexual masculino, ou qualquer coisa que venha ocupar a função de objeto desejado.

É a demolição do Complexo de Édipo feminino e masculino que permitirá a construção dos ‘diques’ no psiquismo dessas crianças. o papel restritivo desempenhado pelos pais no que concerne à realização dos desejos infantis será introjetado, fazendo com que a pessoa desenvolva um censor interno. Este momento é de fundamental importância para fazer com que a criança introjete os valores culturais e, dessa forma, passe a fazer parte da cultura.

## **2.6. A Demolição do Complexo de Édipo**

Na demolição do complexo de Édipo, a escolha de objeto e a identificação que a criança realiza são determinantes para o desenvolvimento da personalidade humana. Na infância, como a criança não está aberta ao outro, ou seja, não se diferencia da outra pessoa, existe uma dificuldade em se estabelecer uma diferenciação psicológica entre os sexos. Segundo Freud, “a sexualidade das meninas tem um caráter inteiramente masculino” (FREUD, 1905a/1996, p. 206). Quando Freud diz isso, ele está pensando no termo masculino compreendido pela psicanálise, cuja compreensão extrapola o campo do gênero. O sentido psicanalítico de masculino está relacionado à atividade. Se a libido é masculina, isto quer dizer que “a pulsão é sempre ativa, mesmo quando estabelece para si um alvo passivo” (FREUD, 1905a/1996, p. 206).

Nas meninas, o clitóris é escolhido como a zona erógena genital, e as atividades masturbatórias delas são ativas. Quando a menina se transforma em uma mulher, a zona erógena que se concentrava no clitóris passará a se concentrar na vagina, diferente do que acontece com os homens, cuja zona erógena é mantida desde a infância. A ocorrência de uma mudança de região erógena na menina está associada ao complexo de Édipo feminino, na medida em que, a repressão externa materna e a inveja do pênis levam a menina a abandonar a masturbação do clitóris, produzindo um abandono da masculinidade (atividade) e um recalqueamento que “afeta justamente a sexualidade do clitóris” (FREUD, 1905a/1996, p. 208). Segundo Freud, este recalque interfere no comportamento sexual feminino, fazendo com que elas fiquem mais recatadas em relação ao sexo. Este recato tem um valor social na cultura ocidental, na medida em que ele produz uma supervalorização do objeto sexual. A mulher que recusa e renega a sua sexualidade faz com que os homens a valorizem mais.

A escolha de objeto realizada na demolição do Complexo de Édipo interfere nas escolhas que os seres humanos fazem na puberdade ou na idade adulta, na medida em que elas servem de modelo para as escolhas futuras. Um menino que toma a mãe como escolha de

objeto, tende a fazer uma escolha heterossexual futura, buscando encontrar mulheres que se assemelhem à “imagem mnêmica que ele tem da mãe, tal como ela o dominou nos primórdios da infância” (FREUD, 1905a/1996, p. 216). Caso o menino se identifique com a mãe e tome o pai como objeto sexual, ele irá fazer escolhas homossexuais futuras, buscando um homem que se assemelhe ao pai que ele teve na infância. Nas meninas, a escolha de objeto é igual: se elas escolherem a mãe como objeto sexual na infância, elas não abandonam a masculinidade infantil, e buscarão mulheres que se assemelhem à figura materna. Caso contrário, elas abdicuem da masculinidade, tomam o pai como objeto sexual, fazendo com que as suas escolhas futuras sejam heterossexuais. Estas escolhas e a identificação que a criança faz na infância são determinantes para a construção de sua personalidade.

Com a demolição do complexo de Édipo, a sexualidade infantil entra no período de latência, cuja ocorrência é marcada pela não existência das atividades sexuais. A pulsão sexual que antes era investida em fins sexuais precisa ser dessexualizada, e uma parte dela é utilizada para erigir os ‘diques’ responsáveis por fazer o ser humano sentir vergonha, asco e nojo em relação a determinadas práticas sexuais. Esses ‘diques’ nada mais são do que a nova instância que surgirá no aparelho psíquico após essa demolição.

Nesse período conhecido como de latência, apesar de quase não haver comportamentos sexuais, o afluxo da pulsão sexual não cessa, sendo necessário a existência de um mecanismo psíquico de defesa que seja capaz de desviar essa energia de seu uso sexual, para outros fins. Este mecanismo é chamado por Freud (1905a/1996) de sublimação, e ele tem como responsabilidade barrar o desenvolvimento de uma sexualidade perversa na criança, permitindo que ela possa desenvolver uma sexualidade considerada normal, importante para a sociedade. Caso não houvesse esse mecanismo psíquico, o autor conjectura que a satisfação destas pulsões para fins perversos provocaria sensações desprazerosas, capazes de despertar “forças anímicas contrárias (moções reativas)” (FREUD, 1905a/1996, p. 168). Para que não haja a existência deste desprazer, o aparelho mental erige os diques mencionados no parágrafo anterior.

A entrada da criança no período de latência e o surgimento de uma nova instância no aparelho psíquico permite compreender que o desenvolvimento sexual infantil caminha, a partir da influência dos genitores, para uma possível forma de inserir o infante em uma sociedade. Contudo, é importante salientarmos que a abdição realizada pelo infante em não levar a cabo seus investimentos pulsionais será determinante para a existência de conflitos psíquicos.

A entrada neste período do desenvolvimento sexual infantil não significa que a sublimação consiga barrar todas as manifestações sexuais. Para Freud (FREUD, 1905a/1996), algumas escapam a esse mecanismo psíquico, e outras atividades sexuais preservam-se ao longo desse período, até que na puberdade irrompa, de forma acentuada, a pulsão sexual.

Na puberdade haverá mudanças biológicas na pessoa, cuja presença é marcada por alterações no corpo da criança, como o aumento dos órgãos genitais masculino e feminino, e o início da produção interna de sêmen e ovário, cuja existência permite o desenvolvimento de um novo ser humano. Contudo, além das alterações biológicas ocorridas no corpo, as psicológicas permitirão que a pessoa se relacione com objetos que não sejam os seus genitores.

A puberdade é marcada pelo aparecimento de uma sexualidade que busca um objeto para onde todas as pulsões parciais se conjugarão, e as zonas erógenas se subordinarão ao primado da zona genital. Durante esse período, os órgãos genitais masculino e feminino são considerados, e não apenas o dos homens, como era visto no estágio fálico. Como a menina abandonou, por causa dos eventos experimentados na infância, a exclusividade do clitóris como zona erógena, a vagina passa a ser a zona genital feminina no período da puberdade, tal como o foi a partir do período em que a menina entra no Complexo de Édipo.

Como o alvo sexual adotado pode ser o órgão sexual do sexo oposto, a sexualidade estaria pronta para uma finalidade reprodutiva. Para que haja a possibilidade de penetração, é necessário haver mudanças corporais causadas pela excitação sexual, como o intumescimento do pênis e a umidificação da vagina. A excitação pode ser proveniente de estímulos que chegam às diversas zonas erógenas do corpo, ou, de fontes anímicas, como algumas lembranças capazes de excitar os órgãos genitais. A excitação não gera apenas mudanças somáticas, mas é responsável por realizar alterações psíquicas, como “um sentimento peculiar de tensão, de caráter extremamente premente” (FREUD, 1905a/1996, p. 197).

A tensão sexual surge no momento posterior ao prazer obtido através da estimulação de uma determinada zona erógena. Este prazer, denominado por Freud de pré-prazer, se assemelha ao “prazer preliminar” (FREUD, 1905b/1996, p. 132) dos chistes, cuja sensação prazerosa é sentida por meio da elaboração deles. No ato sexual, o pré-prazer é obtido através da estimulação de uma zona erógena, cuja ação produz uma excitação sexual, sentida como prazerosa. Este prazer preliminar tem uma intensidade menor que o prazer obtido através do orgasmo, mas a sua produção serve para estimular os órgãos genitais, e abrir caminho para uma produção mais intensa de prazer na satisfação sexual, por meio do alívio da tensão surgida no momento posterior ao pré-prazer. Assim, a tensão tem a função de possibilitar uma

maior sensação prazerosa futura. Caso uma pessoa obtenha um pré-prazer e não chegue a obter a sensação orgástica, o aumento da tensão sexual não será extinta, e ela será experimentada como desprazer.

Apesar de Freud (1905a/1996) recorrer a uma explicação biológica da tensão sexual, cuja natureza e origem se devem a um acúmulo de substâncias nas gônadas humanas, pode-se compreender que ela também tem uma natureza psicológica, na medida em que, na tensão, existe um aumento na quantidade de pulsão sexual no aparelho psíquico, que deveria ser descarregada. A explicação estritamente biológica não consegue abarcar um maior esclarecimento da tensão sexual existente em mulheres, crianças e homens castrados, na medida em que ela leva em consideração a gônada masculina. A partir do momento em que se estabelece que o aumento da tensão seja fruto de um acúmulo de libido, pode-se compreender uma generalização do surgimento da tensão.

Voltando à questão do pré-prazer, para Freud (1905a/1996), ele pode ser perigoso durante o ato sexual. Como uma experiência preliminar pode produzir uma sensação prazerosa, é bastante comum encontrar pessoas que se satisfazem apenas com o pré-prazer, não procurando obter um prazer maior através do orgasmo experimentado no final da relação sexual. Este tipo de satisfação é parecido com aquela sensação prazerosa obtida pela criança no decorrer do seu desenvolvimento sexual. O perigo do pré-prazer reside na fixação neste tipo de prazer, o que pode comprometer a maturidade da sexualidade, mantendo essa pessoa com uma sexualidade considerada infantil.

Se existe uma sensação de prazer maior no orgasmo obtido no ato sexual, ele só é possível mediante a ocorrência anterior de um prazer preliminar. Fazendo um paralelo com os chistes, para Freud (FREUD, 1905b/1996) existe a produção de um novo prazer por conta da suspensão das supressões e dos recalques. Diante disso, tem-se a impressão de que o segundo prazer é maior porque houve a liberação da pulsão que estava acumulada no interior do aparelho psíquico.

Procuramos desenvolver ao longo desta seção a importância do desenvolvimento sexual infantil para a constituição de uma pessoa, destacando os aspectos somáticos, psicológicos e sociais que demarcam essa questão na obra freudiana. De acordo com isso, temos que o infante apresenta um corpo dotado de pulsões que estão constantemente em busca de satisfação, fazendo com que ele precise encontrar objetos no mundo ou em seu próprio corpo que as satisfaçam. Ainda, é importante ressaltar que a sociedade interfere, barrando algumas formas que a criança tinha em manifestar a sua sexualidade. Em cada um dos estádios, por conta de uma experiência prazerosa intensa, ou por conta de uma repressão

severa feita pelos adultos, a criança pode manter alguns representantes psíquicos ligados à pulsão fixos no inconsciente. A fixação será um dos elementos fundamentais para se compreender a etiologia das doenças psíquicas proposta por Freud.

Além desses fatores importantes, temos que no estágio fálico há um acontecimento de extrema importância para a constituição de uma pessoa. Na demolição do complexo de Édipo, a criança abdica dos seus desejos incestuosos voltados para a mãe e dos desejos hostis voltados ao pai, fazendo com que nesse momento de abdicação forme uma nova instância no aparelho psíquico que representa os valores parentais. Também, é importante ressaltar que os acontecimentos desse período possibilitarão a formação de uma personalidade normal ou patológica; determinarão as escolhas objetais, e haverá a identificação com um dos genitores.

## CAPÍTULO 3

### O APARELHO PSÍQUICO E A IDENTIDADE PESSOAL

*Minha alma é uma orquestra oculta; não sei que  
instrumentos tange e range, cordas e harpas,  
tímboles e tambores, dentro de mim. Só me  
conheço como sinfonia.*  
Fernando Pessoa

#### 3.1. O aparelho psíquico

No capítulo anterior tratamos a questão sincrônica da identidade pessoal a partir dos pressupostos freudianos acerca da pulsão e da teoria da sexualidade, enfatizando como ambos se articulam com o problema da constituição de uma pessoa. Durante a discussão, apresentamos o quanto essas duas noções romperam com o discurso da sexualidade de seu tempo, mostrando como esse rompimento revelou-se importante para compreendermos de outra forma o que vem a ser essencialmente uma pessoa. De acordo com isso, podemos enfatizar que não apenas a concepção de Freud acerca da sexualidade possibilitou um novo entendimento a respeito da sincronia da identidade pessoal, mas o seu ponto de vista acerca dos processos mentais, postulando, a partir dos fatos clínicos, que a mente é dividida e suas partes estão em constante conflito, também corroboram para uma nova compreensão sobre a constituição de uma pessoa.

A tradição filosófica e psicológica existente na época do autor concebia que a mente era sinônimo da consciência, acreditando que “todo ato mental que ocorre conosco, necessariamente deve também ser experimentado por nós através da consciência” (FREUD, 1915c/1996, p. 172). Dentro desse quadro, os conteúdos psíquicos inconscientes eram compreendidos apenas em seu sentido descritivo, ou seja, aqueles conteúdos latentes que não estão conscientes em um determinado tempo, podendo sê-lo desde que haja um investimento adequado para isso. A hipótese da existência de um inconsciente, não apenas latente, mas dinâmico, estava descartada nesse período, na medida em que estava rejeitada a ideia de um inconsciente como causador de determinados fenômenos psíquicos e somáticos. Nesse

sentido, a proposta freudiana a respeito de um inconsciente dinâmico possibilitou, não apenas um novo entendimento acerca da mente, mas uma nova compreensão a respeito da questão sincrônica da identidade pessoal.

A construção da hipótese de um inconsciente dinâmico foi possível graças à análise freudiana empreendida em seus pacientes neuróticos, além de seus minuciosos estudos acerca dos sonhos, dos chistes e dos atos falhos. Pensando nesses fenômenos como essenciais para se compreender o inconsciente, é a partir da “observação do que tropeça, do que escapa, cambaleia, falha em todo mundo, quebrando, de uma maneira incompreensível, a continuidade lógica do pensamento e dos comportamentos da vida cotidiana” (DOR, 1996a/1993, p. 264) que podemos confirmar a hipótese da existência de um inconsciente dinâmico. Por conta disso, podemos atribuir à dinâmica inconsciente a possibilidade existente no ato falho de uma palavra vir a ocupar o lugar de outra, podendo causar vergonha no locutor e no ouvinte.

É dentro dessa possibilidade de haver o preenchimento inadequado, do ponto de vista consciente, de um conteúdo por outro que a hipótese de um inconsciente dinâmico se torna ainda mais justificada. Para corroborar tal afirmativa, temos que

a pressuposição de uma dimensão psíquica inconsciente se mostra ainda mais justificada na medida em que os dados lacunares da consciência supõem – pelo menos a título de hipótese – um mais-além psíquico capaz de explicá-los (DOR, 1996a/1993, p. 264).

A importância dessa passagem reside no fato de que a impossibilidade de determinados eventos psíquicos serem estritamente explicados tendo como base a consciência faz com que Freud postule a existência de uma outra cena como determinante para o aparecimento desses fenômenos. De acordo com isso, temos que determinados atos conscientes parecem para o autor “como que animados por outras iniciativas latentes não imediatamente identificadas, por pensamentos cuja origem e elaboração permanecem desconhecidos porque ocultos” (DOR, 1996a/1993, p. 264). Pensando ainda mais a respeito disso, podemos postular que “o inconsciente não é o mais profundo, nem o mais instintivo, nem o mais tumultuado, nem o menos lógico, mas uma outra estrutura, diferente da consciência, mas igualmente inteligível” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 173).

A impossibilidade de explicar totalmente determinados fenômenos mentais e somáticos usando como recurso explicativo a consciência, fez com que Freud deixasse de compreender a mente “como um todo unitário identificado com a consciência e sob o domínio da razão” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 22), passando a entendê-la como uma realidade

dividida em dois grandes sistemas, como o inconsciente e o consciente, cuja relação entre ambos é marcada por um constante conflito. Nesse sentido, a nova proposta freudiana para se pensar o psiquismo leva em consideração esse aspecto da divisão subjetiva, cujas partes constituintes se relacionam entre si de uma maneira nada harmoniosa.

Para compreendermos melhor essa relação existente entre as partes constituintes da mente de uma pessoa, Freud apresentou a proposta de um aparelho psíquico dividido em determinados lugares, denominados pelo autor de instâncias ou sistemas que se articulam entre si. A relação existente entre esses lugares do aparelho psíquico acarretam o aparecimento dos fenômenos supracitados no parágrafo anterior.

De acordo com a constatação acerca da existência de um aparelho psíquico, podemos estabelecer que a constituição de uma pessoa não leva apenas em consideração o conflito existente entre as tendências pulsionais e as imposições da sociedade que barram a satisfação da pulsão, pois há também a existência de um conflito em seu próprio psiquismo que acarreta no aparecimento de determinados fenômenos e, também, na possibilidade de se pensar a constituição de uma personalidade patológica. Nesse sentido, pretendemos compreender como o modelo de aparelho psíquico proposto por Freud pode ser útil para se pensar a questão sincrônica da identidade pessoal.

Antes de entrarmos na discussão propriamente dita, é importante salientarmos que o aparelho psíquico sugerido por Freud não tem uma localidade anatômica específica, na medida em que ele é usado como um recurso psicológico e metapsicológico de explicação para determinados fenômenos psíquicos e somáticos. Assim, o autor não obedece a uma explicação puramente neurofisiológica, que procuraria compreender e explicar os fenômenos psíquicos numa linguagem anatômica.

Devido à existência de dois modelos de aparelho psíquico<sup>9</sup> na obra psicanalítica do autor, apresentaremos as duas propostas, procurando articulá-las com o problema sincrônico

---

<sup>9</sup> Dentro da obra total de Freud, podemos estabelecer a existência de algumas construções de aparelho psíquico que extrapolam a sua fase considerada psicanalítica, cujo marco é a publicação da “Interpretação dos Sonhos” em 1899-1900. Em 1891, temos a construção de um aparelho de linguagem, realizada em seus estudos sobre as afasias, que procurava compreender e explicar estes fenômenos linguísticos. Em 1895, impregnado de termos emprestados da física e da neurologia da época, temos um aparelho arquitetado no “Projeto para uma psicologia científica” que, mesmo tendo sido um projeto abandonado pelo psicanalista vienense, a sua importância e ressonância pode ser encontrada em inúmeras de suas futuras publicações. Em 1896, em uma carta dirigida a Fliess – carta 52 – Freud apresentou um modelo de aparelho psíquico, concebido como uma máquina que realizava inscrições em seu interior, que se baseava e procurava compreender a sua teoria da memória. Embora estes três aparelhos tenham sido abandonados pelo autor, é importante ressaltarmos que algumas das concepções existentes por traz deles repercutiram nos modelos conhecidos como primeira e segunda tópica. Além disso, segundo Dor (1996a/1993), os avanços teóricos realizados por Freud no final da década de 30, principalmente a sua concepção de clivagem do Eu, poderiam ter conduzido o psicanalista vienense a construir uma terceira

da identidade pessoal. Esses dois modelos são expostos pelo autor como primeira e segunda tópica, sendo a primeira sistematizada em seu livro “A interpretação dos sonhos”, e constitui o Consciente [*Bewusste*], o Pré-consciente [*Vorbewusst*] e o Inconsciente [*Unbewusste*] como os sistemas componentes desse modelo<sup>10</sup>. A segunda tópica foi desenvolvida no decorrer do trabalho analítico do autor, e foi sistematizada no começo da década de 20, procurando complementar o modelo da primeira tópica. Nessa nova compreensão acerca da mente, Freud a divide nas instâncias do Eu [*Ich*], Isso [*Es*] e Supereu [*Über-ich*]<sup>11</sup>.

Podemos salientar que procuraremos compreender como esses dois modelos de mente nos possibilitam pensar o problema sincrônico da identidade pessoal, levando em consideração como os aspectos psicológicos pensados por Freud nos permite entender a constituição de uma pessoa.

### 3.2. Primeira tópica e a identidade pessoal

A explicação freudiana de determinados fenômenos mentais e somáticos está alicerçada na ideia de um aparelho psíquico, cuja noção está vinculada à de representação, pois esse aparelho representa aquilo que não aparece ao observador por si mesmo, mas que se torna evidente por conta de suas consequências, como nos sintomas, sonhos, atos falhos e chistes. Para compreendermos melhor essa construção explicativa adotada por Freud, citaremos uma passagem interessante de Rabant a respeito disso. Escreve ele que

Assim, do ponto de vista freudiano, aquilo que o sintoma psíquico trama em sua profundidade nos permanece desconhecido, mas esse desconhecido pode ser representado num aparelho sobre o qual podemos fazer experiências de pensamento: pelo jogo e montagem de suas peças, podemos figurar a própria operação psíquica (RABANT, 1996/1993, p. 45).

Esse trecho revela-se bastante interessante porque mostra que o desconhecido por trás de um fenômeno psíquico, como no sintoma, por exemplo, pode ser representado a partir desse recurso utilizado por Freud, permitindo a possibilidade de haver uma maior clareza para

---

tópica, que estaria sendo delineada no texto “Esboço de Psicanálise”. Como esta questão da terceira tópica é apenas uma conjectura, citamo-la a título de curiosidade teórica.

<sup>10</sup> Adotamos a seguinte padronização neste presente capítulo: quando estamos nos referindo aos sistemas que compõem o aparelho psíquico, utilizamos a inicial do termo em maiúscula, como, por exemplo, em Inconsciente (lê-se, sistema inconsciente). Quando estivermos nos referindo às qualidades psíquicas dos conteúdos destes sistemas, utilizamos a inicial do conceito em minúscula, como, por exemplo, em inconsciente (lê-se, conteúdo psíquico inconsciente).

<sup>11</sup> Para as instâncias constituintes da segunda tópica, preferimos utilizar a inicial dos conceitos em maiúscula para evitar mal-entendidos com os pronomes portugueses *eu* e *isso*.

a compreensão desse fenômeno, pensando-o através das partes constituintes do aparelho psíquico. Além desse fator importante, ressalta-se que a existência de determinados acontecimentos fez com que o autor tivesse a necessidade de explicá-los através da construção teórica de um aparelho psíquico, o que descarta a hipótese de que essa construção preceda a constatação dos fenômenos. Por conta disso, é possível compreender que o avanço da pesquisa psicanalítica empreendida pelo autor fez com que ele sempre tivesse a necessidade de rever seu modelo teórico de explicação da mente, fazendo com que o mesmo fosse modificado de acordo com as suas novas descobertas. A respeito dessa questão, na obra do autor é possível constatar diversas passagens em que Freud explicita que a sua ideia de aparelho psíquico, em virtude dos achados que ele realiza no decorrer de sua pesquisa, pode ser complementada ou substituída por outra.

Pensando a respeito dos dois aparelhos psíquicos sistematizados por Freud em sua obra considerada psicanalítica, temos que eles são constituídos por diversas partes que se articulam entre si. Apesar de haver a proposta de dois modelos, é importante ressaltarmos que um não anula o outro, e, desse modo, poderíamos considerar o segundo modelo como uma complementação do primeiro. Será a respeito desse primeiro modelo de aparelho psíquico que discorreremos a seguir, procurando articula-lo com o problema sincrônico da identidade pessoal.

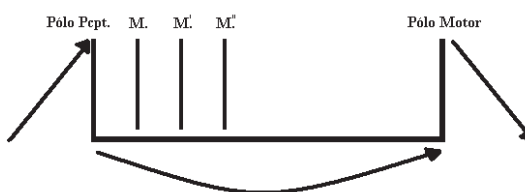
O primeiro modelo de aparelho psíquico apresentado por Freud em sua obra considerada psicanalítica é conhecido como primeira tópica e foi sistematizado pelo autor no capítulo VII de sua obra intitulada “A Interpretação dos Sonhos”. Nele, Freud apresenta a concepção de um aparelho psíquico, introduzindo que o mesmo tem um sentido, sendo que toda a atividade psíquica parte de estímulos externos e internos (pulsões) e termina em inervações. A direção pensada pelo autor é a seguinte: um estímulo externo ou uma pulsão chega através de uma extremidade do aparelho, denominada de polo perceptivo, parte até a outra extremidade, denominada de polo motor, onde será descarregado através de uma ação motora.

A fim de ilustrar essa concepção acerca da direção do aparelho psíquico, Freud (1900/1996) apresenta o seguinte modelo gráfico:



Na extremidade perceptiva (Polo Perceptivo) do aparelho chegam estímulos vindos de fora ou de dentro do organismo, como as pulsões. No aparelho psíquico de uma pessoa é possível que as percepções sejam registradas no interior do aparelho psíquico, e estes registros são denominados por Freud de traços mnêmicos. Esses traços são os responsáveis pela memória de uma pessoa, e este elemento é bastante importante para pensarmos a respeito da constituição da mesma.

Como o polo perceptivo não é capaz de reter um registro, na medida em que a sua função é restrita à recepção dos estímulos, a gravação deles é feita numa parte do aparelho que se encontra logo após a extremidade perceptiva. Modificando o desenho acima para ilustrar a localização da memória no aparelho psíquico, temos o seguinte:



Esse modelo permite compreender que os estímulos que chegam ao aparelho psíquico e, que são armazenados como traços de memória, podem se organizar mediante alguns critérios. Segundo Freud (1900/1996) alguns traços mnêmicos podem estabelecer uma ligação entre si por conta de uma simultaneidade temporal. Para evocar essas lembranças através de uma associação de ideias, a pessoa teria que se lembrar do primeiro traço (no esquema está representado por M) que estaria ligado ao segundo traço (M'), e este ao terceiro traço (M'') e assim sucessivamente. A ligação existente entre o primeiro traço e o segundo traço é mais forte que a ligação entre o primeiro e terceiro traços. A representação responsável por iniciar uma cadeia de associação e permitir que outras representações sejam evocadas é denominada por Freud de representação-meta.

Da mesma forma que as lembranças podem ser organizadas segundo uma sucessão temporal, Freud (1900/1996) diz que os traços mnêmicos também podem estar dispostos no aparelho psíquico de acordo com uma similaridade entre eles. Traços similares entre si, ou que guardam uma semelhança de conteúdo, podem se ligar, e iniciar uma cadeia associativa. Por exemplo, o traço mnêmico que representa o Jequitibá pode se ligar a um traço que representa outra árvore.

A concepção freudiana de memória não é sistematizada em uma única obra, como se o autor tivesse escrito um texto exclusivo sobre o assunto, mas ela se apresenta esparsamente em diversos artigos, mesmo que neles ele apresente sua concepção de memória como sendo dotada de traços mnêmicos. É importante ressaltarmos que os traços mnêmicos se circunscrevem distintamente nos diversos sistemas do aparelho psíquico, possibilitando que a distinção de um sistema para outro possa ser estabelecida mediante a diferença existente entre os traços que o compõe. Antes de explicitarmos melhor essa questão, os traços mnêmicos são de fundamental importância para se compreender não apenas a memória, como, também, os registros constituintes em cada um dos sistemas do aparelho psíquico.

Explicitamos no segundo capítulo do presente trabalho a importância da memória para a constituição de uma pessoa, na medida em que as lembranças são um dos aspectos mais fundamentais da subjetividade humana. Além disso, é através da memória que uma pessoa consegue estabelecer um elo com o seu passado, pois a evocação das lembranças faz com que ela crie uma identidade com aquilo que ela foi um dia. Assim, podemos estabelecer ainda a importância da memória para atividade clínica psicanalítica freudiana, na medida em que os pacientes relatavam ao autor suas lembranças a fim de que o mesmo compreendesse as origens do adoecimento psíquico deles.

A fim de explicar melhor a sua concepção de memória e a relação da mesma com o sistema perceptivo, Freud (1925/1996) utilizou um objeto chamado bloco mágico que lhe permitiu realizar uma metáfora da mente. Além disso, esse aparelho permite ilustrar, de uma forma didática, a concepção freudiana de que a percepção de determinados estímulos podem deixar traços permanentes no psiquismo de uma pessoa.

A descrição do autor em relação a esse objeto é feita nos seguintes termos:

O Bloco Mágico é uma prancha de resina ou cera castanha-escura, com uma borda de papel; sobre a prancha está colocada uma folha fina e transparente, da qual a extremidade superior se encontra firmemente presa à prancha e a inferior repousa sobre ela sem estar nela fixada. Essa folha transparente constitui a parte mais interessante do pequeno dispositivo. Ela própria consiste em duas camadas, capazes de ser desligadas uma da outra salvo em suas duas extremidades. A camada superior é um pedaço transparente de celulóide; a inferior é feita de papel encerado fino e transparente. Quando o aparelho não está em uso, a superfície inferior do papel encerrado adere ligeiramente à superfície superior da prancha de cera. (FREUD, 1925/1996, p. 256)

De acordo com essa descrição, podemos dividir o bloco mágico em três peças fundamentais: a extremidade mais inferior é a prancha feita de cera ou resina; a parte do meio é o papel encerado; e a parte superior é feita de celuloide.

O manuseio do Bloco Mágico é feito com o uso de um estilete pontiagudo, que é capaz de perfurar a camada superior do objeto, permitindo o registro de traços no papel encerado. Caso alguém queira novamente escrever algo sobre o objeto, é necessário que se retire a folha – tanto a parte encerada quanto a camada de celuloide.

Após a escrita no bloco mágico, se alguém retirar a parte superior feita de celuloide, perceberá que a escrita também penetrou no papel encerado. Diante de tal constatação, alguém poderia perguntar se haveria a necessidade de existir uma fina camada acima do papel, já que alguém poderia querer escrever diretamente sobre o papel encerado. Contudo, se alguém tentasse escrever diretamente sobre o papel, perceberia que ele rasgaria muito fácil em contato com o estilete pontiagudo. Desse modo, é possível constatar que a celuloide é uma parte importante do objeto, pois ela serve como um escudo protetor do papel encerado, fazendo com que ele proteja esta última parte dos estímulos vindos de fora.

Segundo Freud (1925/1996), ao se traçar um paralelo entre o Bloco Mágico e o aparelho psíquico, constata-se que o polo perceptivo da mente consiste em duas camadas; uma é um escudo protetor contra os estímulos externos, “cuja missão é diminuir a intensidade das excitações que estão ingressando” (FREUD, 1925/1996, p. 257) no interior do aparelho, e a outra parte, posterior a essa, é responsável por receber os estímulos – o sistema perceptivo-consciente.

Quando alguém retira o papel encerado e a celuloide para escrever novamente, é possível perceber que alguns traços permaneceram na prancha de resina. Dessa forma, Freud constatou a semelhança entre a mente e o Bloco Mágico, ao mencionar que a parte mais superficial do aparelho anímico é responsável pela proteção, enquanto que a sua parte mais subsequente é responsável pela percepção, e a parte seguinte ao sistema perceptivo-consciente permite o armazenamento de traços mnêmicos, da mesma forma que a prancha possibilita a marcação de determinados registros.

Do mesmo modo que a prancha de cera guarda apenas o registro do que foi escrito, o que demonstra haver uma intensidade menor do que havia sido escrito na superfície, os traços mnêmicos também apresentam uma menor qualidade que a existente na percepção dos estímulos. Segundo Freud (1900/1996), quando as lembranças voltam a se tornar conscientes, não exibem nenhuma qualidade sensorial, ou mostram uma qualidade ínfima se comparadas às percepções, que se apresentam mais vivas às pessoas.

Trazendo um exemplo para a discussão, quando uma pessoa está diante de uma árvore, a percepção desse objeto tem uma qualidade sensorial maior que a evocação dele como uma lembrança. Vale ressaltar ainda que, diferentemente do Bloco Mágico que não consegue

reproduzir a escrita de seu interior, visto que o manuseio do mesmo precisa ser efetuado por alguém externo ao objeto, o aparelho psíquico permite que os traços mnêmicos se tornem conscientes, desde que haja permissão para isso e, também, desde que atinjam certa intensidade. Pensando na direção adotada da memória à consciência, podemos dizer que ela obedece ao caminho oposto da direção da percepção para o registro.

As memórias que podem se tornar conscientes sem muito esforço são consideradas inconscientes no sentido latente, ou seja, não estão acessíveis à consciência num dado momento. Essas memórias, apesar de alguns teóricos acreditarem que elas não exercem quase nenhuma influência na vida de uma pessoa, para Freud (1900/1996) elas são de extrema importância. Além disso, o valor elevado não reside apenas nas memórias que podem se tornar conscientes com o mínimo de trabalho do aparelho psíquico, mas aquelas que quase nunca se tornam conscientes são as que mais exercem influência sobre a vida de uma pessoa.

Sobre a importância dos traços mnêmicos, Freud escreveu o seguinte:

O que descrevemos como caráter baseia-se nos traços mnêmicos de nossas impressões; e, além disso, as impressões que maior efeito causarem em nós – as de nossa primeira infância – são as que quase nunca se tornam conscientes (FREUD, 1900/1996, p. 570).

Esse trecho revela alguns aspectos bastante interessantes a respeito da memória. Em primeiro lugar, Freud ressalta a importância das impressões da primeira infância para a constituição dos traços mnêmicos do aparelho psíquico. Estas impressões são obtidas durante as experiências que a criança tem no seu desenvolvimento sexual infantil, o que demonstra a relevância dessa passagem para a constituição do psiquismo de uma pessoa. Além disso, em segundo lugar, essas impressões infantis são fundamentais para a constituição do caráter de uma pessoa, apesar de elas quase nunca se tornarem conscientes. Este é um dos fatores fundamentais da noção de aparelho psíquico apresentado por Freud, na medida em que os conteúdos que permanecem inconscientes, não apenas em seu sentido latente, mas em seu sentido tópico, não continuam no interior do aparelho psíquico de forma quieta, sem influenciar os aspectos conscientes de uma pessoa. Estes conteúdos estão em constante atividade, sempre influenciando a consciência e, sendo um dos componentes mais fundamentais para se pensar a constituição de uma pessoa.

A introdução dessas impressões inconscientes para a presente discussão permite que façamos uma analogia das mesmas com o bloco mágico. Pensando neste objeto para ilustrar a concepção freudiana de mente, temos que essas impressões são aquelas que permanecem inalteradas na prancha de resina, mesmo que um sujeito, ao manusear o objeto, venha a

escrever sobre a sua superfície. Quando um indivíduo escreve sobre o objeto, os traços anteriores continuam na prancha de resina, fazendo com que os novos se sobreponham a eles. Assim, articulando essa questão com o aparelho psíquico, novas impressões não apagam as anteriores que permanecem inconscientes na mente, pois há apenas a inscrição de novos registros, e não uma possível eliminação dos anteriores que continuam inconscientes.

A impossibilidade de se aniquilar estes registros inconscientes, mesmo que novos sejam acrescentados no aparelho psíquico, permite compreender a razão de as impressões da infância serem de fundamental importância para a constituição de uma pessoa e, também, a questão central de que os mesmos continuam sempre ativos no interior do aparelho psíquico. Antes de discutirmos melhor essa questão envolvendo os conteúdos inconscientes, pois envolveria tratar de uma forma mais minuciosa a divisão subjetiva, seria interessante falarmos a respeito de uma peculiaridade concernente à teoria da memória apresentada pelo autor.

Existe um fato curioso em relação à memória que chamou a atenção de Freud (1899/1996), possibilitando que o psicanalista vienense fizesse um estudo minucioso a respeito. Diante de uma experiência, quando a pessoa procura evocar a lembrança do ocorrido em um momento futuro, percebe-se que existe uma falha, uma lacuna que acaba por contestar a veracidade da memória. Esse tipo de ocorrência é bastante comum quando uma pessoa tenta evocar uma lembrança da infância, já que a memória muitas vezes pode não coincidir com o fato real ocorrido.

A fim de ilustrar esse tipo de ocorrência, podemos citar o seguinte exemplo. Uma pessoa vivenciou na infância (por volta dos três anos) a morte de um ente querido. Concomitantes a esse fato, no mesmo período ocorreram outras coisas na vida da criança, como a vestimenta de uma determinada roupa em outra ocasião. Quando essa pessoa adulta tenta se lembrar das ocorrências desse período, ela consegue se lembrar de outras coisas, como a roupa com que vestia numa ocasião qualquer, mas não se lembra da morte do ente querido, mesmo que esse fato tenha causado um impacto tão grande quando ela era criança. Aqui, parece que os elementos mais importantes da experiência são esquecidos, e os de menor importância são os lembrados. Para esse fenômeno psicológico - da lembrança de um fato que aparentemente não tem valor e o importante é esquecido - Freud (1899/1996) deu o nome de lembranças encobridoras<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Os estudos a respeito das lembranças encobridoras situam-se à época em que o autor estava abandonando a teoria da sedução como hipótese explicativa da etiologia das psicopatologias, e começando a levar em consideração a importância das fantasias na constituição das afecções psíquicas. Por isto ele pode compreender se o relato trazido por um adulto sobre os acontecimentos da infância, principalmente aquele que versava sobre

A ocorrência dessas lembranças encobridoras e a supressão de outras parece atestar a existência de uma resistência no interior do aparelho psíquico que não permite o acesso de algumas memórias à consciência. Sobre esse fato, Freud escreveu o seguinte:

O que é registrado como imagem mnêmica não é a experiência relevante em si — nesse aspecto, prevalece a resistência; o que se registra é um outro elemento psíquico intimamente associado ao elemento passível de objeção — e, nesse aspecto, o *primeiro* princípio mostra sua força: o princípio que se esforça por fixar as impressões importantes, estabelecendo imagens mnêmicas reproduzíveis. O resultado do conflito, portanto, é que, em vez da imagem mnêmica que seria justificada pelo evento original, produz-se uma outra, que foi até certo ponto associativamente *deslocada* da primeira. E já que os elementos da experiência que suscitaram objeção foram precisamente os elementos importantes, a lembrança substituta perde necessariamente esses elementos importantes e, por conseguinte, é muito provável que se nos afigure trivial (FREUD, 1899/1996, p. 290).

Esse trecho revela que, além de todo o fato ter sido registrado no aparelho psíquico, na hora da evocação da lembrança, houve uma espécie de falsificação. Por conta da resistência, apenas os elementos sem importância são evocados, como se a lembrança principal perdesse seu significado. Voltando ao exemplo da pessoa adulta que não se recorda da experiência que teve diante da morte do ente querido, ao recordar uma memória paralela a ela, a resistência fez com que o sentido original fosse velado, amainando o significado daquela morte para a criança e, também, para a pessoa adulta. A necessidade de se criar uma nova memória que mascare o fato acontecido faz com que a ocorrência original se torne incerta. Isto quer dizer que, essa lembrança do evento ocorrido aos três anos de idade se restrinja à roupa que ela estava usando em uma ocasião qualquer, ao passo que a morte do ente querido é esquecida.

Por conta dessas ocorrências, Freud acredita

Que somos forçados por diversas considerações a suspeitar de que, das chamadas primeiras lembranças da infância, não possuímos o traço mnêmico verdadeiro, mas sim uma elaboração posterior dele, uma elaboração que talvez tenha sofrido a influência de uma diversidade de forças psíquicas posteriores. Portanto, as “lembranças da infância” dos indivíduos adquirem universalmente o significado de “lembranças encobridoras” (FREUD 1901/1996, p.63)

Essa especificidade da lembrança infantil encontra respaldo nas impressões que as pessoas têm de se lembrarem da infância olhando para si, como crianças, numa perspectiva outra que não a de primeira pessoa. Por exemplo, quando o adulto se recordar da veste que estava usando, ele olhará para si como uma criança utilizando aquela roupa, como se a estivesse vendo através dos olhos de outra pessoa, e não como se estivesse olhando para o seu

corpo e se vendo vestido daquela forma. Nesse sentido, a pessoa olha para si como criança como se ela fosse um observador externo, mostrando haver a possibilidade de a memória da infância ter se misturado com outras lembranças futuras, como, por exemplo, a reminiscência de ter olhado para uma criança qualquer utilizando aquela determinada roupa.

Trazendo a discussão antecedente para o problema da identidade pessoal, temos que a memória é um dos fatores primordiais para a constituição de uma pessoa, além de ser um dos componentes que permitem a ela estabelecer uma sensação de identidade. Diante desse quadro, é interessante perceber que a identidade não será constituída por lembranças verdadeiras da infância, mas de reminiscências que foram falsificadas no decorrer da passagem do tempo, mostrando assim uma característica peculiar existente na teoria freudiana. De acordo com ele, as lembranças infantis não passam de outras reminiscências que aparecem “nos períodos posteriores em que as lembranças foram despertadas” (FREUD, 1899/1996, p. 304). Ainda, é importante ressaltar que “a matéria-prima dos traços mnêmicos de que a lembrança foi forjada permanece desconhecida para nós em sua forma original” (FREUD, 1899/1996, p. 304).

As lembranças encobridoras apresentam um componente interessante para se pensar a identidade pessoal, pois, para o autor, não haveria uma lembrança verdadeira proveniente da infância, mas algumas reminiscências relativas à infância, que foram forjadas no decorrer da vida de uma pessoa. Assim, Freud estabelece que o despertar de uma lembrança infantil não faz com que ela emerga do interior do aparelho psíquico, mas que ela seja formada no exato momento em que a pessoa tenta relembrar algo do seu passado. Apesar dessa característica bastante peculiar, é importante ressaltarmos que a lembrança encobridora é levada em consideração para a constituição da identidade, na medida em que ela é uma realidade psíquica, ou seja, uma realidade para a pessoa que a constrói. Dessa forma, ao evocar a lembrança de um período remoto de sua vida, pouco importa se a mesma é verdadeira ou falsa, na medida em que ela se mostra verdadeira para a realidade psíquica da pessoa. E, além disso, como o próprio autor relatou em sua obra, o registro verdadeiro nunca será evocado pela pessoa, pois ele sempre permanecerá inconsciente.

Um ponto bastante interessante a respeito das lembranças encobridoras é que elas corroboram a questão da subjetividade dividida presente na teoria freudiana, na medida em que podem ser consideradas formações do inconsciente correspondentes “a uma investida do recalado rumo à consciência” (SALVAIN, 1996/1993 p. 547). Por conta disso, temos que não apenas os sintomas constatarem a existência de um mais além da consciência, mas

fenômenos corriqueiros, como uma lembrança mascarada, confirmam a hipótese de existência de uma mente não abarcada apenas pela consciência.

Para compreendermos melhor essa questão de que a mente constituinte de uma pessoa não se restringe à consciência, seria importante apresentarmos a concepção freudiana das instâncias que compõem a primeira tópica, salientando a relação existente entre elas. Assim, podemos entender melhor como operam essas formações do inconsciente, apreendendo, por exemplo, como a relação entre as instâncias permite a formação de um sintoma ou de uma falsa lembrança.

Apresentamos anteriormente que o aparelho psíquico apresenta duas extremidades, sendo uma delas responsável pela percepção (pólo perceptivo) ao passo que a outra é responsável pela motilidade (polo motor). Dentro do ponto de vista tópico, o consciente, um dos sistemas que constitui o aparelho psíquico, está situado na periferia do mesmo, e ele é responsável por receber as informações do mundo externo e interno à pessoa, ou seja, “as sensações que se inscrevem na série prazer-desprazer e as revivências mnésicas” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 93). Embora possamos estabelecer que a consciência de um determinado estímulo do mundo externo ou traço mnêmico passa necessariamente a ocupar esse sistema, é importante ressaltarmos que o consciente não é capaz de inscrever as percepções em traços permanentes no aparelho psíquico, pois os elementos são conscientes apenas durante um período de tempo, não os sendo permanentemente. Assim, a função de reter as impressões no aparelho psíquico cabe a uma região posterior à percepção e consciência, como apresentamos anteriormente no modelo gráfico publicado por Freud. Ainda, devido à estrita relação existente entre a percepção e a consciência, o autor comumente denomina este sistema do aparelho psíquico de Perceptivo-Consciente (Pctp.-Cs.).

O papel da consciência para Freud é o “de um órgão sensorial para a percepção de qualidades psíquicas” (FREUD, 1900/1996, p. 640), determinando que os processos quantitativos existentes no aparelho psíquico possam ser sentidos como qualidades, ou seja, são experienciados como uma sensação prazerosa ou desprazerosa. De acordo com esse fato, é importante salientarmos que a consciência tem um papel importante no fator quantitativo do aparelho, na medida em que “a excitação qualitativa do sistema Perceptivo atua como um regulador da descarga da quantidade móvel no aparelho psíquico” (FREUD, 1900/1996, p. 640). Assim, a percepção consciente de algo do ambiente ou do interior da mente permite que haja um novo “direcionamento das quantidades móveis de investimento e a sua distribuição de maneira conveniente” (FREUD, 1900/1996, p. 640). Essa questão está bastante atrelada a

dois dos modos de funcionamento do aparelho psíquico e o entendimento acerca dos outros dois sistemas que o compõe.

Antes de adentrarmos nessa questão, seria importante ainda salientarmos um aspecto interessante a respeito da percepção do sistema Perceptivo-Consciente e de sua relação com os outros sistemas do aparelho psíquico. Escreve Freud que

Minha teoria expunha que inervações do investimento são enviadas e retiradas em rápidos impulsos periódicos, de dentro, para o sistema *Pcpt.-Cs.* completamente permeável. Enquanto investido dessa maneira, esse sistema recebe percepções (que são acompanhadas por consciência) e transmite a excitação para os sistemas mnêmicos inconscientes; entretanto, assim que o investimento é retirado, a consciência se extingue e o funcionamento do sistema se detém. É como se o inconsciente estendesse sensores, mediante o veículo do sistema *Pcpt.-Cs.*, orientados ao mundo externo, e rapidamente os retirasse assim que tivessem classificado as excitações dele provenientes. (FREUD, 1925/1996, pg. 257/258).

Essa passagem da obra do autor revela alguns aspectos bastante interessantes a respeito da consciência. Em primeiro lugar, apresenta o sistema Perceptivo-Consciente como sendo um lugar completamente permeável, o que caracteriza a sua capacidade de estar sempre pronto a receber novos estímulos que possam ser percebidos, diferindo assim da região do aparelho psíquico capaz de reter as impressões dos traços mnêmicos por conta de esta ser impermeável. Um segundo fator que chama a atenção nessa passagem é que os impulsos de investimento que permitem a percepção de um determinado objeto saem do interior do aparelho psíquico, ao mesmo tempo em que os estímulos a serem percebidos podem vir de fora, influenciando também o direcionamento dos investimentos que estão dentro do aparelho. De acordo com isso, temos que o mundo externo e o psiquismo se influenciam mutuamente, compreendendo o quanto essa relação é importante para a constituição de uma pessoa; a percepção de algo externo e a lembrança de algo interno permitem que ela modifique a realidade externa, e a sua realidade interna seja modificada por ela.

Para compreendermos melhor essa questão da percepção, podemos evocar o exemplo do Bloco Mágico, pois ele não foi apenas um recurso utilizado por Freud (1925/1996) para explicar o funcionamento da memória, com também foi usado para se compreender melhor a questão da percepção. De acordo com o autor

se imaginarmos uma das mãos escrevendo sobre a superfície do Bloco Mágico, enquanto a outra eleva periodicamente sua folha de cobertura da prancha de cera, teremos uma representação concreta do modo pelo qual tentei representar o funcionamento do aparelho perceptual da mente (FREUD, 1925/1996, pg. 258).

Conforme o trecho supracitado, a mão que escreve sobre a superfície do objeto seriam os estímulos que constantemente chegam ao aparelho psíquico, ao passo que a mão que eleva a folha de cobertura seriam os investimentos dos outros sistemas que possibilitam a consciência de um determinado estímulo. Assim, temos a importância dos fatores quantitativos (os investimento de dentro do aparelho) e dos fatores qualitativos (a qualidade perceptiva) na consciência.

Imaginando que o sistema Perceptivo-Consciente seja responsável pelos conteúdos que uma pessoa tem consciência em um determinado momento, pode-se compreender que os traços mnêmicos que ela não está ciente naquele instante tem que estar localizados em outra parte do aparelho psíquico, pois esse sistema não permite o armazenamento de impressões. Devido a esse fato, Freud (1900/1996) propõe a existência de outros dois sistemas que se assemelham no quesito de ambos possuírem conteúdos inconscientes no sentido descritivo do termo, ou seja, que não estão conscientes. Ele denomina esses dois sistemas de Pré-consciente e Inconsciente.

O sistema Pré-consciente, localizado perto da extremidade motora do aparelho psíquico, situado entre o sistema Consciente e Inconsciente, possui conteúdos que podem se tornar conscientes a qualquer momento, desde que exista um investimento adequado para que isso aconteça. Segundo Freud (1900/1996), para que ocorra é necessário que os conteúdos desse sistema atinjam um determinado grau de intensidade, cuja função seria descrita como atenção. Assim, uma cadeia de pensamentos localizada no Pré-consciente pode se tornar consciente caso haja um investimento pulsional que lhe permite o acesso à consciência, e isto pode ocorrer desde a consciência de uma percepção externa que desperta o conteúdo pré-consciente, até mesmo pelos investimentos advindos do sistema Inconsciente. O investimento no Pré-consciente pode ser na representação-meta que dará início ao pensamento consciente a partir da ligação que existe entre essa representação e as demais.

A separação entre os sistemas Inconsciente e Pré-consciente é dada por uma censura que procura barrar o acesso dos conteúdos desse primeiro sistema ao Consciente. Também, é importante frisar que existe uma outra censura entre o Pré-Consciente e a consciência, que não se assemelha à censura anteriormente descrita, já que ela apresenta mais a função de selecionar os conteúdos que irão para o Consciente do que barra-los.

Ao reportarmos a existência desses dois outros sistemas constituintes do aparelho psíquico, é importante ressaltarmos que, apesar de ambos apresentarem conteúdos latentes, eles exibem algumas diferenças significativas, sendo uma delas referente ao modo como as excitações que chegam ao interior do aparelho psíquico se movimentam em cada um deles. A

fim de que possamos discutir melhor essa questão, é importante frisarmos que o aparelho anímico proposto pelo autor funciona mediante o princípio de constância, cujo funcionamento está atrelado ao fato de o aparelho procurar manter o nível de excitação o mais baixo ou constante possível. Essa constância pode ser obtida pela descarga da energia presente no interior do aparelho, pela defesa contra um aumento na quantidade de excitação e, também, ao evitar esse aumento.

Quando Freud fala sobre o princípio de constância, comumente ele utiliza como referência um primitivo aparelho psíquico que estava associado ao modelo do arco reflexo. De acordo com isso, os estímulos que chegam ao interior desse aparelho através do polo perceptivo são direcionados até o polo motor para serem descarregados mediante uma ação motora. Essa possibilidade de descarga permite que as excitações não se acumulem no interior do aparelho, fazendo com que o nível de excitação permaneça o mais baixo ou constante possível. Ainda, é importante ressaltarmos que o acúmulo de excitações no aparelho psíquico é sentido como desprazer, ao passo que a sua diminuição é experienciada como prazer. Esses dois fatores estão associados com um dos princípios que regem o funcionamento mental que é conhecido como princípio de prazer, na medida em que a mente de uma pessoa procura evitar o desprazer e obter prazer.

Para pensarmos a respeito desses fatores econômicos existentes no aparelho psíquico, trataremos novamente o exemplo da experiência de satisfação efetuada pelo lactante a fim de que também possamos compreender de uma melhor forma a diferença, do ponto de vista econômico, existente entre o Inconsciente e o Pré-consciente.

A fome sentida pelo bebê é uma necessidade interna produzida também por um incessante investimento pulsional que procura satisfação. Pensando no modelo do arco reflexo, a pulsão não pode ser satisfeita mediante uma ação motora, na medida em que ela é uma força constante que atua dentro do organismo. Se fosse um estímulo externo, o bebê poderia se livrar dele através de uma esquiva ou ação de fuga. Diante da impossibilidade de se esquivar de uma pulsão, o choro e o esperneio do bebê não fazem com que a constante exigência interna pare, necessitando que algo externo a ele aplaque a sua fome. A dependência de um agente externo para saciar as exigências da pulsão de auto-conservação está associada à condição de desamparo inerente ao ser humano, que não consegue, nos primórdios de sua vida, procurar alimento por conta própria. Assim, apesar de o choro e o esperneio não cessarem o constante investimento pulsional, eles são capazes de chamar a atenção da mãe ou de uma pessoa responsável pelo fornecimento de alimento, que poderia

levar à saciação da fome. Esse momento que conduz à satisfação da necessidade interna é denominado por Freud de vivência de satisfação.

O interessante da vivência de satisfação é que ela é acompanhada de uma percepção específica do objeto que produziu o amansamento da pulsão de auto-conservação, “cuja imagem mnêmica fica associada, daí por diante, ao traço mnêmico da excitação produzida pela necessidade” (FREUD, 1900/1996, p. 594). Traduzindo esse trecho do autor com o exemplo supracitado, quando o lactante obtém a satisfação através do aleitamento, essa experiência produz um registro no aparelho psíquico em forma de traço mnêmico que estará associado ao traço mnêmico da sensação de necessidade. Por conta desse vínculo, quando o bebê novamente sentir fome, a tendência do aparelho psíquico em se ver livre desse acúmulo de excitação – já que a fome é sentida como um desprazer – fará com que haja uma moção psíquica que procurará reinvestir novamente a percepção do objeto da satisfação, “isto é, restabelecer a situação” (FREUD, 1900/1996, p. 594) da vivência de satisfação. Freud denomina essa moção psíquica de desejo e o reaparecimento da percepção de realização do desejo.

Percebemos na discussão antecedente algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, o desejo está associado com a falta, na medida em que a moção psíquica que o caracteriza somente é evocada quando a necessidade surge novamente e o objeto da vivência de satisfação está ausente no mundo externo. O desejo também está associado a um fator externo, pois o que falta é um objeto externo, e não a imagem mnêmica do mesmo, que continua a existir no interior do aparelho psíquico. Além disso, o desejo busca restabelecer um estágio considerado obtido, mas perdido, como pode ser constatado na busca da satisfação através da rememoração da vivência de satisfação. Em segundo lugar, podemos perceber que o desejo está atrelado a um modo de funcionamento psíquico que procura ver-se livre da excitação excedente no interior do aparelho anímico reinvestindo os traços mnêmicos da experiência de satisfação. Contudo, é importante ressaltarmos que esse método não é totalmente eficaz, pois a satisfação alucinatória do objeto não extingue a necessidade interna.

De acordo com Freud, a tendência, em caso de necessidade, do aparelho psíquico procurar reinvestir a imagem mnêmica do objeto de satisfação está relacionada a um modo primitivo de funcionamento mental que procurava reproduzir uma identidade perceptiva da vivência de satisfação, pois esse era o caminho mais rápido e fácil de procurar a satisfação. Esse modo de funcionamento do aparelho psíquico é denominado por Freud de processo primário, cuja relação com o princípio de prazer é estrita. Ainda, do ponto de vista econômico, este processo caracteriza-se por um escoamento livre das energias que estão

situadas no interior do aparelho psíquico, fazendo com que as mesmas caminhem livremente de uma representação para outra. Ilustrando tal concepção com o exemplo do lactante, o acúmulo de excitações no interior do aparelho faz com que o bebê sinta desprazer, e busque diminuir o excesso através do caminho mais fácil: a energia excedente caminha livremente no interior do aparelho buscando a identidade perceptiva da vivência de satisfação.

Porém, como mostramos anteriormente, é importante frisarmos que alucinar o objeto de satisfação não produz uma diminuição completa da excitação, fazendo com que o aparelho psíquico precise desenvolver uma nova forma de lidar com as excitações, que leve em consideração a realidade externa. Assim, é introduzido no aparelho psíquico um novo modo de funcionamento conhecido como princípio de realidade, cuja realização é possível graças a adaptações que acontecem no aparelho, como o desenvolvimento de algumas funções do sistema Consciente e Pré-consciente, conhecidas pela atenção, memória e juízo. De acordo com isso, o aparelho psíquico passa a levar em conta a realidade externa ao invés de apenas, pelo caminho mais simples, reproduzir alucinatoriamente a percepção do objeto de satisfação, na medida em que a alucinação se mostrou insatisfatória.

Este novo princípio de funcionamento do aparelho psíquico está associado ao modo de funcionamento conhecido como processo secundário, que busca, em termos econômicos, transformar o investimento móvel em um investimento quiescente (descansado). Por conta disso, existe um escoamento da energia para “uma descarga de forma mais controlada e investindo de maneira mais estável as representações” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 91). Assim, o processo secundário procura encontrar a satisfação na realidade externa, realizando desvios e adiando o resultado desses investimentos de acordo com as condições impostas por esse mundo.

Além desses fatores importantes, é relevante apresentarmos que o processo psíquico primário promove uma descarga da excitação ao se associar à identidade perceptiva do objeto da experiência de satisfação, ao passo que, o processo secundário procura estabelecer uma identidade de pensamento com a vivência de satisfação. Pensando essa questão com o exemplo do lactante, temos que este segundo processo faz com que o bebê consiga se lembrar de que as suas agitações motoras lhe possibilitaram uma mudança no ambiente, pois, através delas, a mãe constatou que ele estava com fome, possibilitando assim que ela conseguisse aplacar a sua necessidade. Caso não houvesse essa quebra no livre escoamento das energias pulsionais, o infante ficaria apenas preso na alucinação da experiência de satisfação, não conseguindo realizar uma mudança no ambiente que lhe possibilitasse a completa descarga da excitação.

A capacidade de conseguir diferenciar se a percepção é de um objeto real ou de uma alucinação é dada, nessa primeira tópica, ao sistema Consciente, que estabelece um teste de realidade para ver se está diante de algo real ou não. Assim, esse sistema consegue diferenciar se algo é interno ou externo à pessoa, mediante uma ação motora. Segundo Freud (1917a/1996), caso a ação motora consiga suspender a percepção do objeto, estamos diante de algo real externo, ao passo que, se a percepção continua, apesar da ação executada pela pessoa, estamos diante de uma alucinação. De acordo com isso, a diferenciação entre algo externo ou interno à pessoa está atrelada ao movimento que a mesma executa e que possibilita a continuação ou cessação do estímulo.

A constatação anterior é interessante porque nos faz pensar que o sonho somente é encarado como algo real quando uma pessoa está vivenciando-o no exato momento em que sonha e, quando ela acorda, percebe que a anterior percepção, que parecia tão vívida, não passou de um mero sonho. Por conta da execução do teste de realidade, ela consegue diferenciar os processos oníricos do mundo real. Apesar de poder haver essa distinção, em inúmeros casos de psicopatologia, como numa psicose, por exemplo, a pessoa não consegue diferenciar o interno do externo, acreditando que a sua realidade psíquica assemelha-se com a realidade do mundo externo; projeta no mundo acontecimentos de seu psiquismo.

Voltando para a discussão dos dois dos princípios que regem o funcionamento mental, é importante frisarmos que o princípio de realidade não substitui o princípio de prazer, na medida em que ambos coexistem lado a lado. Também, de acordo com Freud (1911b/1996), o fantasiar poderia ser considerado uma atividade psíquica que não foi abandonada com a introdução do princípio de realidade, atestando ainda mais para a coexistência de ambos.

Articulando esses dois princípios fundamentais com a teoria do primeiro modelo pulsional apresentada no capítulo anterior, temos que o princípio de realidade está vinculado à pulsão de auto-conservação, pois esta somente pode ser satisfeita mediante o investimento em objetos reais do mundo externo, ao passo que a pulsão sexual pode se satisfazer a partir dos objetos fantasmáticos que se encontram no aparelho psíquico. Ainda, é interessante percebermos que o autoerotismo, totalmente vinculado ao princípio de prazer, terá que ser substituído futuramente pelas escolhas objetais que levam em consideração os objetos reais existentes na realidade externa.

Após a discussão sobre os dois dos princípios que regulam o aparelho psíquico, seria interessante articulá-los com a questão de a mente de uma pessoa ser dividida em três partes, pensando na associação que existe entre eles e os sistemas constituintes do aparelho psíquico. Pensando sob o ponto de vista tópico, o princípio de prazer e o processo primário são

característicos do sistema Inconsciente, ao passo que o princípio de realidade e o processo psíquico secundário fazem parte dos sistemas Pré-consciente e Consciente. Estas duas distinções serão de fundamental importância para se compreender não apenas a diferença entre os sistemas Inconsciente e Pré-consciente/Consciente, como também a dinâmica conflitante entre ambos. Assim, ao articularmos que o processo primário seja o modo de funcionamento exclusivo do Inconsciente, estabelecemos que este sistema apresenta uma estrutura distinta do Pré-consciente e Consciente, fazendo com que ele possa ser pensado não apenas em seu sentido latente, como aquilo que não está na consciência, mas dentro de uma lógica própria que permitirá explicar alguns fenômenos psíquicos.

No Inconsciente, por conta de seu modo de funcionamento ser o processo primário, a energia pulsional caminha livremente passando de um representante psíquico a outro sem encontrar oposições. A tendência desse sistema é procurar ver-se livre da energia excedente acumulada em seu interior, pois, de acordo com o princípio de prazer que o rege, este acúmulo é sentido como desprazer, e o escoamento como prazer. Assim, temos que o acúmulo de excitação resultante da necessidade faz com que a energia pulsional excedente caminhe até os representantes psíquicos da vivência de satisfação. Contudo, como esse método não é totalmente eficaz, na medida em que a lembrança não produz satisfação, cabe ao sistema Pré-consciente, regido pelo processo secundário, inibir essa descarga livre impondo ao Inconsciente algumas restrições ao livre escoamento. De acordo com isso, enquanto o Inconsciente procura garantir a livre descarga da excitação acumulada, o Pré-consciente procura transformá-la em um investimento quiescente, através de uma mudança no mundo externo, tencionando uma satisfação mais consistente.

Pensando ainda no modo de funcionamento do sistema Inconsciente, temos que existem dois mecanismos fundamentais que caracterizam o processo psíquico primário e que são denominados pelo autor de deslocamento e condensação. Por conta de a energia pulsional transitar livremente por esse sistema, passando de um representante psíquico a outro, temos que no deslocamento “uma ideia pode ceder à outra toda a sua quota de investimento” (FREUD, 1915c/1996, pg. 191). De acordo com isso, podemos estabelecer que nesse mecanismo existe um representante psíquico que se destaca de uma cadeia associativa devido ao investimento elevado que atua sobre ele, transformando “elementos primordiais de um conteúdo latente em detalhes secundários de um conteúdo manifesto” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 146). Ainda, é importante ressaltarmos que esse mecanismo é o responsável pelas lembranças encobridoras, pois ele faz com que o elemento mais importante da cadeia

associativa se desloque para um de menor importância, e este último é que se torna consciente para a pessoa.

Se o deslocamento caracteriza-se por permitir que uma ideia ceda à outra toda a sua quota de investimento, na condensação “uma ideia pode se apropriar de todo o investimento de várias outras ideias” (FREUD, 1915c/1996, p. 191). Assim, o representante psíquico inconsciente é investido pelas energias ligadas a outros representantes que se associam a ele. Dessa forma, o conteúdo manifesto que se apresenta após o trabalho de condensação traz em si diversos elementos que são representados por ele. Exemplificando essa questão com os sonhos, temos, em primeiro lugar, que ele é o resultado de um trabalho de condensação, pois seus conteúdos manifestos são pobres se comparados aos seus pensamentos latentes, que estão presentes em maior quantidade. E, em segundo lugar, uma imagem onírica pode estar representando diversas outras imagens latentes que se associaram a ela.

Estes dois mecanismos de funcionamento encontrados no Inconsciente serão os responsáveis pelas chamadas formações do inconsciente, pois os sonhos, chistes, atos falhos e sintomas são considerados o resultado dos processos que acontecem neste sistema juntamente com a relação que ele estabelece com os demais. Estes dois mecanismos são um modo de o Inconsciente conseguir lidar com a censura que existe entre esse sistema e o Pré-consciente/Consciente e, para compreendermos essa questão, será necessário discorrermos a respeito de um processo psíquico conhecido como recalque [*Verdrängung*].

Se diante da percepção de um estímulo externo que causa desconforto o aparelho psíquico consegue efetuar algumas ações motoras que evitam a incidência do estímulo em seu interior, podemos estabelecer que o mesmo não consegue fugir das moções pulsionais plenas de desejo mediante uma ação de fuga, afinal, é impossível ver-se livre de seus próprios conteúdos. Assim, é necessário que haja um mecanismo em seu interior que permita afastar da consciência estes conteúdos que poderiam causar desprazer, e este mecanismo é denominado pelo autor de recalque. Antes de adentrarmos melhor em como ele atua no aparelho psíquico, é importante salientarmos que a satisfação do desejo inconsciente causa prazer para este sistema, pois existe uma diminuição no nível de excitação em seu interior. Porém, levar a cabo essa moção inconsciente causaria desprazer em relação às exigências do sistema Pré-consciente/Consciente, fazendo com que o mesmo precise efetuar algumas ações que mantenham o conteúdo inconsciente em seu lugar. De acordo com isso, temos que o recalque é efetuado pelo sistema Pré-Consciente/Consciente, pois o Inconsciente não sabe fazer outra coisa, segundo Freud (1900/1996), a não ser desejar.

Para discutirmos a questão do recalque, iniciaremos com uma citação de Freud. De acordo com o psicanalista vienense

Um ato psíquico passa por duas fases quanto a seu estado, entre as quais se interpõe uma espécie de teste (censura). Na primeira fase, o ato psíquico é inconsciente e pertence ao sistema Inconsciente; se, no teste, for rejeitado pela censura, não terá permissão para passar à segunda fase; diz-se então que foi ‘recalcado’, devendo permanecer inconsciente. Se, porém, passar por esse teste, entrará na segunda fase e, subsequentemente, pertencerá ao segundo sistema, que chamaremos de sistema Consciente (FREUD, 1915c/1996, p. 178/179).

A partir dessa passagem da obra do autor é possível compreender que um representante ideativo da pulsão que está inconsciente pode se tornar consciente caso ele consiga vencer as barreiras da censura que existe entre os sistemas Pré-consciente/Consciente e Inconsciente. Caso esse conteúdo não consiga passar pela censura, ele permanece no Inconsciente procurando uma nova forma de conseguir irromper à consciência. Constata-se, nesse caso, que o representante ideativo da pulsão permanece ativo no sistema Inconsciente, podendo se ligar a outros representantes que ali estão inseridos, buscando, assim, uma maior força para conseguir vencer as barreiras da censura. De acordo com isso, podemos estabelecer que o recalque não modifica o conteúdo psíquico, na medida em que, de acordo com Freud (1915b/1996), este mecanismo apenas interfere na relação do representante ideativo da pulsão com o sistema Pré-consciente/Consciente.

Para que seja efetuada a ação do recalque é necessário que o desprazer que a moção pulsional inconsciente causaria no Pré-consciente/Consciente seja mais acentuado que o prazer obtido através da descarga das excitações acumuladas no outro sistema. Esse desprazer pode ser vivenciado através de alguma punição externa à pessoa, caso ela tentasse levar a cabo a realização de seus desejos inconscientes.

É importante frisarmos que o recalque não é um mecanismo que está presente desde os primórdios do aparelho psíquico, pois o seu surgimento necessita que haja “uma cisão marcante entre a atividade mental consciente e a inconsciente” (1915b/1996). Esta afirmação do psicanalista vienense acarreta em algumas questões bastante importantes para se pensar a questão desse mecanismo, e a importância do mesmo para se pensar o aparelho psíquico.

Em primeiro lugar, temos que o aparelho psíquico de uma pessoa nem sempre foi marcado pela divisão subjetiva em consciente e inconsciente. Por conta disso, se um determinado representante psíquico da pulsão precisasse ser rechaçado, ele o seria através dos outros destinos que a pulsão pode sofrer, na medida em que o sistema recalcador (Pré-consciente) estaria ausente no aparelho psíquico.

Em segundo lugar, apesar de a ação do recalque somente poder ser efetuada a partir da divisão subjetiva, será ele quem marcará a clivagem entre o Consciente e o Inconsciente, sendo esta ação fundamental para construir este último sistema. De acordo com Garcia-Roza (1994/2005), essa afirmativa apresenta uma aparente contradição, pois este mecanismo não pode ser uma atividade efetuada pelo Pré-consciente ao mesmo tempo em que ela seja a responsável pela cisão da subjetividade de uma pessoa, pois, se não há divisão subjetiva, não existe este sistema. Assim, para resolver essa questão “Freud lança mão da distinção entre recalque originário e recalque propriamente dito” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 155), além de apresentar uma terceira fase do recalque conhecida como o retorno do recalcado que será importante na constituição das formações do inconsciente.

A respeito dessa questão do recalque originário Freud escreveu que

temos razões para supor que exista uma primeira fase do recalque, um recalque original, que consiste em interditar ao representante psíquico da pulsão (à sua representação mental) a entrada e admissão no consciente. Esse recalque estabelece uma fixação, e a partir daí o representante em questão subsistirá inalterado e a pulsão permanecerá a ele enlaçada (FREUD, 1915b/1996, p. 178-179).

De acordo com essa passagem temos que este primeiro momento do recalque marca uma inscrição psíquica no inconsciente através da fixação de um representante ideativo vinculado à pulsão. Este conteúdo psíquico exercerá uma atração bastante forte nos conteúdos que serão futuramente recalcados, permitindo que haja a existência do recalque propriamente dito.

Embora a hipótese freudiana da ocorrência de um recalque originário permita que ele explique a existência de formações inconscientes que não foram atraídas por outros conteúdos psíquicos, é importante ressaltarmos que “o seu mecanismo não pode ser explicado por um investimento por parte do inconsciente” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 435), já que não existem outros componentes nesse sistema que permitem a atração. Além disso, não pode haver o desinvestimento do sistema pré-consciente, tendo que haver um contrainvestimento que possibilite a ação do recalque originário. Segundo Laplanche e Pontalis, a possível explicação a respeito desse contrainvestimento “subsiste na obscuridade” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 435), pois não poderia haver uma ação do Supereu, já que essa instância ainda não estaria formada, tendo que essa explicação ser encontrada “em experiências arcaicas muito fortes” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 435). Por conta disso, Freud conjectura que “as causas precipitantes imediatas dos

recalques originários sejam fatores quantitativos, tais como uma força excessiva e o rompimento do escudo protetor contra os estímulos” (FREUD, 1926/1996, p. 98).

Pensando agora a respeito do recalque propriamente dito, o autor escreveu que

A segunda fase do recalque, o recalque propriamente dito, afeta os derivados mentais do representante recalcado, ou sucessões de pensamento que, originando-se em outra parte, tenham entrado em ligação associativa com ele. Por causa dessa associação, essas ideias sofrem o mesmo destino daquilo que foi originariamente recalcado. Na realidade, o recalque propriamente dito é uma pressão posterior. Além disso, é errado dar ênfase apenas à repulsão que atua a partir da direção do consciente sobre o que deve ser reprimido; igualmente importante é a atração exercida por aquilo que foi originalmente repelido sobre tudo aquilo com que ele possa estabelecer uma ligação (FREUD, 1915b/1996, p. 155).

A partir dessa passagem de Freud podemos concluir que o recalçamento propriamente dito atua, em primeiro lugar, na tentativa de repelir o representante ideativo da pulsão para fora da consciência, e depois procura mantê-lo no Inconsciente. Além disso, os conteúdos fixados neste sistema pelo recalque originário exercem uma importante atração que permite haver esse segundo momento do recalque. Sem essa força que atrai os conteúdos para o Inconsciente poderíamos supor que a ação do recalque estaria prejudicada. Ademais, como dissemos anteriormente, o recalque somente é possível por conta da clivagem subjetiva, e ele é efeito do conflito entre o sistema Inconsciente e o Pré-consciente/Consciente, sendo este último o sistema responsável por executá-lo.

A ação do recalque pode ser realizada individualmente em quantos representantes ideativos da pulsão for necessário, o que demonstra a insistência com que esse mecanismo age no aparelho psíquico. Além disso, o recalque não afeta apenas o conteúdo que sofreu a sua ação, como também pode afetar seus derivados que serão mantidos afastados do Consciente. Assim, pensando essa questão pelo caminho inverso, os derivados que estão mais afastados do representante ideativo serão aqueles que conseguirão escapar mais facilmente da censura e poderão ter acesso à consciência. De acordo com isso, podemos estabelecer que estes derivados mais afastados serão os responsáveis pela realização da distorção tão característica de algumas formações inconscientes, como, por exemplo, os sonhos e os sintomas.

Apesar de parecer que uma vez recalcado o representante ideativo da pulsão permaneça morto no interior do aparelho psíquico, é importante ressaltarmos que ele continua independente no Inconsciente, “produzindo derivados e estabelecendo novas conexões” (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 163). O recalque afeta apenas a relação do conteúdo psíquico com o Pré-consciente/Consciente, não interferindo no modo de ele agir no Inconsciente. Por conseguinte, se antes o representante ideativo da pulsão estava à mercê do

processo secundário, uma vez no outro sistema ele passa a ser influenciado pelo processo primário, permitindo que este conteúdo possa se associar a outros que se encontram no interior desse sistema, fortalecendo-se para conseguir acesso à consciência. Sob a influência do processo primário, estes conteúdos basicamente se associam através dos mecanismos de deslocamento e condensação para conseguir irromper no Consciente.

Por conta de o conteúdo recalado permanecer ativo no Inconsciente e procurar sempre o acesso à consciência, “o recalque exige um dispêndio persistente de força, e se estivesse a cessar, o êxito do recalque correria perigo, tornando necessário um novo ato de recalçamento” (FREUD, 1915b/1996, p. 156). Nesse sentido, se houvesse uma paralização na manutenção da força que mantém o conteúdo recalado no Inconsciente, este representante ideativo da pulsão poderia ter acesso ao Consciente, o que acarretaria no surgimento de desprazer para a pessoa. Agora, pensando sobre essa questão sob os pontos de vista tópico e econômico, o Pré-consciente precisa realizar um contrainvestimento sobre o investimento do conteúdo recalado que procura sair do Inconsciente, a fim de que possa mantê-lo preso neste sistema. Como o representante recalado procura incessantemente o acesso à consciência, o Pré-consciente precisa realizar essa atividade a todo instante, pois, caso contrário, o conteúdo viria à tona.

Ilustrando essa questão com um exemplo dado por Garcia-Roza, poderíamos imaginar o caso de uma pessoa que tenta manter submerso um objeto que normalmente flutua sobre a água. Para que a pessoa consiga fazer isso, ela precisa pressionar o objeto sob a água, mantendo-o no fundo e, se ela parar de realizar essa pressão contra o mesmo, ele virá à superfície. Articulando esse exemplo com o recalque, temos que o conteúdo recalado, tal como o objeto, exerce uma pressão constante em direção à consciência, e para que ele seja mantido no Inconsciente é necessária uma constante pressão contrária realizada pelo sistema Pré-consciente/Consciente. Assim, para um recalçamento ser bem sucedido é necessário haver esse equilíbrio de forças entre o investimento e o contrainvestimento.

Contudo, por conta de o contrainvestimento exigir um dispêndio excessivo de forças, o Pré-consciente/Consciente permite que alguns conteúdos recalados consigam o acesso à consciência através de um afrouxamento da censura. Este momento pode ser verificado nas formações do inconsciente, como nos sonhos, chistes, sintomas e atos falhos, que revelam não apenas que houve um arrefecimento da censura, como também o contrainvestimento ainda está atuante, podendo ser constatado na deformação que o conteúdo passa de um sistema a outro.

Ao pensarmos a respeito desse aspecto econômico do recalque poderíamos realizar o seguinte questionamento: de onde saiu a energia que possibilita o contrainvestimento efetuado pelo sistema Pré-consciente/Consciente?

Respondendo a esse questionamento temos que o representante ideativo da pulsão não recalcado e acessível à consciência mantém uma energia pulsional vinculada a ele. Quando existe o recalque, este conteúdo se desvincula da energia pulsional, fazendo com que a mesma fique em suspenso no aparelho psíquico, ao passo que o conteúdo desinvestido passa a ser atraído pelos conteúdos recalcados, pelo recalque originário, do Inconsciente. Assim, existe um desinvestimento por parte do sistema Pré-consciente/Consciente e um investimento por parte do Inconsciente, e a energia do contrainvestimento advém daquela que foi mantida suspensa devido ao desinvestimento realizado pelo Pré-consciente/Consciente.

Este fator econômico do conflito psíquico é o que caracteriza a permanência e a força do sintoma presente em uma pessoa, comumente percebido através da fala do paciente, em que ele revela ser o sintoma mais forte do que ele, por ele não conseguir se livrar do mesmo, apesar da vontade de fazê-lo. Além disso, quando o analista consegue, através da regra fundamental, fazer com que o seu analisando chegue mais próximo de seus conteúdos recalcados, percebe-se nele uma forte resistência que dificulta o trabalho analítico. Por conta desse fator importante, a análise precisa seguir novos rumos que, em linhas gerais, possibilitam a reativação do conflito psíquico antigo através de um novo conflito gerado a partir do contexto da análise. Esta questão será melhor abordada no quinto capítulo do presente trabalho, quando falarmos a respeito da articulação entre a diacrônica da identidade pessoal e o tratamento analítico.

Durante a discussão sobre o recalque, enfatizamos que o representante psíquico afetado por esse mecanismo é a ideia, cuja questão central é procurar mantê-la fora do domínio do Consciente. Contudo, é importante lembrar que, no capítulo passado, escrevemos que a pulsão encontra expressão no aparelho psíquico ao ligar-se a dois representantes psíquicos, sendo eles a ideia e o afeto. Nesse caso, pensando no recalque, Freud (1915b/1996) procura compreender qual o destino do afeto quando existe a ocorrência desse mecanismo de defesa, pois existe uma aparente contradição ao nos referirmos a um afeto como sendo inconsciente, já que ele existe apenas quando estamos cômicos dele.

Para respondermos tal constatação, é importante salientarmos que o afeto é compreendido como “uma expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas derivações” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 9), cujo acúmulo ou descarga da excitação pode ser sentido, respectivamente, como desprazer ou prazer. Nesse caso, temos

que o afeto apresenta uma estrita relação com a consciência, pois ele é considerado uma sensação qualitativa derivada dos fatores quantitativos da pulsão. Como ele é uma sensação vinculada à consciência, podemos estabelecer que ele não será recalçado, na medida que não pode permanecer no sistema Inconsciente. De acordo com isso, temos que os afetos apenas são conscientes, nunca sendo, portanto, inconscientes. A questão que fica é: qual o destino dos afetos quando existe o procedimento do recalque?

Como o afeto está relacionado a uma ideia, podemos estabelecer que, quando a ação do recalque afeta o representante ideativo da pulsão, ele também estará afetando o afeto vinculado a ela. Esta estrita vinculação entre o afeto e a ideia pode ser constatada no caso de a lembrança de um representante ideativo poder sempre trazer consigo uma sensação de prazer ou desprazer, por exemplo. Nesse caso, quando evoco uma lembrança do Pré-consciente para a consciência, esta muitas vezes pode ser experimentada por uma sensação de felicidade, caso a mesma seja agradável. Na questão do recalque fica algo interessante, pois aquilo que anteriormente era sentido como prazeroso passa, depois do recalçamento, a ser experimentado por um desprazer extremo. De acordo com isso, podemos estabelecer que a ação do recalque afetou o vínculo existente entre a ideia e o afeto, mas não fez com que este último permanecesse alojado no Inconsciente.

Segundo Freud,

no recalque ocorre uma ruptura entre o afeto e a ideia à qual ele pertence, e que cada um deles então passa por destinos isolados. Descritivamente, isso é incontestável; na realidade, porém, o afeto, de modo geral, não se apresenta até que o irromper de uma nova apresentação no sistema Consciente tenha sido alcançado com êxito (FREUD, 1915b/1996, p. 184).

Este trecho da obra do psicanalista vienense revela a ruptura existente entre o afeto e a ideia por conta da ação do recalque e que o afeto não pode ser, descritivamente falando, inconsciente, na medida em que ele é apenas uma sensação que está vinculada com a consciência. De acordo com isso, temos que o afeto apenas produz algum efeito no aparelho psíquico quando ele é experienciado pelo Consciente, ao passo que a ideia permanece sempre ativa, mesmo estando alojada no Inconsciente.

É importante salientarmos ainda que a finalidade última do recalque, segundo Freud, seria possibilitar a inibição do desenvolvimento do afeto, ou seja, evitar o desprazer que o representante ideativo da pulsão poderia causar caso permanecesse consciente. Assim, ao retirar esse conteúdo da consciência e alojá-lo no Inconsciente, o recalque faz com que haja uma supressão no desenvolvimento do afeto, fazendo com que o desprazer não seja

experimentado pela pessoa. Contudo, como a ação do recalque acarreta em um acúmulo de energia pulsional no Inconsciente e isto provoca uma sensação de desprazer para este sistema, ele procura ver-se livre destes representantes ideativos da pulsão, provocando assim uma constante tentativa de irromper à consciência. Esta tendência está em acordo com a terceira fase do recalque, ou seja, o retorno do recalcado, e será sobre ela que discorreremos a seguir.

Para compreendermos o retorno do recalcado é importante lembrarmos que o representante ideativo da pulsão sempre busca tornar-se consciente a todo custo. Porém, este representante encontra um forte obstáculo em seu caminho que é a barreira da censura existente entre o Inconsciente e o Pré-consciente. A fim de conseguir superar esta barreira, ele liga-se a outros representantes ideativos do Inconsciente através dos mecanismos de deslocamento e condensação, formando assim um componente investido mais fortemente que consegue superar as imposições postas contra ele. Além disso, estes representantes ideativos podem se vincular a outros representantes encontrados no Pré-consciente para conseguirem driblar a censura. Sobre isso, Freud escreveu que

Uma representação inconsciente, como tal, é inteiramente incapaz de penetrar no Pré-consciente, e que só pode exercer ali algum efeito estabelecendo um vínculo com uma representação que já pertença ao Pré-consciente, transferindo para ela sua intensidade e fazendo-se “encobrir” por ela. [...] O Inconsciente prefere tecer suas ligações em torno de impressões e representações pré-conscientes que sejam indiferentes e às quais, por isso mesmo, não se tenha dado atenção ou que tenham sido rejeitadas e, portanto, perdido prontamente a atenção que lhes era dedicada (FREUD, 1900/1996, p. 592).

De acordo com esta passagem podemos estabelecer que os representantes ideativos do Inconsciente preferem se associar às representações pré-conscientes mais indiferentes, pois eles passariam mais tranquilamente pela censura, por conta de a atenção não estar voltada para eles. E, caso contrário, se os representantes tecessem sua associação com os conteúdos que estão constantemente sendo alvo da atenção, a censura perceberia que o representante psíquico recalcado estaria tentando retornar à consciência. Nesse caso, percebemos que o retorno do recalcado envolve uma deformação do representante ideativo da pulsão que está alojado no Inconsciente, pois, de outro modo, este não conseguiria ter seu acesso ao Consciente. Ainda, é importante ressaltarmos que, mesmo o conteúdo inconsciente ter conseguido, através da deformação, passar pela censura entre o Inconsciente e o Pré-consciente, pode ser que ele seja reconhecido como uma formação do Inconsciente e ter seu acesso barrado pela censura existente entre o Consciente e o Pré-consciente.

Para compreendermos melhor essa questão da deformação que passa o representante ideativo da pulsão recalcado que procura novamente o acesso à consciência, Freud fez um interessante paralelo entre a atividade executada pela censura do aparelho psíquico e a censura existente em um jornal. O trabalho exercido pelo sistema Inconsciente é bastante parecido com o exercido por um jornalista censurado. Para que ele consiga ter seus textos publicados, é necessário que ele consiga enganar os censores e, para fazer isso, ele precisa se valer de todos os recursos linguísticos à sua disposição; ele modifica palavras e abusa das figuras de linguagem. A utilização desses recursos possibilita que algo, antes explícito em seu texto, torne-se mais sutil, mas o sentido original é mantido. Desse modo, o jornalista censurado tem que utilizar uma forma mais sutil de se expressar, assim como o Inconsciente faz ao ligar-se aos conteúdos que sejam notados pela censura como não perniciosos. Nesse caso, a censura permite que a deformação do conteúdo inconsciente amalgamado ao pré-consciente tenha acesso à consciência, assim como o censor permite que o texto modificado seja impresso no jornal.

Esta questão da deformação pela qual passa o conteúdo psíquico inconsciente é conhecida por Freud como uma formação de compromisso, pois o seu resultado satisfaz as existências do Inconsciente e do Pré-consciente – por isso a denominação formação de compromisso. Assim, temos que o retorno do recalcado satisfaz ao mesmo tempo o desejo inconsciente e as exigências defensivas da censura, e esta formação pode ser encontrada nos sonhos, chistes, sintomas e atos falhos. Desse modo, as formações do inconsciente nada mais são que formações de compromisso assumidas pelo Pré-consciente e o Inconsciente. Abordaremos melhor essa questão das formações de compromisso no capítulo seguinte, quando falarmos a respeito da etiologia das psicopatologias. Por ora, o que nos interessa é a deformação pela qual passa o conteúdo inconsciente para ter acesso à consciência, e a relação disso com a questão sincrônica da identidade pessoal. Mas, antes de adentrarmos nessa questão, seria interessante apresentarmos ainda algumas importantes constatações acerca do Inconsciente e do Pré-consciente.

A regência do Inconsciente, segundo o princípio de prazer, permite estabelecer a característica marcante desse sistema em dar pouca importância à realidade, diferentemente do Pré-consciente/Consciente, que está sempre a levando em consideração, e procurando governar o primeiro a partir desta realidade. Além dessa característica importante do Inconsciente, temos que, de acordo com Freud,

O núcleo do *Inconsciente* consiste em representantes pulsionais que procuram descarregar seu investimento; isto é, consiste em impulsos carregados de desejo. Esses impulsos são coordenados entre si, existem lado a lado sem se influenciarem mutuamente, e estão isentos de contradição mútua. Quando dois impulsos carregados de desejo, cujas finalidades são aparentemente incompatíveis, se tornam simultaneamente ativos, um dos impulsos não reduz ou cancela o outro, mas os dois se combinam para formar uma finalidade intermediária, um meio-termo (FREUD, 1915c/1996, p. 191).

Essa passagem de Freud permite compreender que no sistema Inconsciente inexiste a contradição, podendo duas moções pulsionais plenas de desejo que apresentam finalidades contrárias possam existir lado a lado, influenciando-se mutuamente. Articulando essa questão com o complexo de Édipo, temos que a hostilidade e a ternura para com a figura paterna possam existir uma ao lado da outra no Inconsciente, sem que uma precise anular a outra. Caso contrário, se estas sensações sentidas pela criança fossem pré-conscientes, a contradição anularia uma delas; ou a criança sentiria ódio, ou ela sentiria ternura.

Outra característica importante do sistema Inconsciente é a “ausência da negação, dúvida ou quaisquer graus de certeza” (FREUD, 1915c/1996, p. 191). Estas questões são introduzidas pela censura, cuja tendência é sempre negar os conteúdos desse sistema do aparelho psíquico. Além dessa característica, os processos do Inconsciente são intemporais, não sendo ordenados segundo um estabelecimento temporal, e eles não se alteram com a passagem do tempo. Nesse sistema não existe qualquer referência ao tempo, possibilitando a existência de desejos infantis da época mais remota de uma pessoa, sem que haja qualquer tipo de mudança em suas qualidades, ou seja, eles não perdem sua intensidade com a passagem do tempo. Esta característica é marcante para se pensar a constituição de uma pessoa, na medida em que os conteúdos recalcados durante o desenvolvimento sexual infantil permanecem inalterados no Inconsciente, e sempre buscando o acesso à consciência a fim de obterem satisfação. Assim, um conteúdo recalcado no estágio oral permanece ativo no interior do aparelho psíquico e pode ser revivido, através de uma formação de compromisso, durante uma etapa futura na vida de uma pessoa.

Em contrapartida a estas características do sistema Inconsciente, temos que no Pré-consciente existe um componente temporal bastante importante, no qual os conteúdos desse sistema influenciam um ao outro, dando assim uma ordem temporal a eles. Esta ordem temporal é dada a partir do processo secundário, pois, como a energia desse sistema caminha de forma ligada, quando o investimento pulsional transita de um representante ideativo da pulsão a outro, ele permanece, um pouco, no primeiro, passando apenas uma quota para o

segundo. Basicamente, dois representantes são investidos ao mesmo tempo, diferentemente do sistema Inconsciente, cuja energia passa livremente pelos representantes.

Falando ainda a respeito dos dois sistemas, podemos estabelecer que a relação entre eles não é somente dada pelo recalque, pois o Inconsciente pode influenciar o Pré-consciente através de um empréstimo de investimento de sua energia pulsional, o que pode ser constatado na questão de um conteúdo mnêmico ter acesso à percepção da consciência. Além disso, é importante salientarmos que alguns derivados do Inconsciente apresentam características opostas às que comumente encontramos nesse sistema, podendo ser eles organizados, coerentes e ausentes de contradição, características estas mais próximas do Pré-consciente. Contudo, é importante ressaltarmos que estes conteúdos apresentam uma qualidade pré-consciente, mas pertencem ao Inconsciente e não conseguem ter acesso à consciência, a não ser através das deformações que driblam a censura. Nesse caso, de acordo com Freud (1915c/1996), eles assemelham-se aos conteúdos do Pré-consciente, mas não usufruem dos privilégios que os representantes ideativos da pulsão desse sistema possuem.

Ao pensarmos a respeito dos representantes ideativos que se encontram no aparelho psíquico é importante salientarmos que Freud distingue os representantes do Inconsciente e do Pré-consciente, compreendendo, assim, que a passagem de um sistema a outro, efetuada pelo representante psíquico, não implica uma nova transcrição do mesmo, mas numa transposição. Ainda, para compreendermos melhor essa questão é necessário distinguirmos estes dois representantes, possibilitando, ainda, um melhor entendimento acerca do recalque.

A representação psíquica existente no Inconsciente é denominada por Freud (1915c/1996) de representação-de-coisa, que consiste no “investimento de cargas – se não nas imagens diretas da lembrança-de-coisa [*Sacherinnerungsbilder*] -, nos traços de lembrança que estão mais distantes e derivam dessas lembranças”. Em sua monografia sobre as afasias, Freud (1891/2003) definiu a representação-de-coisa como “um complexo associativo composto pelas mais variadas representações visuais, acústicas, táteis, cinestésicas e por diversas outras representações ainda”. Para compreendermos melhor o que seria a representação-de-coisa, é importante apresentarmos algumas observações freudianas e lacanianas a respeito da coisa [*das Ding*], que poderia ser entendida como um objeto perdido que nunca foi realmente tido. De acordo com Garcia-Roza, temos que

[a busca pelo objeto perdido] é governada pelo princípio de prazer, e como este se exerce sobre as representações, fazendo com que a energia (Q'n) se transfira de representante para representante segundo os caminhos da facilitação, ficamos interminavelmente girando em torno de um centro que nunca é atingido e que Freud chama de *das Ding* (GARCIA-ROZA, 1990/2004, pg. 84).

Esta passagem está intimamente relacionada com o “Projeto para uma psicologia científica”, texto este em que o autor trouxe a noção de coisa para a sua teoria. Por conta disso, o presente trecho apresenta algumas definições existentes nesta obra. Contudo, como pretendemos analisar essa questão de uma forma geral, o que nos interessa neste trecho é que os representantes psíquicos transitam no interior do aparelho psíquico à procura da coisa [*das Ding*], ou seja, de restabelecer o objeto perdido. Ainda, é importante ressaltarmos que uma vez feito um registro no interior do aparelho psíquico que procura restabelecer o objeto perdido, esta representação fica cada vez mais distante da coisa [*das Ding*].

Antes de adentrarmos melhor nessa questão, é importante salientarmos que Freud faz uso distinto do correlato alemão da palavra coisa, pois nesta língua esta mesma palavra pode ser “die Sache” e “das Ding”. Para se referir ao representante-da-coisa, temos que o termo utilizado em alemão é o “Sache”, e não o “Ding”, o que denota a especificidade de cada um dos termos. Garcia-Roza (1990/2004) apresenta que as coisas-*Sachen* estão submetidas à ordem simbólica, ou seja, são pertencentes ao mundo humano, ao passo que a coisa-*Ding* não estaria associada a esta ordem, pertencendo a um lugar além do universo da linguagem. A partir desta distinção, podemos estabelecer que uma pessoa procura sempre restabelecer o objeto perdido, a coisa (*das Ding*), mas o que ela sempre atinge é a coisa [*die Sach*] existente na representação-de-coisa.

Pensando a respeito da coisa-*Ding* com a vivência de satisfação, temos que o aparelho psíquico sempre age procurando reproduzir essa experiência que seria, de certa forma, encontrar a coisa-*Ding*, mas, de acordo com Garcia-Roza, o que ele reencontra é a coisa-*Sache*. Segundo o autor,

O que Freud nos diz, de uma maneira que lhe é própria, é que na relação mãe-filho, a mãe (a coisa-mãe) ocupa o lugar de *das Ding*. Não que ela seja *das Ding*, mas que ela ocupa o lugar de *das Ding*, na medida em que *das Ding* é o centro em torno do qual gravitam as [representações-de-coisa]. Desejar a mãe é, portanto, desejar *das Ding*. Sabemos, porém, que essa coisa-*Ding*-mãe não é atingível enquanto tal, mas apenas enquanto *Sache* (GARCIA-ROZA, 1990/2004, pg. 87-88).

A posse da coisa-*Ding*-mãe é interdita pela cultura, pois possuí-la entraria em desacordo com o tabu do incesto. Se pensarmos ainda que é este objeto perdido que faz com que o aparelho psíquico funcione, pois ele sempre procura restaurar o estado da vivência de satisfação, poderíamos postular que a satisfação do desejo de posse de *das Ding* faria com que

não houvesse a procura pelo objeto de satisfação, acarretando, portanto, na paralisação do aparelho anímico, na medida em que não há mais o que procurar.

Em suma, *das Ding* não pertence ao espaço da representação, não habitando, assim, o aparelho psíquico. Porém, mesmo estando ausente ele se faz presente, na medida em que as representações-de-coisa transitam ao seu redor, procurando sempre reencontrar esse objeto perdido que nunca foi tido, e que não pode ser preenchido por objeto algum; todos serão considerados coisa-*Sachen*. Dessa forma, podemos estabelecer que as representações-de-coisa nunca conseguirão reencontrar a coisa (*das Ding*), e caso alguma delas se aproxime do núcleo, ela sempre o contornará.

Esta breve introdução do conceito de coisa [*das Ding*] na obra freudiana e lacaniana possibilitou um maior entendimento a respeito das representações existentes no Inconsciente, compreendendo que as mesmas giram em torno de um centro denominado *das Ding* que nunca poderá ser atingido. Retomando agora a discussão antecedente, temos que apresentar o representante ideativo da pulsão situado no Pré-consciente que é distinto do encontrado no Inconsciente.

De acordo com Freud (1915c/1996), a representação psíquica encontrada no Pré-consciente é denominada de representação-de-palavra [*Wortvorstellung*], permitindo associar este sistema do aparelho psíquico à linguagem verbal. O autor define palavra como sendo “uma representação complexa, que revela ser uma combinação de elementos acústicos, visuais e cinestésicos” (FREUD, 1891/2003, p. 47). Pensando em cada um destes elementos, temos que a palavra envolve a sua percepção auditiva (elemento acústico), a sua visualização através da palavra escrita e a sua transformação em palavra falada ou gesticulada através da linguagem de sinais (elemento cinestésico). A partir disso, ao pensarmos acerca do desenvolvimento de uma pessoa, temos que o elemento acústico aparece desde o seu início, já que, por estar inserida dentro de um contexto social, a pessoa tem uma percepção sensorial auditiva, em primeiro lugar, das palavras ditas por outros seres humanos, e somente depois consegue aprender a dizê-las e a escrevê-las. Por conta desse fator importante, Freud (1923a/1996) concebe a palavra como sendo, em última instância, o resíduo mnêmico de uma palavra que foi ouvida.

Ao articularmos estas duas definições, temos que a representação consciente é um amálgama da representação-de-coisa acrescida da representação-de-palavra, cuja definição pode ser dada por representação-de-objeto [*Objektvorstellungen*]. A aglutinação dos representantes psíquicos inconscientes e pré-conscientes faz com que haja um sobreinvestimento do representante, permitindo que ele consiga atingir a consciência.

Pensando o recalque a partir da distinção entre os representantes do pré-consciente e do inconsciente temos que

Ao rejeitar uma ideia ou representação, [o recalque] está recusando-se a aceitar a tradução da representação em palavras, pois essas palavras devem continuar associadas ao objeto. É a representação não revestida de palavras ou o ato psíquico que não esteja sobreinvestido que permanecerá como material recalcado no Inconsciente (FREUD, 1915c/2006, p. 49).

De acordo com essa passagem temos que há uma ruptura entre a representação-de-coisa e a representação-de-palavra, sendo que a primeira não será mais revestida de palavras, e isto fará com que ela permaneça no Inconsciente. Assim, o recalque atua justamente na ruptura e na recusa em traduzir a representação-de-coisa em palavras. Mesmo que não haja essa tradução, é importante salientarmos que as representações-de-coisa existentes no Inconsciente continuarão ativas neste sistema, ligando-se umas às outras, procurando vincular-se, também, com os conteúdos do Pré-consciente em busca do acesso à consciência<sup>13</sup>.

Após toda essa discussão acerca da primeira tópica freudiana, podemos articulá-la com a questão sincrônica da identidade pessoal, pensando, desse modo, o que constitui essencialmente uma pessoa. De acordo com isso, temos que a parte psicológica de uma pessoa será constituída por um aparelho psíquico dividido em três sistemas fundamentais, que permanecem em constante relação no decorrer da existência dessa pessoa. Assim, temos que o psiquismo dela é dividido e conflituoso, além de não ser abarcado apenas pela consciência.

Além dessa questão bastante importante, ou seja, da divisão psíquica de uma pessoa, é importante salientarmos que a energia que coloca o aparelho psíquico em funcionamento pode ter tanto de origem externa, no caso dos estímulos, como uma origem interna, no caso das pulsões, e estas últimas são as mais importantes. A percepção de ambos permite a impressão de traços permanentes no aparelho psíquico, que serão constitutivos da memória. De acordo

---

<sup>13</sup> Para enriquecermos a discussão sobre a distinção entre os conteúdos inconscientes e pré-conscientes, seria interessante ilustrá-la com a explicação de Freud a respeito da formação dos sonhos. Este fenômeno psíquico, basicamente, é composto por imagens visuais, como se o sonhador visualize uma espécie de filme. Segundo Freud (1917a/1996), a predominância de imagens visuais é possível graças à transformação dos pensamentos em imagens, ou seja, as representações-de-palavra são remetidas de volta às representações-de-coisa que lhes são correspondentes, existindo aqui uma regressão tópica dos conteúdos pré-conscientes para os existentes no Inconsciente. Ao findar a regressão, os investimentos retirados do Pré-consciente serão depositados nas lembranças-de-coisa, e estes caminharão livremente, de acordo com o mecanismo de deslocamento e condensação, entre estas lembranças situadas no Inconsciente, até que se configure o conteúdo manifesto do sonho. Desse modo, o desvio de investimento da energia pulsional situada nos representantes-de-palavra para as lembranças-de-coisa permite a representação dos sonhos em imagens visuais. Estas questões foram mais bem discutidas no capítulo VI, seção D, da “Interpretação dos Sonhos”, e no texto “Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos” (páginas 83-86).

com isso, temos que a constituição de uma pessoa leva em consideração seus aspectos mnêmicos, pois eles serão de fundamental importância para a manutenção da vida dessa pessoa no decorrer de sua existência. Através destes traços mnêmicos a pessoa consegue se articular no mundo, evitando, por exemplo, alguns estímulos indesejáveis, e articular o próprio psiquismo, procurando novamente obter, através dos caminhos formados pela memória, uma satisfação antes obtida.

Discorrendo agora acerca de o aparelho psíquico ser dividido em partes, temos que a origem da divisão subjetiva de uma pessoa está vinculada ao recálque originário, pois este ato é o que funda o Inconsciente, ou seja, uma outra parte do aparelho psíquico distinta da consciência. Contudo, é importante ressaltarmos que outra parte também se distingue da consciência, na medida em que seus conteúdos psíquicos são inconscientes no sentido latente, ou seja, que não estão conscientes em um determinado tempo. De acordo com isso, temos três partes fundamentais do psiquismo de uma pessoa, sendo elas o Consciente, o Pré-consciente e o Inconsciente. Ainda, podemos estabelecer a existência de uma diferença estrutural entre os sistemas Pré-Consciente/Consciente e o Inconsciente, que será de fundamental importância para o constante conflito psíquico inerente à pessoa.

Neste primeiro momento da obra freudiana, temos que o aparelho psíquico de uma pessoa é regido por dois princípios de funcionamento, tais como o princípio de prazer e o princípio de realidade. O primeiro busca evitar o desprazer e obter o prazer através da descarga da energia excedente no interior do aparelho psíquico. De acordo com isso, temos que esse aparelho apresenta um aspecto econômico bastante importante, na medida em que o acúmulo de energia é sentido pela pessoa como desprazer, e o seu decréscimo como prazer. Este princípio é o que regula o Inconsciente, demonstrando o quanto este sistema procura ver-se livre da energia pulsional excedente através da descarga. Além disso, por ser o modo de funcionamento deste sistema o processo primário, temos que a energia pulsional caminha livremente no Inconsciente, de um representante-de-coisa a outro, sem encontrar obstáculos.

Diferentemente do Inconsciente, temos que o Pré-consciente/Consciente é regido por um outro tipo de funcionamento que é denominado de princípio de realidade. A partir disso, temos que este sistema procura ver-se livre da energia pulsional excedente tendo como referência a realidade externa à pessoa. Além disso, o Pré-consciente/Consciente tende a estabelecer ao Inconsciente o princípio de realidade, procurando tornar a energia livre deste sistema em energia quiescente, fazendo com que uma descarga rápida e duvidosa seja substituída por uma mais demorada e certa. Esta questão está atrelada ao modo de funcionamento deste sistema que é conhecido como processo secundário.

De acordo com os apontamentos anteriores, temos que o aparelho psíquico de uma pessoa não é apenas dividido, mas que as suas partes constituintes são estruturadas de formas distintas, sendo cada uma delas regida por um funcionamento próprio. Isto já demonstra uma parte do conflito psíquico inerente à pessoa, na medida em que as duas formas de funcionar demarcam a relação conflituosa entre os sistemas; enquanto o Inconsciente somente quer ver-se livre da energia pulsional excedente, não levando em conta a realidade externa, o Pré-consciente/Consciente procura meios nesta realidade de descarregar essa energia. Estes meios podem ser estabelecidos como aqueles moralmente mais aceitos, pois o Inconsciente não leva em consideração estes preceitos morais. Assim, temos aqui um conflito entre a sexualidade, demarcada pelas moções pulsionais plenas de desejo que advém do Inconsciente, e a censura existente entre as duas instâncias; esta, a censura, não permite que os conteúdos inconscientes irrompam à consciência porque eles gerariam desprazer no sistema Pré-consciente/Consciente.

Em se tratando da questão do conflito psíquico, temos que o sistema Pré-consciente/Consciente protege-se, através do recalque, de um conteúdo anímico que poderia causar desprazer. De acordo com isso, este conteúdo é retirado da consciência, e os conteúdos do recalque originário fazem com que o conteúdo recalcado seja atraído para o Inconsciente. Uma vez neste sistema, o representante ideativo da pulsão pode se ligar a outros representantes que ali estão alojados, permitindo que haja um investimento maior no representante, o que possibilita uma forma de vencer as barreiras da censura. Além disso, este representante pode se associar a outros representantes indiferentes que se situam no Pré-consciente, fazendo com que ele consiga driblar a censura através de um mascaramento. Assim, temos que o recalque atesta a divisão subjetiva em consciente e inconsciente e, também, constata o conflito psíquico.

O representante ideativo da pulsão recalcado no Inconsciente tenta, a todo custo, tornar-se consciente novamente, pois o acúmulo de excitação no Inconsciente gerado pelo recalçamento faz com que este sistema sinta-o como desprazer. Porém, se o conteúdo psíquico inconsciente irromper à consciência, temos que isto geraria desprazer para o sistema Pré-consciente/Consciente e, para evitar esta produção, este sistema empreende esforços constantes para manter o conteúdo recalcado no Inconsciente. Aqui temos que o recalque possibilita compreender o constante conflito em que está inserido uma pessoa, pois os conteúdos recalcados no Inconsciente procuram constantemente o acesso à consciência, fazendo com que o Pré-consciente/Consciente precise empreender novos esforços para mantê-lo recalcado. Apesar destes esforços, é importante ressaltar que este sistema pode abrir uma

exceção para os conteúdos inconscientes, fazendo com que os mesmos irrompam deformados sob a configuração de uma formação do inconsciente. De acordo com isso, temos que o recalçado retorna sob uma forma mascarada, na medida em que a censura impõe ao Inconsciente meios de driblá-la; estas formações são os sintomas, chistes, atos falhos e sonhos.

Ao compreendermos que os representantes ideativos da pulsão alojados no Inconsciente não sofrem a alteração do tempo, permanecendo os mesmos neste sistema, e que eles estão submetidos ao princípio de prazer, podemos imaginar os esforços que precisam ser empreendidos pelo sistema Pré-consciente/Consciente para mantê-los no Inconsciente. Este empreendimento é conhecido como um contrainvestimento efetuado pelo outro sistema, a fim de que o conteúdo recalçado permaneça sob a ação do recalque. Assim, temos que o aparelho psíquico de uma pessoa é marcado por este constante conflito, sendo este um jogo de forças efetuado entre os sistemas Pré-consciente/Consciente e Inconsciente. Devido ao gasto constante de forças, o sistema submetido ao princípio de prazer deixa que o Inconsciente tome um pouco de conta da vida mental, como pode ser presenciado nos sonhos.

Se as moções pulsionais plenas de desejo são o motor do aparelho psíquico, na medida em que ele funciona para realiza-las, podemos estabelecer a importância do Inconsciente, pois estas se situam em sua alçada. Estas tendências que sempre procuram obter o acesso à consciência e a constante proibição efetuada pela censura, sob os auspícios do Pré-consciente, permite estabelecer o quanto a divisão subjetiva de uma pessoa é marcada pelos conflitos.

Assim, temos que a divisão subjetiva é marcada por diversas partes constituintes do aparelho psíquico, além de cada uma delas ser governada por um princípio distinto, por um modo de funcionamento também diferente, além de os seus representantes ideativos da pulsão serem dessemelhantes. De acordo com isso, temos que as partes apresentam uma estruturação complexa e diferenciada, caracterizando a importância de ambas para a constituição do psiquismo de uma pessoa. Além disso, por serem tão opostas, a relação de ambas é marcada pelo conflito.

Se a constituição do psiquismo de uma pessoa leva em consideração este aspecto conflitante, podemos estabelecer que a sensação de identidade, pensando-a a partir da primeira tópica, aparece mediada pelo sistema Pré-consciente/Consciente, na medida em que o Inconsciente nunca é conhecido, senão através das suas formações peculiares. Desse modo, temos que uma pessoa consegue saber o que ela é fundamentalmente através dos conteúdos que passam pelo Pré-consciente e que são traduzidos para uma linguagem verbal. Pensando na questão do outro sistema, temos que ele se manifesta constantemente para a pessoa, e seus

conteúdos geram um alheamento, fazendo com que ela acredite se tratar de outra pessoa, e não dela mesma. Assim, quando o Inconsciente se manifesta através de um ato falho, por exemplo, a palavra que surge no lugar de outra faz com que a pessoa estranhe o que disse, ao mesmo tempo em que isso causa um embaraço no locutor e no ouvinte, como se houvesse uma outra pessoa dizendo o que ela disse. Isto também pode ser visto nos sintomas, pois eles aparecem apenas como o resultado de certos processos psíquicos inconscientes, e a sua visualização pode causar um estranhamento à pessoa; sofro destes tais sintomas, não sei qual a razão, tento me livrar deles, mas não consigo.

Em relação ao estranhamento causado pelo retorno do recalcado, podemos salientar que este alheamento está em consonância com a ideia de um duplo apresentada por Freud (1919/1996), como se uma pessoa fosse habitada por duas coisas distintas e que causam um estranhamento à pessoa. Este estranhamento está associado ao retorno do recalcado, cujo mascaramento causa uma sensação sinistra [*unheimliche*]<sup>14</sup>. Exemplificando tal constatação, temos a história de Freud sobre a sua viagem de trem, em que ele se deparou com um intruso que estava adentrando o seu compartimento e, para espanto do autor, o invasor era ele mesmo. Assim, constatamos que esta outra “pessoa” revelada pelo conteúdo recalcado que retorna causa um estranhamento à própria pessoa, por parecer que não se trata dela, mas de outra. Nesse caso, parece que a pessoa olha para si com os olhos de outra, da mesma forma que o adulto enxerga-se como criança, e que constituiu basicamente as lembranças encobridoras.

Em suma, a sensação de identidade pensada através de uma subjetividade dividida tem que levar em consideração que o Inconsciente apenas é conhecido, ou seja, percebido quando ele se manifesta através das suas formações. Portanto, aqueles conteúdos inconscientes que permanecem existindo no interior deste sistema e que não tem acesso à consciência, continuam exercendo influência no psiquismo de uma pessoa, apesar de nunca serem conscientes, nem sob a forma de um mascaramento. Além disso, é importante ressaltarmos que um representante ideativo da pulsão que está alojado neste sistema nunca será conhecido pela pessoa em seu estado bruto, por conta das deformações que ele passa para conseguir seu acesso à consciência. E, ainda, por conta dos investimentos que podem advir do sistema

---

<sup>14</sup> A palavra alemã “*unheimliche*” pode apresentar inúmeros significados na língua portuguesa. Temos que a Edição Standard Brasileira das obras completas de Freud a traduziu por “estranho”, o que denota a característica peculiar de que o duplo revela ser a pessoa estranha a ela mesma. Na edição argentina editada pela Amorrortu temos que a tradução utilizou a palavra “ominoso”, palavra espanhola esta que apresenta uma correlata em português, cujo significado pode ser “agourento”, “horrendo”, “funesto” e “sinistro”, demonstrando que o duplo pode causar algumas sensações que beiram ao sinistro. Outra concepção e esta parece ser bastante interessante revela que esta palavra alemã pode ser traduzida por “estrangeiro”, mostrando que a pessoa revelada pelo retorno dos seus conteúdos recalcados é estrangeira para si própria.

Inconsciente, temos que a memória pode ser influenciada por esta parte do aparelho psíquico, e isto pode ser atestado nas lembranças encobridoras.

Se durante a discussão antecedente apresentamos que o aparelho psíquico era regido por dois princípios de funcionamento, tais como o princípio de prazer e o princípio de realidade, temos que os avanços clínicos e teóricos realizados pelo autor fizeram com que ele repensasse o funcionamento do aparelho psíquico, propondo um novo princípio que o regula e que extrapola a incessante busca pelo prazer. Será a respeito disso que discorreremos a seguir, antes de adentrarmos na segunda tópica.

### **3.3. O além do princípio de prazer**

Durante a seção antecedente enfatizamos a importância do princípio de prazer na regulação dos processos psíquicos, compreendendo que o aparelho anímico tende a manter o nível de excitação o mais baixo ou constante possível, e que o acúmulo de excitação provocava uma sensação desprazerosa, ao passo que a sua descarga era sentida por prazer. Ainda, temos que uma quantidade, mesmo que mínima de energia pulsional, coloca o aparelho psíquico em funcionamento, pois ele impele a pessoa para uma determinada ação que procurará descarregar essa quantidade excedente. Essa constatação entra em consonância com a teoria pulsional, pois as pulsões estão constantemente pressionando o aparelho psíquico a agir em busca de sua descarga. De acordo com esses apontamentos, temos que há uma hegemonia do princípio de prazer como princípio regulador do aparelho anímico, demonstrada mesmo após a instauração do princípio de realidade, pois este ainda está intimamente submetido ao princípio de prazer; a transformação da energia móvel em quiescente para uma descarga mais correta tendo como parâmetro a realidade externa ainda está em acordo com o princípio hegemônico, na medida em que está a serviço da obtenção de prazer.

A hegemonia do princípio de prazer como fundamento do funcionamento dos processos mentais começa a ser questionada por Freud a partir de algumas observações que o autor fez em relação a alguns fenômenos cotidianos, como a brincadeira infantil e os sonhos presentes nas pessoas que sofrem de neurose traumática, além das observações referentes à sua prática clínica, como o fenômeno da transferência. Estes acontecimentos evidenciavam que o princípio de prazer não poderia ser considerado o regente hegemônico do funcionamento mental, pois a produção de sensações dolorosas atestava para o fato de que a

finalidade última deles não era a obtenção de prazer. Exemplificando este apontamento com os sonhos da neurose traumática, temos que a pessoa padecente dessa afecção psíquica comumente sonha com o doloroso evento causador da doença, fazendo com que o sonhador sinta um extremo desconforto por causa do sonho. De acordo com isso, temos, de um lado, que estes sonhos não estão em conformidade com a formulação clássica de Freud (1900/1996), sobre eles serem a realização de desejo e, de outro lado, estes sonhos provocam um desprazer análogo ao experimentado na ocasião traumatizante, confirmando a hipótese de que eles não estão a serviço do princípio de prazer. Caso estivessem, poderíamos supor que o sonho revelaria, por exemplo, uma solução para a situação traumatizante, como se o sonhador sonhasse com a fuga frente ao perigo, o que entraria em acordo, também, com a realização de desejo.

Em relação às brincadeiras infantis que podem impugnar a hegemonia do princípio de prazer, temos a observação e análise efetuada por Freud de uma dessas atividades realizadas pelos infantes. Diante da ausência da mãe, uma criança costumava brincar com os objetos que estavam à sua volta, jogando-os para fora do berço. Esta ação era acompanhada por um longo “o-o-o-o”, que foi interpretado pelo autor e pela mãe da criança como sendo análogo à *fort*<sup>15</sup>. Algum tempo depois, o autor constatou que a criança realizava esta mesma brincadeira tendo como objeto principal um carretel amarrado a um barbante: ela atirava este objeto para fora do berço, acompanhando este movimento com a mesma sonorização que efetuou na outra ocasião. Depois de realizar tal ação, a criança puxava o objeto pelo barbante, fazendo-o voltar para o seu campo de visão, saudando este retorno com um alegre *da*<sup>16</sup>. Ela realizava esta brincadeira ininterruptamente, e em todas as ocasiões a ação era acompanhada por um deleite, o que configurava o seu caráter prazeroso.

Para efetuar uma análise mais minuciosa acerca desta brincadeira infantil, Freud (1920/1996) procurou compreendê-la a partir da dinâmica familiar na qual a criança estava inserida. Como a mãe se ausentava por um longo período, deixando o infante sem a sua companhia, ele desenvolveu o hábito de repetir a partida da mãe através da brincadeira, procurando contornar esta situação bastante desprazerosa para ele. Desse modo, jogar o carretel para fora do berço seria análogo à partida da figura materna, ao passo que trazer o objeto de volta seria o retorno da mãe. Diante disso, poderíamos realizar o seguinte questionamento: se a partida da mãe é considerada desprazerosa para o infante, por que ele

<sup>15</sup> Traduzindo esta palavra alemã para o português, temos o equivalente à “foi-se”, “desapareceu” e “foi embora”.

<sup>16</sup> Esta palavra traduzida para o português seria “aí”, “está presente”, “está aí, está aqui”.

incessantemente brinca com esta situação, conseguindo até mesmo encontrar prazer nesta brincadeira?

Antes de respondermos tal questionamento, seria importante salientarmos que existem algumas analogias e divergências referentes à brincadeira infantil e ao sonho das pessoas que padecem de neurose traumática. A afinidade reside no fato de ambas reproduzirem uma situação desprazerosa desencadeada por um perigo externo; na brincadeira infantil temos a ausência da mãe e, no caso das neuroses traumáticas, temos a ocorrência de uma situação externa vivenciada como perigosa. Em contrapartida, a divergência está atrelada à questão de o sonho da neurose traumática não provocar prazer ao sonhador, ao passo que a atividade lúdica da criança é sentida por ela como extremamente prazerosa. De acordo com isso, precisamos compreender quais as razões que levam a criança a experienciar a brincadeira como prazerosa, mesmo que a situação simbolizada através da atividade lúdica tenha sido extremamente desprazerosa.

Segundo Freud (1920/1996), o prazer obtido através desta brincadeira pode ter sido originado por duas razões. Em primeiro lugar, a criança alterou uma situação em que era passiva, e sofria o perigo ou o desprazer causado pela partida da mãe (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 486), numa situação em que era o agente, mesmo que ela se revelasse como uma substituição da situação desagradável. Em segundo lugar, complementando a primeira razão, temos que a criança conseguia exprimir, através da brincadeira, a hostilidade referente à ausência da mãe, que ainda eram capazes de realizar seu desejo de vingança por conta da partida dela. De acordo com o psicanalista vienense, seria como se a criança expressasse a seguinte sentença para a mãe: “Pois bem, então: vá embora! Não preciso de você. Sou eu que estou mandando você embora” (FREUD, 1920/1996, p. 27). Neste caso, a criança estaria mandando a mãe embora através da brincadeira do carretel, pois este objeto simbolizaria a figura materna nesta atividade lúdica.

A constatação desta brincadeira infantil não é argumento suficiente para quebrar a hegemonia do princípio de prazer, pois, apesar de esta atividade lúdica mostrar que a criança rememora uma experiência desprazerosa, temos que ela sente prazer por conta da substituição de uma posição passiva em ativa e, também, devido à expressão da hostilidade. Por não ser argumento suficiente, o autor procurou ainda compreender como o fenômeno clínico da transferência pode ajuda-lo a compreender as ações das pessoas que não são realizadas tendo em vista a produção de prazer.

Dentro do contexto clínico, Freud constatou que conscientizar o que estava inconsciente não era uma tarefa simples, pois, ao invés de o paciente rememorar suas

lembranças na análise, ele acaba vivenciando suas experiências mais antigas durante o trabalho analítico. Segundo o autor, o analisando “repete o material recalcado como se fosse uma experiência contemporânea, em vez de, como o médico preferiria ver, recordá-lo como algo pertencente ao passado” (FREUD, 1920/1996, p. 29). Os conteúdos que normalmente retornam no contexto clínico são fragmentos da sexualidade infantil, estando situados principalmente na fase do complexo de Édipo.

As discussões antecedentes revelavam um aspecto bastante interessante acerca dos fenômenos observados pelo autor que poderiam evidenciar a ruptura da hegemonia do princípio de prazer. Todos os fenômenos traziam a marca da repetição, e isto pode ser atestado no fato de o sonho dos padecentes de neurose traumática e a brincadeira infantil sempre repetirem a situação dolorosa, além de a transferência mostrar que existe a repetição dentro do contexto clínico. Neste sentido, haveria uma compulsão à repetição inerente ao aparelho psíquico, e as observações dos inúmeros casos possibilitam entender esta compulsão como sendo algo além do princípio de prazer, pois a sua finalidade não é a obtenção de prazer. Caso fosse, por exemplo, não existiriam os sonhos dolorosos das pessoas que padecem de neurose traumática, afinal, eles não provocam nenhuma sensação de prazer.

Até o presente momento podemos estabelecer que a ideia de uma compulsão à repetição que atua além do princípio de prazer permite compreender que uma pessoa não age apenas em função de obter satisfação mediante a descarga da energia excedente, pois existe nela uma tendência à repetição. Desse modo, a pessoa repetiria algumas situações sem ao menos estar consciente desta determinação, o que mostra a força da repetição e a impotência das pessoas frente a ela. Ainda, é interessante percebermos que existem pessoas que estão condenadas a conhecer, reiteradamente, o fracasso, como se obedecessem a uma ordem que ultrapassa os seus controles. Exemplificando tal constatação, temos pessoas que repetem, numa relação atual, os infortúnios de um relacionamento amoroso anterior, mesmo que aquelas situações fossem sentidas como um extremo desconforto.

A constatação de um além do princípio de prazer na compulsão à repetição abre caminho para a compreendermos a partir dos seguintes questionamentos realizados pelo autor: “a que função corresponde, sob quais condições pode surgir e qual é sua relação com o princípio de prazer” (FREUD, 1920/1996, pg. 34). A fim de poder responder tais indagações, o psicanalista vienense recorreu ao campo da biologia e da filosofia, cuja contribuição possibilitou ao autor anunciar, não apenas a quebra da hegemonia do princípio de prazer, como também uma nova forma de se compreender a pulsão, atestando para o caráter

conservador desta última. Assim, temos que o autor salienta inúmeras hipóteses que lhe possibilitam compreender o psiquismo não alicerçado apenas no princípio de prazer.

Segundo Freud, a compulsão à repetição “nos parece ser mais arcaica, mais elementar e mais pulsional do que o princípio de prazer, o qual ela suplanta” (FREUD, 1920/1996, pg. 34). De acordo com esta passagem, temos que a repetição obedece a um modo mais primordial de funcionamento do aparelho psíquico, estando presente antes mesmo da existência do princípio que atua a fim de obter prazer e evitar o desprazer. Além disso, por ser algo anterior e independente do princípio de prazer, a compulsão à repetição apresenta uma maior força sobre este último, o que pode ser mostrado através das ações da pessoa que não visam à produção de prazer.

A fim de compreender melhor a ideia de uma compulsão à repetição que ultrapassa a hegemonia do princípio de prazer, o psicanalista vienense conjecturou a respeito de um protótipo de aparelho psíquico vinculado a um organismo que estava inserido em um mundo repleto de estímulos prontos a atingi-lo. Estas excitações externas eram sentidas pelo organismo como prazerosos ou desprazerosos e, embora este aparelho apresentasse uma camada externa protetora contra elas, em relação às pulsões este aparato não possuía proteção alguma, fazendo com que ele as tomasse como sendo algo externo, protegendo-se delas através da para-excitação, da mesma forma que ele fazia contra os estímulos externos.

Os estímulos externos constantemente procuravam perfurar a camada protetora deste aparelho psíquico, e a invasão desencadeada por eles era capaz de criar uma perturbação em seu interior. De acordo com isso, percebemos que o princípio de prazer não apresentava qualquer valia, na medida em que o organismo procurava apenas controlar a invasão dos estímulos, e isto era feito através da mobilização de seus outros sistemas, levando-os a terem seus investimentos empobrecidos. Esta mobilização acarretava na paralisação ou redução de algumas funções psíquicas. Portanto, temos que a hegemonia do princípio de prazer é posta de lado quando o aparelho psíquico procura conter os estímulos perturbadores que o atingiam de fora.

Articulando esta conjectura com o caso da neurose traumática, temos que as excitações traumáticas são aquelas que possuem força suficiente para romper o escudo protetor contra os estímulos. Estas excitações que chegam em enorme quantidade ao interior do aparelho provocam uma grave perturbação na economia energética da mente, fazendo com que ela precise acionar mecanismos de defesa que contenham estes estímulos. Assim, o princípio de prazer é posto de lado, e o aparelho procura lidar com os estímulos excedentes “capturando-os e enlaçando-os psiquicamente para poder então processá-los” (FREUD, 1920/1996, p. 43). De

acordo com estas constatações, podemos estabelecer que a neurose traumática apresenta-se como o resultado da ruptura do escudo protetor, cuja ação foi desencadeada pela experimentação do evento traumático como um susto e uma ameaça à vida. Vivenciar o evento traumático como um susto, e não como uma preparação para o medo, impossibilitou os sistemas do aparelho psíquico de enlaçarem a energia excedente para depois processá-las, pois não houve o sobreinvestimento destes sistemas para receberem a energia que flui no interior do aparelho psíquico. A partir disso, podemos estabelecer que os sonhos das neuroses traumáticas procuram “resgatar a capacidade do aparelho de processar os estímulos que afluem quando do desencadeamento do medo – processamento cuja ausência no passado foi causa da neurose traumática” (FREUD, 1920/1996, p. 44). Assim, temos que a compulsão à repetição opera independentemente do princípio de prazer e, no caso dos sonhos da neurose traumática, ela procura recriar a situação em que a preparação para o medo foi insuficiente na realidade, e que agora se mostra novamente presente à pessoa que sonha.

Agora, ao pensarmos a respeito da relação existente entre a compulsão à repetição e a teoria pulsional de Freud, temos que a repetição entra em acordo com a nova concepção de pulsão apresentada pelo autor em seu texto “Além do princípio de prazer”, cuja definição salientava, além do aspecto conservador da pulsão, a existência de uma pulsão de morte. De acordo com a concepção conservadora de pulsão, o autor a compreendeu como “uma força impelente interna ao organismo vivo que visa reestabelecer um estado anterior” (FREUD, 1920/1996, p. 61). Assim, como a vida originou-se da matéria inorgânica, Freud (1920/1996) postulou que o estado anterior almejado pelos seres vivos é este momento originário da vida. Por conta disso, temos que o objetivo de toda vida é a morte, e a pulsão que está mais atrelada ao fato do retorno ao estado inorgânico é a pulsão de morte, embora o autor tenha construído hipóteses<sup>17</sup> que confirmassem esta tendência também na pulsão de vida.

O caráter conservador das pulsões permite compreender os fenômenos que não estão inteiramente a serviço do princípio de prazer, na medida em que ela procura retornar ao estado inorgânico dos seres vivos. Articulando esta questão com a ideia de aparelho psíquico, temos que a morte poderia ser compreendida como um estado em que as excitações existentes no interior da mente estariam ausentes, pois qualquer energia pulsional colocaria o aparelho em ação. De acordo com isso, temos que, se a tendência dos seres vivos é a morte, podemos estabelecer que uma pessoa buscaria manter, em última instância, o nível de excitação no interior de seu aparelho psíquico não apenas o mais baixo ou constante possível – como

---

<sup>17</sup> As hipóteses relacionadas ao fato de a pulsão de vida também procurar retornar a um estado anterior podem ser encontradas nos capítulos 5 e 6 no texto de Freud intitulado “Além do princípio de prazer”.

poderíamos ver no princípio de prazer – mas tencionaria mantê-lo livre de qualquer excitação. Esta tendência do aparelho psíquico de ver-se livre de todo o acúmulo pulsional existente em seu interior foi denominada por Freud (1920/1996) de princípio de Nirvana.

Se no princípio de prazer, associado ao princípio de constância, o nível de excitação precisa ser mantido o mais baixo possível, pois é necessário um mínimo de energia no interior do aparelho psíquico para que ele possa ser colocado em ação, temos que no princípio de Nirvana a excitação precisa ser escoada totalmente, caracterizando a “morte” do aparelho psíquico. Articulando estes dois princípios e o segundo dualismo pulsional, Freud postulou que o princípio de Nirvana pertence à pulsão de morte, e esteve desde a origem presente nos organismos vivos. Com o passar do tempo, houve uma modificação efetuada pelas pulsões de vida que introduziram no aparelho psíquico o princípio de prazer, e estas pulsões tomaram para si, juntamente com as pulsões de morte, a regulação dos processos vitais. De acordo com estas constatações, podemos estabelecer que “o princípio de Nirvana expressa a tendência da pulsão de morte; o princípio de prazer representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio de realidade, representa a influência do mundo externo” (FREUD, 1924d/1996, p. 178).

Esta constatação permite compreender que o aparelho psíquico de uma pessoa é regulado por três princípios distintos que estão constantemente lado a lado presentes na vida dela, cuja relação pode ser de tolerância ou extremamente conflituosa. Os conflitos estão relacionados às tendências contrárias de cada um dos princípios, na medida em que, segundo Freud (1924d/1996), o princípio de Nirvana procura uma redução quantitativa da excitação pulsional, o princípio de prazer está associado a uma característica qualitativa do estímulo e o princípio de realidade procura adiar a descarga da energia pulsional tornando-a uma energia quiescente.

De acordo com as constatações anteriores, podemos compreender que uma pessoa não apresenta apenas uma subjetividade dividida e conflitante, como também existe conflito em relação aos princípios que regulam o seu aparelho psíquico. Assim, constatamos que a pessoa pensada por Freud é alguém que está permanentemente em conflito, seja em relação à sua natureza pulsional, seja em relação à sua subjetividade.

Antes de adentrarmos no modelo de aparelho psíquico compreendido como segunda tópica, é importante salientarmos que a compulsão à repetição guarda uma estrita relação com o Inconsciente e o recalcado, na medida em que os conteúdos deste sistema procuram sempre retornar à consciência, e estão constantemente associando-se no interior desse sistema. Assim, podemos constatar nos casos observados pelo autor em relação à compulsão à repetição que

ele sempre estava falando a respeito do retorno do recalcado, seja ele como uma hostilidade empreendida contra a figura paterna, seja através dos sonhos da neurose traumática, seja através da repetição em ato efetuada na transferência. Ainda, esta compulsão está bastante presente na formação dos sintomas, e iremos tratar disto no capítulo seguinte.

### **3.4. A segunda tópica e a identidade pessoal**

O desenvolvimento da teoria psicanalítica e a análise freudiana acerca de determinados fenômenos permitiram que o conceito Eu se tornasse cada vez mais importante para o autor. Se no começo de seu trabalho ele pensava, segundo Roudinesco e Plon (1998), o Eu como a sede da consciência e o responsável pela censura onírica, esse pensamento foi, paulatinamente, sendo melhor elaborado. Esse conceito começou a ganhar novos contornos, e a sua importância, dentro da metapsicologia, passou a ser reavaliada pelo autor.

Com os estudos acerca do narcisismo, o Eu passou a ser analisado a partir da sua relação dinâmica com as pulsões sexuais e de auto-conservação, além de também ter sido analisada a sua relação com os objetos existentes no mundo externo. Recapitulando brevemente o que foi escrito no capítulo anterior, temos que a emergência do Eu como objeto de estudo fez com que Freud repensasse o dualismo pulsional e encarasse a distinção de ambas as pulsões a partir do objeto de investimento, e não mais pela natureza da energia, já que ambas eram de natureza libidinal. Assim, a libido investida nos objetos do mundo foi definida como libido objetual, e a libido que é investida no próprio Eu foi denominada de libido do Eu. É sobre este último tipo de investimento que o autor trata em seu texto sobre o narcisismo.

Segundo Freud (1914a/1996), o narcisismo pode ser pensado, de uma forma geral, como o investimento libidinal sobre a própria pessoa, que passa necessariamente por um investimento da pulsão sexual no Eu. Por conta disso, a pessoa deixa de investir sua libido em objetos existentes no mundo externo, passando a investi-la em seu próprio Eu. A ocorrência deste tipo de investimento é de extrema importância para a constituição do Eu. Além disso, é importante frisarmos que estes estudos possibilitaram ao autor desenvolver a noção de um Eu ideal e de um ideal do Eu que constantemente estarão em relação com o Eu. Assim, temos que o primeiro se relaciona com um Eu dotado de todas as perfeições, um Eu que está intimamente associado ao narcisismo, na medida em que esse período marca uma aparente onipotência do Eu. Do outro lado, o Ideal do Eu está relacionado à incessante busca que a pessoa tem em procurar recuperar esse Eu ideal, e ele o faz mediante esse ideal do Eu.

Adiantando um pouco a discussão que será melhor detalhada adiante, temos que o ideal do Eu surgirá a partir da relação que a criança estabelece com as figuras parentais, sendo o momento da identificação com elas o ponto culminante do aparecimento desse ideal. De acordo com isso, podemos estabelecer que o complexo de Édipo será o momento importante para tal surgimento.

Se o narcisismo constitui peça fundamental para uma maior compreensão do Eu, o estudo de Freud (1917b/1996) acerca do luto e da melancolia possibilitou analisar, além da relação do Eu com os investimentos pulsionais em objetos, o envolvimento desta instância com uma diferenciação sua que a reprime e a censura. Na melancolia constatamos o quanto uma pessoa se sente culpada pela perda do objeto, repreendendo-se a todo instante. Por conta disso, o autor apresentou a proposta de uma diferenciação do Eu que é responsável pelos ataques repreensivos a esta instância e, apesar de essa diferenciação sofrer algumas mudanças no decorrer da obra freudiana, é importante ressaltarmos que ela terá um papel importante na elaboração do aparelho psíquico conhecido como segunda tópica.

Os avanços teóricos sobre o Eu continuam com os estudos acerca da compulsão à repetição e da pulsão de morte. Freud (1920/1996), a partir desse estudo, reapresenta a hipótese de que grande parte do Eu é inconsciente, e que apenas uma parcela dele é abrangida pelo Consciente e Pré-consciente. Esta concepção acerca do Eu permitiu ao autor realizar grandes avanços na elaboração desse conceito, salientando que ele não estava apenas restrito à consciência e à função recalcadora, como era apresentado no começo de seu trabalho teórico. Assim, se o Eu é, em grande parte, inconsciente, temos que a postura de Freud em acreditar que o inconsciente seja o cerne e a porção mais importante do psiquismo de uma pessoa se mantém válida, mesmo com o advento da segunda tópica. Portanto, ressaltamos que a emergência de um novo modelo de aparelho psíquico não faz com que o autor abandone as teses centrais de que o psiquismo de uma pessoa não se restringe à consciência, pois ele ainda acredita que o psiquismo é regido por conteúdos desconhecidos para a pessoa e de que a subjetividade é dividida e conflituosa.

Antes de propor um segundo modelo de aparelho psíquico dentro de sua obra psicanalítica, Freud (1921/1996) escreveu um interessante estudo sobre a psicologia de grupo, no qual ele procurava compreender os fenômenos grupais, e isto lhe possibilitou efetuar uma análise mais minuciosa do Eu. Uma das grandes contribuições deste estudo foi compreender que o Eu é formado também por identificações que ele estabelece no decorrer de sua existência, o que demonstra a importância da cultura para a constituição do psiquismo de uma pessoa. Além disso, as personalidades das pessoas inseridas dentro de um grupo apresentam

semelhanças significativas entre si, o que permite a existência do laço social, pois estas pessoas identificam-se entre si por terem um mesmo ideal de Eu. Segundo Laplanche e Pontalis (1967/2001), a compreensão das identificações pelas quais passa o Eu foi de fundamental importância para a necessidade de Freud elaborar uma nova forma de se entender o aparelho psíquico.

O surgimento de uma segunda tópica não tornou inválida a outra compreensão de aparelho psíquico, como se a primeira tópica pudesse ser totalmente esquecida e descartada. De acordo com isso, temos que os conceitos de Consciente, Pré-consciente e Inconsciente ainda permanecem válidos, podendo ser utilizados para se compreender determinados fenômenos psíquicos como, por exemplo, os atos falhos e os chistes. Segundo Ricoeur<sup>18</sup> (1977), a passagem da primeira para a segunda tópica pode ser caracterizada por um deslocamento temático do recalcado para o recalador, medida esta que permitiu Freud compreender ainda mais a relação da pessoa com a cultura, entendendo o embate, mediado pelo Eu, entre as moções pulsionais plenas de desejo e as exigências culturais. Ainda, é importante ressaltarmos que a possibilidade de a segunda tópica ser construída adveio do deslocamento da oposição entre o consciente e o inconsciente para a oposição entre Eu e o recalcado<sup>19</sup>.

Articulando estes apontamentos com a questão sincrônica da identidade pessoal, temos que, se a pessoa compreendida pela primeira tópica apresentava um aparelho psíquico dividido em três sistemas que estavam em conflito, sendo a oposição dada entre o Pré-consciente/Consciente e o Inconsciente, temos que o segundo modelo entenderá que uma pessoa apresenta também uma subjetividade conflitante, cujo combate central, entre a cultura e as pulsões que procuram sempre a satisfação, será mediado pelo Eu. Apesar de esse conflito se tornar mais evidente com a emergência da segunda tópica, temos que a primeira já apresentava este embate, na medida em que o recalque também pressupõe uma relação com algo que é externo à pessoa. Assim, a possibilidade e/ou impossibilidade de as pulsões serem satisfeitas também levam em consideração a realidade externa.

Para compreendermos melhor a relação desta segunda tópica com a questão sincrônica da identidade pessoal, ou seja, como ela possibilita compreender o que vem a ser uma pessoa,

<sup>18</sup> Este apontamento de Ricoeur pode ser encontrado também em Freud (1933a/1996; 1930/1996). Citando um trecho de seu texto “Mal-estar na civilização” temos que as alterações efetuadas em sua concepção metapsicológica sobre a etiologia das neuroses foram “essenciais, à medida que nossas investigações progrediam das forças recalçadas para as recaladoras, das pulsões objetais para o Eu” (FREUD, 1930/1996, p. 122).

<sup>19</sup> Podemos ainda ressaltar que a construção metapsicológica de um novo dualismo pulsional empreendida na década de 20 tornou necessária a revisão e, uma nova elaboração, daquilo que era conhecido como aparelho mental, na medida em que o primeiro modelo parecia não ser suficiente para abarcar as novas concepções do psicanalista vienense.

é importante apresentarmos as noções freudianas que abarcam esse modelo, procurando entender quais as instâncias que o constitui e qual a relação existente entre elas.

Durante o desenvolvimento desta seção apresentamos que os avanços clínicos e teóricos da psicanálise possibilitaram o deslocamento temático do recalçado para o recalrador, e isto permitiu dar ao Eu um papel de maior destaque, e realizar uma melhor compreensão deste conceito. Embora Freud tenha escrito inúmeras vezes que o Eu comporta uma importante parte inconsciente, salientamos que a segunda tópica começa a ser sistematizada a partir da análise dessa questão, pois ela permite haver o deslocamento da oposição entre o inconsciente e consciente, característica essencial da primeira tópica, para a antítese entre o Eu e o recalçado. Para compreendermos melhor esta questão, citemos uma interessante definição do Eu apresentada pelo psicanalista vienense:

Formamos a ideia de que em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais e chamamos a isso o seu Eu. É a esse Eu que a consciência se acha ligada: o Eu controla as abordagens à motilidade (...). Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse Eu procedem também os recalques, por meio dos quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. (FREUD, 1923a/1996, p. 30).

Esta passagem proporciona algumas constatações bastante importantes do Eu, a começar pela ideia de que esta instância apresenta uma organização coerente de processos mentais, estando intimamente relacionada à consciência e ao acesso à ação motora. Articulando estes apontamos com a primeira tópica, temos que estas características funcionais do Eu assemelham-se às existentes nos sistemas Consciente e Pré-consciente, e a semelhança ainda pode ser encontrada nas funções de supervisão dos processos mentais e censura dos sonhos. Além disso, esta instância também executa o recalque, cuja ação, na primeira tópica, era desempenhada pelo Pré-consciente. De acordo com estes apontamentos, temos que o Eu apresenta uma estrita relação funcional com estes dois sistemas existentes no outro modelo de aparelho psíquico, o que lhe confere a característica de ser uma organização coerente do aparelho mental.

Ao pensarmos o Eu como esta organização coerente do aparelho mental, temos que ele é a instância responsável por revelar uma determinada posição subjetiva à pessoa, na medida em que está intimamente relacionada à consciência. De acordo com isso, temos que esta instância revela-se como uma superfície, como algo que apresenta determinados processos mentais no aparelho psíquico. Apesar de haver esta íntima relação entre o Eu e a consciência, temos que esta instância não se restringe à qualidade de ser consciente, pois ela apresenta uma

importante parte inconsciente. Esta constatação foi possível graças a determinados fenômenos clínicos que contrapõem essa definição coerente de Eu, e que revelam a porção inconsciente desta instância. A resistência existente dentro do contexto analítico mostra que o paciente não está cômico deste fenômeno. Ele executa a resistência sem ao menos saber o que está fazendo, sem conseguir descrevê-la e sem conseguir se desvencilhar dela. Este fenômeno psíquico, pensando-o sob o ponto de vista tópico, emana do Eu, e por ela ser estritamente inconsciente, temos a existência de algo dessa qualidade psíquica nesta instância, e que se comporta exatamente como o recalado. Estas constatações permitem estabelecer a existência de determinados conteúdos que escapam à organização coerente dos processos mentais existentes no Eu, tornando obsoleta a oposição entre o consciente e o inconsciente. Assim, temos a emergência de uma nova antítese estabelecida entre o Eu coerente e o recalado.

As resistências situadas dentro do contexto analítico revelaram a Freud (1923a/1996) a existência de três inconscientes, sendo um deles relacionado ao recalado, o outro inconsciente dependente do Eu e distinto do recalado, e o inconsciente considerado latente, ou seja, o pré-consciente. De acordo com isso, a característica de ser inconsciente começa a perder significado para Freud, tornando este fator uma qualidade. Quando o autor procurou compreender a relação existente entre os sistemas da primeira tópica e as instâncias do segundo modelo, ele constatou que os sistemas Perceptivo-consciente, Pré-consciente e uma parcela do Inconsciente abrangiam o Eu. Além disso, é importante salientarmos ainda que os sistemas da primeira tópica passam a ser considerados qualidades das instâncias que compõem o aparelho psíquico da segunda tópica, ou seja, existem determinados conteúdos do Eu que são conscientes, pré-conscientes e inconscientes.

Freud (1923a/1996) começa a postular o funcionamento do segundo modelo de aparelho psíquico a partir da análise da parcela inconsciente que não é abrangida pelo recalado. Para tanto, ele toma emprestado de Groddeck a noção de que o Eu “comporta-se essencialmente de modo passivo na vida e que, como [Groddeck] o expressa, nós somos ‘vividos’ por forças desconhecidas e incontroláveis” (1923a/1996, p. 37). Esta definição emprestada por Freud entra em acordo com a sua teoria da pulsão, na medida em que ele sempre havia enfatizado que as forças que controlam uma pessoa são desconhecidas para ela. De acordo com isso, podemos estabelecer que um Eu regido por uma parcela do aparelho psíquico que apresenta os representantes pulsionais que sempre procuram satisfação está em desacordo com o Eu postulado pela filosofia e psicologia da época de Freud, na medida em que ele era estabelecido como uma organização mental totalmente coerente e que revelava para a pessoa, a partir da consciência, todos os seus processos mentais. Se na primeira tópica a

importância residia no fato de a mente não ser totalmente consciente, existindo o inconsciente que apresenta uma estrutura própria distinta da consciência, temos também que o Eu não é a totalidade do psiquismo, apesar de muitas vezes ele dar esta falsa sensação à pessoa. Por conta disso, podemos estabelecer que o Eu é regido por esta força estranha, inconsciente, da mesma forma que determinados conteúdos psíquicos emergiam à consciência e causavam o estranhamento à pessoa. Por não ser o Eu a totalidade do psiquismo, temos novamente a existência de uma subjetividade dividida e conflitante, que nos leva a compreender quais são as partes constituintes do aparelho psíquico conhecido como segunda tópica, e qual a relação entre elas.

Trazendo para a discussão as instâncias constituintes do segundo modelo de aparelho psíquico, temos que, dentro de uma ordem cronológica, a instância mais antiga desse aparelho é denominada por Freud (1923a/1996) de Isso. Como veremos a seguir, as características mais essenciais desta instância guardam uma estrita relação com os atributos do sistema Inconsciente da primeira tópica.

O Isso é descrito por Freud (1933a/1996) como a parte obscura e inacessível da personalidade humana, cuja compreensão é dada “pelo estudo da elaboração onírica e da formação dos sintomas neuróticos” (FREUD, 1933a/1996, p. 78). A extremidade do Isso está aberta a influências somáticas, contendo nele necessidades pulsionais que encontram nesta instância uma expressão psíquica. Apesar de o Isso estar repleto de energias que chegam das pulsões, “ele não possui organização e não expressa uma vontade coletiva” (FREUD, 1933a/1996, p. 78), procurando ver-se livre das necessidades pulsionais mediante o princípio de prazer. As leis da lógica aristotélica não se aplicam ao Isso, principalmente o princípio da não-contradição, na medida em que nessa instância é possível encontrar impulsos contrários que não se anulam e, tão pouco, a presença de um moção pulsional diminui a outra. Nessa instância inexistente a ideia de tempo, permitindo que a passagem do tempo não altere seus processos mentais. “Moções plenas de desejos, que jamais passaram além do Isso, e também impressões, que foram mergulhadas no Isso pelos recalques, são virtualmente imortais” (FREUD, 1933a/1996, p. 78). Desse modo, podem se passar anos, décadas, que estes impulsos e impressões se comportam “como se tivessem ocorrido há pouco tempo” (FREUD, 1933a/1996, p. 79). Ainda sobre as características desta instância, Freud escreve que “naturalmente, o Isso não conhece nenhum julgamento de valores: não conhece o bem, nem o mal, nem moralidade” (FREUD, 1933a/1996, p. 79).

Durante o desenvolvimento do ser humano, “o próprio corpo de uma pessoa, e acima de tudo, a sua superfície, constitui um lugar de onde podem originar-se sensações tanto

externas quanto internas” (FREUD, 1923a/1996, p. 39). O contato do corpo com as influências do mundo externo faz com que uma nova instância no aparelho psíquico surja a partir do Isso. Esta instância é denominada por Freud de Eu, cujo surgimento é marcado a partir de uma “parte do Isso que se modificou pela proximidade e influência do mundo externo, que está adaptada para a recepção de estímulos, e adaptada como escudo protetor contra os estímulos” (FREUD, 1923a/1996, p. 39). Enquanto na extremidade superior do Eu está presente o sistema perceptual-consciente, na extremidade inferior, o Eu se funde com o Isso. De acordo com isso, é importante salientarmos que a parte do Eu fundida ao Isso está relacionada à sua parte inconsciente, que está estritamente vinculada aos conteúdos recalçados.

A relação do Eu com o corpo, cujo surgimento é dado a partir da relação somática com o mundo externo, fez com que Freud afirmasse que “o Eu é, primeiro e acima de tudo, um Eu corporal; não é simplesmente uma entidade de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (FREUD, 1923a/1996, p. 39). Esta afirmativa de Freud também é importante porque ela demarca a característica do Eu como sendo a imagem que a pessoa tem de si mesma, ou, melhor dizendo, a imagem que a pessoa tem de seu próprio corpo. Esta imagem projetada do Eu pode ter sido estabelecida a partir da relação que a pessoa tem com as outras existentes no mundo externo, além de algumas sensações internas ao organismo revelar determinadas posições referentes a regiões do corpo. Por conta de Eu aparecer como uma imagem que a pessoa tem de si mesmo, é interessante perceber que a sensação estabelecida pelo Eu pode ser considerada um engodo, na medida em que esta instância não revela os conteúdos existentes nas outras partes constituintes do aparelho psíquico. Esta sensação está estritamente relacionada com a consciência, e isto não permite que as partes inconscientes sejam percebidas, como, por exemplo, o Isso, na medida em que o inconsciente apenas é revelado à superfície mental quando existe um mascaramento de seus conteúdos. Esta importante característica do Eu apresentar-se como um engodo pode ser constatada em um pequeno trecho escrito por Freud, no qual ele afirma que “o Eu nos aparece como algo autônomo e unitário, distintamente demarcado de tudo o mais. Ser essa aparência enganadora” (FREUD, 1930/1996, p. 75) foi uma descoberta efetuada pela pesquisa psicanalítica, e coube a Freud poder delinear e descobrir os processos mentais que estão além desta instância psíquica. De acordo com isso, temos que a importância da psicanálise não reside apenas no fato de revelar algo além da consciência, mas ela permite compreender que existem determinados conteúdos psíquicos, determinadas forças desconhecidas, que ultrapassam a noção de um Eu coerente e cerne do psiquismo humano.

Voltando novamente para as características do Eu e a sua relação com a instância mais primitiva do aparelho psíquico, temos que o Eu procura exercer a influência do mundo externo ao Isso e às tendências deste, esforçando-se em substituir o princípio de prazer pelo princípio de realidade. Caso não existisse uma instância que exercesse o papel de mediação entre a porção mais primitiva do aparelho mental e o mundo externo, a incansável busca pela satisfação das moções pulsionais advindas do Isso poderia levar uma pessoa à sua própria destruição, na medida em que não haveria algo para barrar os intentos do Isso. Pensando a respeito da relação do Eu com o Isso, temos em Freud que

o Eu evolui da percepção das pulsões para o controle destas; esse controle, porém, apenas é realizado pelo representante [psíquico] da pulsão quando tal representante se situa no lugar que lhe é próprio, num amplo conjunto de elementos, quando tomado em um contexto coerente (FREUD, 1933a/1996, p. 81).

A expressão “percepção das pulsões” encontrada no trecho acima está relacionada ao fato de o Eu perceber estes estímulos internos que emanam do organismo a partir da série prazer-desprazer, ao passo que o Isso não consegue perceber nada, por conta de não haver um polo perceptivo em seu interior. Como dissemos anteriormente, o Eu procura exercer uma importante influência sob os intentos do Isso, e ele o faz mediante algumas estratégias. Ele procura trazer para a sua própria organização os representantes psíquicos das pulsões que se encontram alojados no Isso, para que ele possa satisfazê-los levando em consideração a realidade externa. Quando ele executa tal atividade, ele está exercendo a influência do princípio de realidade sob o princípio de prazer, procurando associar as intenções da outra instância com as atividades de pensamento. Basicamente, o Eu conseguiria, através de uma experiência prévia e que ficou registrada como traço mnêmico, conduzir as moções pulsionais plenas de desejo de uma forma mais eficaz, e não de uma maneira desenfreada igual a instância mais primitiva do aparelho psíquico estava acostumada. O Isso não sabe fazer outra coisa a não ser desejar, e cabe ao Eu conduzir os impulsos de desejo tendo como referência a realidade externa. Podemos estabelecer, de acordo com estes apontamentos que, para Freud (1933a/1996), o Eu pode ser considerado a razão e o bom senso, enquanto que o Isso significa as paixões indomadas.

Se o Eu é responsável por adiar as descargas dos investimentos pulsionais que advêm do Isso, temos também que, por conta da sua estrita relação com o sistema perceptivo, ele dá aos processos mentais uma ordem temporal e os submete ao teste de realidade, da mesma forma que o Pré-consciente fazia na primeira tópica em relação aos conteúdos inconscientes. Apesar de parecer que o Eu tem um controle sobre os processos mentais do Isso, temos que a

relação estabelecida com esta instância não é totalmente harmoniosa, na medida em que o Eu precisa sempre controlar as paixões indomadas advindas do Isso. Além disso, do ponto de vista dinâmico, o Eu é fraco, e toma emprestadas as forças do Isso para realizar os seus processos psicológicos, e para realizar as suas ações. Dentro dessa perspectiva, temos que o Eu conduz as exigências do Isso, ao mesmo tempo em que se vê conduzido por elas. Existe uma interessante comparação efetuada por Freud (1923a/1996; 1933a/1996) sobre a relação existente entre o Eu e o Isso com o vínculo estabelecido entre o cavaleiro e o cavalo. O animal quadrúpede provê a energia necessária para a locomoção, enquanto o cavaleiro pode guiar os movimentos do cavalo para os seus objetivos. Assim, se o cavaleiro quer ir para uma determinada localidade, ele conduz o cavalo até este destino. Contudo, é importante frisarmos que, da mesma forma que acontece entre o Eu e o Isso, existem momentos em que o cavaleiro apenas pode conduzir o cavalo aonde ele quer ir, afinal, a força do equino é muito maior que a do ser humano.

Por conta de a instância organizada do aparelho psíquico não possuir uma energia pulsional própria, na medida em que ela pegou emprestadas as forças do Isso, temos que ela precisa realizar determinados subterfúgios para conseguir uma quantidade adicional de energia da instância mais primitiva do aparelho psíquico. Um destes recursos utilizados pelo Eu consiste na identificação com os objetos reais ou abandonados, e que estavam sendo constantemente investidos pelo Isso. Quando o Eu identifica-se com o objeto, ele recomenda-se ao Isso como um possível objeto que pode ser investido, fazendo com que esta ação desvie a energia pulsional do Isso para o próprio Eu. A existência de uma quota adicional de libido existente no interior do Eu permite o investimento da energia da pulsão sexual nos objetos existentes no mundo externo. De acordo com estas constatações, temos também que o Eu, dentro da sua condição de sujeito, permite entregar uma posição subjetiva à pessoa a partir de seus conteúdos psíquicos, como os traços mnêmicos constituintes da memória, ao mesmo tempo em que ele pode ser compreendido como um objeto, na medida em que ele se apresenta à outra instância do aparelho psíquico como se fosse um objeto do mundo externo, permitindo que o Isso invista sua energia pulsional no Eu.

Pensando nesta importante questão dos investimentos pulsionais realizados pelo Eu, temos que o primeiro objeto do mundo no qual um infante investe a sua libido é o seio da mãe, pois esta parte constituinte do corpo materno tem a função de alimentá-lo. É interessante ressaltarmos que neste primeiro momento de relação objetal não há propriamente dito, um investimento pulsional no corpo materno como um todo, na medida em que a criança está apenas interessada em investir no objeto materno que lhe seja fonte de alimento.

Posteriormente, no decorrer do desenvolvimento da sexualidade infantil, podemos estabelecer que a criança poderá tomar a imagem total da mãe como objeto de investimento pulsional, e não apenas uma parte constituinte deste corpo.

Durante o período de amamentação, sabemos que a criança, por não ter o corpo da mãe presente o todo tempo, passa a investir a pulsão sexual em partes do próprio corpo a fim de obter satisfação. Diante da ausência de um objeto real externo, a criança consegue obter prazer mediante a ligação da pulsão sexual às fantasias inconscientes. Esse período compreendido como autoerotismo

pode ser concebido como um estágio anárquico da sexualidade no qual as pulsões parciais estão ligadas ao funcionamento de um órgão ou à excitação de uma zona erógena, sem qualquer referência a uma imagem unificada do corpo ou ao Eu (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 200).

O corpo no autoerotismo é um corpo despedaçado em diversas zonas erógenas, não havendo uma unidade corporal. O autoerotismo tem uma relação bastante estreita com o narcisismo, na medida em que a libido, antes investida no mundo externo, passará a ser investida no próprio Eu da criança, unificando, segundo Garcia-Roza (GARCIA-ROZA, 1994/2005, p. 201), o autoerotismo. As pulsões autoeróticas que não tinham um objeto específico, sendo satisfeitas a partir de algumas partes do corpo, dirigem-se ao Eu, e assim como um objeto externo, ele passa a ser investido. Nesse momento, a criança passa a tomar como modelo a sua própria pessoa, escolhendo o objeto a partir da semelhança que ele guarda com ela. Ainda, é importante frisarmos que a passagem do autoerotismo para o narcisismo acarreta numa possibilidade de unidade corporal, na medida em que as pulsões parciais convergem para um mesmo objeto, ou seja, para o próprio Eu da pessoa. Além disso, podemos estabelecer como escolha objetal anaclítica (por apoio) as escolhas que a criança faz em relação ao mundo tendo como parâmetro os objetos incestuosos da infância, ao passo que, se o parâmetro de escolha objetal for o próprio Eu da pessoa, temos uma escolha objetal narcísica.

Existe um momento em que a criança precisa abandonar o investimento da pulsão sexual em seu próprio Eu para poder investi-la em objetos reais do mundo externo. O abandono acontece, segundo Freud (1914a/1996), por causa da quantidade excessiva de libido existente no Eu e, como esta instância não consegue suportar tamanha quantidade, ela precisa escoar a pulsão sexual, investindo-a em objetos existentes no mundo externo. Esse investimento possibilita que a criança se relacione, novamente, com as pessoas existentes na realidade externa. De acordo com isso, podemos perceber nesse caso que, durante o

desenvolvimento de uma pessoa, ela investe sua libido em um objeto existente no mundo externo, que é o seio materno, para depois, diante das frustrações de não ter esse corpo sempre ao seu alcance, investir a libido em seu próprio corpo. Como a quota de libido no Eu se excede, a criança precisa investir essa quantidade excedente de pulsão sexual nos objetos existentes no mundo externo, passando a se relacionar, novamente, com o mundo.

Posterior ao período do narcisismo, os desejos que o menino sente pela mãe se intensificam, por ser ela a pessoa que o alimenta, o embala, o beija e o acaricia. Por ser o pai um obstáculo à realização destes desejos infantis, o menino sente uma hostilidade em relação ao pai, desejando que ele desapareça, para que o infante tenha a mãe apenas para ele. Neste instante, percebemos que a criança está diante de um conflito: ele ama o pai, por ele ser acolhedor, e ao mesmo tempo o odeia, por ele ser um percalço na realização do seu desejo pela mãe. Este conflito mostra a relação ambivalente que o menino tem com o genitor do mesmo sexo.

Durante esse período existe a estimulação do órgão genital para fins de obter satisfação. Os adultos, quando veem tal cena, recriminam a atitude da criança através de algumas ameaças. Diante de tal recriminação, o menino tem medo de perder uma parte de seu corpo, caso o investimento amoroso na mãe e a hostilidade ao pai seja levada adiante. Por conta disso, ele abandona os seus investimentos incestuosos, permitindo que “o Eu do infante volte as costas ao complexo de Édipo” (FREUD, 1924a/1996, p. 196). A pulsão sexual que estava investida na mãe passará a ser investida para a formação de um processo psíquico chamado de identificação. Este processo é entendido por Freud como “a ação de assemelhar um Eu a outro Eu, em consequência do que o primeiro Eu se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (FREUD, 1933a/1996, p. 68). Para Freud (1921/1996; 1933a/1996), a identificação difere da escolha objetual, na medida em que, quando o menino se identifica com o pai, ele quer sê-lo. Se o menino fizer de seu pai o objeto de sua escolha, ele quer tê-lo, possuí-lo. Na identificação, o Eu do infante se modifica conforme o modelo de seu pai, ao passo que na escolha objetual não há uma mudança tão radical.

A identificação é um processo psíquico bastante importante para a constituição da subjetividade de uma pessoa, na medida em que ela participa da formação do Eu. Podemos estabelecer que esta instância do aparelho psíquico, além de ser formada por traços mnêmicos de percepções da realidade externa e registros de sensações corpóreas, ela também é formada pelas identificações que uma pessoa realiza no decorrer de sua existência. Durante a sua vida, ao se relacionar com outros seres humanos, uma pessoa pode se identificar com algumas

características existentes nelas, tomando estes traços para si. De acordo com isso, podemos encontrar na constituição do Eu de uma pessoa traços dos “Eus” de outras pessoas, o que nos permite compreender que os outros seres humanos que se relacionam com a pessoa são de fundamental importância para a constituição de sua subjetividade. Assim, os outros seres humanos não são apenas importantes para satisfazer as necessidades pulsionais de uma pessoa, como também, por realizar as formações de seu Eu.

Exemplificando tal constatação a respeito da identificação, comumente dizemos que determinada pessoa se assemelha à outra, e este dito é muito comum quando se observa as principais características existentes na personalidade de uma criança, dizendo que ela possui o gênio de um dos genitores, ao passo que um tique pertence ao outro genitor. Quando atribuímos a esta criança determinadas características existentes em seus pais, podemos compreender que ela assimilou em seu Eu estes traços existentes na personalidade das figuras parentais. De acordo com isso, podemos estabelecer que uma identidade pura e simples, que diferencia totalmente uma pessoa de outra está descartada ao pensarmos a respeito da identificação, na medida em que encontramos importantes semelhanças entre a personalidade de uma pessoa e de outra. Contudo, é relevante ressaltarmos que a existência de alguns traços semelhantes não é uma condição suficiente para dizer que a pessoa se iguale à outra em todos os aspectos, pois elas possuem outras características que são bastante divergentes, como, por exemplo, dois corpos distintos, lembranças e desejos que não são iguais em ambas, entre outras.

Antecipando brevemente uma discussão que será feita no capítulo seguinte, na identificação histórica, a pessoa que padece desta doença pode se identificar com o sintoma de outra pessoa, assimilando-o para si, fazendo com que ela sofra daquilo que antes pertencia apenas à outra. Existem, ainda, pessoas que se identificaram de uma forma tão forte com o Eu de outra pessoa que elas não conseguem estabelecer uma distinção entre elas e à outra, por conta de a sua identidade se assemelhar às características existentes na personalidade desta outra pessoa. Ao articularmos esta ocorrência com o problema sincrônico da identidade pessoal, não podemos estabelecer a existência de apenas uma pessoa, mesmo que haja uma semelhança bastante evidente entre as duas, na medida em que, como dissemos no parágrafo anterior, existem aspectos divergentes nas duas pessoas que permite estabelecer a distinção. Contudo, se tomarmos como referência a realidade psíquica da pessoa que acredita ser outra, temos que a sua sensação de identidade faz com que ela estabeleça para si a identidade de uma outra pessoa, não havendo divergência entre ambas. Exemplificando tal apontamento, uma pessoa que acredite ser Napoleão Bonaparte e que se comporte como tal, para a sua

realidade psíquica ela é realmente o general francês, estabelecendo uma associação com a identidade desta figura histórica. Ao passo que, para uma pessoa que observa de fora esta que diz ser o general francês, temos que ele consegue realizar uma perfeita distinção, na medida em que algumas características históricas não batem: não possuem o mesmo corpo, Napoleão não pode estar vivo em pleno século XXI, etc.

Após estas breves constatações acerca do fenômeno da identificação, podemos retomar a teoria freudiana discutindo novamente a importância deste processo inconsciente para a constituição do Eu. Para Freud (1921/1996; 1923a/1996; 1933a/1996) a identificação guarda uma estrita semelhança com a incorporação oral existente no primeiro estágio do desenvolvimento sexual infantil, na medida em que o infante assimila através da ingestão os objetos pelos quais ele preza e anseia. Desta forma, uma pessoa sempre procura se identificar com os objetos que ela tem afeição e admiração, mas, é importante ressaltarmos que ela também pode se identificar com determinados objetos que ela nutre uma verdadeira ojeriza. Portanto, não podemos estabelecer a existência de uma identificação ideal que busque apenas os objetos mais afeitos, apesar de serem estes objetos a preferência de uma pessoa. Assim, pode ser que ela precise abandonar o investimento pulsional direcionado a um determinado objeto que não lhe é de seu agrado, e este abandono resulta na incorporação do mesmo em seu Eu.

No capítulo anterior relacionamos o caráter do Eu ao estágio anal do desenvolvimento sexual infantil falando de alguns tipos de caráter encontrados em determinadas pessoas que procuram o tratamento analítico. Pensando agora a formação do caráter a partir das identificações pelas quais o Eu passa, temos que ele “é um precipitado de investimentos objetivos abandonados e que ele contém a história dessas escolhas de objeto” (FREUD, 1923a/1996, p. 41). Apesar de essa definição levar em consideração uma história de escolhas objetivos, é importante frisarmos que nem todas estas escolhas são levadas em consideração na formação do caráter de uma pessoa, podendo algumas delas ficar de fora. Além disso, existem alguns casos em que a alteração do caráter do Eu de uma pessoa ocorre antes do objeto investido ter sido abandonado, e podemos encontrar isso em inúmeros exemplos de pessoas que alteram o seu caráter por conta de um relacionamento estabelecido com outra pessoa. Dessa forma, seria como se a pessoa incorporasse em seu Eu traços da outra sem que o investimento objetal tivesse sido abandonado.

A alteração do caráter enquanto ainda há um investimento libidinal no objeto pode ser encontrada em uma pessoa que está apaixonada por outra. Comumente observamos que o enamorado coloca o objeto amado em um pedestal, valorizando-o acima daquilo que ele

realmente representa, elevando os seus atributos. Segundo Freud (1921/1996), a pessoa que está amando idealiza o objeto amado, como se não houvesse imperfeições. Pensando sobre o ponto de vista metapsicológico, temos a existência de um empobrecimento do Eu, e também uma identificação bastante intensa com o objeto amado ainda investido pela pulsão sexual. Por conta dessa identificação, o Eu assume alguns traços existentes no objeto amado, e esta ação modifica o caráter da pessoa que está amando.

A identificação não é um fenômeno que pode ser interrompido no decorrer da existência de uma pessoa, o que possibilita a realização de inúmeras identificações a partir dos objetos investidos pela pulsão sexual. Neste sentido, se as identificações são bastante importantes para a formação do Eu, temos que a incessante realização deste fenômeno permite uma contínua formação desta instância. Articulando esta questão com o problema diacrônico da identidade pessoal, podemos estabelecer que a construção desta importante parte da subjetividade de uma pessoa está em constante movimento, o que nos permite compreender que a identidade pensada como algo que não muda pode estar descartada neste ponto. Contudo, é importante ressaltarmos que as realizações de constantes identificações podem alterar ou não as identificações mais primitivas, o que nos permite salientar duas coisas. Em primeiro lugar, apesar da constante mudança, ainda há algumas incorporações objetais que estão sedimentadas no Eu e que permanecem, estabelecendo, assim, uma identidade. Em segundo lugar, se existem diversas identificações no Eu, é possível estabelecer que elas podem coexistir pacificamente, sem que uma altere ou anule a outra, ao mesmo tempo em que pode haver conflitos entre as diferentes identificações.

Antes de falarmos mais a respeito do primeiro apontamento, já que ele pode nos remeter à formação da outra instância existente no aparelho psíquico, seria interessante nos atermos à existência de diversas identificações no Eu de uma pessoa, porque esta questão nos remete à hipótese de explicação freudiana a respeito da personalidade múltipla. De acordo com Freud (1923a/1996), uma explicação plausível para o fenômeno da personalidade múltipla poderia ser dada considerando a existência de muitas identificações no Eu e a impossibilidade desta instância em conseguir lidar com elas. Nas palavras do autor, temos que

Se [as identificações] levam a melhor e se tornam numerosas demais, indevidamente poderosas e incompatíveis umas com as outras, um resultado patológico não estará distante. Pode ocorrer uma ruptura do Eu, em consequência de as diferentes identificações se tornarem separadas umas das outras através de resistências; talvez o segredo dos casos daquilo que é descrito como 'personalidade múltipla' seja que as diferentes identificações apoderam-se sucessivamente da consciência (FREUD, 1923a/1996, pg. 79)

Esta passagem é bastante interessante para pensarmos a respeito da sincronia da identidade pessoal, na medida em que as diferentes identificações separadas por resistências possibilitam uma ruptura do Eu, pensado aqui como aquela instância do aparelho psíquico coerente e unitária. Dessa forma, podemos estabelecer, de maneira hipotética, que esta ruptura do Eu possibilita a existência de outros tantos “Eus” no interior desta instância psíquica, sendo que cada um deles apresenta algumas características distintas entre si, e isto possibilita a existência de múltiplas personalidades. Articulando isso com a questão da identidade pessoal, se utilizarmos como parâmetro de definição de pessoa apenas o aspecto subjetivo da mesma, temos que a personalidade múltipla revela a emergência de diferentes pessoas dentro de um mesmo corpo, como se existissem distintas subjetividades dentro de uma mesma subjetividade. Por parecer paradoxal estas articulações, podemos estabelecer que existe apenas uma única subjetividade que se manifesta de maneira distinta, causando a sensação de que há inúmeras outras subjetividades.

Após esta breve discussão acerca da personalidade múltipla, seria interessante retomarmos o apontamento anterior sobre a possibilidade de haver algumas identificações mais duradouras no interior do Eu de uma pessoa. Estas identificações que permanecem por um tempo mais longo no interior do aparelho psíquico são, principalmente, aquelas realizadas na dissolução do complexo edípico. Como dissemos anteriormente, quando a criança precisa abandonar os investimentos pulsionais incestuosos depositados nas figuras parentais, ela o faz realizando uma intensificação na identificação que ela nutria por eles, e que, muito provavelmente, sempre estiveram presentes em seu Eu. A produção de uma identificação mais intensa com as figuras parentais permite a formação de uma nova instância no aparelho psíquico denominada pelo autor de Supereu. Como as crianças, antes da demolição do complexo de Édipo, são amorais e não apresentam uma inibição interna contra as moções pulsionais que buscam prazer, o papel de frear estes impulsos é desempenhado pela autoridade dos pais, cuja ação é realizada no exterior da criança. Quando o menino abdica de seu desejo sexual pela mãe e introjeta em seu psiquismo a instância parental, o Supereu assume o lugar que antes era desempenhado pela ação externa dos pais, e passa a “dirigir e ameaçar o Eu, exatamente da mesma forma que os pais faziam com a criança” (FREUD, 1933a/1996, p. 129). De acordo com isso, podemos conceber que os valores culturais presentes nas figuras parentais serão incorporados nesta nova instância do aparelho psíquico, permitindo a introdução da criança na cultura.

Apesar de termos estabelecido que a gênese do Supereu está intimamente associada à dissolução do complexo de Édipo, é extremamente relevante ressaltarmos que a descoberta desta instância somente foi possível mediante laboriosos estudos a respeito de alguns quadros patológicos. Na melancolia, por exemplo, determinados fenômenos psíquicos davam a entender que existia uma região dissociada do Eu que procurava sempre recriminar, de uma forma extremamente severa, a instância organizada do aparelho psíquico. Durante um surto melancólico, o Supereu se torna um verdadeiro carrasco, recriminando o Eu por atos passados que aparentemente não eram tão significantes, como se toda a hostilidade dirigida a um objeto retornasse para a instância organizada do aparelho psíquico a partir do Supereu. De acordo com isso, podemos compreender a estrita relação entre esta nova instância do aparelho psíquico e a moralidade, na medida em que ela “aplica o mais rígido padrão de moral ao Eu indefeso que lhe fica à mercê” (1933a/1996, p. 66). Assim, o Supereu pode censurar qualquer tentativa executada pelo Eu de descarregar as moções pulsionais advindas do Isso se elas não estiverem em concordância com os seus valores morais.

Após estas importantes observações a respeito do Supereu, podemos salientar que as suas principais funções estão associadas à auto-observação, à consciência, aqui no sentido moral do termo, e a de manter o ideal do Eu, que é “um modelo de referência do Eu, simultaneamente substituto do narcisismo perdido da infância e produto da identificação com as figuras parentais e seus substitutos sociais” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 362). Neste sentido, o Eu pode tomar como parâmetro para as suas realizações o ideal do Eu, como se ele estivesse sempre procurando obter uma perfeição sempre maior que ele julgava ter tido e que foi perdida. Nesta incansável busca, o Supereu pode agir como guia, ou, como um verdadeiro carrasco caso a instância organizada do aparelho psíquico não consiga atingir a perfeição que ela esforça por conseguir, acusando-a pelo fracasso através de ferinas acusações. Diante de tais incriminações, o Eu pode sentir uma angustiante sensação de culpa por não ter conseguido realizar as exigências do Supereu. Entendendo ainda mais esta relação do Eu com o seu ideal, Freud (1923a/1996) acredita que o Supereu procura sempre lembrar à instância organizada que ela deveria ser como o pai, compreendido aqui como um modelo de perfeição, ao mesmo tempo em que a instância moral sempre enfatiza que o Eu não pode sê-lo, que ele não pode fazer tudo o que o genitor fazia, na medida em que algumas atitudes são prerrogativas dele. Esta situação ambivalente existente entre o “tem que ser” e o “não pode ser” pode ter como resultado um esforço do Eu em sempre encontrar um equilíbrio entre estas duas sentenças; ora ele procura ser como seu pai, ora ele evita isso, na medida em que a severidade do Supereu sempre o lembra de que ele não pode sê-lo. A impossibilidade de não

poder ser como o pai pressupõe a renúncia da satisfação de algumas moções pulsionais plenas de desejo, tais como as existentes no período edípico.

Com os valores morais da cultura internalizados sob a forma de um Supereu, podemos estabelecer que o embate externo existente entre um Eu que procurava satisfazer as exigências pulsionais do Isso e a realidade externa, representada pela cultura, passa agora, a partir do surgimento da nova instância, a ser também interno. Nesse sentido, o Eu precisa lidar com as exigências da realidade externa, que comumente se mostra implacável; com os constantes investimentos pulsionais que advêm do Isso e que buscam a descarga através de uma ação motora executada pelo Eu; e, agora, com o Supereu, que está constantemente observando os intentos da instância organizada do aparelho psíquico, e procurando exercer, internamente, a influência da moralidade<sup>20</sup>. Pensando a respeito da relação entre o Eu e o Supereu, podemos estabelecer que ela é bastante delicada, na medida em que a instância parental parece sempre estar cônica das intenções existentes no Eu. Quando estas fogem das exigências morais existentes no Supereu, compreendemos que ele age severamente contra o Eu, punindo-o por ter intenções tão vis e que não estão em acordo com o ideal.

Da mesma forma que o Eu é uma parte do Isso modificada pelas influências externas, temos que o Supereu também é uma parte da instância mais primitiva do aparelho psíquico que foi modificada pela identificação com ambas as figuras parentais realizada pelo Eu, na época da dissolução do complexo de Édipo. Por conta disso, existe uma estrita relação entre o Supereu e o Isso, que pode ser encontrada desde a concepção de que ambos encontram-se fundidos, até pelo empréstimo de energia pulsional que o Supereu faz à instância mais primitiva<sup>21</sup>. Além disso, por conta deste amálgama, podemos constatar o Supereu pode conhecer mais as intenções do Isso do que o Eu, fazendo com que ele acredite ser da instância organizada estas intenções, e esta crença acarretará numa severa punição executada contra o Eu. Por outro lado, ao invés de punir a instância organizada, o Supereu pode ajuda-la a realizar a ação do recalque, emprestando-lhe a energia necessária para manter a moção

---

<sup>20</sup> Articulando a questão da moralidade com as instâncias do aparelho psíquico, temos que o Isso é completamente amoral; o Eu procura ser moral; o Supereu é moral, mas pode ser supermoral, e desse jeito ele pode ser tão cruel quanto o amoral Isso.

<sup>21</sup> A relação existente entre a instância moral e o Isso está atrelada ao fato de existirem nesta instância precipitados de antigas aquisições culturais filogeneticamente herdados. Basicamente temos a hipótese de que alguns traços do Supereu dos pais estão presentes como precipitados no Isso dos filhos, e retrocedendo este pensamento à origem da instância parental, podemos supor que o mito da horda primeva sobrevive em cada pessoa como um precipitado na instância mais primitiva. Por conta dessa sobrevivência, a relação entre as duas instâncias não se resume apenas a um empréstimo de energia, na medida em que o surgimento do Supereu pode acarretar na intensificação de alguns precipitados arcaicos existentes no Isso. Assim, a instância parental não representa somente os valores culturais atuais, como também valores há muito tempo adquiridos pelos seres humanos.

pulsional no Isso. De acordo com isso, podemos estabelecer que o recalçamento é efetuado pelo Eu, mediante imposição e ajuda do Supereu<sup>22</sup>.

Apesar de comumente estabelecermos que o Supereu é o representante interno da cultura, ou seja, que ele é o representante interno de algo externo, de acordo com Freud (1923a/1996; 1924d/1996; 1924c/1996), temos que ele também representa o Isso, na medida em que ele possui tanto as influências existentes na realidade externa quanto as provenientes da instância mais primitiva. Sobre este aspecto, o Isso influenciaria com as suas heranças filogenéticas o Supereu, além de permitir que a sua constituição seja feita a partir dos objetos abandonados no Isso. Por conta dessa estrita relação entre o Supereu com a realidade externa e o Isso, podemos inferir, segundo Freud (1924c/1996), que a instância parental realiza uma possível conciliação entre o mundo externo e a instância mais primitiva do aparelho psíquico, e isto é um modelo ideal que o Eu sempre busca atingir, na medida em que ele quer manter harmoniosa a sua relação com as demais partes constituintes da mente e a realidade externa.

Ao articularmos as três instâncias constituintes da segunda tópica com os sistemas do primeiro modelo de aparelho anímico, pensados agora como qualidades psíquicas, temos que, como enfatizamos anteriormente, o Isso é totalmente inconsciente e guarda estritas semelhanças com o sistema Inconsciente da primeira tópica. Se a instância mais primitiva do aparelho psíquico é inconsciente, podemos estabelecer que o Eu apresenta as qualidades consciente, inconsciente e pré-consciente, ao passo que o Supereu tem apenas as qualidades inconsciente e pré-consciente. A constatação desta última qualidade na instância parental está intimamente associada às representações-de-palavra, na medida em que a formação do Supereu está relacionada com os resíduos de palavras ouvidas, como se as sentenças proibitivas proferidas pelos pais fossem constituintes da instância parental. Além disso, o Supereu dirige inúmeras palavras recriminatórias ao Eu, e a energia de investimento que permite o descolamento do representante-de-palavra de uma instância para outra provém do Isso, e não do estímulo derivado da percepção auditiva.

A relação severa existente entre o Eu e o Supereu pode ser explicado a partir da teoria pulsional apresentada por Freud (1923a/1996; 1924d/1996). Em linhas gerais, podemos compreender esta severidade a partir do retorno da pulsão de morte para o interior do aparelho psíquico onde o seu controle é assumido pelo Supereu e não mais pelo Eu, que buscava investi-la, como pulsão de destruição, nos objetos existentes no mundo externo. Quando esta pulsão retorna, o Supereu pode usá-la para atacar a instância organizada do aparelho psíquico,

---

<sup>22</sup> Uma abordagem mais detalhada a respeito do recalque na segunda tópica será efetuada no capítulo seguinte.

fazendo com que recaia nela uma sensação de culpa bastante intensa. Diante disso, a pessoa se recrimina por ter descarregado a pulsão de destruição em objetos existentes na realidade externa, e o Supereu adota uma postura sádica contra o Eu, fazendo com que ele assuma uma posição masoquista. Articulando esta questão com o sentimento de culpa e o masoquismo moral, temos que, segundo Freud (1924d/1996), o primeiro é o resultado do sadismo executado pelo Supereu no qual o Eu se submete, ao passo que o masoquismo moral está associado à procura por punição efetuada pela instância organizada. De acordo com isso, uma pessoa procuraria realizar determinadas atividades desaconselhadas pelo Supereu somente para ter uma severa punição que é sentida como um deleite.

A contenção da agressividade é uma das características mais fundamentais da cultura, na medida em que a criação de mecanismos que impossibilitem uma pessoa descarregar a sua pulsão de morte sob a forma de pulsão de destruição nos objetos do mundo externo faz com que exista o laço social. Contudo, é importante ressaltarmos que se uma pessoa não descarrega a sua pulsão de morte para fora de seu organismo, temos que esta pulsão se volta para o seu próprio psiquismo, atacando continuamente o Eu, o que gera o sentimento de culpa. Assim, viver em uma sociedade tem as suas benesses, na medida em que um agrupamento de pessoas consegue conter mais facilmente a força implacável da natureza, ao passo que a tentativa de conter a natureza humana nem sempre se torna bem sucedida, porque as moções pulsionais podem retornar para a própria pessoa.

Se no parágrafo anterior enfatizamos a importância da contenção da pulsão de destruição para a existência do laço social, podemos estabelecer que um grupo social somente existe porque as pessoas que o constituem identificaram-se umas com as outras. O processo psíquico de identificação é possível porque elas colocaram no seu ideal do Eu um mesmo objeto ou uma mesma ideia, fazendo com que elas se identifiquem entre si pelo seu Eu. Dizendo isto de outra forma, temos que a identificação ocorre porque as pessoas pertencentes a um grupo partilham de um mesmo interesse em comum, que foi instalando no ideal do Eu, fazendo com que elas assemelhem um Eu a outro Eu pertencente a uma outra pessoa. Compreendendo esta questão com um exemplo, quando observamos diversas pessoas dentro de uma torcida organizada, parece que a individualidade de cada uma delas foi posta de lado, e estas pessoas assumiram as características do grupo, o que pode resultar em um empobrecimento do Eu de cada uma dessas pessoas, da mesma forma que acontece no vínculo amoroso. Assim, a falta de individualidade faz com que as pessoas possam tomar atitudes drásticas, bastante violentas, que elas não tomariam se estivessem sozinhas. Apesar de isto revelar que a presença do grupo pode acarretar em um fortalecimento do Eu, estabelecemos

anteriormente que ele resulta em um empobrecimento porque as principais características individuais da instância organizada parecem ter sido aniquiladas, e em seu lugar aparecem os assimilados traços pertencentes ao grupo. Neste caso, parece que o Eu perdeu a sua identidade pessoal, assumindo uma identidade grupal. Apesar disso, é importante ressaltarmos que alguns traços individuais ainda permanecem, como lembranças, desejos e intenções.

Como uma pessoa pensada por Freud pertence a uma determinada cultura, podemos estabelecer que, a partir do contato desta pessoa com os diferentes grupos pertencentes a uma dada cultura, temos que as características deles serão incorporadas pelo Eu da pessoa, fazendo com que em seu psiquismo exista os diversos componentes pertencentes aos distintos grupos de que ela faz parte. Por conta disso, o psicanalista vienense escreveu que “cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais- as da sua raça, classe, credo, nacionalidade, etc – podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade” (FREUD, 1921/1996, p. 139). De acordo com isso, temos não apenas a importância da cultura para a constituição do psiquismo de uma pessoa, como a possibilidade de haver mudanças no lado psicológico da mesma, por conta das diferentes assimilações que ela pode fazer no decorrer de sua existência. Apesar desta característica mutável, é importante ressaltarmos que alguns traços são bastante duradouros, nunca abandonados pela pessoa.

Após esta concisa exposição a respeito da psicologia de grupos e a importância deles para a constituição do psiquismo de uma pessoa, seria importante retomarmos a discussão sobre a relação existente entre o Eu e o Supereu a partir de duas perspectivas: sobre a possibilidade de a instância parental ser amável, e sobre a constituição desta instância nas meninas. Discorreremos sobre a primeira perspectiva, e posteriormente apresentaremos, brevemente, como é o Supereu nas mulheres, pois ele é diferente da instância parental existente nos homens.

Comumente enfatizamos que o Supereu age de modo implacável contra a instância organizada, que sente os constantes ataques da instância parental sob a forma de um intenso sentimento de culpa. Esta, por ser herdeira da dissolução do complexo de Édipo, e por conhecer os intentos mais vis do Eu, sempre o recrimina, buscando frear as ações complacentes, da instância organizada, com as moções pulsionais do Isso. Diante desse quadro, a severidade do Supereu para com o Eu faz com que este procure não satisfazer todas as moções advindas da instância mais primitiva, com medo de possíveis represálias caso o investimento seja levado a cabo. Para poder frear estas moções pulsionais originárias do Isso, o Eu realiza inúmeras ações que lhe possibilitam defender-se contra os impulsos da instância

mais primitiva e, também, contra as ações severas do Supereu. Devido ao fato de a severidade da instância parental ser mais evidente e facilmente constatada em alguns casos particulares de psicopatologia, temos que a ênfase e a sistematização deste conceito privilegiaram os aspectos mais rudes e cruéis do Supereu, deixando de lado outras questões que pudessem ser levantadas. Contudo, mesmo a descrição da instância parental privilegiar o seu aspecto severo, seria interessante salientarmos que, em seu texto denominado “O Humor”, Freud analisa o Supereu sob outra ótica, enfatizando que a relação existente entre esta instância e o Eu não se resume apenas a severas críticas, mas a instância parental pode se mostrar afável, dirigindo “bondosas palavras de conforto” (FREUD, 1927b/1996, p. 169) à instância organizada do aparelho psíquico. Para compreendermos melhor essa inusitada relação existente entre as duas instâncias, é importante trazermos para a discussão as hipóteses apresentadas pelo psicanalista vienense a respeito do humor, procurando enfatizar quais as razões que levam a instância considerada severa a ter um arroubo de afabilidade.

A atitude humorística consiste em um processo criativo realizado por uma determinada pessoa, cujo prazer resultante desta atitude está associado a uma economia de gasto em relação ao sentimento. Esta atitude por realizar-se de duas formas: em primeiro lugar, uma pessoa isolada pode executar a atitude humorística, esperando que uma segunda pessoa faça o papel de ouvinte, e o prazer experimentado por aquele que ouve ressoa na pessoa que tem a atitude humorística, fazendo com que ela também usufrua de sua ação. Em segundo lugar, a atitude humorística pode ser efetuada entre duas pessoas, uma das quais não participa do processo, mas o humor executado pela outra pessoa pode produzir uma sensação prazerosa naquela que não participou. Para ilustrar este último tipo de atitude humorística, Freud trouxe o seguinte exemplo: “um criminoso, levado à forca numa segunda-feira, comentou: ‘Bem, a semana está começando otimamente’” (FREUD, 1927b/1996, p. 165). De acordo com esta ilustração, temos que o processo humorístico executado pelo condenado completa nele mesmo, não precisando de uma segunda pessoa para que o processo seja concluído. Contudo, é importante ressaltarmos que a outra pessoa - que não participa diretamente da ação, pois ela não é o objeto a quem se destina o humor - pode ter uma sensação prazerosa por conta da atitude humorística do criminoso.

Analisando a relação estabelecida entre o criminoso e o ouvinte, temos que este último esperava uma atitude desesperada por parte do condenado, na medida em que ele estava prestes a morrer enforcado. Por conta disso, através do processo de identificação, a pessoa que contemplava a situação estava preparada para evocar os mesmos processos emocionais, que ela acreditava estar presente no condenado, em si mesma. Contudo, a atitude humorística

surpreendeu o ouvinte. Neste caso, quando a pessoa ouviu a pilhéria proferida pelo criminoso, houve uma economia de gasto em relação ao sentimento; o aparelho psíquico que estava preparado para a produção de um determinado afeto por conta de uma determinada situação, foi surpreendido com as palavras do humorista, fazendo com que a produção do afeto fosse interrompida, e esta interrupção permitiu que o gasto da energia pulsional fosse economizado e transformado em prazer humorístico no ouvinte.

Tanto no humorista quanto no ouvinte existe uma importante economia de gasto em relação ao afeto, permitindo que a sensação esperada por uma determinada situação seja afastada pela produção de uma pilhéria. Apesar desta semelhança em relação à economia, é importante enfatizarmos o que acontece no aparelho psíquico do humorista que lhe permite realizar a atitude humorística; no ouvinte existe apenas um eco, uma cópia, daquilo que verdadeiramente acontece no humorista. Em relação a isso, temos que o humor, apesar de poder ser estritamente individual, apresenta um aspecto cultural bastante importante, na medida em que ele estabelece, através do processo de identificação, uma relação entre o humorista e as pessoas que o ouve. Se estivesse ausente este processo que assemelha dois ou mais Eu, podemos estabelecer que a atitude humorística dirigida ao ouvinte fracassaria, pois este não se identifica com aquele que profere a pilhéria; ao não se identificar, inexistente a evocação, em si, dos mesmos processos emocionais que acontece no outro.

Apesar de enfatizarmos que a atitude humorística ecoa no ouvinte, temos que o humorista nem sempre precisa da existência de uma pessoa que lhe ouve para proferir suas pilhérias; a fruição resultante do processo humorístico, para o humorista, reside naquilo que ocorre em seu aparelho psíquico. Segundo Freud (1927b/1996), o humor, além de ter algo de libertador, ele apresenta uma grandeza e elevação, duas características não encontradas nos chistes e no cômico. Por conta dessa coisa grandiosa existente na atitude humorística, temos que ele representa um triunfo do narcisismo, numa afirmação, mesmo que ilusória, da invulnerabilidade do Eu. Nas palavras do psicanalista vienense

O Eu se recusa a ser afligido pelas provocações da realidade, a permitir que seja compelido a sofrer. Insiste em que não pode ser afetado pelos traumas do mundo externo; demonstra, na verdade, que esses traumas para ele não passam de ocasiões para obter prazer. Esse último aspecto constitui um elemento inteiramente essencial do humor. (...) O humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do Eu, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias reais (FREUD, 1927b/1996, p. 169).

Este trecho da obra de Freud revela um aspecto bastante interessante a respeito do Eu e que ainda não tivemos a oportunidade de enfatizar. Diante de uma realidade externa que se

mostra implacável, assustadora e desprazerosa, temos que o Eu pode tomar algumas atitudes para produzir um mascaramento dessa realidade, fazendo com que aquilo que estaria longe de produzir alguma sensação favorável, possa resultar em prazer. Nesse caso, não existe uma alteração da realidade, pois ela continua a mesma, o que existe é a produção de uma ilusão que permite ao Eu ter uma sensação de prazer momentânea, resultante da negação dessa realidade como ela se apresenta. Por conta disso, estamos diante, não apenas do triunfo do narcisismo, apresentado por uma ilusória onipotência do Eu, mas também de uma vitória do princípio de prazer, que sobrepuja o princípio de realidade. Articulando estas questões com o exemplo do condenado, embora a pilhéria proferida por ele não tenha alterado a realidade, pois ele foi executado do mesmo jeito, o humor existente naquilo que foi dito lhe permitiu ter um momento de fruição diante de uma realidade que se mostrava extremamente desprazerosa, acarretando no triunfo narcísico do Eu. Seria como se ele dissesse: “tudo bem eu ser enforcado hoje, afinal, o que mudará no mundo se uma pessoa como eu morrer?”<sup>23</sup>.

Diante de tais constatações a respeito do humor podemos realizar o seguinte questionamento: se o Eu pode ser considerado, aparentemente, uma das instâncias mais fracas do aparelho psíquico, na medida em que ele precisa lidar com a vontade de três severos senhores (mundo externo, Isso e o Supereu), então quem lhe empresta as forças necessárias para realizar a atitude humorística que despreza, mesmo que fugazmente, a angustiante realidade externa? A resposta a esta pergunta nos remeterá ao entendimento da possível atitude amável da instância parental para com o Eu.

Freud (1905b/1996; 1927b/1996) procurou sempre enfatizar a aproximação existente entre a relação do humorista com os seus ouvintes e a relação do adulto com as crianças. Diante de uma criança angustiada com a realidade, um adulto comumente tem o hábito de tecer comentários divertidos para tentar mostrar ao infante que ele está sofrendo por uma trivialidade, que a realidade não está tão assustadora quanto a criança acredita que esteja. Dessa forma, ele procura suavizar a realidade para o infante, procurando aplacar o enorme sofrimento sentido pela criança. Para Freud, da mesma forma comporta-se o humorista que, através da pilhéria, mostra para as outras pessoas que a realidade não é tão ruim assim, e que o sofrimento destas não passam de atitudes infantis frente ao mundo. Nesse sentido, “o humorista adquiriria sua superioridade por assumir o papel do adulto, identificar-se até certo

---

<sup>23</sup> Embora Freud (1930/1996) não tenha incluído o humor dentro das medidas paliativas, tais como derivativos poderosos (ciência), satisfações substitutivas (arte) e substâncias tóxicas (álcool e drogas), tomadas por uma pessoa para enfrentar as adversidades da vida, acreditamos na possibilidade de abranger o humor dentro destas medidas. Por conta do seu caráter ilusório e de sua característica elevada e nobre, poderíamos adicioná-lo às satisfações substitutivas, assim como está inclusa a arte, outra condição que está existente em um pequeno número de pessoas.

ponto com o pai, e reduzir as outras pessoas a crianças” (FREUD, 1927b/1996, p. 167). Contudo, esta atitude realizada pelo humorista evidencia apenas a relação existente entre ele e os ouvintes, não mencionando o que acontece com o humorista quando ele realiza a facécia apenas para ele usufruir dela. De acordo com isso, temos que, como a pilhéria é dita para ele mesmo, existe a necessidade de explicar como ele pode tratar a si próprio como criança e adulto ao mesmo tempo. A explicação desse fato remonta ao relacionamento existente entre o Eu e o Supereu, cuja atitude da instância parental poderá ser compreendida como afetiva.

Diante de uma realidade extremamente frustrante, o Supereu do humorista pode tratar o seu Eu da mesma forma que o adulto trata as crianças que estão sofrendo com o mundo externo. Nesse caso, a hipótese se mostra válida, pois o Supereu é a instância parental do aparelho psíquico, composta basicamente de identificações que a criança fez na época da dissolução do complexo de Édipo. No processo humorístico haveria um retorno, efetuado agora pelo Supereu, das atitudes que os pais tinham para com a criança ao procurarem aplacar o sofrimento desta revelando que a realidade não era tão monstruosa quanto o infante acreditava ser. Segundo Freud (1927b/1996), sob o ponto de vista dinâmico, o indefeso Eu realiza um sobreinvestimento de energia pulsional no Supereu que, agora inflado e a instância organizada esvaziada, consegue frear as reações do Eu. Dessa forma, esta instância, ao não reagir através de um sofrimento, consegue realizar a atitude humorística, alcançando novamente o triunfo do narcisismo.

Esta participação do Supereu revela uma outra faceta importante desta instância, na medida em que ele não é apenas postulado como um senhor severo e crítico, existindo um aspecto consolador e protetor para com a instância organizada do aparelho psíquico. Nesse caso, a instância parental constituinte de uma pessoa pode revelar as mais afáveis das intenções, procurando consolar e proteger o indefeso Eu contra um mundo externo extremamente frustrante. Ainda, estes apontamentos acerca do humor nos revelam que, em primeiro lugar, o Eu pode ser auxiliado pelas outras instâncias constituintes do aparelho psíquico caso a instância organizada se ache indefesa dentro de um conflito. Em segundo lugar, o humor, por ser algo elevado e nobre, permite a constatação da instância parental em sua formulação, pois estas duas características inúmeras vezes foram atribuídas, por Freud (1923a/1996; 1930/1996; 1933a/1996), ao Supereu. Em terceiro lugar, o fato de o Supereu se mostrar afável, através do consolo e proteção dirigida a um Eu que está prestes a sofrer os infortúnios da realidade externa “não contradiz sua origem no agente paterno” (FREUD, 1927b/1996, p. 169), na medida em que uma das suas principais funções era a de proteger o

filho contra as maçantes imposições do mundo externo. Sem o auxílio exterior dos pais, resta ao Eu de uma pessoa procurar consolo na instância parental incorporada no aparelho psíquico.

Durante a extensa discussão a respeito do Supereu enfatizamos que a instância parental existente nas meninas é distinta da constituinte nos meninos. Esta distinção pode ser compreendida por conta de ambos apresentarem uma passagem diferente pelo complexo de Édipo, cuja dissolução é marcada pela incorporação da instância parental. Por conta da demolição tardia do complexo de Édipo feminino, temos que a formação do Supereu, nas meninas, será bastante prejudicada. Esta instância psíquica “não consegue atingir a intensidade e a independência as quais lhe conferem sua importância cultural” (FREUD, 1933b/1996, p. 129), e que podem ser encontradas nos meninos. A existência de um Supereu menos rígido nas meninas pode ser fruto das situações que a infante passa no decorrer do Complexo de Édipo. Como uma parcela da rigidez do Supereu nos meninos é produto do medo em ser castrado, a menina, por já se imaginar castrada, não teme perder o falo, pois não o possui. Nas crianças do sexo feminino,

o Supereu surge como o guardião da feminilidade, preservando o desejo do pênis e bloqueando o investimento dos elementos masculinos presentes no desejo, que equivaleria a uma reanimação do complexo de Édipo em sua versão primitiva, de identificação com o pai e desejo da mãe, ou de sua forma explícita, de desejo do pai e identificação ambivalente com a mãe (MEZAN, 1982/2006, p. 303-304).

Se o Supereu nas meninas tem a função de guardar a feminilidade, nos meninos, ele tem a função de lembrar o temor da castração, através da auto-observação e da censura. Apesar desta importante distinção entre os Supereu, podemos estabelecer que, de uma maneira geral, eles basicamente apresentam as mesmas características, tanto nos meninos quanto nas meninas. Já o Eu, em ambos os sexos, tem que conter, a mando do Supereu, os impulsos advindos do Isso, cuja demanda é a busca pela satisfação das moções pulsionais plenas de desejo. O Supereu, por ser uma instância que introjeta os valores sociais, é responsável por dizer ao Eu os seus limites, revelando a impossibilidade de uma pessoa ter tudo aquilo que deseja, ou, ser quem ela não pode ser. Caso não houvesse a instância parental no psiquismo de uma pessoa, esta continuaria a ser tão amoral quanto ela foi quando criança, procurando satisfazer as pulsões da mesma forma que fazia durante o percurso do desenvolvimento da sua sexualidade. Desse modo, podemos constatar que o Supereu vem ao auxílio, tanto da pessoa quanto da cultura, pois, se todos levassem a cabo as necessidades pulsionais do Isso, haveria um caos social, e uma possível extinção da sociedade, tal qual a conhecemos.

No decorrer da presente seção enfatizamos que a subjetividade constituinte de uma pessoa não poderia ser estritamente associada apenas Eu, como se esta instância fosse a totalidade do psiquismo, na medida em que em seu aparelho psíquico existem duas outras instâncias que estão constantemente em conflito com a instância organizada. De um lado, o Eu tem a amoralidade do Isso que procura sempre encontrar a satisfação de seus conteúdos; do outro lado, temos a instância moral que procura manter o Eu dentro de certa moralidade, e caso a instância organizada exceda os limites impostos pelo Supereu, ele sofre graves consequências deste conflito. Além destes dois fatores internos, temos ainda que o Eu também se relaciona com a realidade externa, que muitas vezes se mostra totalmente implacável para com a pobre instância organizada, gerando intensos conflitos. De acordo com estas três relações fatigantes, temos que

Esses reclamos são sempre divergentes e frequentemente parecem incompatíveis. Não é para admirar se o Eu tantas vezes falha em sua tarefa. Seus três tirânicos senhores são o mundo externo, o Supereu e o Isso. Quando acompanhamos os esforços do Eu para satisfazê-los simultaneamente — ou antes, para obedecer-lhes simultaneamente —, não podemos nos arrepender por tê-lo personificado ou por tê-lo erigido em um organismo separado. Ele se sente cercado por três lados, ameaçado por três tipos de perigo, aos quais reage, quando duramente pressionado, gerando angústia. (FREUD, 1933a/1996, pg. 126)

Esta passagem nos revela uma característica bastante importante a respeito do Eu: ele precisa dar conta de três severos senhores que constantemente exigem a sua exclusividade. Ele procura executar uma mediação entre o mundo externo e o Isso, tentando transformar em atividade muscular as exigências da instância mais primitiva do aparelho psíquico. Além disso, ele precisa levar em consideração as condições restritas existentes na realidade externa que normalmente não lhe permitem a satisfação das exigências pulsionais, ao mesmo tempo em que ela se revela extremamente perigosa. Por conta de estas exigências não terem sido satisfeitas, elas continuam ativas no Isso, procurando um momento apropriado para serem novamente descarregadas. Ainda, com as restrições externas introjetadas no aparelho psíquico sob a forma de uma instância parental, temos que o Eu precisa levar em consideração as exigências do Supereu, tanto em relação a um ideal que ele deve almejar, quanto às imposições frente aos impulsos do Isso que sempre procuram satisfação. Diante destes três perigos que constantemente ameaçam o Eu, esta instância reage com uma sensação de angústia, na tentativa de conseguir lidar com os conflitos.

Assim, temos que a segunda tópica também nos revela que a subjetividade constituinte de uma pessoa é dividida e conflituosa, palco da relação existente entre o corpo e a cultura, na medida em que ambos estão intimamente associados na construção do Eu de uma pessoa. Se a

totalidade do psiquismo na primeira tópica não coincidia com o consciente, temos que no segundo modelo de aparelho psíquico “o Eu não é o senhor da sua própria casa” (FREUD, 1917d/1996, p. 153). Assim, o que a superfície consciente do Eu nos revela é apenas o resultado de intensas batalhas inconscientes que acontecem entre a instância organizada e as demais, demonstrando que ela não passa de um engodo. O resultado destes constantes conflitos permite o aparecimento de algumas afecções psíquicas, e será sobre isso que trataremos no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO 4**

### **A PSICOPATOLOGIA E A IDENTIDADE PESSOAL**

*Ninguém é doido. Ou, então, todos.*  
Guimarães Rosa

#### **4.1. A etiologia**

Desenvolvemos, nos dois capítulos anteriores, a noção de que para Freud uma pessoa seria constituída por um corpo que não se restringe ao anatômico da medicina, pois, ao ser perpassado pela sexualidade e pela pulsão, ele se torna erógeno, e seu contato com a mente o faz ser um corpo representado psicologicamente. Algumas partes constituintes desse corpo apresentam suas funções biológicas desvirtuadas quando a parte somática constituinte de uma pessoa tem seu contato com a sexualidade; a boca, que antes servia apenas como instrumento para a pessoa alimentar-se, passa a ser fonte de prazer. Ao pensarmos o corpo como sendo erógeno temos que qualquer parte constituinte de sua totalidade pode servir como fonte de prazer e, também, como um objeto capaz de lhe prover satisfação autoerótica. Ainda, a relação existente entre este corpo erógeno e a mente é mediada pela pulsão, que somente encontra expressão mental quando está associada a um representante psíquico. Ao mesmo tempo em que a pulsão é uma força constante que impele o aparelho psíquico a agir através de uma determinada ação, ela é uma força conservadora, que procura eliminar qualquer nível de excitação no interior do aparato anímico. Este duplo aspecto existente na pulsão faz com que a pessoa seja conduzida, pela pulsão de vida, a uma ação que resulta em desenvolvimento, e em outro instante (ou ao mesmo tempo), ela é conduzida para uma ação conservadora, realizada através da repetição, por conta da influência da pulsão de morte. Assim, temos que uma pessoa é conduzida por duas forças contrárias que estão intimamente associadas com o corpo e a mente.

Se o corpo de uma pessoa não se restringe ao corpo biológico articulado pela medicina, temos que o aparelho psíquico pensado por Freud também se desvirtua da concepção de mente da filosofia cartesiana, na medida em que o psiquismo não apresenta uma

unidade restrita em um Eu completamente consciente e racional. O aparelho psíquico de uma pessoa é marcado por uma importante divisão em instâncias que comumente estão travando extensas batalhas inconscientes. O Eu – a parte organizada do aparelho, palco das percepções internas e externas, a parte que está voltada para a realidade exterior e que apresenta uma grande porção inconsciente – precisa mediar as exigências advindas das outras duas instâncias da mente, como o Isso e o Supereu, além de ter que lidar com um mundo externo que normalmente lhe restringe as possibilidades de satisfação e que lhe apresenta condições extremamente perigosas. Assim, temos que a instância organizada precisa conter as moções pulsionais plenas de desejo advindas do Isso, que constantemente buscam a satisfação, ao mesmo tempo em que existe a necessidade de obedecer às reivindicações efetuadas por um Supereu severo e crítico. As relações efetuadas pelo Eu com os seus três severos senhores serão fundamentais para a constituição de uma pessoa, permitindo ainda a construção de uma personalidade normal ou patológica.

Pensando esta questão da psicopatologia, Freud procurava classificar as diferentes afecções psíquicas que poderiam acometer as pessoas. Nesse sentido, ao abordarmos a questão sincrônica da identidade pessoal, precisamos levar em consideração a psicopatologia construída pelo psicanalista vienense, na medida em que a constituição fundamental de uma pessoa pode variar de acordo com o seu quadro patológico. O autor, desse modo, não apresenta apenas um tipo específico de pessoa, mas vários tipos de acordo com a sua nosografia, cuja classificação foi possível graças aos estudos referentes à psiquiatria de sua época, e principalmente, aos casos clínicos atendidos por ele. Por conta desta importante classificação, seria interessante, por causa do problema sincrônico da identidade pessoal, apresentarmos os diferentes tipos de pessoas concebidos pelo autor a partir da psicopatologia, compreendendo que estas estão classificadas dentro do quadro da neurose, perversão e psicose.

A distinção de cada uma destas afecções psíquicas pode ser feita mediante a observação dos sintomas peculiares a cada uma delas, na medida em que estes, por serem evidentes, permitem o estabelecimento da diferença entre uma neurose e uma psicose, por exemplo. Logicamente que nem todos os sintomas são aparentes e observáveis, como a ruminação mental na neurose obsessiva. Porém, é possível estabelecer a existência destes sintomas inobserváveis a partir da análise do discurso existente nas pessoas que padecem dessa neurose, como se o neurótico obsessivo relatasse ter constantes pensamentos que não cessam jamais. Por conta disso, podemos estabelecer duas coisas importantes que nos permite diferenciar cada uma das afecções psíquicas: em primeiro lugar, temos aquilo que é evidente,

ou seja, o sintoma; em segundo lugar, temos aquilo que é obscuro, pois é inconsciente, e consiste no engendramento psíquico que permitirá o surgimento da afecção e de seus sintomas correspondentes. Este último apontamento pode ser compreendido como a etiologia existente em cada uma das doenças psíquicas. Para explicar esta questão etiológica, ou seja, o entendimento acerca da causa do aparecimento de uma determinada enfermidade, Freud construiu a sua teoria metapsicológica que procurava compreender, por exemplo, como a relação conflitante existente entre o Eu e os seus três severos senhores permitia o surgimento de uma neurose. Assim, trataremos neste capítulo da relação existente entre a sincronia da identidade pessoal e a psicopatologia, procurando compreender o que é fundamentalmente uma pessoa neurótica, uma perversa e uma psicótica, salientando a constituição de cada uma destas afecções psíquicas a partir de sua etiologia correspondente.

Embora possamos estabelecer uma etiologia específica para cada uma das doenças psíquicas, temos, segundo Freud (1926/1996; 1912/1996), a existência de determinados fatores que são fundamentais para o adoecimento anímico de uma pessoa, cuja presença pode ser encontrada em todas as formas de psicopatologia, principalmente nas neuroses. Dessa forma, a existência de algumas condições essenciais e primordiais para o surgimento de uma afecção anímica acarreta a etiologia específica dominada pela relação conflituosa entre as instâncias. De acordo com o psicanalista vienense, os três principais fatores relacionados à causação das enfermidades psíquicas são o fator biológico, o filogenético e o psicológico. Sugerimos o acréscimo de um quarto fator compreendido pela cultura.

O fator biológico consiste no período demasiado extenso em que o infante encontra-se em condições de desamparo e dependência. Como a espécie humana, em seus primeiros anos de vida, não consegue satisfazer as suas necessidades pulsionais por conta própria, ela precisa do auxílio dos cuidadores que irão apaziguar o constante aumento de excitação interna, amparando o infante. Visto que o mundo externo não se mostra menos brando que a natureza interna, as figuras parentais apresentam um papel importante na proteção do infante contra esta outra realidade, servindo de mediadores entre ele e o mundo que comumente apresenta perigo. Por conta dessa condição de desamparo inicial frente às duas realidades esmagadoras que lhe são impostas, a criança depende, por um longo período de tempo, dos intensos cuidados dos pais, pois, por não ter condições de enfrentar sozinha estes dois mundos, ela padeceria. Estas circunstâncias impostas aos seres humanos quando eles nascem podem estar associadas, segundo Freud (1926/1996), ao fato de a existência intrauterina ser bastante curta se comparada às outras espécies, e este breve período faz com que o bebê seja lançado ao mundo numa formação menos acabada. Por conta desta incompletude, a criança, em seus

primeiros anos, não consegue aplacar sozinha as suas necessidades, precisando do auxílio de outra pessoa. Assim, temos que as situações de perigo vivenciadas pelo infante fazem com que ele se torne refém dos cuidados dos outros, e esta dependência desenvolve as necessidades de proteção e de ser amado que lhe acompanharão pelo resto de sua existência.

O segundo fator, o filogenético, baseia-se nas interessantes hipóteses de Freud a respeito da influência que as experiências realizadas na História da espécie humana têm sobre a própria composição do ser humano. Basicamente, algo extremamente importante que tenha acontecido em um determinado período remoto da humanidade pode permanecer na constituição humana por conta da transmissão genética feita de uma geração para outra. Desse modo, sobrevivem nos seres humanos atuais traços de seus antepassados, como, por exemplo, a interrupção do desenvolvimento sexual que, segundo a hipótese psicanalítica<sup>24</sup>, fora necessária na época da glaciação. Sabemos que a progressão do desenvolvimento sexual infantil sofre uma suspensão, fazendo com que a criança entre no período de latência e, ela somente retomará o curso de sua sexualidade na puberdade. Como a influência da cultura não seria condição suficiente para explicar a descontinuação do desenvolvimento sexual, Freud recorreu à hipótese de explicação filogenética que procurava, na história da humanidade, indícios que pudessem explicar a obscura suspensão do desenvolvimento. Contudo, é importante ressaltarmos que a incerteza residente nesta conjectura não invalida um aspecto extremamente importante a respeito da relevância da sexualidade na etiologia das afecções psíquicas. A cessação do desenvolvimento sexual infantil e a entrada no período de latência fazem com que o Eu considere como ameaças determinadas exigências pulsionais de estádios anteriores do desenvolvimento, fazendo com que ele precise conter estas moções advindas do Isso. Quando a sexualidade é retomada na entrada da puberdade, temos que as moções pulsionais que poderiam seguir livremente seu curso por serem consideradas inofensivas pelo Eu estão expostas ao perigo de serem atraídas pelos protótipos infantis situados no inconsciente. Como esta atração poderia resultar no avivamento de impulsos plenos de desejo que foram recalçados devido à interrupção do desenvolvimento sexual infantil, temos que o despertar dos conteúdos inconscientes exige uma nova ação defensiva do Eu para mantê-los em seu devido lugar. Assim, a cessação do desenvolvimento e o seu reaparecimento, o

---

<sup>24</sup> A hipótese filogenética estabelece que a Era Glacial fora o período da História da humanidade no qual apareceu, pela primeira vez, a suspensão do desenvolvimento sexual e a entrada do ser humano no período de latência. Esta conjectura fora construída por Ferenczi em um interessante texto intitulado “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”, publicado em 1913 – época da publicação freudiana do livro “Totem e Tabu” – e, depois fora melhor elaborada numa obra de 1924 intitulada “*Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade*”. Freud retomou esta hipótese ferencziana, brevemente, em “O eu e o Isso” (1923) e “Inibições, sintomas e Angústia” (1926).

despertar de conteúdos recalcados e a nova ação recalcadora permitiram ao psicanalista vienense compreender que as exigências da sexualidade deveriam ter um efeito análogo sobre o Eu da mesma forma que o contato prematuro desta instância com a realidade externa teve sobre ele.

O fator psicológico consiste na diferenciação existente no aparelho psíquico entre um Isso e um Eu, e também na influência que este aparelho tem em relação à realidade externa. Como ressaltamos no capítulo anterior, a distinção entre a instância mais primitiva e o Eu somente foi possível graças ao contato do infante com o mundo externo, cuja mediação fora efetuada pelas figuras parentais. As exigências deste mundo fazem com que o Eu precise se proteger contra algumas moções pulsionais advindas do Isso, tratando-as como se fossem perigos. Por conta de o Eu estar intimamente vinculado ao Isso, afinal, ambos estão topograficamente fusionados, a instância organizada não consegue proteger-se das moções pulsionais com a mesma facilidade com que se esquivava dos estímulos do mundo externo, e esta dificuldade resulta na realização de diversos mecanismos de defesa efetuados pelo Eu para conter estes impulsos que não sossegam enquanto não forem descarregados. A principal ação efetuada pela instância organizada consiste em colocar uma severa restrição à organização destas moções pulsionais que, apesar de serem barradas, encontram uma via de acesso ao Eu através da formação dos sintomas. Caso a moção pulsional rejeitada consiga renovar seu ataque, a instância organizada padece de todos os males constituintes da doença psíquica.

Apesar de Freud (1996/1996) considerar apenas estes três fatores como sendo os mais fundamentais para a causação das afecções psíquicas, principalmente na etiologia das neuroses, sugerimos a adição de um quarto fator que está intimamente associado aos outros três propostos pelo psicanalista vienense: a dependência do ser humano em relação à cultura. Por conta de seu desamparo biológico frente à inexorável natureza, uma pessoa necessita do apoio incondicional da cultura, cujo auxílio lhe permite lidar com as forças naturais que lhe são constantemente impostas<sup>25</sup>. A ausência desta organização deixaria as pessoas à mercê das circunstâncias naturais, compreendidas aqui tanto em seu sentido biológico, ou seja, as pulsões que constantemente procuram satisfação, quanto em seu aspecto externo, como a severidade imposta pela força dos fenômenos da natureza frente à fragilidade humana. Contudo - e aqui reside a importância deste fator - apesar de a cultura ser imprescindível para a manutenção da vida humana, ela também aplica severas restrições às inúmeras formas de

---

<sup>25</sup> Freud explica, de forma detalhada, o desamparo humano frente à implacável natureza no texto “Mal-estar na Civilização” (1930) e, principalmente, em “O Futuro de uma Ilusão” (1927).

satisfação buscadas pela pessoa, e este limite pode acarretar no aparecimento de uma doença psíquica, caso ela não consiga satisfazer-se por outros meios.

Conforme a discussão antecedente sobre os quatro fatores primordiais para o aparecimento de uma afecção psíquica, podemos estabelecer que eles constituem uma espécie de etiologia universal, pois estão intimamente associados aos diversos tipos de psicopatologia, e não estão relacionados apenas às neuroses. Nesse sentido, o fato de o infante ser estritamente dependente em relação aos seus pais; o fato de o aparelho psíquico ser dividido em instâncias que comumente estão em conflito; o fato de a cultura restringir a gama de possibilidades que a pessoa tem em satisfazer as suas moções pulsionais; e o fato do desenvolvimento sexual infantil ser marcado pela divisão em estádios e a existência de um período de latência que impossibilita o infante de expressar a sua sexualidade são as quatro condições mais fundamentais para que uma pessoa adoça psicicamente. Por outro lado, se estes fatores são fundamentais para a constituição de uma personalidade patológica, é importante ressaltarmos que eles não estão intimamente associados apenas à psicopatologia, na medida em que podem ser encontrados em todos os seres humanos, mesmo naqueles que não padecem de uma determinada afecção psíquica. Esta constatação nos conduz ao esclarecimento de que o adoecimento psíquico de uma pessoa está atrelado à forma com que ela lidará com estas condições fundamentais, principalmente com a maneira procurada por ela para satisfazer as moções pulsionais plenas de desejo que continuamente procuram descarga, e não com uma natureza essencialmente patológica, acreditando que o ser humano nasça com uma determinada afecção psíquica. De acordo com isso, diante das mesmas imposições do mundo externo que restringem a satisfação da pulsão sexual, duas pessoas podem ter destinos distintos, podendo uma delas encontrar satisfação por outros meios, ao passo que a outra adoce por não suportar a dura realidade que lhe foi imposta, recalcando o representante psíquico associado à pulsão sexual que não pode ser satisfeita. Assim, não temos apenas uma única causa específica que determina o aparecimento de uma afecção psíquica, o que temos são diversos elementos fundamentais para a constituição de uma personalidade patológica.

Para elaborarmos de uma maneira mais clara esta importante questão acerca da relação existente entre a sincronia da identidade pessoal e a psicopatologia pensada por Freud, é necessário explicitarmos algumas importantes teses que envolvem a etiologia das afecções anímicas. Estas teses estão intimamente associadas aos quatro fatores primordiais para o aparecimento de uma doença psíquica, como a divisão do aparelho psíquico em instâncias, as restrições culturais, a dependência do infante em relação aos cuidados maternos e paternos e o desenvolvimento sexual infantil. Assim, tomando como ponto de partida a pertinente questão

da sexualidade infantil na constituição de uma personalidade patológica, seria relevante retomarmos algumas discussões que foram efetuadas no segundo capítulo do presente trabalho, salientando os aspectos metapsicológicos mais fundamentais que nos permite compreender a etiologia das neuroses de transferência, da perversão e da psicose.

Salientamos no segundo capítulo que o desenvolvimento sexual infantil passa por diversos estádios, e que eles podem ser diferenciados de acordo com a zona erógena predominante em cada um deles. Diante disso, especificamos a existência de quatro estádios distintos, como o estágio oral, que tem como zona erógena a boca; o estágio anal-sádico, cuja obtenção de prazer está associada à região anal e à atividade de evacuação; o estágio fálico, momento em que as crianças estão envoltas nas atividades masturbatórias e que tem como referência o órgão genital masculino; e por último, no estágio genital existe a constatação da diferença visual entre os órgãos genitais de ambos os sexos, além de serem estas partes corporais a zona erógena predominante.

Durante o curso do desenvolvimento da sexualidade infantil, a criança consegue satisfazer as moções pulsionais do Isso descarregando a pulsão sobre objetos reais existentes no mundo externo, ou, caso eles não estejam presentes, ela pode investir a pulsão sexual nas lembranças desses objetos que são remisscentes da experiência de satisfação. A fim de ficar mais fácil tal colocação podemos utilizar o clássico exemplo freudiano do bebê que mama no seio materno. Ele pode obter a satisfação de sua libido durante a sucção do seio materno, mas, quando a figura materna está ausente, ele pode obter uma sensação prazerosa chuchando o dedo. Percebemos neste caso que, mediante a ausência de um objeto no mundo externo o lactente procura satisfazer-se com alguma parte de seu próprio corpo, aliado a uma lembrança da ação que acarretou numa satisfação anterior. Contudo, mesmo que haja uma sensação prazerosa ao chuchar uma parte do corpo relembrando a experiência de satisfação, é importante salientarmos que a cessação da necessidade somente é efetuada mediante a presença de um objeto real externo, pois a fome do bebê nunca é amansada com a reminiscência do objeto da experiência de satisfação, necessitando assim a presença do objeto real no mundo externo.

As moções pulsionais que advêm do Isso estão constantemente em busca de satisfação, e cabe ao Eu mediar a forma como ela ocorrerá. Como explicitado no paragrafo anterior, diante da ausência de um objeto real existente no mundo externo, o Eu pode fazer com que a descarga da pulsão sexual seja efetuada ao vinculá-la a um representante psíquico que relembre a experiência de satisfação. Contudo, pode ser que alguma coisa impeça a ocorrência da descarga, fazendo com que o Eu tenha que rechaçar o impulso proveniente do

Isso, mantendo-o em seu lugar de origem. Exemplificando tal colocação, diante de uma proibição externa a criança, que antes chuchava o dedo sem maiores impedimentos, se acha próxima de uma ação coercitiva por parte do adulto que a proíbe de realizar tal ato. Como a pulsão quer encontrar satisfação a qualquer custo e como o Eu precisa evitar quaisquer danos que a descarga pulsional pudesse ocasionar, esta instância recalca a moção pulsional proveniente do Isso, e esta ação defensiva do Eu faz com que o conteúdo permaneça inconsciente.

Durante o curso do desenvolvimento sexual infantil, a criança pode avançar de um estágio a outro mediante novas estimulações que as partes do corpo podem sofrer, e estas sensações podem ser realizadas pela própria criança ou por outra pessoa. Diante de tais estimulações, como, por exemplo, a descoberta do prazer que a retenção e a posterior evacuação das fezes proporcionam<sup>26</sup>, a criança começa utilizar a região anal como fonte de satisfação pulsional. Além da possibilidade de avanço por conta de novas estimulações, o infante pode passar de um estágio a outro por conta das ações coercitivas dos adultos que procuram censurar determinadas atividades sexuais realizadas na infância. Desse modo, o chuchar pode sofrer uma enorme repressão por parte dos pais da criança, fazendo com que ela tenha que abdicar dessa atividade que lhe é extremamente prazerosa, acarretando na procura de uma forma substituta de satisfação. É importante destacarmos ainda que tanto a existência de novas estimulações quanto a proibição dos adultos podem desempenhar juntos o papel que permite à criança passar de um estágio a outro.

A passagem de um estágio a outro nem sempre se efetua de uma maneira tranquila, na medida em que, segundo Freud (1905a/1996), abandonar uma forma de obter satisfação é sempre um trabalho árduo. Por conta disso, um meio de conseguir satisfação extremamente prazerosa ou uma severa punição pode fazer com que a criança acabe fixando a pulsão sexual em alguns objetos ou representantes psíquicos de algum estágio do desenvolvimento sexual infantil. Esta fixação pode ser compreendida como o “modo de inscrição de certos conteúdos representativos (experiências, imagens, fantasias) que persistem no inconsciente de forma inalterada e aos quais a pulsão permanece ligada” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 190).

Na fixação, o conteúdo psíquico permanece inalterado na parte inconsciente do Eu amalgamada ao Isso, e ele está constantemente investido por uma pulsão, podendo, em casos

---

<sup>26</sup> É interessante perceber que as ações de reter e depois expelir as fezes estão intimamente relacionadas ao autoerotismo, pois a criança se satisfaz apenas com os movimentos peristálticos de seu corpo, não necessitando de uma estimulação externa.

de extrema necessidade, serem novamente invocados para trilharem o caminho da satisfação. Se na primeira tópica tínhamos que o representante psíquico que sofreu a ação do recalque poderia se associar aos outros conteúdos existentes no Inconsciente, podemos estabelecer que o conteúdo recalcado pelo Eu procura ligar-se a outros representantes psíquicos da pulsão que estão alojados no Isso, a fim de conseguir encontrar a satisfação. Além disso, é importante ressaltarmos a estrita relação entre a fixação e o recalque, pois, segundo Freud (1915c/1996; 1915b/1996; 1911a/1996) os conteúdos fixados no Inconsciente servirão como uma espécie de atração para os conteúdos que futuramente poderão ser recalcados. A fixação está presente no primeiro tempo do recalque, ou seja, no recalque originário, e o que estará para ser recalcado numa época posterior da vida da pessoa conseguirá acesso ao Inconsciente por conta da força de atração que os conteúdos que sofreram a ação do recalque originário exercem sobre ele. Caso não houvesse esse primeiro tempo do recalque, a ação posterior desse mecanismo de defesa do Eu seria dificultada.

Trazendo a questão do recalçamento originário e da fixação para o problema da sexualidade infantil, podemos dizer que os representantes psíquicos de moções pulsionais que não podem ser satisfeitos sofrem a ação do recalque originário que mantém estes conteúdos no Eu inconsciente, barrando o acesso deles ao Eu consciente. Por exemplo, uma fantasia infantil relacionada à satisfação obtida no estágio oral é mantida no inconsciente, fazendo com que ela permaneça fixada e inalterada na intersecção entre o Eu inconsciente e o Isso. Desse modo, quando a criança passa do estágio oral para o anal-sádico, resquícios da organização libidinal anterior ainda permanecem ativas no interior do aparelho psíquico. Estas fixações apresentam uma extrema importância na constituição da personalidade de uma pessoa, na medida em que nela permanecem fixados determinados conteúdos psíquicos no inconsciente, além de elas demonstrarem o quanto a sexualidade infantil, com os seus objetos e formas de encontrar satisfação, é fundamental para a constituição de uma pessoa.

Como especificado no segundo capítulo, o outro momento da sexualidade infantil que é marcante para a constituição de uma pessoa é o período denominado estágio fálico, com a presença do complexo de castração e do complexo de Édipo. Além de poder haver fixações quanto aos incestuosos objetos e fantasias desse período, a sua dissolução é marcada pelo aparecimento de uma nova instância psíquica, cuja relação mantenedora com o Eu será conflituosa. Além desses fatores, nesse momento há a identificação com uma das figuras parentais e a abertura para o período de latência. Essas questões existentes no estágio fálico permitem a Freud estabelecer que a dissolução do complexo edípico acentuará a constituição

de uma personalidade normal ou patológica, mediada pelas relações conflituosas estabelecidas pelo Eu, tal como pelas identificações e fixações ocorridas no inconsciente.

No capítulo anterior e no começo deste foram apresentadas as relações conflituosas que o Eu estabelece com as duas outras instâncias do aparelho psíquico, como o Supereu e o Isso, além de ele ter que lidar com a realidade externa. Por muitas vezes ele tem que conter os impulsos desenfreados que advêm do Isso, estando de olho nas exigências da realidade externa e tendo como aliado, nos conflitos com o Isso, o Supereu. Apesar dessa aparente aliança entre as duas instâncias, o Supereu se mantém sempre vigilante ao Eu, observando os caminhos que essa instância deseja trilhar. Se as duas instâncias se mostram nada amistosas com o pobre Eu, a realidade externa não é menos implacável a essa instância, podendo exigir que algumas medidas sejam tomadas para que a pessoa não sofra maiores conseqüências.

As primeiras relações conflituosas do Eu com as outras partes do aparelho psíquico e com a realidade externa podem ser conferidas desde a infância da pessoa, quando ela precisa levar em conta a realidade externa para a realização de uma satisfação, além de ter que guiar ou conter os impulsos do Isso levando em consideração o mundo externo. Se existe uma proibição por parte dos pais em relação a uma forma de satisfação, a criança precisa conter o impulso advindo do Isso, e procurar uma satisfação substituta, na medida em que esse impulso não fica silenciado no inconsciente. Ele busca constantemente a descarga, fazendo com que o Eu necessite de uma força constante que impeça essa realização.

Embora essas relações mantidas pelo Eu sejam de extrema pertinência para o aparecimento de uma afecção psíquica, é bastante importante ressaltarmos que, para Freud (1912/1996), outros fatores serão determinantes para que a pessoa adoça, como, por exemplo, a existência de uma frustração advinda da realidade externa, uma tentativa de adaptar-se à realidade, uma inibição do desenvolvimento e o aumento na quantidade de libido no aparelho psíquico<sup>27</sup>. Esses fatores etiológicos apenas podem causar uma afecção psíquica se eles mantiverem uma relação com o funcionamento do aparelho anímico.

Uma frustração advinda da realidade externa pode ser um dos fatores de adoecimento psíquico, pois as pessoas adoecem “quando impedidas da possibilidade de satisfazer sua libido” (FREUD, 1917c/1996, p. 348). A frustração pode ser causada pela ausência de um objeto ou de uma forma adequada de satisfação, fazendo com que os impulsos do Isso sejam mantidos fora do alcance do Eu. Essa condição apenas causa o adoecimento psíquico quando ela afeta o único modo de satisfação que a pessoa é capaz de realizar e, também, agindo sobre

---

<sup>27</sup> De acordo com Freud, o aumento de libido no interior do aparelho psíquico acontece na puberdade e no climatério, podendo haver, nestes dois períodos, o desenvolvimento de uma afecção psíquica.

o limite “da quantidade de libido não satisfeita que os seres humanos, em média, conseguem suportar” (FREUD, 1917c/1996, p. 349).

A frustração e a cultura estão intimamente associadas, na medida em que, como salientamos no início do presente capítulo, esta última tem o papel extremamente importante de restringir as possibilidades de satisfação que uma pessoa pode ter, fazendo com que ela precise encontrar caminhos alternativos para descarregar as moções pulsionais advindas do Isso ou simplesmente impossibilitar que eles encontrem um meio de obter satisfação. Dessa forma, podemos salientar o quanto a cultura é importante para a constituição de uma personalidade patológica, ao mesmo tempo em que as restrições impostas às pessoas faz com que elas consigam viver em sociedade de uma forma até que harmoniosa. Caso não houvesse estas importantes restrições, a busca desenfreada pela satisfação das moções pulsionais acarretaria no fim da cultura e, em última instância, no fim da própria espécie humana, afinal, se as pulsões de morte não fossem barradas, elas levariam as pessoas a se atacarem. Além disso, como o Supereu é o representante interno dos valores culturais, podemos estabelecer que a instância parental também restringe as formas de satisfação que a pessoa pode ter, fazendo com que haja também uma frustração interna a ela. O Supereu pode proibir o Eu de realizar as satisfações do Isso, fazendo com que os impulsos precisem ser mantidos no inconsciente.

Embora a frustração seja uma condição presente no aparecimento de uma afecção psíquica, é importante salientarmos que nem todas as pessoas que sofrem frustrações adoecem, já que conseguem suportar a privação encontrando maneiras substitutas de encontrar a satisfação libidinal, e estas substituições somente são possíveis por conta da plasticidade das pulsões. Desse modo, a pessoa pode deslocar o investimento da pulsão a outro objeto, um que esteja mais facilmente ao seu alcance, além de poder modificar a finalidade dessa pulsão. Essa questão levantada por Freud (1917c/1996) a respeito da frustração permite compreender porque algumas pessoas adoecem e outras se mantêm saudáveis diante das mesmas condições ambientais.

Existe uma profunda relação entre a frustração externa e a tentativa de se adaptar à realidade, na medida em que a pessoa procura uma forma de satisfação que no mundo se tornou impossível. Apesar dessa relação, a frustração faz com que a pessoa tenha que renunciar à satisfação, ao passo que a tentativa de adaptar-se faz com que ela tenha que procurar uma satisfação substituta, caindo enferma por não conseguir realizar a substituição. Podemos perceber em ambos os casos que a libido não satisfeita sofre uma ação no aparelho psíquico conhecida como introversão que é caracterizada como uma retirada da libido de um

investimento dirigido a um objeto externo, fazendo com que esta libido suspensa retorne para algumas etapas ultrapassadas do seu desenvolvimento sexual infantil, tais como os estádios da organização sexual, as relações de objeto, as identificações e as fantasias inconscientes. Nas palavras do psicanalista vienense, a libido

vira as costas à realidade, que, devido à frustração persistente, perdeu o valor para o indivíduo, e volta-se para a vida da fantasia, na qual cria novas estruturas de desejo e revive os traços de outras anteriores, esquecidas (FREUD, 1912/1996, p. 250).

Sabemos que as fantasias inconscientes guardam estrita relação com a sexualidade infantil, sendo elas fruto dos conteúdos que naquela época foram mantidos no inconsciente e, por conta disso, e também devido “à excepcional posição desfrutada pela vida de fantasia com referência ao teste de realidade” (FREUD, 1912/1996, p. 250), a libido pode regredir para os conteúdos da organização sexual infantil, mantendo-se associada às fantasias que foram fixadas nos primórdios da vida do infante. De acordo com isso, Freud diz que “quanto mais intensas as fixações em seu rumo ao desenvolvimento, mais prontamente a função fugirá às dificuldades externas, regressando às fixações” (FREUD, 1917c/1996, p. 344-345).

Durante a regressão da libido aos componentes psicológicos do inconsciente existe a desfusão pulsional, que permite a separação da pulsão sexual e da pulsão de morte. Sabemos que as duas estão fusionadas e que elas caminham normalmente juntas durante o curso do desenvolvimento sexual, como pode ser atestado na existência dos sentimentos ambivalentes em relação ao pai no complexo de Édipo; a criança lhe devota amor ao mesmo tempo em que sente ódio por ele ser um obstáculo aos seus desejos incestuosos. Quando há essa desfusão, a pulsão sexual pode caminhar para um lado e a pulsão de morte, para outro, o que será bastante pertinente para o aparecimento de um tipo de neurose - a neurose obsessiva - que será tratada melhor adiante.

A regressão da libido aos conteúdos fantasiosos do inconsciente está intimamente associada à compulsão à repetição existente no interior do aparelho psíquico. Por conta disso, a libido pode caminhar regressivamente se estiver diante de uma situação que frustre os intentos do Isso, procurando repetir as satisfações que obteve em épocas remotas.

Ao se defender de uma realidade frustrante encontrando refúgio nos pontos fixados no inconsciente, a pessoa consegue encontrar novos caminhos que possibilitam a satisfação de sua libido, associando essa pulsão sexual aos conteúdos inconscientes. Quando a libido caminha para trás em direção às fantasias,

o investimento de energia das fantasias é de tal modo aumentada, que elas começam a estabelecer exigências e desenvolvem uma pressão no sentido de se tornarem realizadas (FREUD, 1917c/1996, p. 375).

Esse trecho salienta que o investimento libidinal das fantasias inconscientes acaba exercendo uma pressão no aparelho psíquico para que as fantasias sejam realizadas, e essa nova forma de obter satisfação pode estar em desacordo com a realidade externa ou com o Supereu, o que implicará no aparecimento de um conflito psíquico. Segundo Freud,

a precondição necessária do conflito é que esses outros caminhos e objetos suscitem desaprovação em uma parte da personalidade, de forma que se impõe um veto que impossibilita o novo método de satisfação, tal como se apresenta. (FREUD, 1917c/1996, p. 353)

Pensando essa passagem a partir dos conceitos apresentados na segunda tópica, o conflito é acentuado quando os impulsos do Isso buscam incessantemente a satisfação, enquanto o Supereu ou a realidade externa são contrários ao investimento desses impulsos. Diante de tal situação conflituosa, o Eu precisa tomar algumas medidas para evitar o surgimento de maiores complicações, e uma dessas atitudes é realizar uma defesa contra esses impulsos. Para poder efetuar essa atitude defensiva, o Eu é auxiliado pelas forças do Supereu, recalcando os impulsos advindos do Isso. Essa ação inibe ao conteúdo psíquico “o acesso à consciência e à motilidade” (MEZAN, 1982/2006, p. 307), e somente pode ser efetuada porque os conteúdos do recalco originário exercem uma força de atração sobre esses conteúdos conflituosos.

Antes de adentrarmos melhor na questão do segundo momento do recalco, é importante salientarmos que a frustração, a introversão e a regressão da libido são condições primordiais para o aparecimento de uma afecção psíquica, como as neuroses, a psicose e a perversão. Porém, segundo Freud (1917c/1996), nesse último tipo de doença a ação do recalco propriamente dito está ausente, estando presentes outras formas de defesa adotadas pelo Eu. Desse modo, a diferença entre esses três tipos de adoecimento psíquico não é acentuada apenas pela presença de sintomas distintos, mas é também acentuada pela forma como elas são causadas.

Voltando para o problema do recalco, podemos dizer que ele será o mecanismo de defesa adotado no surgimento de uma neurose. De acordo com Freud, essa afecção psíquica apresenta-se como o resultado de um conflito entre o Eu e o Isso, sendo a instância organizada do aparelho psíquico auxiliada pelo Supereu na realização do recalco contra os impulsos do Isso. Para que esse mecanismo de defesa possa ocorrer, é necessário que exista a influência da

angústia, que é uma defesa frente a um perigo real novo ou que relembra o temor de uma separação; o medo perante a ausência do objeto amado, ou, o medo de perder o amor do objeto.

Para compreendermos a relação entre a angústia e o recalque é necessário apresentarmos as concepções freudianas acerca do problema da angústia, começando por explicá-la a partir de sua vinculação com os processos normais do aparelho psíquico. Dentro dessa concepção, a angústia se caracteriza como uma reação à percepção de uma situação de perigo externo, estando “relacionada ao reflexo de fuga e pode ser visualizada como manifestação da pulsão de auto-conservação” (FREUD, 1917c/1996, p. 395). Além dessa ocorrência, a angústia considerada realística está associada ao conhecimento que a pessoa tem diante do risco existente à sua frente. Por exemplo, pessoas de uma aldeia inca quando estão diante de um eclipse sentem enorme angústia, pois acreditam ser a morte do deus Sol, ao passo que, um astrônomo poderia não ter a mesma reação, na medida em que acredita ser este apenas um fenômeno astronômico.

Diante de uma situação perigosa, por exemplo, estar à frente de um animal selvagem, existe “o estudo de preparação para o perigo que se manifesta por meio de um aumento da atenção sensorial e da tensão motora” (FREUD, 1917c/1996, p. 396). O corpo reage mediante o reconhecimento de uma situação de perigo, estando pronto para a fuga ou para atacar aquilo que seja visto como ameaçador. Além dessa reação, existe também a geração de angústia e, quanto mais ela “limitar-se a um início meramente frustrado – a um sinal -, tanto mais o estado de preparação para a angústia se transformará, sem distúrbio, em ação” (FREUD, 1917c/1996, p. 396). Desse modo, se a geração de angústia não for apenas um sinal, ela pode petrificar a pessoa, fazendo com que a ação esteja comprometida.

A origem da angústia é um ponto bastante importante que nos permitirá compreender melhor a relação existente entre essa sensação e o recalque. Para Freud (1926/1996; 1917c/1996), a primeira geração de angústia aconteceu quando o infante se separou de sua mãe, temendo esta ausência como se fosse uma situação perigosa. Diante da ausência dela, a criança experimenta a sensação de angústia por ter medo que a mãe, por estar ausente, não possa suprir as suas necessidades, o que aumentaria as tensões existentes dentro do aparelho psíquico. As gerações de angústias futuras serão, para Freud (1933c/1996), consequências diretas de um momento traumático, como a presença de um animal feroz que ponha a vida em risco, ou uma repetição do modelo de separação da mãe.

O temor da castração é outro momento bastante angustiante na vida da pessoa e que, além de ser uma repetição do modelo de separação da mãe, servirá como ponto de partida

para futuras sensações de angústia. Como dito nos capítulos anteriores, durante o período do complexo de Édipo o menino apresenta grande estima em relação ao seu órgão sexual, o pênis. Quando surge o temor da castração, a criança sente a angústia por se ver diante de um perigo vindo de um agente externo a ela que quer separa-la de seu órgão que lhe traz prazer. Além desse fato importante, como o temor da castração está associado ao complexo edípico, essa angústia não representa apenas o medo de perder o órgão, mas a perda do objeto materno, ao mesmo tempo em que teme perder o amor do pai se ele levar a cabo os seus desejos amorosos em relação à mãe e os seus desejos hostis em relação ao pai.

Durante momento do complexo de Édipo em que surge o perigo da castração, o agente que poderia arrancar o órgão genital da criança é externo a ela e, quando existe a dissolução desse complexo, esse agente é interiorizado sob a forma do Supereu – a nova instância do aparelho psíquico que exerce uma espécie de vigia e de censor do Eu. Quando a instância parental surge, o perigo da castração assume a forma de uma espécie de medo da censura, por conta dessa instância ser o agente encarregado dessa ação. Por conta disso, a angústia do Eu frente ao Supereu “pode ser traduzida como temor à sua cólera, ao castigo que este lhe pode impor, e que em última análise é o da perda do amor dos pais introjetados pela identificação” (MEZAN, 1982/2006, p. 310).

Diante da sensação angustiante que o Eu sente frente às imposições do Supereu, Freud (1926/1996) a denominou de angústia moral e a contextualizou dentro do período de latência. Esse tipo de angústia é bastante importante para a manutenção da pessoa dentro da cultura, fazendo com que ela não tema apenas as coerções externas a ela, como também, as exigências morais internas. O Supereu age basicamente como um censor em relação às vontades do Eu, fazendo com que essa instância tenha que ter uma conduta exemplar, que respeite a moral da sociedade. Caso haja um desvio de conduta, que poderia muito bem ser causado pelos incessantes impulsos do Isso, o Supereu ataca o Eu, fazendo com que pese nele certa dose de angústia. Para poder fugir dessa sensação desprazerosa, a pessoa acaba tomando atitudes condizentes com as normas sociais, mesmo que suas ações sejam falsas. Como a pessoa não consegue escapar aos olhos vigilantes de um censor interno, o Eu acaba desenvolvendo a angústia do mesmo jeito, podendo ser observado na atitude de diversos neuróticos, como o intenso sentimento de culpa encontrado principalmente nos neuróticos obsessivos.

Embora esse tipo de angústia seja bastante acentuado nos neuróticos, vale ressaltar que ela está presente na grande maioria dos seres humanos, já que ela é a responsável por manter os laços sociais entre as pessoas. Diante da ausência de um sentimento de moralidade, como pode haver com alguns tipos de perversos, a cultura entraria em colapso, na medida em que

não haveria a existência de um sentimento de culpa, efetuada por um sensor moral, que permitisse frear os impulsos desenfreados do Isso. Dentro desse quadro, seria o grau de intensidade da angústia moral o parâmetro para diferenciar uma pessoa normal de uma pessoa adoecida psicologicamente. Dessa forma, uma pessoa que apresenta um grau elevado de angústia moral, que a impeça de realizar algumas coisas, sendo escrava dessa angústia, pode ser considerada uma neurótica; uma outra pessoa que aparenta não apresentar angústia moral nenhuma pode ser considerada uma perversa, ao passo que, uma pessoa que não tenha esse tipo de sentimento tão elevado e também que o tenha em grau baixo pode ser considerada normal.

Retomando o problema da angústia de um modo geral, é possível compreender que ela é uma sensação que o Eu sente frente a um perigo de separação, podendo esta provir da realidade externa, do Supereu e do Isso, “cujos processos pulsionais inteiramente desvairados podem resultar na perda do amor do Outro, se levados à prática por um Eu complacente” (MEZAN, 1982/2006, p. 310). Mediante um perigo externo, o Eu consegue fugir dele realizando uma ação de fuga ou um ataque, ao passo que, se o perigo que ameaça essa instância vier de seu próprio aparelho psíquico, resta ao Eu adotar como medida de defesa, por exemplo, o recalque.

Diante de impulsos do Isso que procuram iminente descarga, o Eu percebe que levá-los à satisfação recriaria uma situação de perigo presente na memória. Por conta disso, essa instância precisa efetuar uma tarefa que consiste em atrair esse investimento pulsional do Isso para a sua organização, mas, como esse investimento ainda pertence ao Isso, o Eu precisa efetuar uma técnica que permite a essa instância efetuar a sua defesa. Segundo Freud

o Eu antecipa a satisfação do investimento pulsional suspeito e permite efetuar-se a reprodução dos sentimentos desprazerosos no início da situação de perigo temida. Com isso, o automatismo do princípio de prazer é posto em ação e agora executa o recalque do investimento pulsional perigoso (FREUD, 1933c/1996, p. 93).

Esse trecho da obra freudiana revela que “a função do sinal de angústia é [...] mobilizar o princípio de prazer para inibir o investimento dos desejos ameaçadores” (MEZAN, 1982/2006, p. 311), possibilitando uma aproximação entre esses conteúdos e a sua instância e, podendo, desse modo, realizar o recalque do investimento do Isso. Percebemos que o Eu utiliza o sinal de angústia como uma defesa contra os perigos que a satisfação dos impulsos do Isso poderia provocar, como uma situação de perigo análoga à castração; perder o objeto de amor ou o amor do objeto amado.

De acordo com Freud (1926/1996), essa manobra utilizada pelo Eu é um pouco arriscada, na medida em que ela pode resultar em desprazer ao invés de evitá-lo caso não seja realizado apenas o sinal de angústia. Se isso acontecer “o ataque de angústia desenvolve-se completamente e o Eu se afasta inteiramente da excitação censurável” (FREUD, 1933c/1996, p. 93). Quando ocorre esse afastamento, o Eu poderá sofrer graves consequências com a possibilidade de satisfação desse impulso censurável, podendo ser essas consequências uma censura advinda da realidade externa ou do Supereu.

Em direção contrária a essa hipótese de fracasso do Eu em produzir a angústia, o sucesso resulta no recalque dos impulsos do Isso que não conseguem obter satisfação no momento em que são censurados. Relembrando o que foi dito anteriormente, a ação do recalque efetuada pelo Eu necessita do auxílio do Supereu que lhe empresta as forças necessárias para efetuar essa tarefa, fazendo com que exista a possibilidade de realizar um contrainvestimento aos impulsos do Isso.

Se o aparelho psíquico fosse um mundo ideal, os impulsos recalcados ficariam quietos no inconsciente e nunca manifestariam a sua vontade de serem satisfeitos. Como esse ideal está longe do modelo de mente proposto por Freud, os investimentos pulsionais do Isso procuram constantemente a descarga, fazendo com que o Eu tenha que gastar uma enorme quantidade de forças para mantê-los recalcados. E, para conseguir escapar dos olhos vigilantes da censura, os conteúdos recalcados sofrem os mecanismos inconscientes de deslocamento e condensação, mascarando esses conteúdos sobre a forma de sintomas.

O momento do aparecimento dos sintomas é conhecido como o terceiro tempo do recalque, ou, melhor dizendo, o retorno do recalcado, na medida em que o conteúdo inconsciente retorna mascarado para driblar o trabalho da censura. O resultado da formação dos sintomas é o desaparecimento da situação de perigo, o que apresenta dois aspectos fundamentais no aparecimento dessa formação substitutiva:

Um [aspecto], oculto da visão, acarreta a alteração no Isso em virtude da qual o Eu é afastado do perigo; o outro, apresentado abertamente, revela o que foi criado em lugar do processo pulsional que foi afetado – a saber, a formação substitutiva (FREUD, 1926/1996, p. 143).

Essa passagem de Freud revela dois pontos interessantes a respeito da formação dos sintomas, como o seu conteúdo oculto, que reside na operação do recalque propriamente dito, e o outro, o seu aspecto manifesto, quando existe o retorno do recalcado e o aparecimento dos sintomas que podem ser diretamente percebidos, como no caso de um sintoma que se

manifesta no corpo. Essa constatação permite compreendermos que “um sintoma é um sinal e um substituto de uma satisfação pulsional que permaneceu em estado jacente; é uma consequência do processo de recalque” (FREUD, 1926/1996, pg. 95). Ainda, o sintoma pode ser compreendido como um substituto “muito mais reduzido, descolado e inibido, e que não é reconhecível como uma satisfação” (FREUD, 1926/1996, p. 98).

Diante da formação de um sintoma existe uma aparente solução dos conflitos psíquicos, como se houvesse um apaziguamento entre as instâncias. Contudo, o que se observa é a ação do recalque ser normalmente acompanhada “por uma sequência tediosa ou interminável na qual a luta contra o investimento pulsional se prolonga até uma luta contra o sintoma” (FREUD, 1926/1996, p. 101). Essa ocorrência permite estabelecer que o Eu, além de manter uma relação conflituosa por conta do recalque, tendo que dispor enorme quantidade de forças para manter o conteúdo recalcado fora da consciência, ele precisa exercer outras ações contra o desprazer ocasionado pelo sintoma.

Se a primeira luta realizada pelo Eu foi contra o conteúdo recalcado, a segunda precisa ser realizada contra o sintoma. A luta secundária empreendida por essa instância apresenta uma aparente contradição, na medida em que o Eu parece, de um lado, estar a favor do sintoma, e do outro, estar contra. O Eu, por ser a parte organizada do aparelho psíquico e por estar em desacordo com os conflitos psíquicos, impede que os sintomas permaneçam isolados e alheios, fazendo com que essas formações substitutivas se tornem parte integrante de sua estrutura. Por conta disso, essa instância acaba tirando proveito da situação, fazendo com que os sintomas lhe tragam benefícios, como uma diminuição da capacidade que permite uma trégua nas exigências do Supereu, e também, recusar alguma reivindicação proveniente do mundo externo.

Os benefícios que o Eu consegue a partir da existência dos seus sintomas podem ser constatados nos ganhos secundários que as diversas afecções psíquicas possuem. Diante de uma frustração externa, o adoecimento psíquico foi a única forma encontrada pelo Eu de lidar com essa situação, e por conta disso, ele passa a tirar proveito da doença. Para exemplificar tal colocação, Freud (1917c/1996) recorre à ideia de uma mulher que, ao ser tratada de forma cruel pelo seu marido, encontra uma saída na neurose. Ao adoecer, essa mulher pode se vingar de seu cônjuge dominador, fazendo com que ele, por ordens médicas, acabe tendo que cuidar dela, e também, no decorrer da evolução da doença, ele saia de casa a procura de outras mulheres. Por conta disso, essa esposa que se tornou neurótica consegue fazer com que o seu casamento, que antes lhe trazia um enorme sofrimento, termine e, ela, enfim, consegue se libertar da opressão de estar casada.

Como a vantagem do adoecimento psíquico é apenas aparente, chega um momento em que o Eu se depara com os sofrimentos advindos dos sintomas, e percebe que a opção adotada não foi a melhor possível. A severidade de um Supereu implacável na neurose e a negação da realidade na psicose mostram que o Eu

pagou caro demais por um alívio do conflito, e os sofrimentos ligados aos sintomas são, talvez, um substituto equivalente dos tormentos do conflito, mas provavelmente importam em aumento de desprazer (FREUD, 1917c/1996, p. 384).

Diante dessa situação, a pessoa se depara com um novo tipo de conflito existente entre o sofrimento causado pelos sintomas e o prazer obtido nos ganhos secundários. A existência deles no quadro das doenças faz com que o trabalho psicanalítico seja complicado, na medida em que, ao invés de a pessoa querer se ver livre de seus sintomas, ela os abraça de tal forma, que resiste contra qualquer tentativa de removê-los. Poderia ser compreensível a afirmação de que o paciente mais queixoso seria o mais cooperador de uma análise, mas, o trabalho analítico confirma que normalmente são eles que demonstram uma maior resistência na condução do tratamento analítico. Por conta desse fator existente no trabalho clínico, Freud (1917c/1996) diz que, quando a doença dura um tempo considerado elevado, ela acaba por funcionar de maneira independente, fazendo até mesmo com que instâncias do aparelho psíquico contrárias sejam complacentes a ela.

Essa constatação do psicanalista vienense nos permite compreender que a complacência das instâncias e da realidade externa em relação ao sintoma faz com que ele se estabilize de tal forma que constitua parte integrante da pessoa, tornando a doença quase impossível de ser quebrada no trabalho analítico. Antecipando um pouco a discussão que será feita no capítulo seguinte, o sintoma está tão presente na vida da pessoa que a sua remoção seria sentida como uma pequena perda de sua identidade. Por exemplo, se retirarmos os comportamentos obsessivos de um neurótico obsessivo, tais como os seus rituais e as suas dúvidas constantes, parece que a sua identidade estaria perdida, na medida em que ele e as pessoas ao seu redor não mais o reconheceriam daquela forma. No mesmo sentido, a remoção, através do trabalho analítico, do sintoma somático de uma histérica poderia resultar na perda da identidade desta pessoa, fazendo com que exista a possibilidade de uma sensação de estranhamento. Assim, podemos ilustrar estas questões com o seguinte exercício de pensamento: se retirarmos as dúvidas obsedantes de Hamlet, a identidade daquele personagem, tal como a conhecemos através do trabalho shakespeariano, estaria perdida, e

esta perda poderia causar uma interessante estranheza no leitor que estava acostumado com os constantes questionamentos que o personagem fazia durante a peça.

Ao postularmos que a estabilidade dos sintomas faz com que eles integrem a constituição da pessoa, é importante salientarmos que eles apresentam uma importância na construção do caráter de uma pessoa, na medida em que ele também é formado, segundo Freud (1933b/1996), pelas formações reativas adquiridas pelo Eu no decorrer de sua existência. Dessa forma, além de o caráter ser construído a partir das identificações que a instância organizada do aparelho faz ao longo da vida, como salientamos no capítulo anterior, ele também será criado pelas formações reativas que o Eu adquire e pela incorporação da instância parental, que será uma das partes mais importantes da constituição do caráter. Assim, algumas características apresentadas pelo caráter de uma pessoa podem estar associadas à forma com que o Eu se relaciona com o Supereu, o que é bastante evidente, por exemplo, em uma pessoa melancólica. Por conta das sucessivas recriminações efetuadas pela instância parental, temos que uma pessoa em estado melancólico comumente apresenta, de acordo com Freud (1917b/1996), um desânimo profundo, um constante desinteresse pelo mundo externo, uma inibição na capacidade de realizar tarefas, por mais simples que elas possam ser, e uma depreciação de si tão forte que demonstra a severidade do Supereu para com o Eu.

Depois destes breves comentários acerca da importância dos sintomas na constituição da identidade pessoal e na construção do caráter de uma pessoa, é importante voltarmos para a explicação metapsicológica da psicopatologia, ressaltando que a presença do sintoma acarreta o movimento repetitivo do aparelho psíquico, fazendo com que, diante dos impulsos do Isso que procuram a satisfação sob a forma substitutiva, o Eu precise dar “o sinal de desprazer e a colocar-se em posição de defesa” (FREUD, 1926/1996, p. 103). Como a instância mais primitiva constantemente procura satisfação através da construção dos sintomas, o Eu continuamente precisa renovar o conflito defensivo através do sinal de desprazer. Assim, para que haja este constante movimento defensivo, o Eu demanda uma quantidade excessiva de forças, acarretando a sensação desprazerosa experimentada pelo Eu através da formação dos sintomas.

Se a constante renovação do conflito defensivo pode ser considerada uma parte importante no desprazer sentido pela presença dos sintomas, a outra parte pode ser considerada a existência dos conflitos entre o Eu, o Supereu e a realidade externa que adotam uma atitude implacável contra a complacência do Eu em relação aos sintomas. Diante desses novos conflitos, a instância organizada tem que empreender novas defesas que resultam no

aparecimento de novos sintomas, demonstrando o caráter da compulsão à repetição na composição dessas formações substitutivas. Além disso, a constante repetição dos esforços empreendidos pelo Eu mostram o quanto a situação é desprazerosa e, até mesmo, cansativa. Isto nos revela que, apesar de o sintoma constituir uma forma mascarada de satisfação da pulsão sexual, o que pode ser encarado como produção de prazer, temos que a sua instauração causa enormes desconfortos à pessoa, por conta dos contínuos dispêndios de energia pulsional efetuados pelo Eu para manter o conflito defensivo.

Como os sintomas apresentam uma formação substituta sobre o conteúdo recalçado e este está associado à regressão da libido às fantasias inconscientes, é preciso compreender quais são esses conteúdos que exercem uma força tão grande para o aparecimento de uma doença psíquica. Segundo Freud, esses conteúdos remontam ao desenvolvimento sexual infantil, principalmente na etapa do complexo de Édipo, por conta da intensidade com que os desejos incestuosos ocorrem nesse período.

No segundo capítulo apresentamos a importância do complexo edípico para a constituição de uma pessoa, mostrando que; 1) os objetos incestuosos desse período servem como modelo para as futuras escolhas objetais; 2) nesse período existe o complexo de castração que servirá de modelo para as futuras sensações de angústia, e consequentemente, futuras apresentações de sintomas; 3) a dissolução desse complexo permite identificações com as figuras parentais, e estas são importantes para a formação do Eu; 4) ainda na dissolução do complexo de Édipo existe a criação de uma nova instância no aparelho psíquico que servirá de censor do Eu. Essas quatro importâncias atribuídas a esse período podem ser adicionadas à relevância dele na etiologia das doenças psíquicas e, basicamente, na constituição da identidade pessoal.

Após o longo período de latência que sucede a dissolução do complexo edípico, a pessoa entra na puberdade, momento em que as pulsões sexuais fazem novamente exigências para encontrar satisfação. A pessoa tem que escolher novos objetos que seguem o estilo dos objetos incestuosos da infância e, por conta da intensidade com que ela atravessou o período edípico, pode ser que ela fique fixada nele por um longo tempo, fazendo com que uma frustração na puberdade regreda a libido para as fantasias do período edípico. Segundo Freud,

Desenrolam-se assim processos emocionais muito intensos que seguem a direção do complexo de Édipo ou reagem contra ele, processos que, entretanto, de vez que suas premissas se tornaram intoleráveis, devem, em larga escala, permanecer apartados da consciência. Dessa época em diante, o indivíduo humano tem de se dedicar à grande tarefa de desvincular-se de seus pais e, enquanto essa tarefa não for cumprida, ele não

pode deixar de ser criança para se tornar um membro da comunidade social (FREUD, 1917c/1996, p. 340-341).

Esse trecho de Freud revela as considerações que já foram feitas sobre os mecanismos existentes no adoecimento psíquico e acrescenta importantes observações a respeito desse assunto. De um lado temos que a frustração na puberdade faz com que os desejos incestuosos sejam novamente despertados por conta da introversão da libido, e a conseqüente ação de regressão às fantasias incestuosas fixadas no inconsciente. Quando esses conteúdos incestuosos recalcados são novamente despertados, o Eu precisa empreender novamente o recalque para mantê-los inconscientes e, para tanto, ele recebe a ajuda do Supereu. Essa tarefa não é bem sucedida, porque esses conteúdos conseguem encontrar expressão como formações substitutivas (sintomas), o que acarreta em constantes lutas empreendidas pelo Eu que resultam no aparecimento de sensações desprazerosas.

Se de um lado temos esses mecanismos, do outro temos que o complexo edípico mal resolvido e a fixação da pessoa nesse período faz com que exista o aparecimento de uma doença psíquica, mantendo essa pessoa numa relação infantil com a autoridade paterna e com as escolhas objetais. Desse modo, um neurótico, por exemplo, desenvolve toda uma série de sintomas para ver-se livre das exigências empreendidas pelo seu Supereu, que se mostra implacável por conta das atitudes infantis que essa pessoa teve em seu período edípico, como se essa instância se vingasse da hostilidade empreendida pela criança em relação ao seu pai.

O complexo de Édipo não é apenas importante na etiologia das neuroses, pois é atuante na formação de outras doenças psíquicas, como a psicose e a perversão, sendo até mesmo considerado o núcleo dessas afecções. Por exemplo, a pessoa perversa desenvolve uma série de ações para se defender do temor da castração, o que demonstra a sua importância na etiologia das doenças. Não apenas os perversos realizam diversas coisas por conta desse medo, mas os neuróticos também empreendem atos para aplacar os desejos que relembram essa situação.

Se, como dito anteriormente, a neurose é o resultado de um conflito entre o Eu e o Isso, sendo a primeira instância auxiliada pelo Supereu, a psicose se configura como um conflito entre o Eu e a realidade externa, sendo que esta instância é auxiliada pelo Isso. Dessa forma, segundo Mezan (1982/2006), podemos estabelecer sobre as duas afecções o seguinte: diante de uma frustração, se o Isso tomar conta, torna-se uma psicose, ao passo que, se o Eu tentar amordaçá-lo, torna-se uma neurose.

Durante a presente discussão apresentamos as principais noções metapsicológicas envolvidas no aparecimento de um quadro psicopatológico, além de termos enfatizado que a

normalidade está atrelada à capacidade que uma pessoa tem em desviar o investimento pulsional para outro objeto ou modificar a finalidade da pulsão. Na apresentação mostramos a pertinência da sexualidade infantil e dos conflitos psíquicos para a constituição de uma pessoa dotada de uma personalidade patológica, salientando as considerações freudianas acerca da frustração, da introversão, da regressão, das fantasias e desejos infantis, dos complexos de Édipo e de castração, da angústia e dos mecanismos de defesa efetuados pelo Eu. Todos estes componentes construídos teoricamente pelo psicanalista vienense são extremamente importantes para a compreensão de uma determinada etiologia universal, na medida em que podemos encontra-los como condição *sine qua non* para o aparecimento de cada uma das afecções psíquicas. Por conta disso, podemos estabelecer que a constituição de uma pessoa em cada uma das afecções não está associada apenas à etiologia universal, na medida em que cada uma delas apresenta uma causação própria que as faz ser diferentes uma das outras. Assim, diante de uma frustração externa, uma pessoa pode se tornar neurótica, ao passo que outra, presente na mesma situação frustrante, pode vir a desenvolver uma psicose.

Devido a especificidade etiológica de cada uma das afecções psíquicas, é importante discutirmos de maneira mais detalhada como se efetua a constituição de uma pessoa dentro de cada um dos quadros da psicopatologia, levando em consideração não apenas o aspecto causal de cada um, mas também a existência de seus principais sintomas, na medida em que são eles a evidência que nos permite estabelecer em qual afecção uma pessoa se enquadra. Como salientamos no começo do presente capítulo, a discussão se mostra necessária, na medida em que o psicanalista vienense diferencia e propõe explicar através de sua metapsicologia as razões de uma pessoa ser perversa, psicótica ou neurótica, salientando ainda que existem três formas principais de neurose de transferência, como a histeria de angústia, a histeria de conversão e a neurose obsessiva, e elas podem ser diferenciadas de acordo com as diferentes “modalidades de recalque” (MEZAN, 1982/2006, p. 228) que existem em cada uma delas.

Começaremos a discussão a partir da concepção freudiana de histeria de angústia e de histeria de conversão, passando depois a discutir a neurose obsessiva, a perversão e a psicose.

#### **4.2. As histerias - a histeria de angústia e a histeria de conversão**

Ao discutirmos o problema sincrônico da identidade pessoal temos que levar em consideração os diferentes tipos de pessoas apresentados pelo psicanalista vienense, na medida em que, de acordo com a psicopatologia, temos que cada uma das afecções psíquicas

apresentam maneiras distintas de se pensar o que vem a ser, essencialmente, uma pessoa. Logicamente que ela é constituída por tudo aquilo que enfatizamos até o presente momento, ou seja, que ela é constituída por um corpo perpassado pela sexualidade que perverte o corpo anatômico da medicina, e ela também é constituída de uma subjetividade não limitada a um Eu estritamente consciente, pois a porção mais importante é inconsciente, além de a mente pensada pelo psicanalista vienense ser dividida em três instâncias que comumente estão em conflito. Por conta dessa característica universal encontrada em todas as pessoas, temos que a distinção que podemos traçar em cada um dos tipos apresentados pela psicopatologia reside nos sintomas particulares de cada uma, e também em uma etiologia bastante específica. Nesse sentido, cada uma das afecções psíquicas apresenta um quadro de sintomas particulares e, também, uma causação encontrada em apenas uma delas. Assim, quando falamos a respeito da histeria, temos que levar em consideração os sintomas constituintes desta afecção, além de ser necessário compreender como uma pessoa se torna histérica ao invés de desenvolver outro tipo de doença psíquica.

Dentro do quadro clínico da histeria podemos diferenciar dois tipos essenciais, a saber, a histeria de angústia, “cujo sintoma central é a fobia” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 337) e, a histeria de conversão, “em que o conflito psíquico vem simbolizar-se nos sintomas corporais mais diversos” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 211). De um lado, a histeria de angústia revela a existência de um conflito psíquico que, diferentemente da histeria de conversão, não será convertido para o corpo da pessoa, revelando a fobia de uma determinada coisa. Do outro lado, a histeria de conversão, por conta de seus sintomas serem somáticos, ela salienta os aspectos bastante interessantes da relação existente entre o aparelho psíquico e o corpo, pensando nesse caso, em como um conflito psíquico poderá resultar em um sintoma corporal.

Dentro desses dois tipos de histeria pode haver uma combinação entre ambos, estando, desse modo, presente na histeria de conversão alguns elementos presentes na histeria de angústia. Contudo, é importante ressaltarmos que em ambas as doenças pode haver a expressão apenas de uma histeria de conversão sem a presença de angústia. Sobre isso Freud escreveu que “existem casos de pura histeria de conversão sem nenhum traço de angústia, assim como há casos de simples histeria de angústia que exibem sentimentos de angústia e de fobias, mas não têm mistura de conversão” (FREUD, 1909a/1996, p. 106).

Ao analisarmos um caso puro de histeria de angústia, temos que a pessoa que sofre dessa afecção manifesta o seu conflito psíquico através de uma fobia, podendo ser ela um medo sentido por conta da existência de um objeto externo que a ameace de alguma forma.

Diferente de um medo que apresenta estrita relação com um perigo real, por ser a situação perigosa uma ameaça à vida da pessoa, a angústia do histérico que padece dessa doença apresenta uma aparente desconexão em relação à razão do medo e o objeto temido. Normalmente, este não é o objeto que realmente apresenta perigo às demais pessoas, mas um objeto deslocado, alguma coisa que veio substituir o objeto realmente perigoso.

Existe um aspecto bastante interessante nas contribuições freudianas acerca das fobias, porque, ao colocá-las dentro de um quadro patológico, a distinção do que seria considerada uma fobia normal de uma patológica se torna extremamente complicada. Para exemplificar tal consideração, basta citarmos o exemplo de Freud (1917c/1996) acerca das fobias às cobras, que ele considera como sendo uma “característica humana generalizada” (FREUD, 1917c/1996, p. 400), por conta dos reais perigos que esse animal representa. Desprotegida diante de uma cobra, uma pessoa normal poderia apresentar sinais de angústia, fazendo com que ela tivesse que tomar atitudes para evitar contato com o animal peçonhento. Por outro lado, uma pessoa que sofre de histeria de angústia pode ter a cobra como o seu animal temido, apresentando uma fobia em relação a ela. Nesse caso, podemos articular a seguinte pergunta: o que faz uma fobia ser considerada patológica?

Respondendo a pergunta anterior, para que uma fobia seja considerada patológica, dentro do quadro da histeria de angústia, basta que o objeto temido seja o substituto do objeto que seria realmente a causa do sofrimento psíquico. Essa substituição do objeto acontece por conta das ações efetuadas no aparelho psíquico, como a ação do recalque e o retorno do conteúdo recalcado como uma formação substitutiva (sintoma). Por conta disso, se a cobra for a representante substituta de um objeto real podemos considerar essa fobia dentro do quadro patológico da histeria de angústia.

A fobia como sintoma presente na histeria de angústia pode representar a existência de certas inibições referentes, por exemplo, a atividades do dia-dia que antes do adoecimento eram praticadas sem nenhum problema, e também, a certas funções do corpo que são impedidas de trabalharem corretamente. Por conta de um medo de cachorros, uma pessoa pode evitar ao máximo sair de casa. Segundo Freud, a inibição pode ser compreendida como o resultado da restrição de uma função do Eu que estava a serviço de uma medida de precaução ou como resultado de um empobrecimento de energia. Nesse sentido, o Eu evita “novas medidas de recalque, a fim de evitar um conflito com o Isso” (FREUD, 1926/1996, p. 93).

Antes de adentrarmos na questão dos conflitos psíquicos existentes na histeria de angústia, utilizaremos como fio condutor para a discussão da etiologia dessa afecção o caso clínico do Pequeno Hans, por ser ele um dos casos que levaram o autor a construir uma

explicação sobre essa forma de adoecimento psíquico. Ainda, é interessante perceber que para Freud as histerias de angústia são as neuroses “que aparecem mais cedo na vida; são as neuroses da infância *par excellence*” (FREUD, 1909a/1996, p. 106). E por conta dessa colocação, a explicação da etiologia dessa afecção pode ser melhor discutida a partir da análise do caso desse menino.

O Pequeno Hans sofria de histeria de angústia, apresentando como principal sintoma uma fobia por cavalos, temendo que os cavalos pudessem mordê-lo, e apresentava como inibição uma incapacidade de sair à rua. A razão do surgimento desse sintoma estava intimamente ligada ao período edípico, sendo uma alternativa adotada pela criança para lidar com os desejos incestuosos do complexo de Édipo. Ele apresentava uma atitude hostil em relação ao pai, ao mesmo tempo em que dirigia um amor a ele, demonstrando, assim, um conflito ambivalente em relação à figura paterna. Dessa forma, “a fobia do Pequeno Hans deve ter sido uma tentativa de solucionar esse conflito” (FREUD, 1926/1996, p. 104).

Como o menino estava no período do complexo de Édipo, podemos compreender que a hostilidade dirigida ao seu pai era por conta da ameaça que ele representava em relação aos seus desejos incestuosos em relação à mãe. Por conta da ambivalência em relação aos sentimentos devotados ao pai, o Pequeno Hans teve que recalcar os impulsos hostis advindos do Isso, o que pode ser conferido durante o processo de análise. Quando o menino viu um cavalo cair e uma criança cair do cavalo, ele havia desejado que o pai tivesse o mesmo fim, devendo este cair e ferir-se.

Ao desejar a mãe e devotar impulsos hostis ao pai, o Pequeno Hans efetuou a ação do recalque contra esses impulsos, mas esse mecanismo de defesa do Eu fez com que a hostilidade em relação ao pai fosse transformada em medo em relação a ele. A possibilidade dessa transformação pode ser constatada na seguinte formulação: como o menino tem desejos hostis em relação ao pai, que ele percebe ser mais poderoso, o infante teme que esse pai se vingue dessa hostilidade, passando a temê-lo. Contudo, a fobia do menino não era em relação ao seu pai, mas em relação aos cavalos. Ela é o resultado da formação substituta efetuada pelo retorno do recalcado, o que fez com que houvesse uma troca no representante psíquico da pulsão, trocando o pai pelo cavalo.

De acordo com Freud,

O que a [fobia] transformou em uma neurose foi apenas uma coisa: a substituição do pai por um cavalo. É esse deslocamento, portanto, que tem o direito de ser denominado sintoma, e que, incidentalmente, constitui o mecanismo alternativo que permite um conflito devido à ambivalência ser solucionado sem o auxílio da formação reativa. (FREUD, 1926/1996, p. 105-106).

Essa passagem de Freud revela algumas características importantes sobre o mecanismo de recalque efetuado nessa afecção psíquica, que guarda estrita relação com a discussão efetuada sobre a patologia existente numa fobia. O recalque efetuou duas substituições, sendo a primeira o ódio em medo, e a segunda, o pai em cavalo. Caso não houvesse essas transformações efetuadas pelo recalque, poderíamos estabelecer que não existiria uma neurose, mas uma simples fobia em relação a algum animal.

A presença da fobia em relação aos cavalos revela que o Pequeno Hans conseguiu eliminar de seu Eu “os dois principais impulsos do complexo edipiano – sua agressividade para com o pai e seu excesso de afeição pela mãe” (FREUD, 1926/1996, p. 109). A ação do recalque que possibilitou a retirada desses impulsos do Eu fora efetuada mediante o medo da castração. Temendo ser castrado pelo pai, a criança recalca os seus impulsos, que reaparecem sobre o medo de ser mordido (castrado) pelo cavalo. Segundo Freud, “a angústia pertencente às fobias a animais era um medo não transformado de castração. Era, portanto, um medo realístico, o medo de um perigo que era iminente ou que era julgado real. Foi a angústia que produziu o recalque” (FREUD, 1926/1996, p.109).

A angústia sentida como temor à castração levou o Pequeno Hans a produzir a ação do recalque, transformando, primeiro, o impor medo em ter medo e, segundo, o representante psíquico do pai em um representante psíquico do cavalo. Dessa forma, os impulsos do Isso puderam encontrar a formação substituta através da fobia, que transformou o temor de ser castrado pelo pai em um medo em relação a ser mordido pelo cavalo. O sintoma da mordida também está vinculado à regressão da libido à fase oral, fazendo com que o temor seja sentido como um medo referente a uma mordida no órgão genital do menino.

Ao articularmos ainda mais a histeria de angústia com a questão sincrônica da identidade pessoal, podemos estabelecer que o sintoma expresso como uma fobia permite que a pessoa tenha uma sensação de identidade, reconhecendo-se e identificando-se pelo sintoma que ela apresenta. Nesse sentido, a fobia que o pequeno Hans apresenta em relação aos cavalos é parte constituinte de sua identidade, sendo até mesmo um dos atributos utilizados quando nos referimos a este personagem presente na obra freudiana. Ainda, temos que o sintoma fóbico não é parte constituinte da pessoa desde o seu início, mas que ele se desenvolve a partir da etiologia específica que apresentamos anteriormente. Assim, as diferenças existentes entre a histeria de angústia e a histeria de conversão não estão atreladas apenas aos sintomas específicos de cada uma, pois estão associadas também às etiologias próprias de cada uma, compreendidas aqui pela forma como é efetuada a ação do recalque.

Se a ação do recalque faz com que na histeria de angústia os sintomas apareçam sob a forma de fobias, o mecanismo de defesa efetuado pelo Eu na histeria de conversão faz com que as formações substitutas sejam expressas no corpo do histérico. De acordo com isso, podemos dizer que o quadro de conflitos psíquicos inconscientes dessa doença apresenta como sintomas mais comuns “paralisias motoras, contraturas, ações ou descargas involuntárias, dores e alucinações” (FREUD, 1926/1996, p.113).

Da mesma forma que a histeria de angústia surge por conta de uma frustração em relação à impossibilidade de satisfazer os impulsos do Isso, como os impulsos incestuosos do complexo edípico, a histeria de conversão aparece primeiramente por conta de uma frustração externa real que pode ser causada pela ausência de meios ou objetos que sejam satisfatoriamente preenchidos, devido às exigências da realidade externa ou do Supereu. Essa incapacidade de satisfazer a libido faz com que ela sofra o caminho da introversão, permitindo que ela caminhe para as fantasias fixadas no inconsciente.

A regressão efetuada pela libido caminha em direção aos “primitivos objetos sexuais incestuosos” (FREUD, 1917c/1996, p. 346), fazendo com que a retomada dessas fantasias precise novamente sofrer a ação do recalque. Quando o Eu realiza essa ação contra os impulsos do Isso, a libido que ficou suspensa pode ser escoada para a região motora do aparelho psíquico, podendo encontrar expressão nas regiões corporais. Essa ação é efetuada mediante os mecanismos inconscientes que mascaram o representante psíquico da pulsão, permitindo que ele encontre expressão sobre a forma de um sintoma corporal. Por conta disso, o conteúdo inconsciente é convertido em um sintoma no corpo da pessoa.

Antes de adentrarmos na questão da conversão, é importante salientarmos que a ação do recalque na histeria produz amnésia, devido ao representante psíquico da pulsão recalcada permanecer inconsciente e ser inacessível ao Eu consciente. Assim, a experiência que causou a conversão dos conteúdos inconscientes em sintomas corporais não é lembrada pela pessoa histérica.

A conversão, mecanismo existente na formação nesse tipo de sintomas, é explicada por Freud como o desligamento da libido da representação recalcada que acarreta numa “energia libidinal que se transforma [...] em inervação somática” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 103). A parte escolhida para representar o sintoma corporal está intimamente associada às fantasias inconscientes, podendo ser considerada como uma região corporal que outrora fora experimentada como uma parte muito importante para a obtenção de prazer. Como, outrora, houve uma erotização excessiva dessa região do corpo, quando o conteúdo é recalcado e o seu retorno se dá sobre a forma de um sintoma corporal, a função da

região escolhidas é de alguma forma prejudicada. Por conta disso, a cegueira histérica pode ser considerada como o resultado do recalçamento que prejudicou a função de ver dos olhos, por conta de uma utilização erótica dessa parte do corpo no decorrer do desenvolvimento sexual infantil.

A presença dos sintomas “indica e esconde tanto o desejo recalçado quanto o impulso recalçador” (MEZAN, 1982/2006, p. 229). Exemplificando tal colocação com a cegueira histérica, podemos dizer que ela indica o prazer que outrora a pessoa sentiu em olhar para algum determinado objeto, ao passo que o sintoma expressa uma punição sobre essa fantasia de olhar, revelando uma impossibilidade de contemplar os objetos do mundo externo.

Outro ponto bastante importante na histeria é conhecido como identificação histérica. Esse fenômeno

permite aos pacientes expressarem em seus sintomas não apenas suas próprias experiências, como também as de um grande número de outras pessoas; permite-lhes, por assim dizer, sofrer em nome de toda uma multidão de pessoas e desempenhar sozinhas todos os papéis de uma peça (FREUD, 1900/1996, pg. 183).

Dentro desse quadro de identificação, o histérico pode tomar para si o sintoma de uma outra pessoa, como se inconscientemente ele pensasse que o adoecimento dela, de alguma forma, é parecido com o seu e, por conta disso, ele deve apresentar os mesmos sintomas. Também, é bastante importante ressaltar que o fato de tomar para si o sintoma de uma outra pessoa faz com que o histérico mantenha o seu desejo de ser a outra pessoa, ou ocupar a posição que ela ocupava. Relembrando o que foi dito a respeito da identificação, ela nada mais é que “a ação de assemelhar um Eu a outro Eu, em consequência do que o primeiro Eu se comporta como o segundo em determinados aspectos, imita-o e, em certo sentido, assimila-o dentro de si” (FREUD, 1933a/1996, p. 68).

Um caso bastante peculiar sobre identificação histérica que Freud (1900/1996) apresentou é a de pacientes histéricas de uma enfermaria que começam a apresentar os mesmos sintomas de uma paciente qualquer. Digamos que uma paciente, ao receber uma carta, começa a apresentar um sintoma de paralisia na perna. As outras pacientes, por fantasiarem o conteúdo da carta ou por saberem do que se trata, podem apresentar o mesmo sintoma, na medida em que se pode passar de maneira inconsciente o seguinte pensamento: “se uma carta como esta pode produzir um ataque assim, posso ter o mesmo tipo de ataque, já que tenho as mesmas razões para isso” (FREUD, 1900/1996, pg. 183).

De acordo com a exposição a respeito da histeria de conversão, temos que o sintoma corporal típico desta afecção será a parte constituinte da pessoa, fazendo com que ele seja

parte integrante de sua identidade. Uma mulher histérica que apresenta uma paralisia nas pernas decorrente desta afecção anímica apresenta este sintoma como parte constituinte de si mesma, podendo ser reconhecida por ele. Além desse fator importante, temos que a pessoa histérica pode identificar-se com o sintoma de um outro histérico, fazendo com que os dois Eu se assemelhem. Como salientamos no capítulo anterior, a identificação destas duas pessoas produz uma certa perda de identidade pessoal, na medida em que ambas apresentam características essenciais em comum. Por outro lado, como os sintomas não constituem totalmente uma pessoa, mas apenas uma parte dela, temos que a identificação não produz uma quebra total na identidade pessoal, na medida em que existem outras características peculiares a cada uma delas.

#### **4.3. A neurose obsessiva**

A neurose obsessiva se enquadra dentro das neuroses de transferência e difere da histeria por conta de uma etiologia própria que será responsável por apresentar os sintomas tão peculiares ao neurótico obsessivo. Se na histeria de angústia os sintomas são expressos em fobias e na histeria de conversão os conteúdos recalcados encontram expressão no corpo do histérico, o neurótico obsessivo padece de um quadro que se manifesta “através de ritos conjuratórios de tipo religioso, sintomas obsedantes e uma ruminação mental permanente, na qual intervêm dúvidas e escrúpulos que inibem o pensamento e a ação” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 538). Segundo Freud (1917c/1996), apesar da aparente falta de significação e banalidade dos sintomas obsessivos, eles são sempre o ponto de partida para uma atividade mental que causa cansaço à pessoa e na qual ele se entrega à contragosto. Por conta dessa característica marcante, a pessoa que padece dessa doença “obriga-se, contra a sua vontade, a remoer pensamentos e a especular, como se se tratasse dos seus mais importantes problemas vitais” (FREUD, 1917c/1996, p. 266). Estes pensamentos muitas vezes apresentam um componente assustador ao neurótico, tentando-o a cometer os piores crimes contra pessoas por quem o obsessivo nutre apreço, fazendo com que ele tenha que rechaçar esses pensamentos através “proibições, renúncias e restrições em sua liberdade” (FREUD, 1917c/1996, p. 266).

Os pensamentos mais cruéis do neurótico obsessivo são acompanhados de um intenso sentimento de culpa, levando-o a pensar em coisas que anulem os seus pensamentos cruéis, na tentativa de que a anulação faça com que o seu desejo não seja concretizado. Devido a essa

ocorrência, Freud acredita que o neurótico obsessivo age como se estivesse “dominado por um sentimento de culpa, do qual, nada sabe” (FREUD, 1907/1996, p. 113). Esse sentimento de culpa é o resultado de um conflito existente entre o Eu e o Supereu, sendo que esta instância dirige sua agressividade contra um Eu que tenta aplacá-la mediante ruminações mentais ou atos obsessivos. Basicamente seria como se o Supereu soubesse as reais intenções do neurótico obsessivo sobre uma determinada pessoa, e o culpa incessantemente por conta dos desejos cruéis sentidos por ele. Dessa forma, para que o seu intenso desejo de que algum mal aconteça a uma pessoa amada não se realize, o neurótico obsessivo precisa realizar atos ou pensamentos que anulem esse desejo, que são encarados como meras fachadas pela instância parental, porque ela sabe a verdadeira intenção do Eu.

Se as ruminações mentais podem ser consideradas um tipo de sintoma psicológico presente nos neuróticos obsessivos, o outro se caracteriza por uma intensa dúvida, que normalmente atinge até mesmo as coisas que ele acreditava ter certeza absoluta. Com o passar do tempo, “a situação inteira termina em um grau sempre crescente de indecisão, perda da energia e restrição da liberdade” (FREUD, 1917c/1996, p. 266).

Além de os sintomas aparecerem na esfera mental através de pensamentos não desejosos, o neurótico obsessivo comumente é acometido pelo impulso de realizar atos que não lhe traz, aparentemente, benefício algum. Além disso, quando perguntado a respeito da existência desses atos, o obsessivo está tão acostumado em realizá-los por conta do medo das possíveis conseqüências de um fracasso fazem com que ele desconheça as reais intenções deles. Nesse sentido, além de as dúvidas obsedantes serem partes constituintes do neurótico obsessivo, podemos incluir os sintomas expressos nos atos obsessivos como formadores de sua identidade. Assim, a perda de um determinado sintoma evidente nos ritos conjuratórios pode causar um estranhamento, tanto no neurótico, quanto na pessoa que o observa, na medida em que há uma certa perda da identidade pessoal; o sintoma antes bem enraizado não faz mais parte da sua constituição.

Para exemplificar como se manifesta os sintomas em atos obsessivos, Freud (1907/1996) apresenta um caso hipotético de uma pessoa que apenas consegue dormir ao ter realizado minuciosamente uma série de ações, ordenando os objetos do quarto de tal forma que somente assim ela consegue dormir. Caso algum destes objetos esteja fora do lugar, a pessoa é acometida por um intenso sentimento de angústia, e a ação de dormir se sente prejudicada. Por conta disso, ela não consegue dormir, e a sua mente é acometida por pensamentos obsessivos que lhe culpam pelo fracasso e que lhe obrigam, caso queira dormir, a realizar novamente o ritual. Então, o neurótico obsessivo arruma o que está fora do lugar,

ou, o que é mais comum, reinicia todo o ritual a fim de que todas as exigências sejam cumpridas de forma correta. Ao final da arrumação, caso esteja tudo correto, acabam o sentimento de culpa e a angústia.

O exemplo supracitado pode ser utilizado para diferenciar um ato obsessivo de uma outra ação qualquer. Uma pessoa não obsessiva pode adotar algumas condições para conseguir dormir, como, por exemplo, fechar a janela e apagar a luz para que a claridade não interfira em sua boa noite de sono. Eventualmente, em uma noite em que esteja muito cansada, essa pessoa pode esquecer a janela aberta ou até mesmo a luz acesa, e isso não impede que ela consiga dormir tranquilamente. O neurótico obsessivo, por outro lado, necessita realizar todos os atos que está acostumado para conseguir dormir, pois qualquer desvio faz com que ele seja acometido por uma severa angústia. E os atos do obsessivo não dizem respeito apenas a fechar a janela para que a luz não incida sobre o quarto, mas determinados objetos tem que estar organizados de tal forma, como se houvesse um cenário adequado para cair no sono.

Esse exemplo apresentado sobre a necessidade de realizar atos obsessivos para conseguir dormir também pode ser ilustrado para tratar da falta de liberdade que acomete o neurótico obsessivo e que Freud (1909b/1996; 1917c/1996; 1918/1996) inúmeras vezes enfatiza em seu trabalho. A obsessão atinge a liberdade da pessoa como se estivesse refém de seus impulsos, e mesmo que os ache sem sentido, ela não consegue por um fim na realização desses atos. Por conta disso, a possibilidade de realizar outras tarefas ou realizar a mesma de outra forma se vê prejudicada, na medida em que ela está presa às suas obsessões.

A existência de atos e pensamentos obsessivos aparentemente sem sentido, como o exemplo do ritual para dormir, faz com que as pessoas que convivem com o obsessivo e, até mesmo ele, tenham consciência do absurdo de suas ações e ruminações mentais, mas ao mesmo tempo não conseguem fazer com que ele se vê livre dessa condição. O que ocorre normalmente é um ato obsessivo ser substituído por outro, uma ideia absurda ser trocada por uma mais atenuada, o que leva a constatar que a forma de agir e pensar obsessiva permanece a mesma. Para exemplificar tal exposição, podemos citar uma pessoa que compra compulsivamente livros sem uma explicação aparente, e quando constata que os está comprando demais e que não terá tempo de lê-los, substitui esse objeto por um outro. Dessa forma, a pessoa passa a comprar compulsivamente blu-rays ao invés de livros, podendo até mesmo arranjar uma possível explicação coerente para tal substituição, dando-lhe assim um sentido novo que escapa ao sentido original da compulsão em comprar.

Embora os atos e pensamentos obsessivos, por serem obscuros, aparentam não ter significado, eles, na verdade, apresentam um sentido, e a real intenção foi mascarada pelo trabalho inconsciente na formação dos sintomas. A fim de deixar mais claro tal afirmação, Freud (1907/1996; 1917c/1996) apresentou o exemplo de uma mulher que apresentava sintomas obsessivos. Ela, várias vezes ao dia, corria de seu quarto e ia até outro para arrumar uma toalha machada sobre a mesa deste cômodo, e após a arrumação, ela soava uma sineta para chamar a empregada, dava-lhe algum recado ou a dispensava sem maiores explicações. Depois de fazer isso, ela corria novamente para o seu quarto. Repetia isso inúmeras vezes ao dia. Quando o psicanalista perguntou a respeito dos motivos de ela realizar tais tarefas, a paciente não soube responder, e a interpretação surgiu no momento em que ela contou o que provavelmente estava em conexão com o ato obsessivo. Ela disse que havia se casado com um homem muito mais velho que ela, e na noite de núpcias, ele estava impotente. Como os dois dormiam em quartos separados, ele a visitava para mais uma vez tentar, e sempre não obtinha êxito. Na manhã seguinte, o marido se queixou com a esposa o fato de se sentir envergonhado perante a empregada do hotel, pois o lençol limpo acusaria a sua impotência. Por conta disso, ele pegou uma garrafa de tinta vermelha e despejou sobre o lençol, mas realizou isso de forma canhestra que a mancha surgiu num lugar sem sentido. Freud descobriu que o sentido dos atos obsessivos de sua paciente encontrava-se na cena da noite de núpcias.

Para Freud (1917c/1996), em primeiro lugar, a paciente se identificava com o marido e realizava as mesmas ações que ele havia feito, isto é, a corrida de um quarto a outro. Além disso, a cama e o lençol, fazendo uma analogia, foram substituídos pela mesa e pela toalha e, em alemão, mesa e cama, juntas, representam o casamento. Dessa forma, chamar a empregada para ver a mancha sobre a toalha da mesa equivalia o mesmo que mostrar à camareira que o marido havia sido bem sucedido na noite de núpcias, isentando-o de culpa e vergonha.

Além da existência dessa relação entre o sintoma e a cena inicial, o psicanalista constatou que a mulher estivera separada do marido e que estava com dúvida se gostaria de obter o divórcio legal. Por não conseguir ver-se livre do marido, a esposa permanecia fiel a ele, e em sua imaginação, desculpava-o e engrandecia as suas qualidades, protegendo-o de possíveis comentários maldosos em relação à sua impotência. Assim, os sintomas permitiam que ela levasse uma vida separada mais cômoda, isentando-a da culpa de ter se separado dele.

A partir desse caso é possível compreender que os sintomas obsessivos, da mesma forma que na histeria, foram mascarados pelo trabalho de condensação e deslocamento realizado pelo inconsciente. Para se compreender melhor isso, é necessário falarmos a

respeito da etiologia dessa neurose, ou seja, como uma pessoa se torna uma neurótica obsessiva.

A pessoa, após a dissolução do complexo de Édipo, precisa desviar as exigências libidinais do período fálico, e o Eu, a partir de uma atitude de defesa, regressa ao estágio anal-sádico do desenvolvimento sexual infantil. Dessa forma, na neurose obsessiva, existe a regressão da libido às fixações desta organização sexual infantil, diferentemente da histeria, cuja regressão, como foi dito anteriormente, é feita aos objetos incestuosos da infância.

A regressão ao estágio anal-fálico acentua uma das características existentes na neurose obsessiva que se manifesta nos sintomas ambivalentes. Normalmente, quando um obsessivo diz que ama determinada pessoa, na verdade, o que ele quer dizer é que a odeia. Esta ocorrência se deve à transformação do amor em ódio realizada através da ação do recalque, e este mecanismo de defesa possui uma peculiaridade muito especial neste tipo de neurose.

Segundo Freud, o recalque na neurose obsessiva obtém um êxito apenas parcial, “estando constantemente sob a ameaça de um fracasso” (FREUD, 1907/1996, p. 114). Podemos dizer que existe um conflito interminável entre o representante da pulsão que deseja sair do inconsciente e uma força contrária que procura mantê-lo neste lugar. Esta força realizada pelo aparelho psíquico é denominada por Freud de contrainvestimento, e ela atua na formação dos sintomas obsessivos. Os pensamentos obsessivos e os atos obsessivos surgem, de um lado, como uma proteção contra o impulso inconsciente, e do outro, como uma proteção contra o mal que a descarga da libido pode causar. Dessa forma, o contrainvestimento tentará manter o conteúdo no inconsciente para que nenhum mal possa acontecer à pessoa.

A existência do contrainvestimento tem como resultado as formações reativas que são comuns na neurose obsessiva. Como dito anteriormente, o desejo inconsciente de matar uma pessoa pode surgir na neurose obsessiva a partir de uma formação reativa que tem por intenção dedicar enorme amor à pessoa odiada. Nesse sentido, existe um contrainvestimento ao impulso inconsciente que mascara o desejo inconsciente, como se houvesse uma negação da real intenção da pessoa. No caso apresentado, a formação reativa atuava como uma forma de negar o fracasso sexual do marido, permitindo que, na imaginação da esposa, ele obtivera êxito na noite nupcial.

A relação existente entre a formação reativa e o estágio anal-sádico reside no fato de que ela surge mediante uma necessidade de conter os “impulsos anal-eróticos e sádicos” (FREUD, 1913/1996, p. 344). Vimos anteriormente que esta organização pré-gentil infantil é

marcada pela dualidade da retenção e da evacuação, da passividade e da atividade, do masoquismo e do sadismo. A retenção das fezes na musculatura anal e a evacuação no momento desejado guardam semelhanças com o sadismo, na medida em que existe a tendência de dominar o objeto (retenção) e de destruí-lo (evacuação). No neurótico obsessivo, por exemplo, encontra-se frequentemente o desejo de se apoderar e destruir o objeto amado, barrado pelos contrainvestimentos que transformam esse desejo em algo atenuante, e, ao invés da destruição, o neurótico se mostra um devoto em ajudar a outra pessoa, fazendo com que nada lhe falte.

A existência desse sentimento hostil em relação a alguma pessoa faz com que o Supereu aja como se conhecesse as verdadeiras intenções do Eu, e o trata conforme isso. A defusão pulsional existente no momento da regressão fez com que a pulsão de morte pudesse ser dirigida do Supereu ao Eu, o que demonstra a característica agressiva da instância parental ao Eu. Ele, que por um lado sabe que é inocente, já que os impulsos hostis advêm do Isso, acaba acatando a severidade do Supereu, e isto faz com que se desenvolva no neurótico obsessivo o sentimento de culpa. Em alguns casos de neurose obsessiva, o Eu consegue escapar às críticas severas do Supereu criando uma nova série de sintomas que, para Freud, “representam uma satisfação de impulsos masoquistas” (FREUD, 1926/1996, p. 119).

Se na histeria os sintomas convergem para o corpo da pessoa, podemos estabelecer que os sintomas da neurose obsessiva manifestam-se em atos e pensamentos que tencionam mascarar o desejo inicial, sendo, portanto, frutos dos contrainvestimentos que o Eu procura estabelecer a fim de apaziguar as exigências do Isso e a severidade do Supereu. Além disso, este movimento contrário ao impulso permite manter o conteúdo recalcado no inconsciente. Dessa forma, existem dois lados antagônicos no sintoma obsessivo, na medida em que há, de um lado, o impulso inicial vindo do Isso e, de outro, uma força contrária do Eu que procura mascará-lo através das formações reativas. Apesar de parecer que o sintoma obsessivo não produz satisfação para o neurótico, segundo Freud (1926/1996), os sintomas da neurose obsessiva apresentam para o Eu uma satisfação narcísica, na medida em que eles lisonjeiam o amor próprio do obsessivo, fazendo com que ele se sinta melhor do que as outras pessoas, pois ele é mais limpo e mais bem intencionado.

Uma outra característica bastante importante presente na neurose obsessiva é a onipotência com que são acometidas as pessoas que sofrem dessa afecção. Segundo Freud (1909b/1996), essa onipotência pode estar associada à antiga megalomania da tenra infância, e pode ser encontrada nos pensamentos obsessivos de desejar que algum mal ocorra com alguma pessoa. Quando os obsessivos desejam esse tipo de coisa e ela realmente acontece,

eles a atribuem ao fato de eles superestimarem “os efeitos de seus sentimentos hostis sobre o mundo externo, porque uma vasta parcela de seus efeitos internos e mentais escapou aos seus conhecimentos conscientes” (FREUD, 1909b/1996, p. 203). Assim, através da formação reativa, o neurótico obsessivo consegue mascarar os seus impulsos sádicos a fim de proteger o mundo do perigo de sua onipotência.

Podemos também notar nesse tipo de neurose que as pessoas neuróticas obsessivas apresentam uma incapacidade de tomar decisões, especialmente no que diz respeito à vida amorosa. Normalmente, eles decidem por aquelas pessoas que estão mais perto da morte, pois a realização desse desejo amoroso se torna impraticável. Por exemplo, o neurótico obsessivo casado e insatisfeito em seu casamento espera que a esposa peça o divórcio ou que ela faleça, ao invés de ele mesmo tomar a decisão sobre a separação.

Bastante comum na neurose obsessiva é agir como se estivesse desfazendo o que havia feito. Nessa conduta, a pessoa realiza uma determinada atividade para cancelar uma já feita, acreditando que a primeira ação foi cancelada pela segunda. Esse tipo de atitude não é encontrado apenas em atos obsessivos, mas também nos pensamentos. Por exemplo, passa pela cabeça de um neurótico obsessivo o desejo de que uma pessoa morra, e com medo de que isso realmente aconteça, ele pensa logo em seguida que essa pessoa está viva e feliz. E o obsessivo repetirá esse ritual quantas vezes forem necessárias para quebrar o encanto do pensamento ou da ação indevidos.

Com relação à dúvida comumente presente na neurose obsessiva, Freud diz que ela “corresponde à percepção interna que tem o paciente de sua própria indecisão, a qual, em consequência da inibição de seu amor através de seu ódio, dele se apossa diante de qualquer ação intencionada” (FREUD, 1909b/1996, p. 208). A dúvida, nesse sentido, surge como uma dúvida em relação ao seu próprio amor, pois era para ela ser a maior certeza de sua mente. Como ele não sabe a exatidão de seu próprio amor, o neurótico obsessivo duvida das suas medidas protetoras em relação ao mundo, fazendo com que ele as realize para expulsar de si a incerteza. Dessa forma, quando uma pessoa que padece desse sofrimento está tendo o pensamento de que nenhum mal ocorra a uma outra pessoa, pode ser que irrompa o oposto dessa ideia, e isto faz com que ele comece a desconfiar de suas reais intenções.

Outra ocorrência bastante comum na neurose obsessiva é conhecida como a técnica do isolamento, que consiste no fato de o neurótico obsessivo, ao realizar alguma coisa desagradável, manter um intervalo até que possa fazer outra coisa. Esse comportamento tem estrita relação com o recalque, na medida em que, na neurose obsessiva essa ação efetuada pelo aparelho psíquico muitas vezes não alcança a amnésia, sendo, portanto, a experiência não

esquecida, mas destituída de seu afeto, “e suas conexões associativas são suprimidas ou interrompidas, de modo que permanece como isolada, não sendo reproduzida nos processos comuns do pensamento” (FREUD, 1926/1996, p. 120). O efeito produzido por esse isolamento é o mesmo que acontece no recalque sucedido pela amnésia.

Ainda falando mais a respeito da relação entre as instâncias neste tipo de neurose, o Supereu se mostra bastante rude e severo, e o Eu, obedecendo a essa instância, produz fortes formações reativas. A severidade se revela “na condenação da tentação de continuar com a masturbação infantil inicial, que agora se liga a ideias (anal-sádicas) regressivas, mas que, não obstante, representa a parte não subjugada da organização fálica” (FREUD, 1926/1996, p. 116). O neurótico obsessivo, por medo da castração, acaba realizando os seus atos compulsivos como um substituto do prazer advindo da masturbação infantil.

Por conta da regressão da libido, na puberdade, o conflito psíquico se acentuará ainda mais, na medida em que os impulsos agressivos iniciais serão novamente despertados, e também os impulsos libidinais seguirão o caminho adotado pela regressão, tornando-se também agressivos. Por conseguinte, o Eu se vê diante de um conflito entre os impulsos cruéis e violentos que chegam à consciência advindas do Isso, com o rigor ético aplicado por um Supereu severo que condena a sexualidade regredida ao estágio sádico-anal, por ter sido ela anteriormente repreendida. Dessa forma, Freud escreve que

na neurose obsessiva o conflito é agravado em duas direções: as forças defensivas se tornam mais intolerantes e as forças que devem ser desviadas se tornam mais intoleráveis. Ambos os efeitos se devem a um único fato, a saber, a regressão da libido (FREUD, 1926/1996, p. 118).

Devido ao fato de ser o mediador do conflito causado pelos impulsos do Isso e da severidade do Supereu, o Eu restringido do neurótico obsessivo encontra satisfação substitutiva nos sintomas. O resultado desse empreendimento pode ser a paralisação da vontade do Eu, fazendo com que não consiga se decidir a não ser tendo como base os dois lados do conflito. Dessa forma, ao invés de conseguir realizar atividades por conta própria, o Eu perde a sua liberdade, na medida em que tem de realizar as vontades incontrolláveis do Isso, ao passo que também tem que fazer as coisas sob os olhos vigilantes do Supereu.

Quando o neurótico obsessivo não consegue realizar uma de suas atividades obsessivas, ele é acometido por uma sensação de angústia, resultante do conflito existente entre a instância parental e o Eu. Por ser o Supereu resultado da dissolução do complexo de Édipo, o Eu teme que esta instância possa castigá-lo com a castração fálica. Para fugir dessa castração, o Eu executa obedientemente todas as exigências do Supereu, “executando as

ordens, precauções e penitências que lhe foram inculcadas” (FREUD, 1926/1996, p. 128). Caso o obsessivo não consiga realizar nenhuma dessas tarefas, ele é dominado por um sentimento de mal-estar, resultante desse medo de ser castrado.

#### **4.4. A perversão**

A perversão discutida na obra freudiana normalmente sempre foi apresentada a partir da sua relação dialética com a neurose, fato este comprovado em trechos no qual o autor se refere à neurose como o negativo da perversão. Além disso, a detonação de uma perversão pressupõe a existência de normas sociais cuja conduta perversa está relacionada às práticas que subvertem a normalidade. Por exemplo, a homossexualidade que era considerada uma prática normal na antiguidade grega, passa, a partir da instauração do cristianismo, a ser considerada uma conduta aberrante que perverte a normalidade construída por esta doutrina. Por conta disso, o que era considerado normal por uma série de fatores construídos a partir de um código de conduta, passa a ser considerado aberrante por conta da existência de uma nova norma social.

Em Freud, a perversão, além de se circunscrever a partir da dialética com a neurose, ela é discutida a partir da concepção de sexualidade infantil, trazendo como ponto central uma forma de expressão sexual que não tem como objeto e finalidade o intercuro realizado por um homem e uma mulher adultos. Nesse ponto da teoria freudiana, a perversão existe como uma manifestação infantil da sexualidade, compreendendo que o perverso adulto é uma pessoa que encontra a satisfação da libido da mesma forma que encontrava quando era criança. Apesar de essa constatação estar presente também na neurose, na medida em que há uma regressão às fixações da sexualidade infantil, na perversão, segundo Freud (1917c/1996), há a regressão, porém não existe a ação do recalque. Dessa forma, seria como se o perverso não encontrasse resistências para manifestar a sua sexualidade da forma como ele bem entendesse.

Apesar de não existir a ação do recalque na perversão, é importante salientarmos que outro mecanismo psíquico atua na formação de um perverso e, antes de adentrarmos nessa discussão, apresentaremos as principais distinções que o autor faz em relação aos perversos. Para Freud, eles podem ser organizados em dois grupos, distinguindo-os a partir dos caminhos adotados pela pulsão sexual.

O primeiro grupo pode ser compreendido por perversos que praticam a perversão em relação ao objeto. É formado por pessoas que fixaram a sua libido em um único objeto em detrimento dos demais, sendo esse objeto contrário a uma norma estabelecida. Essas pessoas mantêm relação sexual com um parceiro humano do mesmo sexo (homossexualidade), com parceiros imaturos sexualmente (pedofilia), com pessoas da mesma família (incesto) e consigo mesma (autoerotismo). Por outro lado, segundo Roudinesco e Plon (1998), o objeto pode ser não humano, como no caso do fetichismo, da zoofilia e do travestismo.

No segundo grupo estariam pessoas que realizam perversões em relação ao alvo da pulsão, conseguindo obter prazer apenas mediante esse tipo de realização. Estão nesse grupo pessoas que praticam o prazer visual (exibicionismo e voyeurismo), o prazer de sofrer ou fazer sofrer (masoquismo e sadismo), e o “prazer pela superestimação exclusiva de uma zona erógena (ou de um estádio), isto é, ou da boca ou do aparelho genital” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 585).

Fazendo uma relação entre algumas destas formas de perversão com as manifestações da sexualidade infantil, podemos estabelecer que a homossexualidade é o resultado do não recalçamento de uma porção do componente bissexual da libido inerente ao ser humano, e, também, expressão da identificação com a pessoa do mesmo sexo efetuada na dissolução do complexo de Édipo. Desse modo, o homossexual masculino identifica-se com a mãe, e passa a tomar como objetos substitutos de seu pai, procurando neles o objeto perdido na dissolução desse complexo.

Um outro tipo de pessoa perversa, o sádico, manteria a realização de atividades sádicas para a obtenção de prazer, da mesma forma que pode ser encontrada em crianças no estágio anal-sádico. Por conta dessa relação entre a perversão e a vida sexual infantil, é possível constatar que a sexualidade perversa é imatura, na medida em que ela ainda está associada às formas de obtenção de prazer da infância. Por outro lado, é difícil rotular a perversão como uma aberração humana e um caso isolado, pois ela pode ser encontrada na infância de todas as pessoas, sendo algo inerente ao ser humano. Assim, segundo Garcia-Roza (1994/2005), a perversão para Freud não poderia ser considerada uma degenerescência, porque a sua concepção não leva em consideração como finalidade da pulsão sexual a reprodução, mas busca compreendê-la a partir da sua relação com a produção de prazer.

A adoção dessa postura em relação às perversões possibilitou ao autor a abertura de caminhos que possibilitassem a explicação da etiologia dessa afecção psíquica. Seria necessário explicá-la além da sua relação dialética com a neurose, não mais compreendendo a perversão apenas como o negativo desta outra. Para tanto, da mesma forma que na neurose,

Freud procura compreender a causação da perversão na sexualidade infantil e, mais precisamente, na diferença anatômica entre os sexos e na dissolução do complexo de Édipo. Desse modo, o autor

passou de uma descrição das perversões sexuais para uma teorização do mecanismo geral da perversão que já não era apenas o resultado de uma predisposição polimorfa da sexualidade infantil, mas a consequência de uma atitude do sujeito humano confrontado com a diferença sexual (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 585)

O mecanismo geral da perversão tem como motor a inserção da criança dentro da questão sobre a diferença anatômica entre os sexos. Ao se deparar com a ausência de pênis na mãe, o infante pode ter algumas atitudes em relação a isso, como, por exemplo, aceitar que a mãe não possui o órgão, ou, e aqui está inserido o perverso, negar esta ausência. Diante da constatação da falta de pênis na mãe, a criança renega esta ausência, renegando assim, também, a realidade, na medida em que a mãe não é dotada deste órgão. Por conta disso, Freud diz que o conflito entre a percepção da falta e a renegação [*Verleugnung*] dela faz com que a criança crie um “compromisso, tal como só é possível sob o domínio das leis inconscientes do pensamento” (FREUD, 1927a/1996, p. 156-157). Desse modo, a criança, em seu inconsciente, acredita que a mãe teve um pênis, e que este foi substituído por outra coisa, renegando também o complexo de castração.

Diante dessa constatação da realidade e a sua renegação, o perverso cria um objeto que possa substituir o pênis da mãe, mantendo presente uma contradição aparente em relação à castração, na medida em que, se ele nega que a mãe seja castrada, como pode ele criar um substituto para o órgão que não estaria ausente? Para explicar tal contradição, Freud (1927a/1996) acredita que ocorre no aparelho psíquico do perverso uma clivagem [*Spaltung*] do Eu, no qual uma parte dessa instância acredita na presença do pênis, enquanto que a outra a nega. Segundo Dor (1993/1996) este procedimento existente no aparelho psíquico dos perversos não é condição apenas para esse tipo de pessoas, podendo ser encontrado nos seres humanos como um todo.

Na perversão denominada fetichismo,

a elaboração do objeto fetiche é uma formação de compromisso entre duas correntes psíquicas conflitantes: uma consigna a ausência do pênis na mãe; a outra lhe atribui imaginariamente o pênis que supostamente falta na forma do objeto fetiche (DOR, 1993/1996, p. 419).

De acordo com essa passagem, percebemos que o objeto do fetiche nada mais é que um objeto que vem substituir a ausência de pênis da mãe, ou seja, que está no lugar de algo

que falta. Colocar um objeto sobre uma determinada parte do corpo da pessoa como um substituto do pênis materno possibilita continuar negando a castração da mãe, tomando-a como detentora do falo. Por conta da clivagem subjetiva, uma parte do perverso acredita que a mãe ainda possui o objeto que o pai teria lhe retirado e a outra acredita que o pai a castrou. Segundo Freud, a ação do fetichista contém “em si própria as duas asserções mutuamente incompatíveis: ‘a mulher ainda tem um pênis’ e ‘meu pai castrou a mulher’” (FREUD, 1927a/1996, p. 159). Assim, o fetichista age contraditoriamente colocando um objeto onde na verdade, em sua crença, já deveria estar presente.

De acordo com Dor (1993/1996), por querer renegar a realidade da ausência de pênis na mãe, o fetichista coloca o objeto fetiche na mulher, substituindo um objeto faltante por um objeto da realidade, o que lhe permite não renunciar ao falo da mulher. Além disso, todo esse movimento lhe permite neutralizar a angústia de castração, como se a sua capacidade de por objetos faltantes em seus lugares lhe deixasse ileso da ameaça de castração.

A pessoa homossexual, ao contrário do fetichista, se defenderia do complexo de castração fixando-se em suas próprias representações infantis de uma mulher fálica. Desse modo, o homossexual regrediria a sua libido às fantasias inconscientes da época em que ele acreditava ser a mãe dotada de um pênis, fazendo com que isso resulte na repetição de procurar homens que, por outras características somáticas e psíquicas, se assemelhem a uma mulher. Além disso, na dissolução do complexo de Édipo existem os procedimentos de identificação e escolha de objeto que foram anteriormente tratadas nesta seção.

Sobre a possível relação existente entre o Supereu e o Eu na perversão é difícil estabelecer, na medida em que não pudemos encontrar em Freud alguma coisa que falasse a respeito disso.

#### 4.5. A psicose

A psicose, ao lado da neurose e da perversão, também apresenta como um dos fatores constituintes a regressão e a fixação da libido a um estágio do desenvolvimento sexual infantil. O psicótico, diante de uma realidade externa frustrante, realiza a ação do recalque<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup> A atribuição do recalque como mecanismo psíquico atuante na psicose pode se mostrar delicado, na medida em que alguns psicanalistas posteriores a Freud, como Lacan, atribuem a esta afecção psíquica um outro mecanismo denominado ‘foraclusão’ [*Verwerfung*; *Forclusion*]. Justificamos o uso do recalque como forma explicativa da psicose porque ele é atribuído por Freud em “O Caso Schreber” (1911a) como o mecanismo causador desta patologia. Podemos encontrar isto em inúmeras passagens, como nesta: “(...) descobriremos que a maneira pela qual o processo de recalque ocorre acha-se muito mais intimamente vinculado à história do

que lhe permite desligar a libido dos objetos externos. Devido a essa ação, a libido se encontra suspensa, permitindo que ela regreda às fixações inconscientes existentes na época do narcisismo infantil, o que acarreta num retorno da libido ao próprio Eu do sujeito. Dessa forma, essa “retração para longe de seus objetos, e de sua acomodação no Eu sob forma de libido narcísica” (FREUD, 1917c/1996, p. 422) caracterizará os sintomas da psicose, como a megalomania, a mania de perseguição, os delírios, a mania de ciúmes, a cisão com a realidade e a erotomania (delírios eróticos).

Segundo Freud (1917c/1996), quando o psicótico retira dos objetos do mundo externo o investimento de sua libido e a investe em seu próprio Eu, ele mantém um esforço para tentar novamente alcançar esses objetos (representações dos objetos), fazendo com que ele se agarre não às representações reais desses objetos, mas em suas sombras, ou seja, nas representações verbais desses objetos. É interessante perceber que esse retraimento às fantasias inconscientes infantis é uma das condições essenciais para a formação do delírio psicótico.

Na paranóia, um dos tipos de psicose descrito por Freud, constatamos a existência dos delírios de perseguição que se caracteriza pela crença do psicótico de estar sendo perseguido por alguém. Normalmente, a pessoa que o persegue em seu delírio possui o mesmo sexo que o seu, além de o perseguidor ser alguém que o psicótico amava. Por conta disso, “a paranóia persecutória é a forma da doença na qual uma pessoa se defende contra um impulso homossexual que se tornou demais intenso” (FREUD, 1917c/1996, p. 422), transformando a afeição ao objeto em ódio. Podemos hipotetizar a partir disso que a defesa contra o impulso homossexual fez com que, no inconsciente, a libido se ligue às fantasias de ódio em relação ao objeto amado, na medida em que um impulso hostil dirigido ao objeto ainda estaria permanente nessa região do aparelho psíquico. Dessa forma, o aparecimento do delírio apenas reviveu uma hostilidade que havia sido recalcada e mantida no inconsciente.

A relação entre a homossexualidade e a psicose pode ser ainda constatada com o retorno da libido ao narcisismo, pois “a escolha objetal homossexual se situa mais próxima do narcisismo, do que ocorre com a escolha heterossexual” (FREUD, 1917c/1996, p. 426-427). Por conta disso, quando existe um impulso homossexual que a pessoa quer repelir, o caminho mais fácil encontrado pela libido é regredir às fixações do narcisismo, devido à aproximação desta fase com a escolha objetal homossexual.

---

desenvolvimento da libido (...). Como título de observação, a forclusão pode ser compreendida como “um mecanismo através do qual se produz a rejeição de um significante fundamental para fora do universo simbólico do sujeito. Quando essa rejeição se produz, o significante é foracluído. Não é integrado no inconsciente, como o recalque, e retorna sob a forma alucinatória no real do sujeito” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 585).

A megalomania, outro sintoma presente na psicose, está intimamente relacionada com a mania de perseguição, na medida em que a pessoa, ao se colocar numa posição de extrema importância em relação ao mundo, acredita que as outras pessoas estão perseguindo-a para lhe roubar algo valioso que ela julga possuir. A ocorrência dessa supervalorização da pessoa frente às demais se assemelha à onipotência infantil, e é fruto da retirada da libido dos objetos externos e do investimento no próprio Eu, fazendo com que exista uma “supervalorização sexual” (FREUD, 1911a/1996, p. 73) desta instância, como o fora na época do narcisismo infantil.

Quando o psicótico retira a sua libido que antes estava investida em objetos externos e passa a investi-la em seu próprio Eu, esse retorno faz com que exista uma cisão dessa pessoa com a realidade, fazendo com que ele necessite criar uma realidade nova a partir dos componentes que estão em seu psiquismo. Segundo Freud, essa pessoa passará a construir essa realidade a partir de seus delírios, o que nos permite estabelecer que a “formação delirante é [...] uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução” (FREUD, 1911a/1996, p. 78) da realidade externa renegada. Essa reconstrução acontecerá a partir da projeção de certos componentes psíquicos, como, por exemplo, as fantasias inconscientes. Portanto, podemos estabelecer que os psicóticos padecem de delírios que nada mais são que conteúdos psíquicos que foram projetados na realidade externa.

Percebemos que os conteúdos psíquicos que formarão uma nova realidade nada mais são que percepções da realidade externa que foram armazenadas no interior do aparelho psíquico, como as memórias, ideias e os julgamentos. Segundo Freud (1924b/1996), percebe-se que os delírios provenientes dessa realidade são sentidos como aflitivos e geradores de angústia, e isto tem como resultado as forças antagônicas que agem na formação desses sintomas. Essas sensações desprazerosas podem ser fruto de um “fragmento de realidade rejeitado [que] constantemente se impõe à mente, tal como a pulsão recalcada faz na neurose” (FREUD, 1924b/1996, p. 207-208).

Por conta dessa relação bastante peculiar entre o psicótico e a realidade externa, Freud atribui o conflito desta doença entre o Eu e o mundo externo. Para poder sustentar a existência desse conflito, o Eu busca auxílio no Isso, criando um novo mundo a partir dos impulsos provenientes dessa instância, aliados aos restos psíquicos do Eu inconsciente. Por mais que a aliança estabelecida entre as duas instâncias pareça não trazer conflito nenhum à pessoa psicótica, este advém da denegação da realidade por parte do Eu e o consequente retorno dos fragmentos da realidade rejeitada que atormentam a vida desta instância. Dessa forma, aliar-se ao Isso não traz menos sofrimento ao Eu.

## **CAPÍTULO 5**

### **A DIACRONIA DA IDENTIDADE PESSOAL EM FREUD**

*Tenho de me lembrar. O passado é que veio a mim, como  
uma nuvem, vem para ser reconhecido: apenas, não estou  
sabendo decifrá-lo.*  
Guimarães Rosa

*Tem mais presença em mim o que me falta  
Aonde eu não estou as palavras me acham*  
Manoel de Barros

#### **5.1. A identidade pessoal sob o ponto de vista sincrônico**

Nos capítulos anteriores discutimos o problema sincrônico da identidade pessoal a partir do ponto de vista da obra freudiana, tomando como ponto de partida a ideia de que uma pessoa é constituída por uma subjetividade que lhe permite pensar “o que eu sou mais fundamentalmente?” e por um corpo biológico humano. Pensando nesses dois pontos, discutimos que para Freud uma pessoa se constitui por um corpo que não se restringe apenas ao seu corpo biológico, pois este está perpassado pela sexualidade que causa determinadas transgressões em sua ordem biológica. Denominamos este corpo de erógeno, na medida em que ele é formado por diversas zonas erógenas e está estritamente vinculado com a obtenção de sensações prazerosas. Assim, podemos estabelecer que uma determinada região do corpo que seria utilizada para uma finalidade biológica específica, como, por exemplo, a alimentação realizada através da boca, ao ter contato com a obtenção de prazer feita através da estimulação desta região, ela passa a ser utilizada como uma fonte capaz de produzir sensações prazerosas.

A possibilidade de se pensar esse corpo transgredido e não restritivo ao biológico é dada pela utilização do conceito de pulsão. Apresentamos no segundo capítulo a definição desse conceito como sendo uma força constante que se origina em fontes de estimulação no interior do organismo que irá se ligar aos representantes psíquicos conhecidos como afetos e ideias. Nessa conceituação, temos que a pulsão tem uma vinculação entre a mente e o somático, pois ela é uma força que se origina no corpo e que se liga a determinados

representantes inseridos dentro do aparelho psíquico. Essa ligação permite compreendermos ainda mais o papel da sexualidade na constituição de uma pessoa.

O conceito de pulsão está perpassado, como visto anteriormente, por quatro termos fundamentais; fonte, pressão, objeto e finalidade. Nesse sentido, temos que a pulsão apresenta uma pressão vinda de uma fonte somática cuja finalidade é a obtenção de prazer através da descarga em um determinado objeto. A satisfação da pulsão ocorre quando há uma diminuição da tensão provocada pela pressão constante existente nela. Em contrapartida, quando não é possível satisfazer as exigências da pulsão, a pessoa sente o acúmulo de energia pulsional no interior do aparelho psíquico como desprazer.

A utilização conceitual de pulsão ao invés de instinto permite compreender a sexualidade não apenas restritiva à reprodução sexual, pois o conceito utilizado por Freud nos capacita a entender que a pulsão não guarda em si uma finalidade e um objeto específico e hereditariamente fixado. Nesse caso, a constituição de uma pessoa está às voltas com uma sexualidade que não obedece a algo previamente estabelecido, pois ela procura sempre encontrar a satisfação mediante aquilo que lhe foi experimentado, anteriormente, como prazeroso.

Dentro da importância da sexualidade para a constituição de uma pessoa temos a teoria freudiana acerca dos estádios do desenvolvimento sexual infantil que nos permite compreender a razão de determinadas regiões do corpo serem escolhidas para a obtenção de prazer no adulto, além de poder pensar no quanto esse desenvolvimento é importante para a subjetividade. Cada uma das fases destes estádios tem uma zona erógena predominante, que antes de ser utilizada para a obtenção de prazer exercia apenas a função somática vital. Os estádios foram divididos por Freud em estágio oral, estágio anal-sádico, estágio fálico e estágio genital.

Embora a passagem de um estágio a outro possa ser efetuado de maneira tranquila, comumente observamos que o infante não consegue abandonar por completo a forma de obter satisfação do estágio anterior mantendo-se fixado nele. Quando existe essa fixação, a pulsão mantém-se vinculada ao conteúdo psíquico da experiência de satisfação, podendo ser ele, por exemplo, uma fantasia ou um objeto. A questão da fixação tem uma enorme importância para a constituição de uma pessoa, pois, diante de uma adversidade futura, ou seja, a impossibilidade de descarregar a pulsão sexual, ela tende a voltar aos conteúdos fixados que permanecem sempre inalterados no inconsciente. Discutimos sobre isso no capítulo anterior e retomaremos, em linhas gerais, adiante.

O desenvolvimento da sexualidade infantil se mostra ainda mais importante na constituição de uma pessoa na ocorrência de um evento existente dentro do estágio fálico conhecido como complexo de Édipo. Esse momento é importante para a constituição de uma pessoa, na medida em que ele será determinante na construção da subjetividade humana, por conta do estabelecimento de uma subjetividade feminina ou masculina, além de haver a identificação com uma das figuras parentais, a determinação da escolha objetal, a construção de uma nova instância no aparelho psíquico e a construção de uma personalidade normal ou patológica.

Não podemos deixar de articular o desenvolvimento da sexualidade infantil com a noção freudiana de aparelho psíquico, na medida em que ambos estão imbricados. A noção de que a pulsão sempre busca a descarga por conta da pressão que ela exerce no aparelho psíquico está associada com a ideia de que ele funciona mediante o princípio de prazer. De acordo com isso, o aparelho tende a manter o nível de excitação o mais baixo ou constante possível, e se a quantidade de excitação for excedida, a pessoa sentirá isso como desprazer. Articulando com a sexualidade infantil, o acúmulo de pulsão no aparelho psíquico faz com que ele precise escoar esse excesso, e o escoamento é sentido como prazer.

A pessoa, diante de um estímulo desagradável que vem do ambiente, consegue esquivar-se mediante uma ação de fuga, ao passo que, para lidar com as pulsões que são internas ao organismo, o aparelho psíquico precisa utilizar alguns mecanismos de defesa, na medida em que, levar a cabo o investimento pulsional poderia ocasionar em um desequilíbrio entre as diversas instâncias do aparelho, além de não ser culturalmente aceito. Percebemos nesse caso duas coisas importantes: a subjetividade pensada por Freud é dividida, e as suas partes constituintes estão em constante conflito e, além disso, a cultura exerce um papel determinante sobre a constituição de uma pessoa.

No terceiro capítulo do presente trabalho, apresentamos que na obra freudiana conhecida como psicanalítica existem duas concepções a respeito do que vem a ser o aparelho psíquico. Em um primeiro momento, conhecido como primeira tópica, o psicanalista vienense distingue as partes constituintes desse aparelho em Consciente, Pré-consciente e Inconsciente. A relação conflituosa se estabelecia principalmente entre os sistemas Consciente/Pré-consciente e Inconsciente, sendo que os sistemas responsáveis pela percepção e representações verbais precisavam demandar uma enorme quantidade de forças para manter os conteúdos recalcados no outro sistema. Além disso, cada uma das partes deste aparelho é regulada por um princípio de funcionamento próprio, sendo o Pré-consciente regido pelo princípio de realidade e o Inconsciente pelo princípio de prazer. A descarga das moções

pulsionais plenas de desejo situadas no Inconsciente seriam experimentadas por este sistema como prazer, ao passo que o Consciente/Pré-consciente sentiria isto como desprazer.

Retomando, em linhas gerais, uma discussão feita no terceiro capítulo, o Inconsciente, dentro de seu sentido tópico, é uma instância do aparelho psíquico que a consciência não tem acesso, mas que se revela através dos sintomas, do ato falho, dos lapsos, dos sonhos e dos chistes. De acordo com Roudinesco e Plon, “o inconsciente, segundo Freud, tem a particularidade de ser ao mesmo tempo interno ao sujeito (e a sua consciência) e externo a qualquer forma de dominação pelo pensamento consciente” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 375). Essa passagem revela algo bastante interessante a respeito do Inconsciente, pois a parte mais importante do aparelho psíquico, segundo Freud, não se revela à consciência a não ser sob a forma de um mascaramento, realizado através de um trabalho por parte do Inconsciente para driblar a censura. Os conteúdos existentes nessa parte do aparelho psíquico sofreram a ação de um mecanismo de defesa conhecido como recalque que retirou do Consciente o representante psíquico investido pela pulsão e o alojou no Inconsciente. Como esses conteúdos constantemente procuram a satisfação, resta ao aparelho psíquico empreender novas forças para mantê-lo onde está e, cabe ao Inconsciente vencer essa censura associando esses conteúdos a outros representantes psíquicos encontrados no Pré-consciente. As ações efetuadas pelo Inconsciente chamam-se deslocamento e condensação. Caso o Inconsciente tenha sucesso nessa empreitada, o conteúdo mascarado pode aparecer sob a forma de um sintoma, por exemplo.

A existência do trabalho de deformação efetuado pela censura permite a compreensão do estranhamento que a pessoa tem diante das manifestações do Inconsciente. Diante de um ato falho, a pessoa não consegue compreender os motivos que a levaram a cometê-lo por conta de todo o trabalho efetuado para mascara-lo, necessitando de toda uma análise minuciosa para desconstruir o trabalho e condensação e deslocamento. Sem esse trabalho, o conteúdo inconsciente não conseguiria seu acesso ao consciente, visto que a censura não permitiria isso.

Quando pensamos a constituição da subjetividade de uma pessoa a partir dessa noção de aparelho psíquico, temos que ela não se restringe à consciência, na medida em que a parcela mais abrangente e importante do psiquismo é inconsciente, não apenas em seu sentido descritivo, como em seu sentido dinâmico. Dessa forma, ao compreendermos a relevante parcela inconsciente da vida mental de uma pessoa, temos que a expressão dos conteúdos do sistema Inconsciente causam uma certa estranheza à pessoa, na medida em que ela parece não se reconhecer naqueles conteúdos que irrompem à consciência.

A modificação teórica efetuada pelo advento da segunda tópica permitiu que pensássemos o aparelho psíquico e a subjetividade de uma pessoa de outra forma. De acordo com Laplanche e Pontalis, nesse segundo momento “o termo inconsciente é usado, sobretudo, na sua forma adjetiva” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1968/2001, p. 236) e as suas características são atribuídas, de um modo geral, ao Isso. Além disso, as outras partes do aparelho psíquico da segunda tópica tem sua parcela inconsciente, como o Eu e o Supereu.

No terceiro capítulo apresentamos a proposta freudiana a respeito do segundo modelo de aparelho psíquico, mostrando que o Isso é a parte inacessível e obscura da personalidade humana, estando a sua extremidade aberta às influências somáticas, cujas pulsões encontram expressão nessa instância. Uma parte dela se diferenciara a partir de seu contato com o mundo externo, tornando-se uma nova instância conhecida como Eu, cuja extremidade superior se localiza o sistema perceptual-consciente, e a sua parte inferior está fundida com o Isso.

O Eu tem um papel de destaque na segunda tópica, cabendo a ele o papel de mediador das instâncias psíquicas. Ele procura exercer a influência do mundo externo ao Isso, procurando substituir o princípio de prazer, que reina em absoluto nessa instância, pelo princípio de realidade. Essas ações efetuadas pelo Eu se mostram necessárias, na medida em que o Isso procura sempre obter a satisfação de seus impulsos, não medindo esforços para essa realização.

De acordo com a segunda tópica, temos que o psiquismo de uma pessoa não se restringe a um Eu totalmente consciente, na medida em que existem outras instâncias no aparelho psíquico que apresentam uma estruturação distinta da instância organizada, além de haver uma importante parcela inconsciente no Eu. Desse modo, esta instância revela um engodo à pessoa, na medida em que a posição de subjetividade determinada por ela não se restringe à consciência e à racionalidade, revelando assim determinados conteúdos inconscientes mascarados pelo trabalho da censura. Além disso, a relação que a pessoa estabelece com as outras é determinante para a formação do Eu, na medida em que ele é também constituído a partir das diversas identificações com outras pessoas que ela estabelece no decorrer da sua existência.

Quando ocorre a demolição do complexo de Édipo, uma nova instância se forma no aparelho psíquico, conhecida como Supereu, e ela é a interiorização das exigências e das interdições parentais. O papel efetuado por essa nova instância é parecido com a de um juiz ou de um censor do Eu. Além disso, a inserção da pessoa dentro da cultura se dá a partir da formação dessa nova instância.

Percebemos nesses casos que o Eu tem que lidar com três coisas ao mesmo tempo: com a constante busca por satisfação efetuada pelas pulsões encontradas no Isso, com um Supereu severo e crítico e com uma realidade externa que se mostra muitas vezes arredia. Nesse sentido, foi a partir desse segundo modelo de aparelho psíquico que apresentamos as concepções freudianas a respeito da construção de determinadas afecções psíquicas para mostrar como a relação conflituosa entre as instâncias permite compreendermos a constituição das pessoas neuróticas, perversas e psicóticas.

A etiologia dessas doenças psíquicas e, mais precisamente da neurose, perpassa pela teoria freudiana da sexualidade e também pela sua noção de aparelho psíquico. Trazendo novamente em linhas gerais uma discussão já efetuada no capítulo anterior, diante de uma frustração externa, por não conseguir investir a libido em algum objeto do mundo, ou por conta de uma repressão efetuada pelo Supereu, a pessoa introjeta a pulsão sexual para o interior do aparelho psíquico, fazendo com que essa libido regrida às fantasias incestuosas infantis do período edípico que estão alojadas no inconsciente. Por conta de esses conteúdos recalçados serem novamente despertados, o Eu precisa efetuar novamente a ação do recalque para mantê-los no inconsciente. Contudo, essa ação não se mostra totalmente bem sucedida porque os conteúdos inconscientes conseguem encontrar expressão através de formações substitutivas, como os sintomas. O aparecimento dessas formações do inconsciente é conhecido como o retorno do recalçado.

Os conteúdos da fantasia infantil aos quais a pulsão encontra vinculação remetem aos períodos do desenvolvimento sexual infantil, como as fantasias do período anal-sádico e do complexo de Édipo. Isso quer dizer que as experiências de satisfação realizadas nesses períodos mantêm-se intactas no inconsciente, podendo ser despertadas a qualquer momento, desde que haja um investimento da pulsão sexual que buscará a descarga.

Na psicose, a regressão se efetua às fantasias infantis do período da sexualidade infantil conhecido como narcisismo, havendo o retorno da libido ao próprio Eu da pessoa psicótica. Nesse sentido, o psicótico retira do mundo o seu investimento pulsional e passa a investir nas representações de objeto que se encontram em seu próprio aparelho psíquico.

O perverso, por sua vez, apresenta uma constituição um tanto delicada, na medida em que pode haver a regressão às fantasias fixadas no inconsciente, mas sem a ação do recalque. Desse modo, o perverso procura obter a satisfação da mesma forma que fazia quando era criança, sem a necessidade do mascaramento pelo qual o neurótico passa. Ainda, numa das formas de perversão conhecida como fetichismo, existe uma tentativa de o perverso se defender através da renegação contra a constatação da diferença anatômica entre os sexos,

mais precisamente, da ausência de pênis na mãe, colocando sobre as mulheres um objeto que preencha essa falta. Por haver essa ação por parte do perverso, Freud acredita que exista uma clivagem no Eu dessa pessoa, na medida em que ela, ao mesmo tempo em que constata a falta de pênis nas mulheres, a nega.

Voltando novamente à questão do aparelho psíquico e a etiologia da neurose e da psicose, para Freud, se diante de uma frustração o Isso tomar conta da situação, temos o aparecimento de uma psicose, ao passo que, se o Eu tentar amordaça-lo com a ajuda do Supereu, teremos o aparecimento de uma neurose. Nesse caso, compreendemos o quanto a existência dos conflitos psíquicos é importante para a constituição de uma pessoa.

Dessa forma, tentamos explicitar que pensarmos a sincronia da identidade pessoal em Freud reside no fato de compreendermos que uma pessoa é dotada de uma subjetividade marcada por uma divisão em seu psiquismo, no qual as instâncias que fazem parte do aparelho psíquico são conflitantes. Além disso, a parcela mais importante da mente é inconsciente, que comumente encontra expressão através de um mascaramento de seu conteúdo em sintomas, atos falhos, sonhos e chistes. Levando-se em conta essa problemática de um psiquismo dividido e conflituoso, temos ainda que ele é marcado pelas pulsões que transformam um corpo biológico em um corpo perpassado pela sexualidade, além de trazer nesse aparelho psíquico uma instância que representa os valores culturais.

Ao pensarmos a constituição de uma pessoa para Freud, temos que também levar em consideração o aspecto diacrônico da identidade pessoal, ou seja, o que permanece em uma pessoa em dois tempos distintos que permite estabelecer uma identidade. Antes de adentrarmos nessa questão para o autor, retomaremos brevemente a discussão filosófica acerca desse problema existente no âmbito da filosofia da mente, para depois podermos articulá-lo com a obra freudiana.

O problema diacrônico da identidade pessoal envolve distinguirmos a identidade numérica da identidade qualitativa, na medida em que uma pessoa muda qualitativamente no decorrer de sua existência, ao passo que permanece a mesma em termos numéricos. Nesse sentido, podemos pensar que uma pessoa é numericamente igual a ela mesma, embora seus aspectos qualitativos tenham mudado no decorrer do tempo. Assim, o que permanece em uma pessoa em dois tempos distintos que permite estabelecer que ela é a mesma? Para respondermos a esse questionamento existem duas abordagens centrais: a abordagem psicológica, que leva em consideração os aspectos mentais; e a abordagem somática, que pensa que a mesmidade da identidade está associada à continuação do corpo.

A abordagem psicológica postula que os processos mentais são os responsáveis pela identidade pessoal. De acordo com ela, esses processos podem mudar no decorrer do tempo, mas alguns permanecem os mesmos e fazem com que a pessoa tenha a sensação de identidade. Fazem parte desses processos os desejos, as intenções, as crenças e, o mais importante dentro dessa abordagem, a memória. Nesse caso, uma pessoa é a mesma no decorrer do tempo porque ela possui memórias das coisas que aconteceram, conseguindo evocar estas lembranças e traçar a sua identidade. Por exemplo, quando eu estou diante de uma fotografia minha como criança, consigo estabelecer a identidade porque eu me lembro do dia em que eu tirei a foto, lembro-me das pessoas que estão a minha volta, lembro-me da possibilidade de estar no local em que ela foi tirada, etc.

A outra abordagem que procura compreender a diacronia da identidade pessoal leva em consideração o corpo como tendo o papel fundamental na mesmidade de uma pessoa. A ocorrência disso está atrelada ao fato de as faculdades mentais estarem relacionadas ao cérebro, o que acarreta na possibilidade de se pensar que a diacronia reside na continuidade desse órgão do corpo humano. Por exemplo, eu sou o mesmo porque o meu cérebro permanece o mesmo. Além disso, podemos afirmar que uma pessoa é a mesma porque o seu corpo é numericamente igual nos dois tempos distintos, e que apenas sofreu algumas modificações qualitativas; engordou, envelheceu, cresceu, etc.

As objeções às duas abordagens já foram explicitadas no primeiro capítulo, e retomamos essa discussão para começarmos a articular o problema diacrônico da identidade pessoal sob o ponto de vista da obra freudiana. De acordo com isso podemos postular os seguintes questionamentos: existem elementos na obra de Freud que nos possibilitam pensar a diacronia da identidade pessoal? Por quais caminhos podemos pensar o que permanece em uma pessoa em dois tempos distintos que nos permite estabelecer a sua identidade?

Respondendo ao primeiro questionamento, acreditamos na existência de elementos na teoria freudiana que nos façam pensar na diacronia da identidade pessoal, acreditando que para o autor existem coisas que, no decorrer do tempo, permanecem em uma pessoa e que permite estabelecer a identidade.

## **5.2. A identidade pessoal sob o ponto de vista diacrônico**

A abordagem psicológica da diacronia da identidade pessoal privilegia a memória como sendo um dos componentes fundamentais para a permanência da identidade em dois

tempos distintos e, pensando essa questão em Freud, temos também que a memória exerce um papel importante para a mesmidade da identidade. De acordo com isso, podemos pensar que os traços mnêmicos existentes no aparelho psíquico permitem que a pessoa estabeleça a sua identidade em dois tempos distintos, na medida em que ela consegue efetuar um elo entre o que ela é no momento e as suas lembranças. Vale ressaltar que os conteúdos existentes nesses traços são os registros das experiências perceptivas, e eles são, descritivamente falando, inconscientes, pois necessitam de uma certa intensidade para se tornarem conscientes, e Pré-conscientes em relação à tópica. Podemos estabelecer que no aparelho psíquico da segunda tópica estes conteúdos fazem parte do Eu.

Ao pensarmos na importância da memória como um dos fatores primordiais para a manutenção da identidade, temos ainda que levar em consideração a interessante abordagem de Freud sobre as lembranças encobridoras. Como visto no segundo capítulo, se as lembranças da infância comumente são falsas memórias, como atesta Freud (1901/1996) ao dizer que não possuímos o traço mnêmico verdadeiro das primeiras memórias, como fica a questão da identidade pessoal?

As lembranças encobridoras são falsas de acordo com a realidade do evento, mas elas são verdadeiras em relação à realidade psíquica. De acordo com isso, temos que, ao tomarmos como ponto fundamental a realidade psíquica, a permanência da identidade pessoal está atrelada às conexões com essas lembranças encobridoras, o que não acarreta na ausência de um sentido de identidade. Desse modo, o fato de a lembrança ser falsa em relação ao evento que a originou não altera a realidade que ela tem na subjetividade humana.

Outro ponto bastante interessante a respeito dos representantes psíquicos que permanecem ao longo do tempo e que permitem o estabelecimento da identidade diz respeito aos conteúdos inconscientes. Sobre essa questão, existe uma passagem bastante relevante na obra de Freud que diz

Desde que superamos o erro de supor que o esquecimento com que nos achamos familiarizados significava a destruição do resíduo mnêmico – isto é, sua aniquilação –, ficamos inclinados a assumir o ponto de vista oposto, ou seja, o de que, na vida mental, nada do que uma vez se formou pode perecer – o de que tudo é, de alguma maneira, preservado e que, em circunstâncias apropriadas [...] pode ser trazido de novo à luz (FREUD, 1930/1996, p. 77-78)

Esse trecho é bastante importante para pensarmos a diacronia da identidade pessoal, na medida em que o autor postula a existência de uma preservação dos conteúdos mentais. Desse modo, a impossibilidade de se lembrar de uma determinada coisa não altera a existência dela

no interior do aparelho psíquico, permitindo compreender que o conteúdo está em algum lugar, mas que determinadas exigências de ordem econômica não foram preenchidas para trazê-lo à tona. Esse conteúdo encontra-se inconsciente no aparelho e, pensando-o no modelo da segunda tópica, está alojado na parte inconsciente do Eu fundida ao Isso.

Esses conteúdos inconscientes do aparelho psíquico são aqueles que sofreram a ação do recalque, e somente conseguem ter acesso à consciência mediante algumas transformações realizadas para driblar a censura. É bastante interessante perceber que esses conteúdos, uma vez recalcados e mantidos no inconsciente, não sofrem nenhuma alteração com a passagem do tempo, permanecendo os mesmos desde a época mais remota de uma pessoa. De acordo com isso, podemos pensar na importância destes conteúdos para a mesmidade da identidade pessoal, na medida em que eles permanecem, sem alteração nenhuma, por um longo período no interior do aparelho psíquico.

Os conteúdos representativos fixados no inconsciente são os resíduos de alguma experiência de satisfação que não sofreram nenhuma forma de alteração, estando também a pulsão permanentemente vinculada a eles. Serão esses conteúdos que exercerão a atração do representante psíquico a ser recalcado quando houver uma situação frustrante que impossibilite a satisfação. Desse modo, constatamos que, mesmo que esses conteúdos sejam mantidos no inconsciente e que eles apenas atinjam a consciência mediante algumas condições, é bastante interessante perceber que eles sempre estarão ativos no aparelho psíquico, pois ainda exercem o poder de atrair os elementos que serão recalcados.

O recalçamento propriamente dito nos permite compreender que novos conteúdos psíquicos também podem ser alojados na parte inconsciente do Eu, fazendo com que eles permaneçam inalterados até que algumas condições sejam satisfeitas. Elas serão realizadas no terceiro tempo do recalque, ou seja, na existência da possibilidade de o conteúdo recalcado vir à tona sob a forma de um sonho, sintoma, chiste ou ato falho. De acordo com isso, temos que o conteúdo inconsciente permanente no aparelho psíquico somente é conhecido quando ele ressurge mascarado em outra coisa, no lugar de outra coisa, o que acarreta a se pensar na questão da permanência da identidade pessoal.

Pensando nisso, podemos compreender que a sensação de identidade está atrelada com esse fato de desconhecimento que a pessoa tem sobre si, pois o inconsciente se revela a partir das suas formações, ou seja, “o não dito significativo do branco do esquecimento, um dizer surgido dos sonhos, chistes, atos falhos, uma escrita: tudo aquilo que constitui sintoma no modo do compromisso surpreendente” (DOR, 1993/1996, p. 266). De acordo com isso, o conteúdo inconsciente permanece inalterado no aparelho psíquico, mas a sensação de

identidade com ele não é possível, visto que não é consciente à pessoa, e quando este ressurge, ele o faz de forma disfarçada.

Podemos ilustrar tais colocações com o interessante caso apresentado por Freud no “Estudos sobre a histeria”. Quando ele conseguiu eliminar, através do tratamento, os sintomas olfativos sofridos pela paciente, ela retorna mais feliz à última sessão, causando um estranhamento no psicanalista. Freud escreve que ela “parecia transfigurada”, ou seja, uma pessoa diferente daquela que havia começado o tratamento. Diante da surpresa e indagação do psicanalista sobre o fato de ela estar feliz, Miss Lucy responde que ele não a conhecia e que apenas a tinha visto doente e deprimida. Nesta fala da paciente está algo interessante para se pensar a permanência da identidade pessoal, na medida em que, apesar de haver a mudança qualitativa em relação ao seu quadro de sintomas, ela se reconhece como sendo a mesma, por conta de sua memória; antes do tratamento ela era uma pessoa alegre, mas os infortúnios da vida a fizeram entristecer, e essa alegria remota foi reconquistada através do tratamento analítico empreendido por Freud.

Trazendo para a discussão a concepção freudiana de caráter, temos que ele é formado pela incorporação parental (Supereu), pelas identificações que o infante estabeleceu com ambos os pais e as figuras de influência, pelas remanescentes relações de objetos renunciadas e pelas formações reativas que o Eu adquire. Essas formações podem resultar no aparecimento dos sintomas, caso que foi discutido anteriormente. Por conta disso, analisaremos as outras três situações importantes para a formação do caráter.

As três primeiras situações que serão fundamentais para a formação do caráter são herdeiras do complexo de Édipo, mostrando o quanto esse período na vida de uma pessoa é importante para a constituição da sua identidade. Pensando ainda nesse complexo, temos que ele está fixado no aparelho psíquico do ser humano, estando constantemente presente na vida dele, seja por conta da presença do Supereu, seja por causa das escolhas objetais que são determinadas de acordo com esse período.

Se no aparelho psíquico o Eu sofre constantes mudanças no decorrer da vida de uma pessoa, podemos compreender que o Supereu, por ser a incorporação das exigências e das interdições parentais, permanece o mesmo desde o período em que foi instaurado pela dissolução do complexo de Édipo. Sobre essa característica de ser permanente, Freud disse (1933a/1996) que existe uma considerável mudança em relação às identificações que uma pessoa faz com os seus pais, por conta da modificação destes, mas o Supereu permanece o mesmo, pois ele foi “determinado pelas imagos parentais mais primitivas” (FREUD, 1933a/1996, p. 70). Temos nesse caso que, além de o Isso ser uma parte do aparelho psíquico

permanente, o Supereu também o é desde o momento em que foi incorporado. Dessa forma, podemos compreender que as exigências que essa instância faz ao Eu no decorrer da vida de uma pessoa permanecem as mesmas das existentes na época posterior ao período edípico.

É importante ressaltarmos que o Supereu também é inconsciente e a sua constatação apenas se torna evidente mediante a relação que ele estabelece com o Eu, principalmente nos quadros sintomáticos da neurose obsessiva, no luto, no sentimento de culpa e na melancolia. Também podemos colocar que, apesar de a relação conflituosa entre as instâncias mudar no decorrer da vida de uma pessoa, ela pode permanecer a mesma.

Dentro das situações que constituirão a formação do caráter do Eu, temos que a relação de objeto também guarda afinidades com o período edípico. Após a dissolução do complexo de Édipo, a pessoa realiza a escolha de objeto que será determinante para as escolhas futuras em sua vida e, conseqüentemente, na relação de objeto que ela estabelecerá. A permanência da identidade está atrelada ao fato de existir uma primeira escolha objetual que determina as escolhas objetais futuras, permanecendo, de uma certa forma, a mesma.

Da mesma forma que as relações objetais guardam semelhanças com as relações estabelecidas na tenra infância, temos que as identificações que a criança faz com os pais na dissolução do complexo de Édipo também se manterão como um modelo para as identificações futuras. Dessa forma, a identificação primitiva permanece como um molde para uma posterior identificação com outras pessoas que não serão, propriamente, os pais.

É importante esclarecermos que tanto as relações objetais quanto as identificações são de ordem inconsciente, fazendo com que a pessoa repita os modelos infantis de relação e identificação sem ter conhecimento de que esteja realizando isso. Dentro dessa perspectiva, temos a importância do dinamismo do inconsciente para a permanência da identidade pessoal de uma pessoa.

Um outro ponto relevante que pode ser trazido para a discussão sobre a diacronia da identidade pessoal é a permanência dos conflitos psíquicos existentes em uma pessoa. Nesse caso, temos que o Eu dentro de um aparelho psíquico dividido, apresenta uma relação inamistosa com um Isso que tenta descarregar seus impulsos plenos de desejo, ao mesmo tempo em que mantém também uma luta contra um Supereu cruel e implacável. As tentativas constantes do Isso em ver os seus impulsos satisfeitos podem permanecer durante um tempo indeterminado na vida de uma pessoa, e o embate entre essa instância e o Eu pode resultar no aparecimento de um sintoma.

Diante desse quadro, podemos supor que, além de os conteúdos inconscientes permanecerem inalterados na vida de uma pessoa, os conflitos existentes entre o Eu e o Isso, o

Supereu e a realidade externa estarão constantemente presentes no ser humano, o que nos permite pensar que a mesmidade da identidade está atrelada aos conflitos psíquicos.

Questionar sobre a diacronia da identidade pessoal em Freud nos remete a pensar sobre a relação entre a identidade e o tratamento analítico, na medida em que, se ele pressupõe mudanças significativas e qualitativas na pessoa, como fica a mesmidade de sua identidade? Discorreremos a respeito dessa questão na seção seguinte.

### **5.3. Diacronia da identidade pessoal e o tratamento analítico**

Quando pensamos a respeito da questão envolvendo a diacronia da identidade pessoal e o tratamento analítico, temos que considerar as mudanças pelas quais a pessoa passa quando este é bem sucedido, além de tentar compreender quais os componentes que permanecem nela.

O paciente que está em análise fala “de si, de suas lembranças, de sua situação no tempo, no espaço e na rede de relações afetivas que se teceu por ele e para ele durante sua vida” (MEZAN, 2002). Ao analista, de acordo com Freud (1914b/1996), cabe a tarefa de ouvir aquilo que o paciente tem a lhe dizer, a fim de que possa empregar a “arte da interpretação principalmente para identificar as resistências que lá aparecem, e torna-las conscientes ao paciente” (FREUD, 1914b/1996, p. 163).

Sobre a questão de revelar ao paciente as resistências, Freud (1917c/1996) se mostrou um pouco cauteloso posteriormente, na medida em que relatar ao paciente o seu material inconsciente não fazia com que o primeiro desse lugar ao segundo, mas um surgia ao lado do outro. Dessa forma, o autor acredita ser necessário

procurar em sua memória [do paciente], o lugar em que se tornou inconsciente devido a um recalque. O recalque deve ser eliminado – e a seguir pode efetuar-se desimpedidamente a substituição do material inconsciente pelo consciente (FREUD, 1917c/1996, p. 438).

De acordo com essa passagem, temos que o objetivo da análise “descritivamente falando, trata-se de preencher lacunas na memória; dinamicamente, é superar resistências devidas ao recalque” (FREUD, 1914b/1996, p. 163). É importante frisarmos que esse processo do tratamento analítico se expressa a partir do modelo da primeira tópica e, quando Freud constrói a segunda tópica, os objetivos se expressam de outra forma. Salientaremos no

decorrer deste capítulo apenas o modelo da primeira tópica, procurando compreender esta questão de trazer à tona os conteúdos recalcados.

Durante o tratamento analítico, o paciente não apenas recorda seus conteúdos como lembranças, mas também o faz através de ação, repetindo determinadas coisas, sem saber que o está fazendo. Esta tendência do paciente tem a ver com a compulsão à repetição, de origem inconsciente, que o leva a repetir situações antigas, formas de se vincular com determinadas pessoas, acreditando que isso é realizado apenas na atualidade.

A compulsão à repetição, dentro do contexto analítico, está relacionada à transferência e à resistência, sendo a primeira um fragmento da repetição, na medida em que ela é “uma transferência do passado esquecido, não apenas para o [analista], mas também para todos os outros aspectos da situação atual” (FREUD, 1914b/1996, p. 163). Na relação da repetição com a resistência, quanto maior for esta última, “mais a atuação substituirá o recordar” (FREUD, 1914b/1996, p. 166). Dessa forma, é interessante compreendermos que “o paciente retira do arsenal do passado as armas com que se defende contra o progresso do tratamento” (FREUD, 1914b/1996, p. 167) e cabe ao analista arrancar-lhe as armas, uma por uma.

O paciente repete, de acordo com Freud, “tudo o que já avançou a partir das fontes do recalcado para sua personalidade manifesta – suas inibições, suas atitudes inúteis e seus traços patológicos de caráter” (FREUD, 1914b/1996, p. 167), repetindo também todos aqueles sintomas que se manifestavam no começo do tratamento. Sobre essa questão de repetir no contexto analítico os conflitos psíquicos do passado sob a forma da transferência com o analista, Freud diz que se instaura um conflito atual conhecido como neurose de transferência, cuja ocorrência terá que ser manejada pelo analista.

De acordo com esse novo conflito que se instaura na pessoa

A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada. [...] A partir das reações repetitivas exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, por assim dizer, após a resistência ter sido superada (FREUD, 1914b/1996, p. 167).

Através da relação transferencial, o analista procura encontrar os conteúdos que estão recalcados no inconsciente do paciente, a fim de que depois ele possa conseguir remover as resistências que mantêm o recalque. A partir do relato do paciente e da atenção flutuante empreendida pelo analista, este último consegue descobrir as resistências efetuadas pelo primeiro, e, feito isso, comunica-as a ele. Após a comunicação das resistências, o analista

precisa esperar um tempo para que o paciente possa elaborar a interpretação, superando-a e dando prosseguimento ao trabalho analítico.

A revelação das resistências, segundo Freud, é a “parte do trabalho que efetua as maiores mudanças no paciente”. Tratando dessa questão, podemos dizer que a elaboração permite que o conteúdo recalcado se torne consciente, fazendo com que o sintoma, ou seja, o retorno do recalcado em uma formação substitutiva seja eliminado. Dessa forma, a eliminação do sintoma foi possível devido ao fato de a pulsão sexual atrelada ao representante psíquico ter sido desprendida, fazendo com que ela permaneça livre para ser investida em outra coisa.

A eliminação desse sintoma nos remete ao fato de que a análise produz uma mudança significativa na diacronia da identidade pessoal, visto que algo que era permanente e mantinha essa identidade foi quebrado. Pensando ainda nos sintomas somáticos, é interessante perceber que a situação de um tratamento bem sucedido possui a eficácia em eliminar esses tipos de sintomas, fazendo com que, uma paciente que sofria de cegueira histérica, por exemplo, possa voltar a enxergar normalmente.

Embora seja possível pensar que a eliminação do sintoma afete a identidade de uma pessoa, podemos compreender que a mudança corporal não efetua uma quebra tão drástica na diacronia da identidade, na medida em que o corpo, em termos quantitativos, permanece o mesmo. Além disso, a eliminação dos sintomas não produz uma ruptura na identidade, visto que existem registros de memória sobre as diversas etapas do processo analítico, desde o momento anterior, quando a pessoa possuía os sintomas, até o seu término, quando eles já não estão mais presentes. Assim, a pessoa consegue estabelecer uma identidade consigo própria, mesmo que os sintomas sejam eliminados pelo trabalho analítico. Em contrapartida, o que pode haver é um estranhamento em relação a si mesmo, na medida em que o próprio reconhecimento feito através dos sintomas é quebrado, fazendo com que a pessoa tenha que se reconhecer em outros aspectos.

Para concluirmos tais colocações, existe uma passagem bastante interessante de Freud que trata justamente dessa questão: a identidade pessoal permanece a mesma com o término da análise? Nas palavras do autor, “o neurótico realmente curado tornou-se outro homem, embora, no fundo, naturalmente permaneceu o mesmo; ou seja, tornou-se o que se teria tornado na melhor das hipóteses, sob as condições mais favoráveis” (FREUD, 1917c/1996, p. 437). Dito isso, a identidade pessoal permanece a mesma, apesar de haver mudanças significativas no analisado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

*O problema não é inventar. É ser inventado hora  
após hora e nunca ficar pronta nossa edição  
convicente.*

Carlos Drummond de Andrade

As diferentes concepções filosóficas existentes no âmbito da Filosofia da Mente enfatizam os aspectos mentais e corporais quando procuram compreender a constituição de uma pessoa. Esta compreensão está atrelada ao problema da identidade pessoal, cujo questionamento tenta entender o que constitui essencialmente uma pessoa e o que permanece na identidade em dois tempos distintos. O primeiro caso está associado ao aspecto sincrônico da identidade pessoal, e o segundo caso está atrelado ao componente diacrônico da identidade pessoal.

Para que pudéssemos responder o problema da diacronia da identidade pessoal, ou seja, o que constitui essencialmente uma pessoa, tomamos como base as abordagens filosóficas, salientando a posição de Lynne Baker (2001) a respeito do assunto, cuja compreensão é dada do seguinte modo: uma pessoa humana é alguém capaz de ter perspectiva de primeira pessoa, ou seja, capaz de formular o questionamento sobre o que ela é fundamentalmente e, também, esta pessoa apresenta um corpo biológico humano. Por conta deste duplo aspecto que envolve a constituição de uma pessoa, ou seja, que ela apresenta determinados processos mentais e um corpo biológico humano, enfatizamos no decorrer do primeiro capítulo o importante debate filosófico acerca da relação entre a mente e o corpo, a fim de que pudéssemos compreender como é a interação entre ambos. Dentro do amplo debate acerca do problema mente-corpo, acreditamos que a concepção de subjetividade apresentada por Descartes é bastante interessante, na medida em que ela é desvirtuada pela posição freudiana acerca do tema.

A concepção adotada pelo filósofo francês pode ser compreendida na sua célebre frase “Penso, logo existo”, cujo sentido enfatiza a racionalidade da subjetividade humana, afirmando que a existência de uma pessoa estaria atrelada ao pensamento. Como a alma é a substância imaterial da mente, sendo ela indivisível, temos que a impossibilidade de dividir esta substância pensante nos permite estabelecer que a concepção cartesiana está associada ao fato de que a mente é um todo unitário intimamente relacionado com a consciência e a

racionalidade. Em contrapartida a este discurso cartesiano, a concepção freudiana de subjetividade enfatiza justamente o contrário, na medida em que o aparelho psíquico é dividido em três partes distintas entre si, cada uma delas apresentando uma estruturação própria. Além disso, se o entendimento cartesiano de mente afirmava que ela poderia ser sinônima de consciência, para Freud o mental não poderia apresentar esta associação, porque existe uma parcela inconsciente na mente pensada pelo psicanalista vienense. Os tropeços existentes no discurso analítico e cotidiano, os sonhos, os sintomas e os chistes revelavam ao autor a existência de outra cena diferente da consciência, pois estes processos apresentavam uma estruturação própria que escapavam aos olhos conscientes dos observadores.

A hipótese de um inconsciente dinâmico caminhava em direção oposta ao modelo cartesiano, e muitas vezes Freud enfatizou este aspecto, principalmente em sua célebre frase a respeito de o Eu não ser senhor nem em sua própria casa. Esta citação destaca ainda mais a divergência existente entre o pensamento cartesiano e o freudiano, na medida em que o filósofo francês acreditava ser o Eu totalmente racional, ao passo que o psicanalista vienense abordava a fragilidade desta instância frente às outras existentes no interior do aparelho psíquico e à realidade externa.

Se a consciência para Freud não é o cerne do psiquismo de uma pessoa, temos que a sensação de identidade, ou seja, aquilo que me permite compreender o que eu sou fundamentalmente é um pouco delicada, na medida em que o Eu consciente se mostra um engodo, por não relevar os aspectos inconscientes de uma pessoa. A outra cena existente no aparelho psíquico apenas pode ser inferida pelas formações do inconsciente, ou seja, por aquilo que ela revela à consciência. Os sintomas apresentados pelos pacientes neuróticos não poderiam ser explicados mediante a concepção cartesiana de mente, na medida em que eles manifestavam a existência de outra parte do psiquismo que, por conta de sua estruturação própria, engendrava os conteúdos que apareciam à consciência.

Por conta desta outra cena existente no aparelho psíquico, a subjetividade de uma pessoa não poderia ser considerada estritamente consciente, como pensava Descartes, mas a ela deveria ser atribuída a sua importante parcela inconsciente. Lacan, citado por Garcia-Roza (1984/2005) repensa a célebre frase do *cogito* cartesiano, afirmando que “penso onde não sou, portanto sou onde não penso”. Como salientamos anteriormente, o Eu consciente é um engodo, na medida em que a presença de um ato falho, por exemplo, revela não apenas o inconsciente, mas determinados conteúdos extremamente importantes que causam embaraço àquele que comete o tropeço. A pessoa não existe apenas naquilo que ela pronuncia racionalmente, ela principalmente existe quando há uma falha em seu discurso, como bem

demonstraram os pacientes ao Freud. Além disso, ao pensarmos o inconsciente, temos a existência de uma clivagem na subjetividade marcada pela cisão entre o consciente e a outra cena.

Ao pensarmos a respeito das concepções freudianas de aparelho psíquico, temos que a primeira tópica apresenta esta importante divisão na subjetividade mostrando os sistemas componentes deste primeiro modelo psicanalítico de mente. O aparelho dividido em três partes distintas, a saber, o Consciente, Pré-consciente e Inconsciente revelam que a constituição mental de uma pessoa precisa ser pensada a partir destes termos, e enfatizamos isto no terceiro capítulo do presente trabalho. O modo de funcionamento de cada um destes sistemas é bastante distinto, sendo o Inconsciente regulado pelo princípio de prazer e o Consciente/Pré-consciente regulado pelo princípio de realidade. Por conta de o primeiro sistema apenas querer ver-se livre das moções plenas de desejo que existem em seu interior, cabe ao outro sistema procurar descarregar estas excitações tomando como base a realidade externa. Nesse sentido, o aparelho psíquico de uma pessoa é marcado também por modos de funcionamento distintos, o que revela os persistentes conflitos psíquicos inerentes à pessoa.

Uma das mais importantes marcas do pensamento freudiano acerca da constituição de uma pessoa é a existência dos diversos conflitos existentes no psiquismo dela. Nesta primeira concepção de aparelho psíquico, temos que o conflito se dará entre os sistemas Consciente/Pré-consciente e Inconsciente, sendo que o primeiro busca barrar o acesso dos conteúdos do segundo sistema à consciência. As moções pulsionais plenas de desejo são mantidas no Inconsciente pela ação do recalque, que procura interditar o acesso delas ao outro sistema. Por apresentar uma estruturação própria, os conteúdos que ali estão conseguem retornar à consciência mediante alguns mascaramentos que driblam o trabalho da censura, revelando-se como uma formação do inconsciente.

Quando este conteúdo disfarçado consegue seu acesso à consciência, a pessoa se estranha, acreditando que as palavras pronunciadas não pertencem à sua racionalidade, e isto acarreta numa interessante quebra da identidade. Por conta disso, poderíamos postular o seguinte questionamento: quem é aquele que pronuncia o ato falho?

Caso tomássemos como ponto de partida a noção de que a subjetividade de uma pessoa estaria restrita à consciência, o tropeço no discurso poderia ser atribuído à outra, diferente daquela que pronuncia apenas coisas racionais. Contudo, ao acreditarmos nesta atribuição, levando em consideração apenas o aspecto do estranhamento que o tropeço no discurso causa, parece que desconsideramos a vergonha que esta formação do inconsciente causa à pessoa.

A introdução de um segundo modelo de aparelho psíquico na obra freudiana não alterou a concepção do primeiro, na medida em que os seus constructos teóricos ainda eram bastante pertinentes para explicar determinados fenômenos psíquicos. O que houve foi um deslocamento temático, da ênfase anterior no recalcado para o recalcador. Por conta disso, o Eu pode ser mais bem construído teoricamente como uma instância do aparelho psíquico, e ele ainda ganhou um papel de destaque na elaboração metapsicológica do psicanalista vienense.

Ao atribuímos que o Eu seja uma parte do Isso que foi modificada pela influência do mundo externo, temos que esta instância responsável pela consciência não é algo inerente ao ser humano, na medida em que ela é construída a partir da relação que ele estabelece com as demais pessoas existentes no mundo. Esta concepção de Eu nos revela o quanto a inserção de uma pessoa no contexto social é importante para a sua constituição, pois os contatos que ela estabelece a partir de seu corpo irá constitui-la como tal. O Eu consciente nada mais é do que uma projeção da superfície do corpo, sendo a imagem que a pessoa tem de si mesma. Nesse sentido, o estranhamento causado pelo surgimento do conteúdo recalcado à consciência nos revela que ele causou uma quebra na imagem que a pessoa tem de si, o que nos permite compreender a possibilidade de se pensar numa ruptura com a identidade.

A instância organizada do aparelho psíquico não é apenas constituída pelas percepções que se tornam traços mnêmicos, mas a sua formação engloba também as diversas identificações efetuadas a partir das relações interpessoais que uma pessoa estabelece no decorrer de sua existência. Estas identificações nos revelam que a hipótese de uma identidade única, pura e simples está descartada, na medida em que o Eu de uma pessoa é formado pelos resíduos de outros *Eus* com quem ela se relacionou durante a sua vida. Dessa forma, as relações que uma pessoa estabelece com as demais existentes no mundo externo são bastante importantes para a constituição de sua própria identidade e subjetividade.

Se na primeira tópica o conflito era marcado entre os sistemas Consciente/Pré-consciente e Inconsciente, no segundo modelo de aparelho psíquico as batalhas são travadas entre o Eu e as demais partes com quem ele se relaciona. Nesse sentido, a instância organizada precisa lidar com as moções pulsionais plenas de desejo que advêm do Isso, com a severidade do Supereu e com as exigências de uma realidade externa inamistosa, que muitas vezes impossibilita a descarga da energia pulsional. Estes conflitos acarretarão a constituição de uma personalidade normal ou patológica.

A compreensão da psicopatologia articulada pelo psicanalista vienense não leva em consideração apenas os conflitos existentes entre as instâncias psíquicas, mas também

considera o desenvolvimento sexual infantil. Como salientamos no segundo capítulo, a concepção freudiana de sexualidade ultrapassa aquela existente na hereditariedade-degenerescência, na medida em que a sua visão está mais associada à obtenção de prazer do que na manutenção da espécie humana. Este novo entendimento somente foi possível graças ao conceito de pulsão que lhe permitiu desvirtuar o discurso que sustentava a sexualidade em sua época. Como este conceito não está associado a um padrão fixado hereditariamente, temos que a sexualidade está mais relacionada com a subjetividade e com a história de vida de uma pessoa. Assim, determinadas sensações prazerosas obtidas no decorrer do desenvolvimento sexual do infante poderão nunca ser abandonadas como formas de se obter satisfação.

As concepções freudianas de sexualidade e pulsão estão intimamente associadas à sua noção de corpo. Ao atribuímos que uma pessoa seja constituída de uma mente e um corpo, salientamos que o psiquismo dela apresenta uma subjetividade clivada, e que as partes constituintes do aparelho psíquico estão constantemente em conflito. Ao pensarmos a respeito do corpo, temos que ele não se restringe ao anatômico da medicina, na medida em que o contato com a sexualidade o torna um corpo erógeno, e a sua relação com o psíquico o faz ser um corpo representado. Determinadas partes constituintes desse corpo, ao terem contato com a sexualidade, tornam-se zonas erógenas capazes de servir como fontes de prazer. A relação estabelecida entre a mente e o corpo é mediada pela pulsão, que somente consegue expressar-se no aparelho psíquico mediante a associação com algum representante que está ali alojado.

Como o conflito é algo extremamente importante para pensarmos a constituição de uma pessoa, este pode ser evidenciado pela relação nada amistosa entre as pulsões, tanto as existentes no primeiro modelo pulsional quanto as existentes no segundo. O primeiro demarca um conflito entre as intenções das funções somáticas vitais (pulsão de auto-conservação) e a sexualidade (pulsão sexual) que pode ser evidenciado nos sintomas da histeria de conversão. O dualismo existente entre as pulsões de vida e as pulsões de morte nos remete à inerente condição humana para a destruição, que pode ser voltada tanto para o interior do aparelho psíquico quanto para o mundo externo. Esta questão é bastante interessante porque nos permite compreender que uma pessoa, ao expressar sua sexualidade e destruição, muitas vezes entra em conflito com a cultura, seja ela representada pelo mundo externo ou concebida internamente como instância parental. A relação conflituosa entre os desejos inconscientes e os valores culturais, tanto internos quanto externos, constitui uma das mais importantes formas de se compreender uma pessoa, na medida em que as batalhas travadas entre ambos serão importantes para a composição do psiquismo e do corpo erógeno.

Ao tratarmos do conflito existente entre os desejos e os valores culturais, não podemos deixar de salientar a importância do complexo de Édipo para a constituição de uma pessoa, na medida em que os objetos incestuosos desse período servem de modelo para as futuras escolhas objetais; o complexo de castração servirá; a dissolução do complexo edípico estabelece identificações com as figuras parentais que serão extremamente importantes para a formação do Eu; ainda na dissolução deste complexo existe a criação de uma nova instância no aparelho psíquico que servirá de censor do Eu, e como ideal a ser seguido por ele. Podemos estabelecer também que esta dissolução permite a inserção, como membro atuante, da pessoa na cultura, realizada através da incorporação, como instância parental, dos valores morais existentes em uma sociedade.

As relações conflituosas entre as moções pulsionais plenas de desejo e os valores culturais podem deflagrar o aparecimento de uma determinada afecção psíquica, caso elas não sejam administradas de forma coerente pelo Eu. Esta questão é um pouco delicada, pois podemos estabelecer que o aparecimento de uma patologia psíquica, seja ela uma neurose, psicose ou perversão, pode ser resultado de uma administração bem sucedida pelo Eu que conseguiu aplacar, mesmo que de forma momentânea, o conflito existente entre o desejo e a cultura. Contudo, como o amansamento não se efetua de forma prolongada, os sintomas que antes evidenciavam uma aparente resolução dos conflitos passam a gerar um enorme desconforto à pessoa, e a exigir que o Eu empregue ainda mais forças para aplacar as extensas batalhas. Freud sempre recorre às metáforas beligerantes quando procura caracterizar a relação da instância organizada com os seus três severos senhores, pois ele acredita que a subjetividade de uma pessoa é marcada pela clivagem e pela relação conflituosa.

Ao estabelecermos que a noção de subjetividade dividida subverteu o discurso cartesiano, temos que a etiologia das afecções psíquicas também modificou o pensamento existente na época do psicanalista vienense, pois este era marcado pela noção de hereditariedade-degenerescência que acreditava na transmissão hereditária das psicopatologias. Ora, ao não enfatizar esta transmissão, o psicanalista vienense procurava compreender como o surgimento de uma determinada afecção psíquica estava associada à história de vida daquela pessoa. Por não ser algo inerente, mas adquirido no decorrer da existência através das extensas batalhas travadas pelo Eu, esta lógica nos permite estabelecer que algumas afecções podem ser tratadas a partir de um método apropriado para isso, aliviando os pacientes de seus sintomas.

Quando falamos da clínica psicanalítica e das possíveis mudanças que ela pode acarretar numa pessoa, entramos na diacronia da identidade pessoal que procura compreender

a permanência da identidade em dois tempos distintos. Ao final do tratamento, apesar de haver determinadas mudanças drásticas, a pessoa ainda consegue reconhecer-se porque determinadas coisas permanecem as mesmas; ela possui lembranças e a mesma unidade corporal, que lhe permitem estabelecer a identidade. Ao articularmos a importância da memória e do corpo para a mesmidade da identidade pessoal, enfatizamos as duas abordagens da diacronia – a psicológica e a somática.

Encerramos este trabalho enfatizando o quanto a concepção freudiana sobre uma pessoa estava distante das ideias tradicionais de seu tempo. Pensá-la a partir de uma subjetividade dividida e uma sexualidade que desvirtua o corpo biológico estava fora de cogitação, e as considerações psicanalíticas do autor demoraram a serem assimiladas, na medida em que foram dadas como aberrantes. Assim, quando as ideias de Freud mostraram que a psicopatologia não era tão anormal quanto postulavam, as suas principais contribuições foram relegadas pelos meios mais tradicionais, e foram também tachadas de bizarras, não apenas as ideias, quanto o próprio autor.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BAKER, L. R. *Persons and Bodies: A Constitution View*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- BIRMAN, J. A epopeia do corpo. Nostalgias. In: BASTOS, L. A. M. *Eu-corpando: o ego e o corpo em Freud*. São Paulo: Editora Escuta, 1998. p. 9-24.
- CHURCHLAND, P. M. *Matéria e consciência: uma introdução contemporânea à filosofia da mente*. Tradução de M. C. Cescato. São Paulo: Editora Unesp, 2004. (Obra original publicada em 1988).
- COSTA, C. *Uma introdução contemporânea à filosofia do espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- DESCARTES, R. *Discurso do método*. Tradução de E. Corvisieri. In: FLORIDO, J. (Ed), *Descartes*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 33-101. (Obra original publicada em 1637).
- \_\_\_\_\_. *Meditações*. Tradução de E. Corvisieri. In: FLORIDO, J. (Ed), *Descartes*. São Paulo: Nova Cultural, 2004. p. 233-334. (Obra original publicada em 1641).
- DESPARTS-PEQUIGNOT, C. Sexualidade. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 547-548 (Obra original publicada em 1993).
- DOR, J. Perversão. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 415-423 (Obra original publicada em 1993).
- \_\_\_\_\_. Inconsciente. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996a. p. 264-271 (Obra original publicada em 1993).
- FERNANDES, M. H. *Entre a alteridade e a ausência: o corpo em Freud e sua função na escuta do analista*. *Percursos*, n. 23, 2/1999, p. 43-52. Disponível em: [www.estadosgerais.org/mundial\\_rj/download/3\\_Fernandes\\_116151003\\_port.pdf](http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/3_Fernandes_116151003_port.pdf). Acesso em: 15/11/2008.

FREUD, S. *A interpretação das afasias*. Tradução: Antônio Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70: 2003 (Obra original publicada em 1891).

\_\_\_\_\_. *Estudos sobre a histeria*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. II (Obra original publicada em 1895).

\_\_\_\_\_. *Lembranças encobridoras*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. III (Obra original publicada em 1899).

\_\_\_\_\_. *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IV e V (Obra original publicada em 1900).

\_\_\_\_\_. *A psicopatologia da vida cotidiana*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VI (Obra original publicada em 1901).

\_\_\_\_\_. *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VII (Obra original publicada em 1905a).

\_\_\_\_\_. *Os chistes e sua relação com o inconsciente*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. VIII (Obra original publicada em 1905b).

\_\_\_\_\_. *Atos obsessivos e práticas religiosas*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IX (Obra original publicada em 1907).

\_\_\_\_\_. *Sobre as teorias sexuais das crianças*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. IX (Obra original publicada em 1908).

\_\_\_\_\_. *Caráter e erotismo anal*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII (Obra original publicada em 1908b).

\_\_\_\_\_. *Análise de uma fobia em um menino de cinco anos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. X (Obra original publicada em 1909a).

- \_\_\_\_\_. *Notas sobre um caso de neurose obsessiva*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. X (Obra original publicada em 1909b).
- \_\_\_\_\_. *A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XI (Obra original publicada em 1910).
- \_\_\_\_\_. *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranóia (Dementia Paranoides)*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII (Obra original publicada em 1911a).
- \_\_\_\_\_. *Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII (Obra original publicada em 1911b).
- \_\_\_\_\_. *Tipos de desencadeamento da neurose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII (Obra original publicada em 1912).
- \_\_\_\_\_. *A disposição à neurose obsessiva - uma contribuição ao problema da escolha da neurose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII (Obra original publicada em 1913).
- \_\_\_\_\_. *Sobre o narcisismo: uma introdução*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1914a).
- \_\_\_\_\_. *Recordar, repetir e elaborar*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XII (Obra original publicada em 1914b).
- \_\_\_\_\_. *Os instintos e suas vicissitudes*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1915a).
- \_\_\_\_\_. *A repressão*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1915b).
- \_\_\_\_\_. *O inconsciente*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1915c).

- \_\_\_\_\_. *Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1917a).
- \_\_\_\_\_. *Luto e melancolia*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIV (Obra original publicada em 1917b).
- \_\_\_\_\_. *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVI (Obra original publicada em 1917c).
- \_\_\_\_\_. *Uma dificuldade no caminho da psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII (Obra original publicada em 1917d).
- \_\_\_\_\_. *História de uma neurose infantil*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII (Obra original publicada em 1918).
- \_\_\_\_\_. *O estranho*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVII (Obra original publicada em 1919).
- \_\_\_\_\_. *Além do princípio do prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII (Obra original publicada em 1920).
- \_\_\_\_\_. *Psicologia de Grupo e análise do Ego*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XVIII. (Obra original publicada em 1921).
- \_\_\_\_\_. *O Ego e o Id*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX. (Obra original publicada em 1923a).
- \_\_\_\_\_. *A organização genital infantil: uma interpolação na teoria da sexualidade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX. (Obra original publicada em 1923b).
- \_\_\_\_\_. *A dissolução do complexo de Édipo*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX. (Obra original publicada em 1924a).

- \_\_\_\_\_. *A perda da realidade na neurose e na psicose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX (Obra original publicada em 1924b).
- \_\_\_\_\_. *Neurose e psicose*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX (Obra original publicada em 1924c).
- \_\_\_\_\_. *O problema econômico do masoquismo*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX (Obra original publicada em 1924d).
- \_\_\_\_\_. *Algumas conseqüências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX. (Obra original publicada em 1925a).
- \_\_\_\_\_. *Uma nota sobre o bloco mágico*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XIX. (Obra original publicada em 1925b).
- \_\_\_\_\_. *Inibições, sintomas e ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XX (Obra original publicada em 1926).
- \_\_\_\_\_. *O Fetichismo*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI (Obra original publicada em 1927a).
- \_\_\_\_\_. *O humor*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI (Obra original publicada em 1927b).
- \_\_\_\_\_. *Mal-estar na civilização*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXI (Obra original publicada em 1930).
- \_\_\_\_\_. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: a dissecação da personalidade psíquica*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII (Obra original publicada em 1933a).
- \_\_\_\_\_. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: feminilidade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII (Obra original publicada em 1933b).

- \_\_\_\_\_. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise: ansiedade e vida instintual*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXII (Obra original publicada em 1933c).
- \_\_\_\_\_. *Esboço de psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. XXIII (Obra original publicada em 1938).
- FROCHTENGARTEN, J. *Existir – o estado próprio do corpo*. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./jun. 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982005000100009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982005000100009&script=sci_arttext). Acesso em: 10/01/2011.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Original publicado em 1984).
- \_\_\_\_\_. *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Original publicado em 1990).
- GOMES, G. Os dois conceitos freudianos de Trieb. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 17, n. 3, set./dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v17n3/8815.pdf>
- KAFKA, F. *A metamorfose*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2000 (Original publicado em 1915).
- LAPLANCHE, J; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Obra original publicada em 1967).
- LIONÇO, T., Corpo somático e psiquismo na psicanálise: uma relação de tensionalidade. *Ágora*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, jan./jun. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982008000100008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982008000100008&script=sci_arttext)
- MEZAN, R. *Freud: a trama dos conceitos*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. (Original publicado em 1982).
- \_\_\_\_\_. *Memória e Identidade*. In: A vingança da esfinge. São Paulo: Casa do psicólogo, 2002. p. 143-155.
- OLSON, E. T. (2008) *Personal Identity* in Stanford Encyclopedia of Philosophy. Stanford: Disponível em <http://plato.stanford.edu/entries/identity-personal/>. Acesso em: 02/12/2008.

RABANT, C. Aparelho. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 45-52 (Obra original publicada em 1993).

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaios sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SALVAIN, P. Traço. In: KAUFMANN, P. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. p. 547-548 (Obra original publicada em 1993).

TEIXEIRA, J. F. *O que é filosofia da mente?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.